

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia – Instituto de Geociências
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Rahyan de Carvalho Alves

Vista da praça Catedral (Diamantina/MG)
Fonte: Arquivo Zé da Sé (2013).

**“Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar”:
Uma abordagem sociocultural do Patrimônio
Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de
Diamantina/MG**

Minas Gerais - Brasil
16 de Abril de 2014

Rahyan de Carvalho Alves

“Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar”:

*Uma abordagem sociocultural do Patrimônio Histórico,
Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus.

Co-orientadora: Prof. Dra. Marly Nogueira.

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2014

A474t
2014 Alves, Rahyan de Carvalho.
Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar [manuscrito] : uma abordagem sociocultural do patrimônio histórico, arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG / Rahyan de Carvalho Alves. – 2014. xv, 325 f.: il.(color.)

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Orientador: José Antônio Souza de Deus.

Co-Orientadora: Marly Nogueira.

Bibliografia: f. 298-315.

Inclui apêndices.

1. Turismo cultural – Teses. 2. Patrimônio histórico – Diamantina – Teses. 3. Turismo – Aspectos sociológicos – Teses. I. Deus, José Antônio Souza de. II. Nogueira, Marly. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. IV. Título.

CDU: 338.482:316



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA de
PÓS-GRADUAÇÃO
em **GEOGRAFIA**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

RAHYAN DE CARVALHO ALVES

“Topofilia, Turismo e a Releitura do Lugar”: Uma abordagem sociocultural do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina/MG

Dissertação defendida e aprovada em 16 de Abril de 2014, pela banca examinadora constituída pelos professores:

José Antonio Souza de Deus (Orientador)

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

Marly Nogueira (Co-orientadora)

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

Maria Geralda de Almeida (Examinadora - Externo)

Pós-Doutorado pela Universidad de Barcelona
Professora do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Goiás

Weber Soares (Examinador - Interno)

Doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais
Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

Dedico esta Dissertação primeiramente a Deus, à minha mãe Maria Madalena que é o meu porto seguro e a meu pai Juracy, pelo exemplo de homem. Este trabalho é fruto de um esforço coletivo, alavancado pela presença da minha família. Obrigado!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me ofertou o dom da vida, possibilitando viver, a cada dia, emoções diferentes e, principalmente, sou grato pela oportunidade de fazer de cada manhã uma nova chance de conhecer pessoas e lugares diferentes (como Diamantina/MG), construindo, assim, minha história.

Imensamente serei grato à minha família, em especial aos meus pais, Maria Madalena de Carvalho Alves e Juracy Antônio Alves, pelos esforços realizados para que este sonho fosse realizado. Obrigado por doarem suas vidas em prol dos meus objetivos.

A minha gratidão a Renata Aparecida Alves, irmã e companheira que me apoiou nas horas de aflição, que sempre esteve presente nos momentos mais especiais da minha vida.

Agradeço a meu orientador, professor José Antônio Souza de Deus, que incondicionalmente se fez participativo e essencial neste trabalho; o ser humano que me fez perceber o universo da pesquisa com mais sensibilidade, ultrapassando, felizmente, as formalidades da academia e se tornando um verdadeiro amigo. A minha co-orientadora, a professora Marly Nogueira, agradeço pelas trocas de experiências, seriedade, apoio, carinho e dedicação nesta jornada.

Meus agradecimentos aos professores Maria das Graças Campolina Cunha, Maria Geralda de Almeida e Weber Soares, por participarem e contribuírem, significativamente, nas discussões desta pesquisa, além dos encontros e conversas que me proporcionaram novos horizontes nas escritas do trabalho. Destaco, ainda, o meu respeito ao programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais que me acolheu e possibilitou um amadurecimento científico, entre as diversas discussões construídas nas disciplinas cursadas e nos “*workshops*” apresentados. Além de se tornar um espaço de diálogos com amigos especiais que, aí, cativei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior agradeço pela bolsa concedida, a qual colaborou para a realização deste produto. Além de propiciar participações em inúmeros eventos científicos, socializando reflexões sobre esta pesquisa, colaborando para o meu desenvolvimento e amadurecimento profissional.

Agradeço as minhas tias Leonice Braga dos Santos e Marcilene Melo pelas palavras de apoio, representando toda a minha família. À professora-amiga Gildete Soares Fonseca, pelas colaborações nas discussões sobre os temas que abordei na dissertação, e aos colegas do laboratório de Cartografia e Geoprocessamento da UNIMONTES e da UFMG.

Aos turistas, autoridades e comerciantes de Diamantina/MG, o meu respeito e agradecimento pela atenção depositada. E em especial aos moradores desta cidade, agradeço pela disposição em ajudar na elaboração desta pesquisa, uma vez que doaram o seu tempo, e cafés, evocando lembranças e percepções em prol de uma nova forma de percebermos a riqueza deste lugar e dos seus patrimônios.

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

DIALÉTICA DOS TEMPOS-ESPAÇOS DIVERSOS UNIVERSOS

“Não existe ser concreto que desconheça o fundir e o cindir.

Não existem objetos que não se teçam ao fluir e refluir de incontáveis criações,
(des)fusões e (re)ações.

A existência se assenta em pares e convivências de diferentes tempos, cessões,
coexistências, “n” simultaneidade, plenos esfacelamentos, cissiparidades, distanciamentos
embalados aos ritmos das vidas, suas inúmeras seivas, ligas, infinitas sagas,
embates, vagas comungadas,
separadas,
achadas,
perdidas de tempos
e
espaços diferentemente vividos...

Os espaços
humanos e suas temporalidades acolhem diferentes verdades pensadas,
materializadas ou sonhadas a respeito dos leitos,
esferas e planos,
das forças vivas e coisas fixas de outras eras e anos que conferem medidas de repente
(des-re)construídas nas faces e torrentes das vidas.

Os humanos cenários se (re)compõem, entretanto, de outros tantos entalhes,
de embates e fluxos que dispõem os seus frutos e o eterno fluir ou, deveras, o entrar ou
fugir de diferentes fissuras,
esperas,
fervuras,
técnicas,
culturas em desiguais velocidades e normas que plasmam, dão outras capacidades,
acuidades e formas aos espaços-temporalidades.

Sendo eternos *vir a ser*,
os homens e seus espaços-tempos se assentam,
persistem,
ou se desfazem um pouco de tudo o que acalentam.
Em seus recônditos desejos existem:
intenções,
teleologias,
aforismos e
lampejos que fixam esteios,
estruturas,
fundamentos envolventes de ações e pensamentos portadores de novos meios,
novos eventos,
novos rebentos...

O homem é aquilo que é e também é vir a ser, sendo, a um só tempo, si mesmo e Outro.
Entretanto, ambos se encontram,
se alimentam de gozos e tormentas,

passos...,
experiências...,
que carregam um aberto (des)fazer, um plasmar, embora incerto de outras fontes,
outros saberes,
outros viveres e prazeres.

É um ser denso e disperso,
um ser uno e diverso,
permanência e mudança,
um eterno buscador
(amiúde mesmo sem saber ou querer)
de dores e esperanças em si mesmo e no Outro,
portador de identidades, paisagens,
sonhador de alteridades em suas formas nadas puras de portar em si agruras
híbridadas de doçuras.
É eterno, também - convém entrever - seu inarredável querer ver (e sempre rever) seus
modos de ser.
(Re)buscando a história,
os homens (re)descobrem verdades e encobrimentos de memórias de pessoas e entidades.

O homem vive de perscrutar suas fabulosas criações,
nas coisas (i)materializadas,
como tempos,
lutas,
cidades.

Ser homem é resgatar outros lugares e invenções de todas as coisas legadas.
Repensando as múltiplas formas,
os múltiplos viveres alimentados,
os homens tecem,
rabiscam e (re)constroem seus polissêmicos espaços-tempos, forjando olhares atentos às
prelhas multiplicidades que compõem os aspectos diversos de processos, mundos -
verdades.

Refletindo seus tempos e espaços,
os povos refazem seus laços com homens e também com a natureza.
Forjam modelos e espelhos de ideias,
vivências,
estéticas,
belezas.
Assim, juntam e... ...separam grupos,
sociedades se saciam e lutam,
vivendo os homens tão juntos,
mas também tão dispersos em comunhões que portam disputas de seus diversos
universos”.

(FLÁVIO, 2008, pp.14-16, *grifo nosso*).

RESUMO

As paisagens remetem à essência da existência e vivência espacial de uma comunidade, sendo percebidas com intensidade e nitidez no(s) patrimônio(s) histórico(s) formadores dos alicerces culturais e sociopolíticos vivos. Nesse contexto representativo de elos culturais, muitos municípios no Brasil, como Diamantina/MG, apresentam-se como centros detentores de materiais-elementos tombados, vinculados aos conjuntos patrimoniais arquitetônicos (urbanos ou rurais), apresentando ambiente propício aos laços de topofilia, importantes para a perpetuação da vida coletiva e da estabilidade psicossocial do sujeito. Contemporaneamente muitos elementos tombados são considerados produtos mercantilizados, uma vez que o poder público municipal e os agentes capitalistas os veem como potencial de lucratividade, principalmente através da atuação do turismo cultural que pode interferir, com sua dinâmica, nos sentidos de uma vida expressa nas paisagens e nas manifestações culturais, mas por outro lado esta atividade pode, também, oportunizar experiências sociais e econômicas positivas no lugar. Desta forma este trabalho tem como objetivo compreender quais os impactos positivos e negativos que a atividade do turismo cultural gera, através da exposição do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG, afetando os moradores, interferindo e eventualmente criando conflitos com seus laços de afetividade e pertencimento ao lugar. Utilizou-se como metodologia: pesquisas bibliográficas, etnometodologias com suporte em registros iconográficos, além da organização e sistematização dos dados para a elaboração de mapas e gráficos. Percebeu-se, no desenvolver deste trabalho, que para o diamantinense o significado da representação das paisagens proporciona uma relação de pertencimento, afetividade e resgate memorial que fortalece os inter-relacionamentos do morador para com o seu lugar e com o próximo. Logo a interferência do turista representa, ali, a busca da experenciação através dos contatos sociais, provocando nuances de tensões sociais, mas, também, possibilitando uma similaridade entre os turistas com os moradores locais, uma vez que esta atividade é exercida, e percebida, para além do objetivo da sobrevivência de um mercado que se desenvolve através do consumo do turista neste recorte territorial, conseguindo, aliás, o “outsider” agregar conhecimento sobre aspectos histórico-geográficos do lugar, reconhecendo a importância do morador local e possibilitando a criação de laços de amizade. A interferência da dinâmica do turismo cultural em Diamantina/MG, então, não consegue materializar no morador uma sentido que remete à topofobia; além disso o poder público municipal percebe a importância do patrimônio para projetar o turismo na cidade, conseguindo promover uma dinâmica econômica e, de certa forma, proporcionando entroncamentos socioculturais entre o “outsider” e o “insider”.

Palavras-chave: Homem. Paisagem. Lugar. Topofilia. Turismo.

ABSTRACT

Landscapes allude to the existence and experience essence of a community space, being perceived with intensity and clearness in historical heritages, creators of live cultural and socio-political foundations. In this representative context of cultural links, many municipalities in Brazil, like Diamantina, Minas Gerais, present themselves as centers of material-holders elements under government trust, linked to architectural heritage sets (urban or rural), showing environments which lead to topophilia ties, important in perpetuating the collective life and psychosocial stability of the subject. Contemporaneously many elements under government trust are considered co-modified products, since the municipal public power and capitalist agents see them as potential for profitability. The performance of cultural tourism can interfere with its dynamic, in the sense of a life expressed in landscapes and cultural manifestations. This work aims to understand the positive and negative impacts that the activity of cultural tourism generates, through exposure of the architectural and urban heritage of Diamantina, Minas Gerais, affecting residents, interfering and eventually creating conflicts with their bonds of affection and sense of belonging to the place. As methodology it was used: bibliographical research, etnomethodologies supported in iconographic records, in addition to the Organization and systematization of data for preparing maps and graphs. While developing this work it could be noticed that for the diamantinense the representation of landscapes meaning offers a relationship of belonging, affectivity and memory deliverance that strengthens the relationships between resident and his place and his close ones. Soon the interference of tourist represents, there, the pursuit of experience through social contacts, provoking nuances of social tensions, but also enabling a similarity among tourists with local residents, since this activity is exerted, and perceived, beyond the goal of a market survival which develops through the consumption of tourists in this territorial clipping, achieving the outsider aggregate knowledge about historical aspects of this geographical place, acknowledging the importance of local residents and enabling the creation of friendship bonds. The interference of the cultural tourism dynamics in Diamantina, Minas Gerais, can't materialize in the resident a sense that refers to topophobia; besides the municipal public power realizes the importance of heritage to design the tourism in the city, managing to promote economic dynamics and, to some extent, providing socio-cultural junctions between the outsider and insider.

Keywords: Man. Landscape. Place. Topophilia. Tourism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

aC	Antes de Cristo
APA	Áreas de Preservação Ambiental
APP	Áreas de Preservação Permanente
BHu	Bacharel em Humanidades
BI	Bens Imóveis
BM	Bens Móveis
BR	Rodovias Brasileiras
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CP	Conjuntos Paisagísticos
DRPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FJP	Fundação João Pinheiro
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JK	Juscelino Kubitschek de Oliveira
m	Metro
mm	Milímetro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
NH	Núcleos Históricos
OMT	Organização Mundial do Turismo
PCH	Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	Homem e lugar. Sentido, percepção e experiência: Topofilia.....	63
FIGURA 02	A vida em experimentação. Lugar e paisagem.....	64
MAPA 01	Países com maior número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.....	96
FIGURA 03	Planta da demarcação Diamantina, século XVIII.....	156
FIGURA 04	A formação urbana do Tijuco em sua área quadrangular.....	158
FIGURA 05	Ligação dos arraiais e a formatação urbana do Tijuco.....	160
FIGURA 06	Formatação da área urbana do Tijuco através dos encontros dos Arraiais.....	161
FIGURA 07	Planta do Arraial do Tijuco no século XVIII.....	162
FIGURA 08	Planta do Arraial do Tijuco em 1784.....	164
FIGURA 09	Exemplos de estabelecimentos comerciais comuns no Tijuco, início do séc. XIX (Diamantina/MG).....	170
FIGURA 10	Rua da Quitanda em primeiro postal colorido, meados do séc. XIX (Diamantina/MG).....	172
FIGURA 11	Residências e calçamento da rua Direita, meados do séc. XIX (Diamantina/MG).....	174
FIGURA 12	Rua das Mercês destacando as escadarias, meados do séc. XIX (Diamantina/MG).....	174
FIGURA 13	Colégio Nossa Senhora das Dores e Orfanato, meados de 1880 (Diamantina/MG).....	175
FIGURA 14	Prédio do quartel inaugurado em 1914 (Diamantina/MG).....	177
FIGURA 15	Antiga Igreja Santo Antônio de Sé, meados de 1900 (Diamantina/MG).....	178
FIGURA 16	Catedral Santo Antônio sendo construída em 1930 (Diamantina/MG).....	178
FIGURA 17	Antigo grupo escolar e atual prefeitura, meados de 1920 (Diamantina/MG).....	179
FIGURA 18	Chafariz do centro em meados de 1940 (Diamantina/MG).....	179
FIGURA 19	Centro de Diamantina que destaca o Fórum, a atual praça J. K. e a Catedral Metropolitana, meados de 1900 (Diamantina/MG).....	180
FIGURA 20	Igreja São Francisco de Assis ao lado do Fórum, da Praça J. K. e próxima ao Mercado dos Tropeiros, meados de 1930 (Diamantina/MG).....	181
FIGURA 21	Tropeiros no interior do Pouso, em meados de 1930 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).....	182

FIGURA 22	Pouso em meados de 1890 - 1930 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).....	182
FIGURA 23	Gelosia da varanda da Casa de Chica, em 1940 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).....	184
FIGURA 24	Rótulas na casa de Chica e muro de adobe, em 1940 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).....	184
FIGURA 25	Casa do Maxarabiê e as treliças de origem mourisca, meados de 1950 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).....	185
FIGURA 26	Casas na rua da Grupiara e Igreja N. Sra. das Mercês ao fundo, meados de 1950 [fotografia de Noel Saldanha Marinho] (Diamantina/MG).....	186
FIGURA 27	Igreja N. Sra. do Amparo, meados de 1900 (Diamantina/MG).....	187
FIGURA 28	Conjunto urbano em torno da Igreja de N. Sra. do Amparo, meados de 1940 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).....	187
FIGURA 29	Igreja de N. Sra. do Rosário, meados de 1940 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).....	188
FIGURA 30	Fachada da Igreja N. Sra. do Carmo, meados de 1970 [fotografia de Renato Morgado] (Diamantina/MG)	189
FIGURA 31	Panorama da cidade de Diamantina, meados de 1930 [fotografia de Noel Saldanha Marinho] (Diamantina/MG).....	190
FIGURA 32	Construções próximas do Centro, como o Hotel Tijuco ao fundo, meados de 1950 [fotografia de Noel Saldanha Marinho] (Diamantina/MG).....	191
MAPA 02	Localização do município de Diamantina em Minas Gerais.....	194
QUADRO 01	Bens inscritos no livro do tombo do IPHAN.....	197
FIGURA 33	Entrada da cidade (Diamantina/MG).....	198
FIGURA 34	Caminho dos escravos e a Estrada Real (Diamantina/MG).....	201
FIGURA 35	Caminho dos escravos (Diamantina/MG).....	201
FIGURA 36	Gruta do Salitre (Diamantina/MG).....	202
FIGURA 37	Vista panorâmica de Diamantina (Diamantina/MG).....	203
FIGURA 38	Cruzeiro de Diamantina em 2013 (Diamantina/MG).....	203
FIGURA 39	Rua Beco do Mota com vista para a Catedral Metropolitana (Diamantina/MG).....	205
FIGURA 40	Grande Hotel, Rua da Quitanda (Diamantina/MG).....	207
FIGURA 41	Músicos na Rua Beco do Tecla (Diamantina/MG).....	207
FIGURA 42	Produção artesanal com a flor da planta Sempre-viva (Diamantina/MG).....	210
FIGURA 43	Planta Sempre-viva (Diamantina/MG).....	210

QUADRO 02	Trabalhos de campo realizados em Diamantina/MG.....	215
MAPA 03	A cidade de Diamantina/MG e as Áreas dos seus Patrimônios.....	223
FIGURA 44	Estátua representando J. K. (Diamantina/MG).	226
FIGURA 45	Sacada da residência do Senhor Zuzu (Diamantina/MG).....	228
FIGURA 46	Fachada da residência do Senhor Zuzu (Diamantina/MG).....	228
FIGURA 47	Pintura que faz alusão a Chica da Silva (Diamantina/MG).....	234
FIGURA 48	Fachada da residência da ex-escrava (Diamantina/MG).....	234
FIGURA 49	Quadro na residência de J. K., representando o ex-presidente (Diamantina/MG).....	236
FIGURA 50	Cozinha da residência de J. K., destacando o fogão de lenha e utensílios (Diamantina/MG).....	236
FIGURA 51	Construção da Catedral (Diamantina/MG).....	242
FIGURA 52	Antiga praça do Centro (Diamantina/MG).....	242
FIGURA 53	Largo Dom João (Diamantina/MG).....	245
FIGURA 54	Largo Dom João (Diamantina/MG).....	245
FIGURA 55	Bilheteria da antiga estação ferroviária (Diamantina/MG).....	251
FIGURA 56	Lateral da antiga estação ferroviária com o símbolo da Central do Brasil (Diamantina/MG).....	251
FIGURA 57	Vista do rio Grande (Diamantina/MG).....	253
FIGURA 58	Vista da Catedral Metropolitana Santo Antônio (Diamantina/MG).....	256
FIGURA 59	Imagem da Catedral na lataria de um ônibus municipal (Diamantina/MG).....	256
FIGURA 60	Loja de artesanato (Diamantina/MG).....	268
FIGURA 61	Mercado municipal no sábado de manhã (Diamantina/MG).....	268
FIGURA 62	Representação da musicalidade e do catolicismo em uma das lojas de artesanato na Baiúca (Diamantina/MG).....	283
FIGURA 63	Fiéis (moradores locais e turistas) em procissão na Semana Santa (Diamantina/MG).....	283
FIGURA 64	Placa na porta da residência da Chica da Silva (Diamantina/MG).....	288
FIGURA 65	Turistas na Baiúca (Diamantina/MG).....	288
FIGURA 66	Dona Maria do Pastel (Diamantina/MG).....	291
FIGURA 67	Patrimônios (Diamantina/MG).....	291
FIGURA 68	Convites, e ímãs de geladeiras, com as imagens dos moradores local (Diamantina/MG).....	292

LISTA DE GRÁFICOS

HISTOGRAMA 01	O que te chama mais atenção, positivamente, em Diamantina/MG? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).....	262
DIAGRAMA 01	Ao olhar para os patrimônios culturais da cidade, estes remetem a lembranças? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).....	263
DIAGRAMA 02	Você se orgulha por ter essas paisagens como Patrimônio Cultural? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).....	265
DIAGRAMA 03	Você se sente incomodado com a presença dos turistas, advinda do turismo cultural? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).....	267
HISTOGRAMA 02	Você acha que o poder público municipal potencializa os patrimônios históricos de Diamantina/MG para promover a cultura ou para viabilizar a questão comercial? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).....	272
DIAGRAMA 04	Você acha que Diamantina/MG sendo uma cidade tombada como patrimônio histórico favorece o comércio? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).....	275
HISTOGRAMA 03	Em sua opinião, enquanto comerciante, qual sentimento prevalece sobre o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG? Este está preferencialmente vinculado à cultura ou à questão comercial? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).....	277
HISTOGRAMA 04	Como você ficou conhecendo Diamantina? (Centro - Diamantina/MG).....	280
DIAGRAMA 05	Você sente que a sua presença, como turista, incomoda o morador local? (Centro - Diamantina/MG).....	284
HISTOGRAMA 05	Na sua opinião, enquanto turista, percebe a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG como elemento histórico-cultural ou como um instrumento mercantil que ativa a cadeia comercial? (Centro - Diamantina/MG).....	286

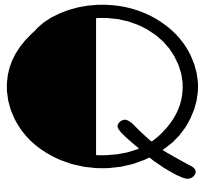
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1.0 PAISAGEM E LUGAR: O HOMEM NA SOCIEDADE EM UM ESPAÇO VIVIDO!	27
1.1 Paisagem: uma categoria geográfica em contínua (des)construção.....	30
1.2 Uma forma de expressão, uma ligação social, uma exclamação: eis a importância da paisagem!.....	43
1.3 Lugar e topofilia - paisagem e identificação: do concreto ao jogo do sentir (...).	53
1.4 Paisagem e lugar: da memória à continuação da vida.....	65
2.0 PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO: VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM-MEMÓRIA?	74
2.1 Memória, amor e política: um olhar sobre o patrimônio em seus enredos derivados da Geograficidade humana.....	78
2.2 A construção do Patrimônio Histórico Cultural no Brasil: em busca de uma identidade nacional.....	100
2.3 Patrimônio, turismo e sociedade: para além do reconhecimento histórico cultural.	114
3.0 TURISMO E PATRIMÔNIO: ENTRE O MUNDO VIVIDO E O “CENÁRIO” MERCANTILIZADO	120
3.1 Turismo e turistas: mais que um ato de viajar	123
3.2 O Patrimônio Histórico como “produto” do turismo cultural.....	134
3.3 Turismo, patrimônio e comunidade: uma relação social em construção.....	140
4.0 DIAMANTINA DAS MINAS: DE ARRAIAL “DOS SERTÕES” PARA CENTRO DE REFERÊNCIA MUNDIAL	149
4.1 Diamantina/MG: um olhar sobre a formação do Distrito Diamantino	151
4.2 Ruas, becos, praças, igrejas (...), algumas paisagens de Diamantina/MG.....	166
4.3 Diamantina/MG e turismo: arquitetura, musicalidade e arte.....	193
5.0 OS PATRIMÔNIOS DE DIAMANTINA/MG E SUAS NUANCES NA FORMATAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL	213
5.1 Ensaios etnogeográficos - a memória como resgate da vida: algumas observações.....	216
5.2 Da memória à vida vivida: ensaios etnogeográficos com alguns diamantinenses...	225
5.3 Patrimônio, turismo e sociedade diamantinense: a voz e o olhar do sujeito.....	258
CONSIDERAÇÕES FINAIS	294
REFERÊNCIAS	298
APÊNDICES	316

Introdução

BR 259 - Acesso a Diamantina (MG).
Fonte: ALVES, R. C. (2012).

“A pesquisa nos faz reviver ou refazer os passos dos geógrafos de séculos atrás, buscando novos fatores que desenvolvam novas ou questionem antigas opiniões” (ALMEIDA, 2009, p.02).



Quando se faz a opção pelo ingresso num programa de pós-graduação, “*stricto sensu*”, a dúvida e a ansiedade inerentes ao processo de se iniciar e se desenvolver uma dissertação são inevitáveis. Uma vez que emerge daí uma preocupação com os caminhos metodológicos e com a escolha das abordagens teórico-conceituais que mais aproximarão o pesquisador da trajetória mais adequada e pertinente de ver e interpretar o espaço a ser pesquisado, emergindo, nesse contexto, aflições e reflexões para quem envereda nessa senda acadêmica.

Ressalta-se que o ponto de partida de um trabalho de mestrado concretiza-se antes mesmo do ingresso do aluno em um programa de pós-graduação. O objeto, a área de estudo, o interesse em selecionar alguns objetivos, são frutos de sua vivência com o universo a ser analisado no trabalho, tudo isso acoplado a discussões de uma temática que também não é selecionada aleatoriamente.

Destaco essa experiência relacionada com o processo de se iniciar uma pesquisa de mestrado, pois ao desenvolver a introdução desta dissertação me flagro num processo de caminhada gradativa e evolutiva na construção do conhecimento, dado que a escolha de conhecer mais a história, a sociedade e as paisagens de Diamantina/MG não constituiu, pra mim, uma opção banal. A adoção dessa opção se deve aos contatos prévios que mantive com professores do curso de graduação em Geografia / Licenciatura Plena que concluí em 2011 na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Campus Pirapora - no norte das Minas Gerais.

O universo de leituras projetadas pelos professores, em especial através da dinâmica de classe adotada na disciplina Geografia Cultural, dessa instituição de ensino, despertou o meu interesse sobre o ser humano, a relevância das paisagens e dos lugares como processos e conteúdos sociais importantes na vida do homem. Também as minhas participações em grupos de pesquisas, iniciação científica e programas institucionais de extensão universitária me direcionaram nesse sentido.

Ademais, vivenciei, por diversas vezes, experiências com a sociedade diamantinense e me envolvi com o cotidiano desse lugar que consegue fundir sofisticação e simplicidade nas histórias contempladas, expressas e vividas em suas paisagens, além das formas de apresentações dos eventos culturais que destacam um pequeno universo da maneira de ser, fazer e viver dos moradores locais.

Vida diamantinense que me cativou, com o passar das visitas, dos reconhecimentos de campo e das conversações que potencializaram meu desejo de conhecer com mais

profundidade este lugar-mundo particular. Lugar que se apresenta como um celeiro turístico profícuo, decorrente, principalmente, da beleza e da atraente história destacada na arquitetura desta cidade. Arquitetura marcada pela diversidade de estilos influenciados pelos povos/culturas: árabe, africana, indígena, portuguesa, que ali se estabeleceram.

Lugar onde, as casas, mercados e igrejas do centro histórico remetem ao período colonial, desenhando-se com a forte presença da arte barroca, num estilo que é, ao mesmo tempo, simples e elegante, e que consegue ainda promover uma convergência e sintonia entre a arquitetura das épocas colonial com a moderna. Esta última destacada pela presença de belas obras de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (1907-2012) localizadas em alguns pontos (escolas, praças, hotéis e hospitais) da cidade.

Aliam-se a isto, a alegria e cumplicidade dos moradores locais com as formas de construir (i)materialmente a cidade, seja pelas paisagens (especialmente a arquitetura), seja pela cultura expressa no artesanato, nas danças, nas músicas, nas festas ou na linguagem regional, construindo uma identidade própria e singular em meio a formatação do lugar, que progressivamente passa a ser um atrativo turístico, potencializado pelo poder público e agentes comerciais.

Fazendo-me perceber novas formas de interação e existência social no seu espaço de vivência (do diamantinense), que procurei interpretar/reinterpretar, através de dois aspectos centrais de análises: (i) a relação de convívio do morador com suas paisagens e o lugar e (ii) a dinamicidade do turismo cultural e seus desdobramentos na cidade. Para se compreender a construção deste trabalho, e reforçando os motivos que me levaram a construí-lo, apresentamos a seguir a discussão do tema e justificativa de sua escolha como foco de investigação proposta.

Tema e justificativa

O tema que se delineia neste trabalho envolve a importância da paisagem como categoria conceitual da Geografia, entendendo-a como um referencial (i)material e natural de observação que pode ser visualizado como um componente social que promove a interpretação do homem no lugar habitado e, também, vivido. Constituindo uma possível e eficaz categoria de análise histórico-cultural e político-identitária.

Nessa perspectiva, a paisagem apresenta-se como um conjunto de elementos simbólicos, materiais e imateriais, impregnados de significados, intenções e posições

políticas, frutos da maneira de o homem se conduzir e se construir num mundo repleto de ideologias.

Ressalte-se, ainda, que a ação do homem modifica a paisagem e confere a ela uma característica de intervenção social de natureza política, desenhando marcas de vida em uma sociedade dotada de conjuntos a serem entendidos como arsenais culturais, particularmente visíveis nos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos (MENDONÇA & VENTURI, 1998).

As paisagens podem ser representadas então, como retratos vivos dos modos de vida de uma comunidade, concretizado(s) no(s) patrimônio(s) histórico(s) que, por sua vez, constituem bases culturais de cunho histórico-geográfico, e que reúnem, ao longo do tempo, as representações de uma sociedade construída de maneira coletiva e, por outro lado, pela maneira particular do homem se conduzir e sentir no espaço (HOLZER, 1999).

Nesse contexto de representatividade histórico-arquitetônica e urbanística em que o município de Diamantina, localizado no estado de Minas Gerais, se destaca, pois apresenta, especialmente no centro urbano, um conjunto patrimonial arquitetônico que constitui elemento essencial na construção das relações do homem-homem e homem-ambiente, fornecendo, essencialmente, subsídios subjetivos para o estabelecimento de laços topofílicos. Compõe um alicerce no que tange à identidade do ser, à internalização da memória social e à busca pelo equilíbrio psicossocial, constituindo, nesse sentido, uma forma de organização político-cultural singular (TUAN, 1983).

O município de Diamantina teve, em sua sede, o seu conjunto arquitetônico e urbanístico tombado em 1938, pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN -, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, figurando entre os bens culturais de relevante expressão situados no território brasileiro. Corresponde a uma das pioneiras cidades do país a ser tombada, tendo recebido, ainda, em dezembro de 1999, o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, a ela conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Título recebido pelo valor universal aí diagnosticado pelas obras arquitetônicas ali localizadas, imbricadas com arranjos que representam cenários da nossa história política. Trata-se de uma cidade que, como se sabe, destacou-se como palco de uma das atividades econômicas mais importantes para o país, advindo da extração do ouro e do diamante; além de retratar um espaço social urbano pioneiro, constituindo, assim, as suas formas arquitetônicas como pontos e referências históricas de grande valor (SILVA, 2003).

Em Diamantina, o patrimônio cultural destaca as heranças do homem como propriedade pública, construída por uma sociedade plural, gravando-se, aí, as marcas de uma vida

compartilhada. Mas, na contemporaneidade, o patrimônio se vincula também - é relevante assinalar - a interesses capitalizados que utilizam os bens tombados como atrativo turístico com potencial de lucro, transmutando, assim, esse patrimônio em objeto de utilização e mediação de vários agentes sociais em busca de rentabilidade econômica (GONÇALVES, 2005).

A gestão de um patrimônio cultural, tal como o conjunto arquitetônico e urbanístico do centro histórico colonial da sede de Diamantina, associa-se a estratégias de planejamento urbano, que se desenvolve em um processo simultâneo (e ambivalente) que varia e oscila entre dois polos: (i) preservação e (ii) mercantilização. Esta última tendência se materializa na busca de preservação de um atrativo conduzida sob a lógica de mercado, marcada, principalmente, pela atenção das redes hoteleira e gastronômica, dinamizadas pelo turismo cultural (CARLOS, 2001).

Observa-se que, este conjunto patrimonial arquitetônico e urbanístico é, muitas vezes, apropriado potencialmente, assim, com base em interesses políticos e econômicos, ao invés de sê-lo na óptica do que deveria se perceber como seu objetivo primordial que é a de preservação de uma história para a construção de uma sociedade. Projeta-se, nesse contexto, uma dupla função do patrimônio, (i) primeiramente pela sua relevância enquanto paisagens que remetem à essência memorial que identificam o homem no espaço vivido e (ii) pela “espetacularização” desta paisagem, assumindo uma dimensão comercial.

Nesse intento, o patrimônio histórico, como elemento representativo, deveria ser gerido com muita atenção, uma vez que remete a um amplo espectro de benefícios históricos, culturais, econômicos, desde que sua preservação seja priorizada. Busca garantir, dessa forma, qualidade de vida aos cidadãos detentores naturais dos elementos tombados, conjugando-se à oferta desse retrato humanitário para toda sociedade, incluindo-se, aí, visitantes e cidadãos locais (CALDEIRA, 2009).

Até porque a atividade do turismo cultural, em cidades detentoras de elementos patrimoniais tombados se, por um lado, garante a sobrevivência econômica de muitos moradores pela dinâmica econômica que é por ela gerada; pode, por outro lado, proporcionar uma interferência inapropriada dos “outsiders” na vida dos “insiders”, a ponto de gestarem tensões no tecido social que podem, até, numa situação-limite, modificar o sentido de pertencimento ao lugar para o morador local.

Esses processos imbricam-se, naturalmente, com a (re)descoberta da valorização do passado, expresso em paisagens, como no(s) patrimônio(s) histórico(s), que emergem como valores embutidos na memória do homem para a viabilização de sua estabilidade social,

inclusive este processo envolve uma experiência de espacialidade entre o vivido e o cotidiano, no presente, propiciando, ademais, pela democratização do turismo a disposição de “todos”.

Mas, como já sinalizou aqui, esta valorização de determinados elementos da paisagem, pela sociedade, muitas vezes é pautada num modelo de paisagem cultural com vínculo exageradamente relacionada à sua condição de mercadoria. E assim, através da conservação de um legado histórico podemos perceber, paralelamente, a emergência e consolidação de um capitalismo cultural e a, conseguinte, mercantilização num contexto territorial multifacetado que compõe uma rede multiescalar de interesses e geossímbolos de diferentes dimensões sociais (HAESBAERT, 2007).

É nesse contexto de intenções e ações entre o uso e a relevância da paisagem que, de acordo com Caldeira (2009), é possível se buscar uma visão globalizante da cidade, do homem e dos seus interesses. Isso porque a paisagem arquitetônica é o valor do possível na organização do habitar, sendo um elemento instigante para estudos que se proponham caracterizar os interesses embutidos em patrimônios culturais, e seus reflexos em uma dimensão simbólico-identitária e comercial.

Neste trabalho, a discussão de paisagem está intimamente atrelada à dimensão da cidade, espaço por excelência de percepção das mudanças de ações sociopolíticas e econômico-culturais em diversas formas. E vale assinalar que a arquitetura apresenta como o mundo urbano é revelado em sua especificidade intrínseca, por meio da sua impressão numa paisagem que pode remeter inclusive a um quadro de denúncias sociais.

Postula-se, aqui, a grande importância do laço de topofilia que associa significado assumido pelos tombos realizados pelo IPHAN e a UNESCO, principalmente da área central, para os moradores locais da cidade de Diamantina. Neste ponto se configura o principal recorte territorial desta investigação que remete a singularidade deste centro urbano. Nesse contexto, se percebe, com muita clareza, o homem associado à construção da paisagem e à carga de sentimento indissociavelmente vinculada a ela.

Então, o estudo da paisagem - patrimônio, colocado em pauta aqui - parte dos pressupostos da compreensão e investigação da “[...] política de preservação de áreas urbanas envolvendo, ao mesmo tempo, aspectos relativos à construção da identidade nacional e da memória coletiva, e aspectos relativos ao planejamento urbano e à qualidade de vida nas cidades [...]” (MESENTIER, 2004, p.73).

Portanto é a partir do reconhecimento do significado das paisagens, destacando-se aí o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico, que se percebe a pertinência desta temática, especialmente no contexto territorial/paisagístico de Diamantina, cidade em que a

municipalidade detém considerável conjunto de tombos. É nesse sentido que este trabalho emerge como importante e estratégico, pois compreender os motivos, concepções e causas deste embate entre as dimensões cultural e comercial, materializado seja na apropriação, ou vivência do conjunto arquitetônico, é sentir-se responsável pela perpetuação da história de um país, descortinada nas telas da vida que são as paisagens.

A partir desses marcos e referenciais que, a seguir, serão apresentados os objetivos do trabalho, os “andaimes” da pesquisa:

Objetivos

Objetivo Geral

- Compreender quais os impactos que a atividade do turismo cultural gera, através da exposição do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG, afetando os moradores, interferindo e eventualmente criando conflitos com seus laços de afetividade e pertencimento ao lugar.

Objetivos Específicos

- Investigar a relevância do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG para a construção da identidade cultural local dos diamantinenses em termos das relações topofílicas e topofóbicas aí estabelecidas;
- Analisar, pela percepção dos moradores e do poder público, se o desenvolvimento da atividade do turismo cultural em Diamantina/MG provoca contradições e tensões no tecido social;
- Identificar junto aos comerciantes, moradores e poder público qual a importância do patrimônio diamantinense como atrativo turístico para a geração de renda (em seus diferentes segmentos), e avaliar como os turistas percebem a dinâmica da cultural na cidade, e sua interferência na dinâmica local.

Metodologia

Para desenvolver a pesquisa, com os objetivos explicitados acima, o caminho metodológico utilizado passou por quatro etapas: (i) primeiramente realizou-se levantamento

bibliográfico sobre as categorias conceituais: paisagem e lugar; sobre os temas; memória, patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico e as problematizações sobre a cultura como elemento comercial atrelado aos interesses do turismo cultural. Posteriormente efetivou-se a (ii) pesquisa documental e bibliográfica de dados históricos, geográficos, econômicos, populacionais e sociais da área de estudo em órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal.

Em seguida foram realizados (iii) trabalhos de campo em Diamantina/MG, priorizando-se, aí, a aplicação de questionários quanti-qualitativos e não-diretivos aos moradores, autoridades, comerciantes locais, turistas, além dos ensaios etnogeográficos e uso do resgate da iconografia dos moradores. Por último, (iv) organização e compilação dos dados para a elaboração de mapas e gráficos.

Vale ressaltar que a escolha bibliográfica é extremamente pessoal, incluindo autores de diferentes formações acadêmicas (como: geógrafos, historiadores, antropólogos, psicólogos, arquitetos, filósofos, jornalistas, geólogos, dentre outros) e englobando, portanto, diversas áreas de atuação, linhas de pesquisas e interfaces de diferentes escolas que não anulam o diálogo construtivo mas, pelo contrário, reafirmam a importância de cada experiência científica para a produção do pensamento.

Tais fontes bibliográficas agregam abordagens que discutem as sensações e percepções, dimensões da realidade importantes pelo direcionamento dado ao trabalho, vinculado às perspectivas da Geografia Cultural.

Abordagens e perspectivas

Quando se definiu o trabalho com o título proposto buscou-se realizar um exercício de pesquisa no qual o geógrafo se preocupe com uma análise e abordagem mais humana, explicitando os sentimentos dos homens, suas realizações e julgamentos. Buscou-se propiciar uma interrogação do homem sobre o seu “[...] corpo, seu espírito, sua percepção de mundo e seu movimento imaginário [...]” (ALMEIDA, p.41, 1993). Buscando-se, ainda, olhar para dentro da sua experiência, para identificar o sentido que ele dá à sua vida (CLAVAL, 2001).

A vida humana é representada pelas paisagens e pela dinamicidade cultural de um lugar que se torna único para cada sujeito na medida em que sua experiência vai amadurecendo e se intensificando. O que resulta de um contato diário com os diversos seres que completam o quadro social de sua vida, formando-se, aí, sentimentos e valores (AMORIM FILHO, 1999).

Como representação social de estarmos no mundo, as paisagens desenham as maneiras pelas quais conduzimos a nossa vida, projetada, arquitetada e modificada, a cada momento, e realiza-se, aí, a construção de uma memória social que é sentida e resgatada cognitivamente por grafias, “[...] centradas em valores que podem ser reinterpretados a partir das dimensões materiais e corporais da existência humana” (GONÇALVES, 2002, p.110).

Vale ressaltar que estas paisagens são percebidas no(s) patrimônio(s) histórico(s) arquitetônico(s) e cultural(is) tombado(s), com o objetivo de se preservar a identidade cultural necessária para a estabilidade do homem no seu espaço, uma vez que se percebe neste uma ligação afetiva, sensitiva e de pertença, num sentimento de tofília (TUAN, 1980). Destaca-se ainda que são poucos os lugares, como Minas Gerais, que conseguem despertar nas pessoas tal sentimento de afinidade, simpatia e admiração pelas suas paisagens (AMORIM FILHO, 1999).

Em função da representação social, econômica e cultural desempenhada por sua história, é que, conseqüentemente, as paisagens de Minas Gerais possuem o maior percentual de bens tombados no Brasil (AMORIM FILHO, 1999). Mas, essas paisagens não são apenas construídas, elas são percebidas através da representação de diversas versões suas, decodificadas pelo olhar de cada homem e mulher que vive naquele lugar, como uma pintura ou poesia que se compõe de forma única e que marca etapas de uma vida (McDOWELL, 1996).

Sugestivamente o passado com suas referências marcadas no patrimônio, volta na virada do milênio “[...] a ser valorizado. Começa-se a se sentir, neste contexto, a necessidade de se entender o passado como um referencial para a construção do futuro e como um processo contínuo de fruição” (SIMÃO, 2001, p.15). Esse passado é um retrato das complexas relações sociais que construímos, sendo que voltar a ele é uma experiência que pode promover uma recarga emocional, dando-nos forças para seguirmos em frente.

A paisagem, então, é abordada e valorizada no trabalho a partir do enfoque humanista, pois entendemos que as verdadeiras paisagens são aquelas alcançadas como as interiores das nossas emoções (GUIMARÃES, 2002). Dessa maneira, investigamos o campo da experiência humana mergulhando numa das tarefas mais antigas do pensamento ocidental, em que os sentidos, as sensações, percepções e os usos cognitivos, inseparáveis do corpo e da relação entre o Eu e o Mundo, são muito relevantes para a construção histórico-memorial do indivíduo em sociedade (MARANDOLA JÚNIOR, 2005).

Nesse sentido, a Geografia, pautando-se nas filosofias do significado, alia-se à Fenomenologia, como se observa fundamentalmente nos trabalhos de Edward Relph, Yi-Fu

Tuan, Merleau-Ponty e Anne Buttimer, autores que assumindo uma visão “holística” do homem-natureza, destacam o “*lebenswelt*” (mundo vivido) na experiência humana. A importância da fenomenologia imbrica-se com a pesquisa sobre os problemas do Conhecimento e do Pensamento, examinando o fenômeno como ele é. Trata-se de um método sempre inacabado que se pratica através da experiência e da percepção, pois toma como ponto de partida o comportamento humano. Além disso, cabe destacar que a fenomenologia está sempre atenta aos movimentos, aos olhares, a entonações da voz do Outro, à performance de quem fala e o que isso é representado para o pesquisador.

Utilizamos também o existencialismo na busca da valorização das condutas de vida, realizando uma reflexão entre o ser e a existência, aqui entendidos no contexto da permanente construção do homem no lugar; sendo representada a sua existência pela paisagem, num universo subjetivo e intersubjetivo, pois o pensamento objetivo, e exclusivamente racional, ignora, muitas vezes, o sujeito da percepção.

Percepção esta entendida, aqui, como a linguagem do mundo exterior e interior do homem, despertada a partir da sua experiência de mundo e de como ele percebe o mundo em si mesmo (MERLEAU-PONTY, 1971). Percepção construída, experimentada e “[...] ligada aos processos da cognição, afetividade e memória” (GUIMARÃES, 2002, p.130), que promove sensações acompanhadas de diversos significados.

Entendemos, através das abordagens de Tuan¹ (1983), que a experiência humana pode ser, portanto, representada pela construção da paisagem, aliada aos usos sensoriais do corpo em relação ao mundo e que desenvolvem suas noções espaciais. Construções essas que são ampliadas pela experiência de vida diretamente ligada à intensidade e densidade das relações pessoais e coletivas (MARANDOLA JÚNIOR, 2005).

Nossa pesquisa vai também de encontro com as abordagens de Piaget (1975; 1996), quando este pesquisador afirma que todos os níveis de desenvolvimento cognitivo e campo sensorial, são utilizados para exercer influência, direta ou indireta, sobre a percepção do homem, enriquecendo e orientando a sua experiência. A pesquisa se posiciona, assim, em

¹ Este trabalho é direcionado pelos estudos e discussões do professor e pesquisador (clássico) Yi-Fu Tuan, atualmente considerado o “pequeno-príncipe” da Geografia, uma vez que suas abordagens procuram “[...] domesticar uma geração de colegas entusiasmados pelo positivismo lógico e a análise espacial quantitativa” (BUTTIMER, 2012, p.135). Destaca a importância da subjetividade nos estudos nas Ciências sociais, este pensador persiste na reflexão crítica sobre os lugares, tratando de temas “inovadores”, como: religião, moral, imaginário, natureza, cultura, ética, amor e o receio pelos lugares, apoiado em uma escrita poética derivada dos fatos e acontecimentos cotidianos. Os seus trabalhos são de grande importância para a Geografia, afirmação esta que se comprova pelo prêmio Internacional de Geografia “*Vautrin-Lud*”, considerado o “prêmio Nobel de Geografia”, com o qual foi agraciado em 2012 (BUTTIMER, 2012).

termos do seu direcionamento, organização e construção, entre o construtivismo piagetiano e as influências fenomenológicas de Tuan.

Organização dos textos

A dissertação está organizada em cinco (05) capítulos, sendo a introdução, seguida pelo capítulo um (01) que aborda as categorias conceituais: paisagem e lugar, posicionando-as em termos da sua relevância na e para a construção da experiência do homem no mundo. O capítulo subsequente (02) enfoca a constituição do patrimônio histórico, a evolução da discussão sobre esta relevante dimensão cultural brasileira e a sua importância para a construção da identidade do homem no seu espaço-lugar. O capítulo (03) aborda a atividade do turismo, caracterizando os elementos patrimoniais como bens potencializados pelo turismo cultural, destacando, ainda, os seus efeitos sociais.

O penúltimo (04) capítulo traz uma retrospectiva geohistórica da cidade de Diamantina/MG, apresentando suas características físico/geográficas e destacando a presença da atividade do turismo. Na sequência, o último capítulo (05) traz a discussão empírica, promovendo o levantamento dos dados obtidos em campo, incluindo-se, aí, contatos com os moradores, turistas e instâncias de poder locais, realizando reflexões acerca das leituras/interpretações dos dados tabulados, bem como apresentando discussões permeadas pela elaboração de gráficos. E, por fim, são apresentadas, naturalmente, as considerações finais.

Dessa forma, a pesquisa é apresentada como elemento de compartilhamento que objetiva dividir olhares. Buscou-se a elaboração de uma escrita que contemplasse a construção de um narrador-personagem, valorizando o diálogo entre o autor e o leitor, pois uma pesquisa de mestrado não consiste apenas em dissertar, descrever uma temática mas, envolve, sobretudo, explicitar e lançar pontos de vistas, análises, percepções do autor, uma vez que nenhuma postura acadêmica, científica, é neutra, mas, sim, marcada pelo olhar de quem pesquisa, do interesse daquele que tenta ver e sentir o seu objeto de estudo além das escritas.

E quem sabe esse autor possa ter contribuído para a sociedade ao colocar em pauta e, em evidência, afirmações e interrogações que possibilitam perceber Diamantina, seu povo e seus patrimônios, sob uma nova perspectiva; espacialmente fundamentada na paisagem cultural local/regional, e engajada de maneira sensível.

Capítulo 01

Paisagem & Lugar:

O Homem na sociedade em um
Espaço Vivido!

Catedral de Santo Antônio de Sé (Diamantina/MG).
Fonte: ALVES, R. C. (2010).

“A paisagem é mutável, como o ser humano, ela move, cria, dança, transcende. Nela percebemos as mudanças sociais, seus ritmos e seus enredos, onde o homem adapta as suas necessidades, internalizando-a como a sua existência” (ALVES, 2010, p.03, grifo nosso).

Diante das indagações que se fizeram presentes ao longo da construção deste trabalho, fundidas nas reflexões sobre a paisagem e voltadas para a análise da relação *paisagem-lugar*² e *o mundo vivido*³ do sujeito, confronta-se o desafio de iniciar a discussão sobre a trilogia que permeia esta dissertação, embasada nos (des)encontros entre o patrimônio histórico arquitetônico, o mercado comercial e a cultura (i)material.

De imediato, direciona-se a refletir sobre o homem no mundo e no seu espaço de vivência para a construção do substrato social. Assim, começa-se a abordar a categoria conceitual geográfica Paisagem e suas transformações interpretativas que, na contemporaneidade, se fazem “vivas” na relação subjetiva do sujeito e seus laços emocionais. Essas transformações fortificam, em certa medida, a construção da sociedade, edificando e refazendo, dessa forma, os capítulos de sua história, e estando grifadas as marcas de seus feitos nas paisagens. Isso porque as paisagens retratam, significativamente, a relação homem-mundo, construindo um cosmo de características de um lugar que representa, ao passar do tempo, a vida.

É importante assinalar que, dessa forma, começa-se a debruçar na dissertação, com foco na paisagem na vertente da Geografia Cultural. Não se tem aqui o objetivo de traçar um paralelo teórico de sua aplicação científica nos estudos da Geografia de forma a realizar um resgate do processo histórico desta categoria conceitual. Busca-se perceber a evolução da Ciência do espaço ao compreender, mesmo com discussões que perduram até os dias atuais, que a paisagem é o retrato mutável de uma sociedade. Ela é uma representação tridimensional, pois representa a experiência humana, a densidade dos contatos experienciados e a intensidade dos fatos que ocorrem no espaço. Além disso, é uma expressão da vida, que é híbrida, e que comprova com cientificidade, a Geografia construída, observada, imaginada, sentida e vivida nas esferas material e, principalmente, imaterial.

No percurso deste capítulo destaca-se também a categoria conceitual geográfica Lugar, e sua relação construída com o homem, em seu enredo psicossocial e afetivo-emocional. Pois,

² O termo paisagem-lugar, utilizado no decorrer do trabalho, envolve a compreensão de que o homem constrói a sua vida com a experiência sentida em sua forma de existência em contato com o Outro, constituindo, aí, gradativamente, a sua personalidade que se afirma na apresentação de sua história nos desenhos expressos nas paisagens, ou seja, esta é a marca da experiência do homem no lugar e o lugar representa o ambiente dele no mundo. Considera-se, assim, impossível dissociarmos tais categorias geográficas para destacar as ações, modelagens e expressões humanas na Terra. Sendo elas mais que uma conjunção de duas categorias conceituais; tornando-se a base da discussão da existência do ser em seus fenômenos sociopolíticos e culturais.

³ A utilização do termo: mundo vivido extrapola a relação dos contatos do homem com o Outro e a sua experiência íntima, pessoal. Este representa a noção de apreensão do sujeito com a sua vida realizada, em diversas fases, como uma linha de tempo que narra a sua história vivida, enquanto protagonista de uma sociedade, mesmo que essa seja construída pela sua imaginação para fazê-lo sentir-se presente no espaço. Dessa forma, o mundo vivido exprime a capacidade do homem em se lembrar e representar, de inúmeras formas, sua vida na terra, em sucessivas etapas de maturação e reflexão social (BUTTIMER, 1985).

o sentir-se presente no espaço pelo lugar, através, principalmente, da sensibilidade emocional e sensitiva que se relaciona diretamente com os sujeitos e a sua experiência, reafirma a memória do ser na paisagem como retrato de uma vida. Sendo que este é o intuito da adoção desta abordagem com a reflexão da categoria conceitual supracitada.

Ao lerem este trabalho, muitas pessoas devem se perguntar: “Porque o autor não iniciou as suas reflexões sobre a categoria conceitual geográfica: Lugar e, posteriormente, a contrapôs à análise da categoria: Paisagem, pelo contexto da pesquisa que se remete aos laços de topofilia?”.

A *resposta*⁴ se condiciona ao universo de interesses e afinidades científicas que impulsionaram esta pesquisa: o olhar da paisagem e como olhar e sentir a paisagem. Foi este o aspecto que fomentou as inquietudes dos diversos significados sociais sobre as quais podemos refletir na perspectiva de uma análise crítica do Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico do município de Diamantina/MG. Assim, sinto, percebo, analiso e descrevo a paisagem como a construção do ser humano em suas múltiplas esferas político-sociais, reforçando a ideia de pertencimento a qual possibilita o contexto da vivência do lugar. Procuo enfatizar, ainda, a relevância da paisagem e, ao mesmo tempo, evito uma metodologia que atrele a construção sistemática das categorias conceituais geográficas em uma suposta escala e recortes definidos.

Teve-se aqui, como intuito maior, ressaltar a importância da paisagem para o ser humano como arcabouço da memória com respingos de encontros, de sentidos e emoções, com características individuais e coletivas, tornando o lugar único e, sendo assim, muitas vezes, claramente memorável.

É importante, nesse sentido, colocar a paisagem e o lugar em uma situação possível de diversos olhares e contextos, entre estes, podem-se pontuar: as armações de conotações políticas, sociais, econômicas, com foco na relação sensitivamente subjetiva e sócio-emocional derivada das ações e percepções humanas, à medida que se percebe, nos ecos dos sentimentos do sujeito, a oportunidade de se conhecer na diferença do Outro.

Tudo isso mostra que entender a multiplicidade das paisagens em seus lugares, observando, ademais, a complexidade do espaço-lugar sobre o olhar do diferente é importante. Sendo essencial essa compreensão para que, assim, a discussão relacionada sobre

⁴ Convergindo com as ideias de Laura Ludovico de Melo (2009), entendo e desenvolvo este trabalho realizando as reflexões sobre o homem e paisagem, e que esta, antes de ser palco de inúmeras dinâmicas sociais, me remete à sensação de que ela é uma “[...] tradutora, antes de qualquer coisa, de uma relação muito estreita e privilegiada, de nós, para com o mundo. Tendo, em nosso íntimo, a impressão de que a paisagem já existe - para nós - antes mesmo que a nossa consciência, ou mesmo, que esta nos seja dada antes mesmo de qualquer estímulo” (MELO, 2009, p.38).

o Patrimônio Histórico Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina evidencie-se como um “elemento” de real importância para a difusão cultural e socioeconômica da área em questão. Busca-se, na pesquisa, localizar a essência destes cenário-vividos da paisagem que afetam a cadeia de pertencimento e afetividade do homem no seu lugar, reforçando, aí, os olhares do sujeito sobre a paisagem.

O objetivo neste capítulo é, de fato, o de apresentar a exclamação social que se exhibe nos traçados de uma paisagem, em especial a urbana, narrando, cantando, bordando, entre os gradientes das ações do homem no espaço, diante da “dicotomia” do tempo e da construção de suas relações afetivo-sociais, para que se possa compreender o quão é importante a paisagem para a sociedade, e daí a continuidade de uma vida.

Dessa forma é apresentada, a seguir, uma discussão sobre a paisagem e sua construção enquanto análise, e os avanços da Ciência do Espaço em sua utilização interpretativa, derivados dos progressos da pesquisa, dos métodos geográficos e da sensibilidade do pesquisador.

1.1 Paisagem: uma categoria geográfica em contínua (des)construção.

Conceituar a categoria geográfica Paisagem é um risco, pois este é um dos conceitos mais ambivalentes no conhecimento geográfico, uma vez que a pluralidade de abordagens a respeito dela é imensa. Essa categoria é aplicada à pintura, à história da arte, aos estudos do cinema, à literatura, ao turismo, dentre outros, provocando um turbilhão de dilemas e discussões de seus polêmicos temas. Chegando, dessa forma, a ser compreendida desde um elemento natural, ou eventualmente, atribuindo-se um significado simbólico por decodificar olhares, percepções, ações e movimentos em forma de uma metáfora.

Paisagem é um conceito que passou e passa por diversas reflexões, pois é um retrato natural e, ao mesmo tempo, humanizado de tudo aquilo que se sente, faz e se percebe no espaço (VIEIRA, 2006). Devido a isso, oferece-nos a oportunidade de debater concepções modernas a respeito desta categoria, analisando-a no contexto de suas relações de interesses sociais e ecológicos.

A paisagem sempre esteve presente na vida do homem, como evidenciado na literatura universal, conforme Naveh & Lerberman (*apud* Guimarães, 2002), a propósito, destacam até no bíblico “*Livro dos Salmos*” (*Salmo 48*), que relaciona-se às palavras hebraicas “*noff*” (paisagem) e “*yafa*” (beleza), e visa à descrição e à visualização da beleza cênica de Jerusalém, com suas construções, belos jardins, grandes palácios e templos.

A ideia de paisagem esteve presente, também, na pré-história, com as grafias e figuras (rupestres) destacadas em rochas, grutas e cavernas, bem como no pensamento do ser, pela imagem da modelação dos recursos naturais. A partir do (re)desenhar de um meandro, em um sistema hídrico, até as formas cênicas das frondosas árvores das florestas, uma vez que a paisagem esteve associada à essência da Natureza, haja vista que a sobrevivência humana dependia da experiência de conhecer o lugar (ambiente) e de realizar ações suficientes para a alimentação, moradia e continuidade da vida (MAXIMIANO, 2004).

Essa relação descritiva no Salmo 48 e no universo da pré-história, no que tange à paisagem, gradativamente, passou por modificações pela estruturação tecnológica que o homem ia empregando no campo, tornando a paisagem também uma transformação humana sobre a natureza e não apenas um quadro cênico. Essas transformações tornaram relevante para propiciar aquisições de pesquisas que, teoricamente, os objetivos remetem à sanar as diversas inquietudes e necessidades do homem (SILVA, 1997).

Essa categoria conceitual geográfica tem um forte vínculo com relações de investigação do espaço, levando a Geografia a ser chamada de Ciência da paisagem. Por apresentar vários sentidos e interpretações, vale ressaltar que no século XV, no *Renascimento*⁵ Cultural, época efervescente da arte, cultura, religião e economia, a Paisagem era analisada como representação espacial visível, rompendo com a crença teológica da divindade da paisagem que até então (em meados do século XIV), dominava a compreensão a respeito dela (SUBIRATS, 1986; SCHIER, 2003).

A paisagem, como forma “intocável”, começa vagarosamente a ser entendida como elemento de apropriação e mutação na sociedade e, a partir daí, Mendonça & Venturi (1998, p.65) destacam que:

[...] as premissas históricas do conceito de paisagem, para a geografia, surgem por volta do século XV no renascimento, momento em que o homem, ao mesmo tempo em que começa a distanciar-se da natureza, adquire técnica suficiente para vê-la como algo passível de ser apropriado e transformado.

No Renascimento a paisagem, paulatinamente, passa por um processo de transição entre sua compreensão como objeto natural e se apresenta como um elemento espacial no

⁵ O humanismo foi uma das atitudes mais destacadas entre aquelas cultivadas no Renascimento. Isso envolveu a revalorização da cultura e sua filosofia, com uma visão antropocêntrica e racional do espaço, valorizando-se, nesse sentido, o homem e seu raciocínio, com o incentivo à pesquisa, o que fortaleceu o emprego da paisagem com novas abordagens e campos de análises (MAXIMIANO, 2004).

contexto cultural. Primeiramente no mundo das artes e, posteriormente, entre os enfoques científicos de cunho acadêmico.

Com as discussões adquiridas sobre a paisagem no Renascimento, esta ocupa de vez o seu lugar, principalmente através dos aportes de geógrafos alemães de destaque, a exemplo de Alexander Von Humboldt (1769-1859); positivista que compreendeu, neste momento, a paisagem como um conjunto de relações naturais. Esse geógrafo publicou em 1844 a obra *Cosmos*, cujo objetivo era comunicar a necessidade prática da pesquisa científica e descrever os conhecimentos dos fenômenos terrestres e celestes de forma enciclopédica.

Já Friederich Ratzel (1844-1904) publicou em 1882 a obra *Antropogeografia*, na qual destacou a cultura num contexto político e os ensaios etnogeográficos (descreve e mapeia os modos de vida dos homens e suas repartições), definiu o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade nas esferas fisiológica e psicológica. Essas obras adquiriram grande destaque para os pesquisadores e a Ciência em seus campos de interpretação (ROSENDAHL & CORRÊA, 2001; SCHIER, 2003; CLAVAL, 2007).

Esses pesquisadores destacados acima incluíram nas discussões geográficas o conceito de paisagem por meio de métodos de análise e averiguação num formato enciclopédico, descritivo, com entendimento e compreensão holística para as formas que se apresentavam na superfície da terra. Destacaram que o estudo da cultura se baseava na análise do uso dos artefatos utilizados pelo homem para dominar o espaço na terra e os resultados das modelações (CLAVAL, 2007).

O geógrafo, naturalista, pesquisador e considerado o pai da Geografia, Von Humboldt, utilizou o termo “paisagem natural” para retratar as áreas da natureza em sua essência geomorfológica, caracterizadas pelas áreas homogêneas dos campos e, realizando uma fisionomia própria. Conferiu esta compreensão por meio de suas viagens, e trabalhos de campo, realizados no final do século XVIII, nos quais a categoria geográfica paisagem se constituiu. E no século XIX, o termo alemão “*Landschaften*” (paisagens), de origem “*Land Schaffen*” “criar a terra, produzir a terra”, se destacou (HOLZER, 1998; SCHIER, 2003).

Mas, apesar da conotação fortemente naturalista que Humboldt adotava, ele era um contemplador apaixonado das paisagens, alcançando um romantismo literário no trato da relação do homem com a natureza e, apresentando, portanto, um lado humanístico que poucos estudiosos destacam (FREITAS, 2007).

Então, foi na Alemanha, no século XIX, com mais ênfase, que o conceito de paisagem foi retratado sob a forma de uma estrutura de quadro físico, natural, geomorfológico,

interessado na relação de aspectos concretos, importantes para o domínio e reorganização do espaço no país, uma vez que não existia ali a unidade de um Estado (MELO, 2001).

Ressalta-se que, para a época, a relação natural da paisagem era representada por uma carga quanti-descritiva, na qual destacava, também, o ambiente como modelador das ações do homem. Influenciando assim as suas reações, sintetiza o homem como mero produto do meio, o que nos remete a perceber o determinismo geográfico como painel de estudo, principalmente em Ratzel.

Diante dos embates e discussões em torno dos enfoques dos estudos da paisagem, surge, por sua vez, na França, no século XIX, uma nova conotação para esta categoria, principalmente, com os estudos do geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845-1918) que assumiu a paisagem, relacionando-a à região para estudar a inter-relação dos elementos naturais e humanos em uma unidade de análise (CLAVAL, 2007).

Nas pesquisas deste geógrafo, utilizava-se o princípio de conexão, no qual todos os fenômenos geográficos se inter-relacionavam, não necessariamente estabelecendo sequências, mas coexistindo numa complexidade de relações. Foi importante esta análise para associarmos o princípio da diferenciação, base da noção vidaliana de região e, a partir daí, a paisagem tornou-se importante aos estudos regionais. Nesse contexto, podemos declarar que esse pesquisador foi um dos responsáveis por instituir a Geografia como a Ciência da paisagem (FREITAS, 2007).

A “*Paysage*” (paisagem) passa a ser concebida, também, como um elemento de estudo de enfoque social (humanista), atentando para as modelagens que o homem realiza no meio, com a prática de estudos de sociedades tradicionais, principalmente agrícolas e com vínculos temporais nos passados. Além disso, analisam-se as ações do sujeito ao lugar, seu modo - gênero - de vida, e inauguram o conhecido “possibilíssimo” francês.

Diferentemente do enfoque alemão, os franceses destacavam que o homem é capaz de modificar o espaço, sobressaindo-se os fatores e efeitos dos seus atos na paisagem pela “força do hábito” - o que corresponde a colocar em pauta o estudo da Geografia como uma reflexão sobre o ambiente e os estabelecimentos humanos (CLAVAL, 2007; FREITAS, 2007).

Os *estudos*⁶ das paisagens pelos franceses, sobretudo daquelas que o homem já modificara, não retratam de fato as relações socioculturais construídas pela sociedade, mas

⁶ É relevante assinalar que este embate se apresentou no palco epistemológico, também, em razão da disputa territorial entre a França e a Alemanha para se abster a hegemonia política, econômica e, logo, social do continente europeu, estando os estudos franceses apresentados como respostas ao expansionismo alemão, em busca de seu espaço vital, principalmente após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) (SCHIER, 2003).

destacam que o homem é um ser criativo e que modifica o seu ambiente para possibilitar a sua sobrevivência, impondo, assim, poder sobre o território.

A paisagem foi, de fato, um dos temas mais desenvolvidos pelos geógrafos alemães e franceses. E suas abordagens a formataram como um modelo da essência natural (morfológica) pela análise das técnicas e das suas transformações pelos aspectos materiais, com o intuito de torná-la mais produtiva e usual. A recusa em visualizar-se a essência subjetiva do homem na interpretação e construção da paisagem deve, nesse contexto histórico-científico, a geografia ser de inspiração positivista e naturalista.

Pode-se perceber que a paisagem até então era percebida como um quadro que o homem não internalizava os fatores sociais em um cunho interpretado enquanto essência simbólica, em que ele pudesse expressar os seus sentimentos e desejos impulsionados por fatores internos e externos de sua vida pessoal. E, dessa forma, o quadro cultural era então considerado um legado secundário, e os sentidos, desejos e vontades, em uma dimensão psicológica, marginalizados.

No entanto, a cultura começa a emergir com o aprofundamento das discussões nos estudos científicos, numa tentativa de se compreender o espaço, conjugando-se os elementos naturais e os socialmente construídos. Para tanto, o termo paisagem cultural tem sua origem na Alemanha entre os séculos XIX e XX quando geógrafos como Otto Schlüter (1872-1959) e Otto Karl Siegfried Passarge (1866-1958) usaram o termo “*Kulturlandschaften*” (as paisagens culturais) em oposição ao de “*Naturlandschaften*” (as paisagens naturais), inclusive, estudaram estabelecimentos humanos, casas, atividades do campo, retratando os estudos da pré-história (SCHIER, 2003; CLAVAL, 2007).

Até o final do século XX, a questão cultural em termos de análises de cunho imaterial sobre as modelagens na paisagem, era limitada. Devemos a estes estudiosos, Otto, Siegfried, Humboldt e La Blache, o incremento do debate sobre a paisagem e o desenvolvimento de pesquisas a seu respeito. E através desses que podemos verificar a diferenciação entre “*Naturlandschaften*” e “*Kulturlandschaften*”.

Além disso, percebe-se que a conceituação da paisagem cultural foi influenciada pelas análises darwinistas, no momento em que se atribui aos utensílios e técnicas de dominação do meio a sua seleção; não se destacam, por outro lado, as atitudes, crenças e fatos pessoais como elementos processuais que impulsionam a modificação do espaço (SARLO, 1997).

No século XX, no período de 1930-1950, o conceito de paisagem é novamente discutido com intensidade, especialmente nos Estados Unidos, com o professor Carl Ortwin Sauer (1889-1975), fundador da Escola de Berkeley (1925-1975), que empreendeu estudos

influenciados pelas escolas clássicas francesas e alemãs, mas a partir de certa subjetividade. Esse professor projetou em suas pesquisas a compreensão da descrição de espaços, realizou comparações, induções e diferenciações de áreas e povos. Concebeu, nesse sentido, certa liberdade de expressão no que tange a meios e objetos que o homem utilizava para a sua sobrevivência. Realizou, ainda, uma análise para ecologia cultural em que ressalta a paisagem cultural como resultado do “modo de vida” (SAUER, 1998; FREITAS, 2007).

A partir da produção Saueriana, a subjetividade foi considerada como elemento presente em análises como constituinte da relação entre o ser humano e seu espaço; especialmente a paisagem que é por ele (re)edificada. Dentre as diversas contribuições de Sauer, destaca-se, na perspectiva adotada nessa pesquisa, a abertura de interpretação da realidade num contexto interdisciplinar. Essa abertura permitiu ao pesquisador dialogar com a história (marca do seu historicismo que advém dos estudos na arqueologia e geologia), filosofia, psicologia e a sociologia; bem como a atribuição de valor a estudos que envolvem a percepção - ambiental - devido a sua aproximação com a antropologia (CLAVAL, 2007).

Sauer utilizou a geografia como um estudo da diferenciação de áreas sobre a perspectiva da paisagem mesclada numa relação, também, fundida na construção do mundo percebido, em um sistema que hoje podemos compreender que é “[...] destacado pela fenomenologia da paisagem” (DEUS, 2010, p.19).

O pesquisador enfatizou o passado ao compreender a crença da diversidade e variedade cultural e respeitou, a seu modo, as formas de perceber os espaços, notando que as sociedades não apenas se desenvolvem em suas paisagens (com os estudos na esfera rural, sua dimensão e estruturação básica de adaptação humana), mas também as modelam. Ou seja, em suas análises, a cultura é percebida como um elemento expresso no desenvolvimento de uma paisagem. Além disso, a paisagem era um conceito, para ele, unitário, em que os aspectos culturais e morfológicos se relacionavam, sem que fossem determinantes um sobre o outro. Essa interação entre a paisagem natural e os homens resulta em sua paisagem cultural (SAUER, 1998; FREITAS, 2007). Neste contexto vale ressaltar que:

A área anterior à introdução de atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são outros conjuntos. Podemos chamar as primeiras, com referência ao homem, de paisagem natural, original (...). As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. A paisagem cultural então é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas [...] (SAUER, 1998, pp.42-43).

Nessa perspectiva, Sauer (1998) enfatiza a marcante relação dos reflexos da paisagem natural e cultural, pois identifica que o homem é o agente transformador no ambiente, vislumbrando na sua ação duas naturezas: uma anterior, e outra posterior à atividade humana. Tratou a paisagem numa perspectiva morfológica e, para a questão da paisagem cultural, realizou uma concretização do pensamento humano que tem um caráter físico e material (SCHIER, 2003).

Em meados de 1940, a geografia norte-americana, principalmente, levantada por Richard Hartshorne (1899-1992) atentou, por sua vez, para estruturas de pesquisas em formato quantitativo em que obtempera os estudos do espaço e da cultura, remete-se à relação de sinônimo entre os termos área e paisagem. Ofereceu também enfoque ao termo “área” em suas discussões sobre a diferenciação da terra, mesclando-a com os estudos da geografia regional (CLAVAL, 1999; SCHIER, 2003).

Paralelamente, surge então na Alemanha uma visão sobre a paisagem a qual se pretendia totalizante, a denominada “*Landschafts komplex*” (paisagem complexa) que definia as unidades da paisagem como um conjunto de processos essencialmente ecológicos e as utilizava como recortes para análises socioambientais (SCHIER, 2003).

Neste momento surge, também, o conceito de geossistemas associados aos estudos da paisagem, sistematizado na literatura soviética, que Christofletti (1987, p.120) considerou sendo “[...] organizações espaciais oriundas dos processos do meio ambiente físico [...]” e nas quais as modelagens do sujeito não se inserem de forma totalizada, mas interferem nos potenciais dos processos de fluidez da energia e da matéria da natureza.

Essa vertente não atingiu os estudos afetivos e sociais da relação cultural perante as ações do homem nas atividades da sociedade, pois a noção de geossistemas referia-se aos fenômenos naturais, e as relações econômicas e sociais eram utilizadas, somente, na medida em que influenciavam alguma variável dos geossistemas. Isso se deve a seu uso ser associado, por exemplo, à construção de mapas de paisagens, em prognósticos, cenários e previsões de mudanças ambientais; subsídios para planejamentos e gestão de territórios, dentre outros (FREITAS, 2007).

Até a década de 1940 e 1950, o interesse dos estudos da Geografia, mais especificamente a Cultural, relacionava-se às marcas da cultura na paisagem e a noção de gênero de vida. Com diversos enfoques, mas sem muitas mudanças de abordagens, tais como a cultura material, suas técnicas, utensílios, meios de “*habitat*” e instrumentos de trabalho. Acompanhavam-se os estudos antropológicos norte-americanos que eram baseados no determinismo cultural, no qual o indivíduo era um mero agente, com nenhuma ou pouca

contribuição de fatores psicológicos como proponentes de suas ações (CORRÊA & ROSENDAHL, 2007).

Essas abordagens realizadas sobre a paisagem não mais explicavam a realidade social que se construía no tempo e no espaço, diante de tanta diversidade social, das estratégias da economia mundial derivada, por exemplo, do aumento vultoso dos meios de transporte e comunicação, sobretudo, em relação ao descaso com determinados componentes da realidade como a Cultura.

Então, teve-se que extrapolar o sentido de descrever as ações para explicá-la. Foi nesse contexto que, gradativamente, adquiriu corpo e identidade a abordagem cultural, juntamente com a ascensão do movimento feminista (1960) e ecológico (1960/1970). Os estudos anteriores não estariam a compreender, em totalidade, as transformações do espaço, pois não abordavam/consideravam a relação afetivo-social que permeia as atividades do homem (SCHIER, 2003; CORRÊA & ROSENDAHL, 2007). Vale ressaltar que:

A partir da década de 1950, a paisagem geográfica deixa de ser local, regional, e passa a conter uma série de signos que remetem a fluxos em conexão com o mundo. As inovações técnicas, a evolução dos transportes, a aceleração da circulação dos homens, das informações e das mercadorias alteraram o sistema de interpretação das paisagens [...] (LUCHIARI, 2001, p.16).

Ao longo da década de 1960 insurgem muitos movimentos sociais, como as revoltas estudantis e os “*hippies*” que questionaram a postura das ações políticas instituídas, formando manifestações de contracultura que protestavam as paralisias sociais realizadas pelos agentes capitalistas e suas ações de dominação. Os jovens estavam inseridos em um mundo em que as paisagens estavam em plena transformação, num período pós-guerra. Esse contexto demonstrou a emergência e a importância dos estudos geográficos com ênfase ao apelo das sensações que movem o homem em seu caráter sociopolítico, devendo aos pesquisadores mais envolvimento nas pesquisas geográficas para abarcarem soluções sobre as realidades conflituosas que estavam surgindo (ALVES, 2011).

Com todo esse processo, surge em 1970 o conceito da ecologia da paisagem, que se relacionava às modelagens dos elementos naturais, focando principalmente as variáveis das práticas humanas que vinham a interferir no desenvolvimento de áreas e seus impactos ambientais. Todavia, estudiosos como Carl Troll (1950-1997), já em 1939 desenvolveu na Alemanha o estudo que representa o conjunto específico de relações ecológicas, colocando os fatores físicos em destaque, o que denominou, também como: ecologia da paisagem.

Paulatinamente, os estudiosos tiveram, contudo, que usar técnicas mais práticas, com recursos econômicos e tecnológicos, para aplicarem nas comunidades, principalmente as rurais, para assim, agregar respostas mais completas sobre as atividades humanas. É com esta visão funcionalista ou geossistêmica da paisagem que o conceito volta aos estudos da Ciência, mas agora com uma mudança de enfoque, pois, como se percebe, a sociedade, em sua dinamicidade, exclamava por respostas que cotejassem e valorizassem as sensações do homem para alcançar uma leitura mais ampla das problemáticas que surgiam (SCHIER, 2003).

Esse processo de “virada” da e para a análise da paisagem, com a valorização mais nítida dos elementos imateriais, processa-se no desenvolvimento das respostas que o mundo geográfico estava procurando, entre 1970/1980, e que era associado:

[...] às mudanças na esfera econômica, o fim da denominada Guerra Fria, a ampliação dos fluxos migratórios da periferia para os países centrais, o movimento ecológico, novas formas de ativismo social e a crescente consciência da necessidade de novos modos de se construir e entender a realidade, até então calcada no racionalismo moderno, no raciocínio científico e na celebração da técnica (CORRÊA & ROSENDAHL, 2007, p.12).

Assim, de 1968 a 1980, os trabalhos sobre a paisagem dão atenção às ações do homem e suas percepções, em uma abordagem humanística da Geografia, incorporada a “volta” da Geografia Cultural. Principalmente influenciada pela Geografia francesa, tendo Paul Claval (1932) um dos seus grandes expoentes, na qual as abordagens e pesquisas passam por gradativas mudanças de análise, de uma base excessivamente material para interfaces com a(s) intersubjetividade(s) humana. Tendo como referência as filosofias do significado, principalmente pelo uso da *fenomenologia*⁷ de Edmund Gustav Albrech Husserl (1859-1938).

Nessa escala espaço-temporal, a abordagem cultural adotada pela geografia:

⁷ A fenomenologia busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito, realizada pela sua experiência, pois o objeto é como o sujeito o percebe, buscando a intenção do essencial. É um “[...] modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância” (BUTTNER, 1985, p.174). Suas bases na realidade geográfica estão pautadas, no trabalho, com duas categorias conceituais: o lugar e a paisagem, uma vez que na medida em que o homem vai percebendo o seu mundo, as experiências de vida vão se formatando, conseguindo designar um significado do homem na Terra (DARDEL, 1990). E o seu valor, da experiência, é a representação da qualidade que o homem atribui a seus feitos, seja qual for (AMORIN FILHO, 1999).

[...] repousa sobre uma mudança completa de atitude e nasceu da contestação de que as realidades que reflete a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São expressões de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica. Nascem das sensações que as pessoas exprimem e das *percepções* a elas ligadas (CLAVAL, 2001, p.39, *grifo nosso*).

Nesse contexto, “[...] acreditava que o papel da geografia era considerar os aspectos subjetivos da relação homem-meio” (MELO, 2001, p.34). E nessa relação a trajetória da Ciência do espaço tenta redescobrir o homem no exercício dos movimentos do seu corpo - do trabalho e das expressões de sentimento visível ; e da alma - dos seus desejos e exclamações expressos em variados signos -, para as ponderações de suas observações e descrições em análises sobre as transformações espaciais.

A geografia, nos últimos anos, adota uma análise mais psicológica em seus estudos, tem nas áreas da psicologia, sociologia, antropologia e filosofia alguns arsenais de apoio, com inter-relações da psicanálise, entre outras áreas. Garantindo, assim, uma multidisciplinaridade dos estudos sobre a paisagem, a sociabilidade, o *espaço vivido*⁸ e experimentado, a percepção, dentre outros. Trata-se de estudos que propõem analisar o espaço em sua multiplicidade de realizações com um olhar que não perceba os indivíduos simplesmente como homens econômicos “[...] pois sendo seres complexos sua percepção ambiental nem sempre corresponde à realidade objetiva” (DINIZ, 2007, p.180). Isso se deve à influência das discussões de Husserl, no início dos anos vinte, sobre a alma da paisagem em sua psicologização (SCHIER, 2003).

Em 1970, os estudos fenomenológicos na geografia ingressaram numa nova etapa, a partir dos trabalhos de David Lowenthal (1923) e Edward Charles Relph (1944), um dos pioneiros nesta discussão, seguidos por Yi-Fu Tuan (1930) e Sauer, ambos influenciados pelo trabalho de Eric Dardel (1889-1967). Merecem destaque, ainda, os trabalhos de Armand Frémont (1933) e Anne Buttimer (1959). Nesses trabalhos, a Geografia passa a posicionar, gradativamente, os seus estudos em uma Ciência eidética, ocupando e dando espaço para as essências, as questões dialéticas, e transcendendo as bases que eram antes vistas por um ângulo positivista, neopositivista, materialista, economicista e marxista (AMORIM FILHO, 1999).

⁸ Segundo Merleau-Ponty (1971) o espaço em que vivemos e o meio em que as coisas estão posicionadas nos conectam, a todo o momento, à vida humana, dando características sociais ao espaço que tende a ser vivido. E a nossa percepção do mundo está em contínua ação pelo movimento do nosso corpo (ação de *ser e estar-no-mundo*) oferecendo experiências e dando campo de criação à vida (extrapolando o sentido de estímulo-resposta).

Passou-se a se utilizar, assim, a interpretação da subjetividade entendida como o próprio sentimento (MERLEAU-PONTY, 1971), e diferenciando-se as experiências do homem no espaço, valorizando a percepção do agente, além de perceber a aquisição da vida humana como um caminho a ser percorrido por experiências, que constituem a essência do mundo em nossas ações. E neste momento a paisagem foi tratada com novas abordagens, fenomenológicas e existencialistas (destaque, também, para os filósofos Franceses Jean Paul-Charles Aymard Sartre ‘1905-1980’ e Maurice Merleau-Ponty ‘1908-1961’) (HOLZER, 2001).

A fenomenologia aparece, então, como uma investigação, um método mais que uma Ciência, e “[...] ocupa com a existência humana, não com as suas condições e necessidades objetivas, mas sim, com os problemas existenciais do ser humano no mundo, consigo mesmo e com Deus” (SILVEIRA, 2010, p.45). Considera-se a intencionalidade da consciência e não se reconhece uma objetividade da experiência intuitiva pré-reflexiva (SCHEUNEMANN, 2008; SILVEIRA, 2010).

Também merece destaque o existencialismo que foi uma das bases para a fenomenologia, pois esta percebe “[...] o ser humano como uma entidade aberta, inacabada, desprotegida, lançado ao mundo; portanto, o caminho não é um caminho direto e linear para o êxito [...]” (SILVEIRA, 2010, p.45), estando o fenômeno a aparecer, e assim sendo, temos que nos ocupar com as essências humanas em seus atos. Estando a fenomenologia a oferecer a visibilidade a estes, pois essa busca:

[...] a interpretação do mundo através da consciência do sujeito, formulada com base em suas experiências internas como sensações, percepções, linguagem, dotados de significação própria. A proposta da fenomenologia é ir às coisas nelas mesmas, sem ideia preconcebida, compreendendo que a realidade social é construída a partir do significado que os sujeitos têm sobre a situação apresentada a partir de suas vivências (OLIVEIRA & SANGHI, 2010, p.118).

Além dessas bases e campo de estudo, temos a imprescindível sistematização da Geografia humanística (1968) e da percepção que o professor Yi-Fu Tuan (1930) realizou, oferecendo a sua obra “*Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*”, publicada no ano de 1980, uma nova abordagem para reconhecer o homem. Essa obra consegue encontrar nos elementos universais e, ao mesmo tempo, particulares das percepções e valores sobre o ambiente, diferentes caminhos de identificar ações que venham a conduzir/acionar as pessoas em sua vida. Fazendo, ainda, uma reflexão sobre as manifestações e movimentos do homem na sociedade, percebendo a formação constante da

personalidade e identidade deste através do mundo interior e exterior, principalmente através do uso dos sentidos *cognitivos*⁹ e do constante experimentar o mundo. Nesse sentido, para Tuan (1982, p.143), a Geografia começa a entender o mundo de forma mais humana “[...] através do estudo das relações das pessoas com a natureza, de seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar”.

Com todo o desenvolvimento das abordagens e técnicas sobre a paisagem, a geografia conquistou mais sensibilidade de análises com avanços nas reflexões centradas nos aspectos qualitativos. O papel das técnicas são, aí, as experiências humanas sentidas na diversidade cultural, abordadas nas vivências multiplicadas. E agora a paisagem é estudada pela relação das ações do homem e pelo o que sente, e não como instrumentos materiais, sem relação com outras vertentes do cenário social (WAGNER & MIKESSELL, 2007).

Para essa reformulação de compreensão da paisagem o *reconhecimento*¹⁰ da hermenêutica foi essencial, aliada à dialética e à percepção, pois estas proporcionaram, e proporcionam, eficazes interpretações aos contextos de cada elemento de análise da nova Geografia (na vertente cultural). Viabilizam a comparação, na análise reflexiva, levando em conta cada fenômeno, interpretam o mosaico de diferentes analogias, principalmente, quando se trata de valores e representações das atividades humanas.

Os estudos da paisagem atrelam as abordagens filosóficas, sociológicas, psicanalíticas, econômicas, demográficas, políticas, ambientais, desde a sua ligação com o positivismo alemão até o caráter mais “relativista” da Geografia francesa. Transitando, assim, em suas formas de abordagens, da abstração da realidade física para uma *geograficidade*¹¹ territorial

⁹ Yi-Fu Tuan realizou seus estudos através das abordagens da fenomenologia e da percepção, juntamente com as discussões derivadas da teoria da aprendizagem e as teorias cognitivas desenvolvidas por Sir Jean William Fritz Piaget (1896-1980), pela psicologia do desenvolvimento. Piaget foi considerado um dos mais importantes pesquisadores do século XX, fundador da epistemologia genética, teoria com base nos estudos da psicologia do pensamento humano (SISTO, 2000). A teoria de aprendizagem de Piaget foi abordada no referente trabalho no subtópico: “*Lugar e topofilia - paisagem e identificação: do concreto ao jogo do sentir (...)*”, fazendo uma interface com as análises e posições de Tuan.

¹⁰ Reconheço que, para termos a Geografia da vida discutida na e pela paisagem, é imprescindível o uso da hermenêutica moderna como um instrumento de análise, pois esta ultrapassa o uso da interpretação tradicional, decodifica as ações do homem em um processo que valoriza suas inúmeras apresentações, verbais e não verbais, materiais e intangíveis, promovendo reflexões essencialmente importante para a Geografia. Além disso, funde-se a dialética num processo de constante reflexão na decodificação de elementos e eventos sociais, uma vez que reflete as modelagens da paisagem em busca de uma realidade, contrapondo, a todo o momento, uma afirmação dada como única. E a percepção não se “limita” a atribuir significados aos estímulos do ser humano, principalmente os sensoriais, cognitivos, mas ultrapassa esse perceber a partir da vivência do ser, organizando o que este atribui no seu espaço em significados, pessoais e/ou coletivos, ofertando mais sensibilidade e subsídios aos sentidos que o homem dá as suas ações, sendo fundamental para compreendermos o que se processa na paisagem.

¹¹ O termo *geograficidade*, neste trabalho, está atrelado ao movimento de ações como resultados provenientes das emoções promovidas pelo ser humano em seus atos e percepções, tornando a marca de suas atitudes, coletivas ou não, em sentidos subjetivos demarcados no espaço em sua forma (i)material. Pois, a “[...]”

que ultrapassa os discursos do produto final do homem entre o trabalho e o ambiente derivado do Capital, beneficiando, agora, mais do que nunca, as análises socioculturais.

E assim a paisagem e a geografia se tornam presentes nas relações das ações do homem, pois, “[...] o que é fundamental para os geógrafos é a distribuição espacial dos fatos sociais, as maneiras como as pessoas vivem [...]” (CLAVAL, 1999, p.46), como interação e fazem da paisagem uma tela que transmite o que é vivenciado, indagado e reinventado.

A paisagem, até determinado momento, englobou uma discussão do cênico, bucólico, do apático, da marginalização do sentido humano, para nos dias atuais ser compreendida como um todo repleto de sinais da vida em uma relação psicoativa, pois a “[...] paisagem não se refere apenas sobre à essência, ao que é visto, mas representa a inserção do homem no mundo, a manifestação do seu ser para com os outros numa base do real” (DARDEL, 1990, p.54, tradução nossa).

Pode-se perceber que a paisagem transita de uma noção positivista para o teor afetivo, subjetivo, emocional, perceptivo, com uma conotação simbólica. Entretanto, esta reconfiguração do pensar a paisagem se conforma, para muitos geógrafos, em uma área de desconfiança, afirmando, muitas vezes, a ineficácia desta para compreender o espaço a partir de sua estruturação, exercícios e métodos de pesquisa focados, por exemplo, nos ensaios etnogeográficos, na observação participante, nos relatos de vida, nos mapas mentais, nas caminhadas transversais, nos recursos da iconografia, dentre outros.

Isso representa um equívoco lamentável, pois a base para se compreender as modelagens sociais parte do sentido de se entender e se ouvir o homem. E compreendê-lo é, em primeira instância, a base para um resultado que valorize a sociedade. E saber agregar a sensibilidade para utilizar tais abordagens é o maior intento, pois o ser humano é eivado de emoções.

Fica nítido, diante do desenvolvimento da Geografia, no que se refere à paisagem, que o homem é o agente modelador do espaço em seus desdobramentos. Então, “como não perceber, sentir a paisagem cultural como forma subjetiva?”. “Como não compreender a importância da paisagem para obtenção de respostas diante a inúmeras inquietudes do geógrafo sem mesclar os desejos imbuídos em cada grafia na paisagem?”. “Como desprezar a paisagem como elemento integrador nas escamas que compõem o mosaico do lugar e seu

geograficidade é central nas experiências que temos dos ambientes nos quais vivemos, onde todos devem conhecer lugares, e responder aos espaços na criação (ou destruição) de sua paisagem” (DARDEL, 1990, p.09, tradução nossa).

constante processo de (re)organização pelo homem?”. “E como fornecer respostas a estes desejos sem a experiência, sem ouvir a voz de quem constrói a paisagem?”.

A busca da compreensão das ações existentes na organização espacial sempre interessará ao geógrafo e, na contemporaneidade, mais que em outras épocas, a sensibilidade de compreender os agentes que interferem nas ações do homem, as motivações que as criam e as marcas de toda mudança social, torna mais emocionante a busca de respostas ou uma possível consideração sobre os eventos sociais.

A paisagem proporciona essa relação de análise pelo teor histórico-geográfico em que se retratam as mais diversas dimensões culturais. Então, buscar compreender a paisagem pela sociedade, revela-se como importante; e desprezar as técnicas e considerações que valorizam a essência humana é abolir a relevância da paisagem nos seus múltiplos significados. É de fato retroceder.

Vale ressaltar que a paisagem se redesenhou da natureza geomorfológica para a cultural, afirmando que as plantações, montanhas, pontes, casarões, ruas, igrejas (como as de Diamantina/MG), dentre infinitas paisagens, são os retratos da vida do homem e que estes - homem e paisagem - têm muito a nos oferecer, a nos falar. E, para tanto, faz-se necessário compreender que a materialidade da paisagem é a própria forma imaterial de se pensar a vida, construída pelos nossos atos e imaginário.

No subtópico a seguir, será realizado um diálogo sobre a importância da paisagem no âmbito da Geocultural como instrumento de ligação entre o homem-sociedade e como retrato de uma geograficidade merecedora de olhares mais atentos, pois a paisagem é a própria voz do homem, só cabe a nós ter sensibilidade para ouvi-la.

1.2 Uma forma de expressão, uma ligação social, uma exclamação: eis a importância da paisagem.

Por quantas vezes ao sair às ruas, na intenção de realizar as tarefas diárias, é observada a dinâmica de uma cidade e se fica abismado, apaixonado ou perplexo com os grandes prédios, as avenidas iluminadas, os parques e igrejas com todo um requinte de jardinagem, os locais de nascimentos de muitas cidades e, também, de amizades.

E os “*outdoors*” de puro magnetismo, as casas antigas contrastando com as novas construções, as agitações em lojas, bares, restaurantes, as segregações e exclusões sociais visualizados nos bairros e em seus limites (...). E nas cidades do interior, quem nunca se flagrou observando aquela pequena casa, toda charmosa com a janela aberta para a rua,

parecendo apreciar o tempo que passa lá fora, bem “devagarzinho”, observando os homens sentados no banco da praça conversando sobre o seu dia, jogando damas, rindo dos “causos” da vida, e oxalá. Conseguindo até perceber, ao lado, perto de uma árvore frondosa, crianças andando de bicicleta ao redor do coreto, esperando suas mães saírem da igreja, num dia de domingo. Enfim, os fantásticos desenhos das paisagens construídos em nossa sociedade no decorrer do dia a dia.

E ao se observar tanta diversidade nas construções das paisagens, inquietações desafiam o pensamento humano para as nossas curiosidades ao ponto de pensarmos: “Por que há tanta diversidade de paisagens (...) tantas formas diferentes inseridas num ‘mesmo’ espaço territorial?” ou “por que as paisagens não são todas similares ou padronizadas no espaço?”, e ainda, “por que não percebemos da mesma maneira os monumentos, os edifícios, as ruas?”.

As paisagens se mostram como unas e únicas para cada sujeito. Mas, a verdade é que a paisagem, de fato, não se mostra, não tem uma forma pré-estabelecida, ela não é um material concreto, de significado definido. A grande questão é o homem que se apresenta para a paisagem com as suas ideias e lembranças. E com a relação estabelecida com a paisagem desenha em sua mente um mundo de múltiplas significações.

Assim a diversidade da paisagem está na capacidade de interpretação e da possibilidade do resgate da memória, em uma inclusão histórica que o homem faz ao perceber o que ele construiu ou o que a dinâmica social externa realizou. Fazendo este indivíduo parte de um grupo (ou coletivo), na sociedade, sempre atrelado/vinculado aos sentidos de sua percepção, e permanentemente, processando diferenciações qualitativas em seu lugar (CARVALHO, 2011).

Pelas paisagens pode-se entender que “[...] as geografias vividas dependem do gosto e dos sentidos e variam em função da mobilidade e das forças de quem as vivenciam [...]” (CLAVAL, 2001, p.62), sendo necessária a sua análise para se entender a dinâmica social que construímos ou de que participamos, pois ela é especial para cada ser e se exhibe de forma subliminar e conscienciosa.

As paisagens apresentam diversas formas e em um imenso universo de significados, pois cada sujeito impregna nela a sua história, o seu desenho, a sua lembrança. E esta diversidade de interpretações que a paisagem propicia, transporta o universo do homem a um sentido transcendental, que o leva a relembrar a sua vida numa “[...] lógica da comunicação simbólica que explica o desenvolvimento deste com os sentimentos de pertencimento” (CLAVAL, 2007, pp.155-156).

Pois, “quem nunca passou em uma rua e ao olhar para o plano da paisagem lembrou cenas, frases, risos e/ou choros de uma vida partilhada?”. Quem nunca se flagrou com o peito apertado ao ver uma paisagem que viveu diariamente sendo remodelada e assumindo uma nova reformulação paisagística (?), retrato de uma vida humana que é a paisagem “[...] direta ou indireta, e ao ser interpretado, esta sendo a partir da ótica daquele que a observa, portanto, impregnada de sentimento e de cultura que o próprio sujeito elaborou, trazendo lembranças, apertos sentimentais, ou alívios” (RIBEIRO, 2010, p.4113).

As paisagens, inquestionavelmente, dizem muito de nós, dos nossos hábitos, da nossa vida, chega a ser um símbolo e uma forma de representação entrelaçados em lembranças. Como Corrêa & Rosendahl (2007, p.17) salientam, “[...] as paisagens são tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas e estão cheias de significados (...) e a recuperação destes significados, em nossas paisagens, nos diz muito sobre nós”. E, reiterando a sua importância, faz-se necessária, aqui, a reprodução da fala de Gomes (2001, p.121) o qual afirma que a “[...] paisagem é uma autobiografia coletiva e inconsciente que reflete gostos, valores, aspirações, medos, que aos poucos acarretam a decodificação dos sentimentos imbuídos pelas sociedades ao espaço”¹²: uma forma de voltar ao passado, estando no presente.

A *semiologia*¹² que a paisagem fornece transmite ao cidadão a moldura das ações realizadas por gerações passadas. Ela exprime emoções do homem, elemento da sociedade onde vive, renovando e (re)descobrimdo o seu lugar, sendo construída como testemunha de uma nova leitura espaço-temporal, rica e necessária como marco de um “desenvolvimento” que muitas vezes relaciona-se com a continuidade da vida. Por isso, a paisagem é tão presente em nossas vidas.

A cultura exposta nas paisagens se completa com a intencionalidade do sujeito que a vê, pois o seu significado a elas atribuído depende da sua organização afetiva, da pessoa numa ação de resgate que ajuda a perpetuação da vida para os dias que se apresentam. Nesse sentido, Cosgrove (1995, p.42, tradução nossa) destaca que a paisagem está ligada à *cultura*¹³, as formas de discursos e de pensamentos; assim, ela “[...] aparece como um lugar simbólico. E é agora a maneira de ver, compor e harmonizar o mundo que a torna importante”.

¹² A Semiologia aqui abordada é no sentido da decodificação dos signos, no cosmo de sentimentos, inserida num contexto que dialoga com o homem, através da paisagem e do lugar, sendo referenciados em um momento histórico e marcados como símbolo na memória, pois subtemde-se que o sujeito já experenciou algo em sua vida. E como Tuan (1983) destaca, experenciar é uma forma, ou tentativa, de aprender a viver.

¹³ A cultura é o comportamento moral, afetivo, social, cultivado pela totalidade, sempre em construção, da experiência adquirida pelo homem através do contato com o Outro, com o Mundo e com si mesmo (KEESING, 1961). Estando abordada no trabalho como sendo uma dimensão de base essencial para as estratégias de sustentabilidade social (DEUS, 2010).

A construção da história de um indivíduo é própria de uma paisagem que comporta “[...] significados a partir de um conjunto material e imaterial que proporcione sensibilidade ao homem (...), reforçando a história coletiva do sujeito e sua identificação com seu lugar a partir de suas sensações e racionalidades” (CLAVAL, 2002, p.28), onde sua história é relacionada no tempo acumulativo e no poder de renovação constante.

É importante compreender que a renovação da paisagem, aqui abordada, não implica somente na relação material realizada continuamente, transformada, mas embarca também o seu significado *imaterial*¹⁴ que proporciona revigorar uma sensação que implica em atitudes diárias.

A paisagem remete a uma relação cognitiva que “orienta”, mas não estipula as relações sociais. Constitui-se como símbolos que são referências que apontam, ativam e colaboram para o processo de reconhecimento do homem no mundo, promovendo a relação da imaginação e funcionamento da memória, atrelado ao pensamento e a linguagem em suas inúmeras manifestações, enquanto mecanismos de comunicação pessoal e coletiva. Sendo um retrato do passado que persiste estar presente como uma forma de ver o mundo em um caleidoscópio que é, ao mesmo tempo, funcional, em construções sociais e emocionais, e, muitas vezes, promove emoções e ações disfuncionais, pela diversidade de olhares e perspectivas sociais de cada ator.

A paisagem trata-se de uma metáfora que funde o espaço físico-natural, mental, social e de natureza antropomorfológica, “[...] representando o aspecto visível diretamente perceptível do espaço [...]” (DOLFUSS, 1973, p.13) para o homem, e do humano, para a construção de uma essência subjetiva.

Sentir esta relação material e imaterial da paisagem é um exercício quase que automático, pois qualquer estímulo emitido pelos objetos no espaço é um sinal dotado de alguma emoção, logo as práticas sociais são fomentadas por sentimentos; tendo as paisagens significados. Todavia, para que isso ocorra, o indivíduo necessita meditar sobre a sua existência e sobre todas as alegorias em seu entorno. A paisagem então provoca, como Vieira (2006, p.14) destaca, um encontro. Encontro entre:

¹⁴ O significado imaterial está atrelado, com ênfase, aos elementos intangíveis (animológicos) da cultura, que num primeiro momento se relaciona com aquilo que não tem substância material (ergologia), todavia, o sentido se consiste no comportamento tanto manifesto, como não manifesto, pois da relação das crenças, danças, saberes e celebrações, quanto as paisagens, o patrimônio, por exemplo, exprimem sentimentos que são particulares. Ou seja, dos intangíveis como os tangíveis podemos escrever as emoções, que por serem tal não são concreto em uma visualização física, mas se materializam pelo sentido dado ao elemento, se tornando uma representação (MARCONI & PRESOTTO, 2009).

[...] a interioridade de quem vê e a exterioridade do que é visto, em meio à corporeidade sensória. A paisagem pode ser tomada como a relação entre o espaço e a imagem. É o encontro entre elas. E é a janela que comunica tais instâncias; uma forma sensível de perceber a vida. A paisagem é um conjunto de olhares, é a forma de se olhar, enquanto ser humano, tanto para dentro como para fora de si mesmo.

É impressionante o poder da paisagem sobre o homem, materializado em diversas linguagens, em que a dimensão da apreensão do sentido faz a seleção de imagens vivas em tempos passados. Chega-se a se sentir em um olhar o gosto de uma deliciosa tarde com a família, fazendo-se o resgate das gargalhadas de boas conversas. Por isso, a paisagem está sempre atraindo nossa atenção e nosso imaginário (SANTOS, 1988).

E na relação de sentir a afetividade através da representação da paisagem, num mundo de resgate histórico, a tentativa de divinizá-la, proibindo-se sua modificação, é percebida. O que se torna um perigo, pois se a paisagem é o retrato da vida de um indivíduo no espaço, e estando exposta ao todo, a sociedade pode e deve modelá-la.

Não se deve assustar com as mudanças diárias nas paisagens, uma vez que a história está sendo sempre construída e os novos sujeitos começam a protagonizar, aí, a sua vida, querendo deixar marcas nelas. Então a paisagem não pode ser intocada, sendo uma tela que se apresenta para a sociedade, devendo pintá-la. A “[...] paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas” (SANTOS, 1988, p.24) de uma sociedade que sonha, projeta e vive.

A paisagem, sendo esta um elemento concreto e subjetivo, reuni o passado e o futuro em uma mesma esfera de tempo, pois é uma representação da nossa realidade. Ela “[...] é história passada, mas participa da história viva. São suas formas que realizam no espaço as funções sociais” (SANTOS, 1997a, p.107). E não é que ela definitivamente condiciona as vias de ações dos homens, mas ela faz pensar o espaço a partir do que já foi escrito nele.

Com isso a paisagem se firma como histórica, ou tenta sê-la, pois é fruto da ação humana. Ela não é uma nova categoria nos dias atuais, é a construção do homem desenhada no espaço a todo momento. E a sua internalização, enquanto representação e significado, parte da experiência de sentir o mundo nela, a hermenêutica da experiência de viver e não de passar pela vida. Atrela-se, então, a deixar marcas, “[...] uma escrita sobre a outra, como um conjunto de objetos que têm idades, heranças de muitos diferentes momentos” (SANTOS, 1988, p.68).

Pode-se concluir, a partir de tais pressupostos, que sentir-se como sujeito é estar ligado à paisagem. E preservar as lembranças do passado significa remeter-se a conservação destas, porém cada sujeito quer expor, a sua maneira, seus sentidos, demonstrando a sua vida, sua

cultura, seu “*status*”, sua fantasia, sua memória. Então o equilíbrio do sentir e modelar a paisagem é que deve ser repensado a todo momento.

As mudanças funcionais e estruturais das paisagens são ameaças e junto com as transformações pode ser que a sua essência para a sociedade também mude, uma vez que elas estão em constante transformação através da produção social em que estamos inseridos. Essas paisagens podem servir como instrumentos de poder para a política econômica, produção e força do trabalho, pois através das paisagens, o que é “cênico, bonito”, pode aparecer como “ultrapassado, feio”, utilizando o argumento da transformação da paisagem na tentativa de mudar o “velho para o novo”. Isso acontece, principalmente em termos de planejamento e localização de empreendimentos em certas áreas da cidade, atropelando as sensações de vida de alguns sujeitos (SANTOS, 1988).

Definitivamente, não me apresento contra a inovação da paisagem, pelo contrário, pois sou um homem que quer deixar a marca de uma vida em uma matriz de *políticas*¹⁵. E entendo que a “[...] paisagem contemporânea deverá ser cada vez mais a paisagem híbrida, construída como um palimpsesto (...) que exige a convivência de várias paisagens, ritmos, percepções e escalas [...]” (LUCHIARI, 2001, p.23), pois, ela não se constrói em uma história “congelada”, mas participa de forma ativa do momento histórico que vivemos.

As paisagens relacionadas com as várias ações do homem, sendo *únicas*¹⁶, reais e temporais, comunicam-se, primordialmente, com o lugar, outra categoria conceitual geográfica que qualifica o espaço, tomando forma na imensidão proporcionada pela paisagem.

E colocar a paisagem em destaque é essencialmente se remeter ao lugar, sendo este, imprescindivelmente, o “*locus*” de aproximação entre os espaços temporais que se desenha pela dinâmica do trabalho mas, principalmente pela apropriação do espaço vivenciado pelo sujeito e suas atividades cotidianas. Representado pela paisagem que é a tentativa de expor as aspirações, necessidades e limitações, individuais ou coletivas, em geral imediatas e sonhadas, do homem (MACHADO, 2007).

A força da paisagem está vinculada ao lugar que, com seu enredo histórico, considera o espaço produzido pela vivência do homem, entrelaçando os encontros dos processos sociais influenciados pela relação imprescindível do Capital e dos agentes que se embutem nos seus

¹⁵ A política não se vincula às habilidades dos tratamentos que desencadeiam as relações humanas, nem se afirma nos fenômenos referentes, somente, às modelagens do Estado, mas de todas as junções que o homem realiza, englobando uma compreensão social participativa.

¹⁶ São únicas por serem, ao mesmo tempo, físicas e simbólicas (pela capacidade de representar o sentido de pertencimento), justapondo vários espaços com diferentes pessoas em um sentido de alteridade. E são temporais porque existem dentro do tempo e fora dele (campo real, vivido e o imaginado), pela força da materialidade e da simbologia aí presentes.

planos (SANTOS, 1997a). Sendo a paisagem um “[...] arranjo de aspectos naturais e humanos com uma perspectiva grosseira: os elementos são organizados de tal forma que proporcionam um ambiente apropriado para a atividade humana [...]” (TUAN, 1980, p.40), construída pelo e no lugar que envolve vários contextos: jogos políticos e afetivos em uma concretude (i) material, que “[...] se justifica; e existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade” (CARLOS, 2008, p.48).

Santos (1988) já destacava que a paisagem está no lugar e ela é tudo aquilo que a nossa visão abarca, alcança, percebe, mas não se restringe ao olhar, ao concreto; seria muita ingenuidade pensar de tal maneira. Neste olhar, corrobora-se com Claval (2001, p.58) quando este autor destaca que “[...] as paisagens não são realidades objetivas; seu papel na vida dos grupos humanos é mais complexo do que geralmente se pensa. Elas desempenham o papel de suporte de mensagens e de símbolos [...]”, de orientação, de significado do que se pode produzir e sentir.

Pode-se, então, apreender que a paisagem só existe a partir do homem e segundo a sua perspectiva, pois o “[...] indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos do conteúdo e formas dos elementos e processos, num jogo de mosaico. Esses mosaicos, como *puzzles*, são representações do existente ou do ansiado para determinado espaço de sua vida” (GOMES, 2001, p.126, *grifo do autor*) em sociedade.

Esses “*puzzles*” podem ser entendidos como jogos políticos e afetivos em uma fusão cultural na paisagem. Como exemplo, muitas cidades detêm paisagens tombadas como patrimônio histórico da humanidade, seja pela sua relação de expressão universal que (en)canta e descreve a história de um povo, seja pela sensibilidade do artista que construiu sua(s) obra(s) de uma forma única, ou de diversos motivos singulares.

Esta construção da paisagem é uma tentativa do resgate memorial de tempos atrás, pois a “[...] paisagem ressurgue como possibilidade de revisitação das práticas culturais e de campo de revelação das atitudes dos homens entre si [...]” (GOMES, 2001, p.118), sendo uma peça nítida das relações do homem-lugar, alma-corpo e políticas-modelagens das paisagens.

Dessa forma, algumas cidades potencializam essa relação da paisagem-patrimônio como um instrumento emotivo, marca de uma civilização que pode ofertar a todos, teoricamente, a representatividade de suas ações, seu histórico político, experimentando o local produzido por uma visão estética, educacional, moral e cultural. E a paisagem, sendo morfológicamente funcional, estrutural, histórica, espacial e simbólica, está sujeita a todos tipos de intervenções.

E o perigo se processa com o fetichismo e a moda do pretérito que se apresentam como modelos de arrecadação financeira nestas cidades transformando o lugar do homem. Isso pode

constituir a paisagem num tipo de *território*¹⁷ particular, podendo transformar o seu sentido quando, não planejada em uma *educação patrimonial*¹⁸, principalmente nas formas distintas dos “*insiders*”¹⁹ e “*outsiders*”²⁰ perceberem e experimentarem o ambiente (LUCHIARI, 2001).

Nesse contexto de discussão entre a relação da paisagem como patrimônio, desenvolve-se o debate da intocabilidade de cidades tombadas, pois como Claval (2007, p.162) retrata “[...] as paisagens são marcadas por sonhos e planos dos indivíduos: as pessoas necessitam ancorar as suas identidades nas realidades circundantes”, o que de fato é intrigante e preocupante, pois “[...] a construção das *identidades*²¹ está intimamente ligada à organização territorial e à maneira como é percebida por quem é responsável por esta organização ou por quem a experimenta” (CLAVAL, 2001, p.66). Podendo, assim, a paisagem mostrar “*flashes*” de múltiplos territórios pelos diversos seres que a compõem e a percebe dependendo, é claro, da forma que ela é apresentada, exposta e ofertada.

A paisagem é a marca do homem em sua esfera de ações contempladas nas especificidades de suas personalidades e escolhas. Ela, a paisagem, coloca a litúrgia da totalidade do ser humano em sua trama com o lugar no sentido existencial (HOLZER, 2001). Uma vez que a paisagem é “[...] uma tribuna de onde os sujeitos falam de sua cosmo-visão sob o prisma dos espaços conhecidos, tentando encontrar a especificidade do lugar de sua vida num quadro maior” (MACIEL, 2009, p.36), em um processo de construção constante “[...] pelo imaginário social, pois ela não se revelou apenas como quadro em que se desenvolve a trama das práticas sociais: configurou-se na própria representação de práticas” (LUCHIARI, 2001, p.12).

¹⁷ Entendendo que o território tem, por exemplo, um caráter duplo, material-concreto e subjetivo-simbólico. E aqui é analisado na vertente cultural ou simbólico-cultural, em que se configura através do reconhecimento de uma história, da constituição de um significado comum a todos os sujeitos que ali vivem, atribuindo significância social (HAESBAERT, 1999).

¹⁸ Tal tema será abordado no Terceiro Capítulo.

¹⁹ Os “*insiders*”, neste caso específico do tema, são indicados como os cidadãos naturais do lugar. Seriam os seres que carregam uma similaridade de sentimentos por serem de um “*locus*” comum, diante o ambiente e da cadeia cultural existente, ou detêm de um tempo considerável no território que propicia uma relação de entendimento, compreensão e percepção do lugar, conseguindo se vê por dentro do processo (MARCONI & PRESOTTO, 2009).

²⁰ Os “*outsiders*” são os seres que não pertencem à dinâmica natural de um lugar, ou seja, seriam os forasteiros, os migrantes, os turistas. Diferentemente dos “*insiders*”, os “*outsiders*”, teoricamente, percebem e vivenciam o lugar e a paisagem com telespectadores, apreciadores da dinâmica (MARCONI & PRESOTTO, 2009).

²¹ A relação de identidade, envolvida no trabalho, está relacionada na interação do indivíduo e todo o meio social, consistindo na formação de referências e influências de signos no entendimento da entidade coletiva. Relaciona, ainda, a alteridade para a afirmação da identidade cultural que se faz num conjunto historicamente compartilhado com o íntimo e o todo (o Eu e o ambiente), estabelecendo valores e se afirmando em um sistema de representação cultural (HALL, 2001).

Nesse sentido, a paisagem é que dá forma à ação, não como uma entidade superior à cultura humana, mas que impulsiona a existência do ser como protagonista de transformações, uma vez que o homem se “[...] reinventa ao (re)inventar paisagens” (FLÁVIO, 2008, p.26).

Tendo em perspectiva as abordagens aqui descritas, e particularmente de acordo com a professora Luchiari (2001), fica expresso que as paisagens são percebidas por diversas concepções, mediadas pelos processos sociais. Embora o olhar do homem, em seus múltiplos sentidos de apreciação, possa perder, gradativamente, a sensibilidade ao submeter-se ao mundo-fábrica do artificialismo dos movimentos e sentidos humanos, assimilando a paisagem como um elemento banal.

Às vezes, “[...] a fobia urbana, o ecologismo radical, a deterioração material de paisagens que invadem nossa visão não deixam ver que existem, sim, belas paisagens, moldadas pelo engenho da arte e pelo labor humano” (LUCHIARI, 2001, p.18). Falta-nos atentar, cada vez mais, para a nossa sensibilidade, pois a paisagem “[...] contém as essencialidades, práticas, virtualidades, táticas, segredos, manhas, enredos, façanhas, degredos mais íntimos e explícitos dos homens” (FLÁVIO, 2008, p.26).

É nítido que estamos vivendo num momento em que a cada dia é mais difícil estabelecer vínculos sociais de pertencimento e grupos de convivência, uma vez que a sociedade está fundamentada em uma relação contraditória entre o trabalho, prazer, liberdade e o Capital, em sua forma direta, esquecendo o que é “[...] importante para ele mesmo na constituição de fatores de estabilização psíquica e de coesão social” (NERY, 2009, p.96). As relações sociais se tornaram mais dinâmicas e as paisagens passam a retratar, a partir daí, os mais variados encontros e desafios dos nossos *distanciamentos*²² do Outro.

Como registra Carlos (2008, p.58), o que nos falta é tempo para as utopias, para sonharmos, para convivermos com mais intensidade e percebermos o Outro como uma paisagem, pois:

²² Neste momento, vale ressaltar as ideias explicitadas no trabalho de Edward Hall, denominado: *A dimensão oculta*, (1981), em que o autor destaca que as distâncias entre os homens afetam os modos pelos quais as pessoas se relacionam e percebem o espaço. Segundo o autor, quando estamos numa distância íntima (de aproximadamente 15 a 45cm), a presença da outra pessoa é inconfundível, a distância é praticamente nula, os corpos se fundem, a visão é fragmentada e o Outro é percebido de forma clara, muitas vezes deformada do real. Na distância pessoal (cerca de 50 a 120cm), as pessoas se veem claramente, permitindo a discussão de assuntos de seus interesses. Na distância social (entre 120cm a 350cm) estabelecem-se os negócios impessoais e os discursos formais. E na distância pública (em volta de 350cm a 750cm) as pessoas situam-se fora do círculo de envolvimento umas das outras. Ou seja, a proximidade com o Outro propicia a vinculação afetiva que pode deixar marcas no homem. Então deixar-se distanciar é dificultar os contatos socioafetivos.

Difícilmente pode-se olhar a paisagem e abstrair seu movimento intrínseco, ignorar as pessoas, e sentir que não há uma identidade entre elas. O andar apressado, o olhar distante e frio, um único pensamento: o de chegar rápido em algum lugar para fazer alguma coisa. Uma multidão amorfa. A liberdade perdida (ou quase). O sentido da vida depreciado, o embrutecimento dos sentidos, os sonhos cada vez mais distantes, às vezes esquecidos. Falta tempo para sonhar [...].

E é nesta discussão da paisagem que se envereda uma reflexão sobre o lugar pautando, também, no pensamento de Cosgrove (1998) quando este autor destaca que o geógrafo deveria se esforçar para mostrar que a geografia existe para ser apreciada e que em muitas vezes se tem agido no sentido de obscurecer, em vez de aumentar esse prazer em meio a um funcionalismo utilitário sem relação emocional. No entanto, a paisagem, em seu sentido maior, é uma fonte mais que necessária para se compreender o quadro completo de todas as modelagens espaciais existentes no lugar. Às vezes, o que falta para entendermos a complexidade deste está na incapacidade de se viabilizar encontros e na incompreensão da importância afetivo e *psicossocial*²³ da sociedade que a constrói e o que a percebe.

O lugar é uma pausa no movimento que permite reconhecer e perceber os valores pronunciados nas formas ergológicas e animológicas da paisagem, sendo uma identificação do jogo do sentir. Assim, entender a relação do lugar com a paisagem é indispensável pela sua natureza que envolve laços afetivos, de pertencimento, o elo de encontro entre as sensações e experiências da vida. Além de estar no lugar o viés de encontro do homem com o espaço habitado, onde dá-se à paisagem o atributo de representação social (BUTTIMER, 1985).

Dessa forma, no *subtópico*²⁴ que segue, buscou-se analisar o lugar como espaço de estreitamento e possibilidades de laços da sociedade com o ambiente, o qual fornece os vínculos de pertencimento. Nesse caso, trabalha-se com o conceito de topofilia, e atribui-se importância ao resgate histórico como busca de reviver o passado para poder se reafirmar no presente, em uma projeção diária.

²³ A relação psicossocial é muito relevante no contexto da paisagem, pois ela depende da interação da pessoa com o meio em que está inserida. Dado que em cada estágio da vida o ser humano vivência múltiplas histórias, fatos, momentos, positivos e negativos. E é nestas relações que a capacidade de se mostrar a sociedade influenciará a sua vida, destacadas as suas ações nas (*geo*)*grafias* das paisagens em um mundo que o sujeito tenta atingir “[...] um ponto de equilíbrio que não é deste mundo” (TUAN, 1980, p.288).

²⁴ Neste subtópico, como no trabalho em um todo, utilizo como referências-base os trabalhos do pesquisador Yi-Fu Tuan, mais precisamente refletindo a importância das categorias geográficas paisagem e o lugar, no sentido de topofilia - em que “*topus*” significa “lugar” e “*filos*” “amor, amizade, afinidade”. Em seus estudos, juntamente com a intenção dos meus objetivos, proponho, por assim dizer, encontrar elementos que possibilitem análises das percepções, sobre e para o ambiente, que venham identificar/analisar as respostas em respeito à “intencionalidade” psicológica comum aos homens e que os faz sentir pertencentes ao lugar.

1.3 Lugar e toponímia - paisagem e identificação: do concreto ao jogo do sentir (...).

Conceber um lugar, sendo “o seu lugar”, é sentir-se parte integrante de um ambiente que vivenciou, de diversas formas e maneiras, onde aprendeu com todos os sentidos, densidades e experiências de vida, uma formação que reativa os anos de uma vida, amizades, conquistas, angústias, alegrias, emoções e realizações. Esse lugar promove uma sensação emotivo-espacial, se tornando “[...] um arquivo de lembranças afetivas de realizações esplêndidas que inspiram o presente; o lugar é permanente e por isso tranquiliza o homem, que vê fraqueza em si mesmo, chance e movimento em toda parte” (TUAN, 1983, p.171). Significa, para além de um recorte espacial, sendo um ambiente que remete a um “[...] tipo de experiência de envolvimento do homem com o mundo” (RELPH, 1979, p.19).

Persiste-se em analisar alguns fatores essenciais na construção emocional de um lugar para o homem, tais como: as sensações (e suas percepções), a densidade e intensidade das relações sociais e as experiências de vida (juntamente com os seus valores). Não que esta seja uma regra que estabeleça a construção, permanência e o resgate afetivo, sensorial, emocional do ambiente-homem e homem-ambiente, mas é algo que ajuda a compreender por que o lugar aparece como o ambiente que remete a laço de afetividade e pertencimento.

O indivíduo quando nasce tem à sua volta, muitas vezes, a segurança familiar de seus pais e amigos em sua casa. E em sua trajetória de vida, da infância à adolescência, este apreende várias sensações e sentidos para conhecer o seu lugar, entre os quais pode-se citar a visão, como o quadro que apreende o visível e fotografa imagens que servem como referenciais geográficas construída em sua carga emotiva, firmada em (des)encontros e realizações em determinado espaço.

Isso pode ser ilustrado, por exemplo, quantas vezes um pé de manga, no fundo do quintal de casa, não serviu como o espaço de encontro com o íntimo de uma pessoa, com seus colegas, como o lugar de desabafo. Ou aquele namoro escondido da adolescência em que os nomes dos namorados são gravados no tronco da árvore. A visão reforça a experiência do contato com o entorno fazendo com que a pessoa estabeleça ligações com as reflexões íntimas e coletivas, aguçando a sua intimidade com o lugar, com o Outro e com a memória.

Entretanto, a visão por si só “não” abarca a totalidade das sensações de vida do homem e não é o único sentido para apreensão de um lugar. Há também a audição para a reafirmação de uma emoção, de um sentido maior. Quantas vezes o indivíduo não se depara com aquela sensação prazerosa quando, ao adormecer, começa a chover, ao ponto de sentir o cheiro da terra molhada, e a vontade de permanecer na cama o domina. E, às vezes, que o seu amigo no

portão grita seu nome em voz alta, quase que desesperado, chamando-o para jogar o famoso “golzinho do bairro”. E quando sua mãe, no portão de casa, chama-o para aquele maravilhoso almoço que reúne toda a família nas manhãs de domingo, sendo que lá da rua já se sentia o cheiro daquele frango caipira. O escutar remete, também, à sensação de uma vida, de experiências de vida, de um encontro do eu com o próximo, e com o sentir o ambiente-lugar com suas impressões.

O olfato é, sem dúvida, outro sentido que propicia o encontro e a construção do homem com o seu lugar. Aquele pé de manga que a visão atinge e o convite do seu amigo para jogar futebol na rua é acompanhado pelo cheiro da fruta, da terra molhada da noite de chuva e das flores das casas que margeiam o campo do jogo de futebol onde, de longe, ao sentir o cheiro de um frango caipira, imagino: “Minha família está chegando para o encontro de domingo!”. O olfato, então, também, consegue situar o homem com o seu lugar, lembrando encontros, fatos, retratos de uma comunhão com o ambiente socialmente construído.

E o paladar resgata todo um gosto de uma vida passada. Quantas vezes, ao sair do lugar vivido para estudar, ou até mesmo em um passeio de férias, se tem o prazer de deparar com uma comida que, com uns pequenos detalhes em seu formato ou sabor, faz lembrar imediatamente da comida da mãe “ou da vó”. “Quantas vezes um sabor não nos faz lembrar eventos, histórias, contos e encantos de uma situação ocorrida?” Muitas vezes!

Por fim, o tato se apresenta como outro elemento de sensação humana que complementa as maneiras de o ser vivenciar as emoções da vida que afetam diretamente a sua ligação com a paisagem e o lugar. Todos os exemplos que foram explicitados se tornam vivos para o tato quando, ao se tocar no tronco da árvore com o seu nome gravado e o da namoradina, o resgate memorial anuncia uma experiência vivida, para a qual, muitas vezes, se deseja voltar.

A sensação de passar na rua onde se jogava e se ria com as quedas e vibrações no famoso “golzinho” do bairro, o faz lembrar o campo e as traves de chinelo no chão que eram feitos com as mãos. E ao sentir a mão da mãe alisando a sua cabeça, esta propicia reviver, em memória, o famoso almoço “galinha caipira de domingo” que reunia a família ao redor da mesa e que rendia longas conversas.

Em suma, todos os sentidos humanos, em diversos graus, densidades e variações são importantes para o sujeito se conhecer e conhecer o seu redor, pois por esses o homem consegue sentir o lugar carregado de sentimentos, bons e ruins, que fazem parte da vida. É inquestionável que muitas vezes se fica parado no tempo como se estivesse em um filme que alguém congelou, pressionando o botão de pausa, porém não se está parado nas lembranças, ao se retornar ao lugar de todos os eventos citados como exemplos, pois o homem vive este

filme como um resgate de história, dado que um homem sem enredo não viveu, apenas passou pela vida.

O sentido do lugar nasce expressivamente pela experiência, pelo contato, pelo convívio, pois o homem sente o lugar, inicialmente, como lugar não-imanente, sem sentidos afetivos e memórias fixas, sendo lugares abertos a movimentações de preenchimentos e, ao mesmo tempo, esvaziamentos, de concentrações e dispersões, de continuidades e descontinuidades (AUGÉ, 2007). O sentido só se firma com a densidade e com a experiência social do homem com o Outro, aliada com a intensidade do seu envolvimento em um período de tempo.

Quanto tempo? Podemos dizer, geralmente, que quanto mais tempo permanecermos em uma localidade melhor a conheceremos e mais profundamente significativa se tornará para nós, ainda que essa seja apenas uma verdade grosseira. Conhecer subconscientemente com os sentidos passivos do corpo - particularmente o olfato e o tato - exige longo tempo de permanência. Conhecer com a visão e a mente exige muito menos tempo [...] (TUAN, 2011, p.17).

Não se pode compreender que para sentirmos a relação com o lugar temos que experimentar todas as sensações do sentido humano. Isso depende de cada pessoa, cada grau deste inter-relacionamento se constrói com a habilidade sensorial e cognitiva do homem. Mas, é pela experiência e pelas sensações de cada ação humana que se compreende as diferentes maneiras que as pessoas constroem o mundo. E “[...] estas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual” (TUAN, 1983, p.09).

A percepção que Tuan (1983) discorre envolve a atribuição de significados e estímulos dos sentidos *sensórios*²⁵, a partir da relação de vivências. Uma vez que pela percepção o ser

²⁵ Neste momento cabe ressaltar o trabalho de Piaget, sobre a teoria da epistemologia genética e as teorias do cognitivo que nasceu em 1920, mas adquiriu notoriedade em 1970, ao acionar a teoria da aprendizagem (desenvolvimento humano) que influenciou os estudos de Tuan. Os exemplos que descrevi, neste subtópico da dissertação, remetem à importância que os pesquisadores supracitados atribuem ao sistema cognitivo do homem. Para nos remetermos a esta percepção de gradientes de intensidade, experiência e densidade que Tuan aborda em seus trabalhos, vale destacar o que Piaget abordou em seus estudos, para assim, contextualizarmos a questão. Pois, para Piaget o desenvolvimento do ser humano é explicado segundo a relação de interdependência entre o sujeito conhecedor e o objeto a ser conhecido. Uma atividade que é complementar e que envolve fatores como o processo de maturação do organismo do homem, a experiência e a densidade da ação com o objeto, a vivência com o Outro, a sociabilidade e a equilíbrio do organismo ao meio em que vive. Uma vez que, para o autor, não existem estados afetivos puros, sem elementos cognitivos (BRENELLI, 2000), ou seja, as ações cognitivas têm que ser presentes para que o processo de criação, percepção e a emoção do homem sejam promovidos. Além disso, são os sentidos cognitivos que o “[...] ser humano traz consigo ao nascer para relacionar-se com o mundo e com a possibilidade de trazer do mundo para dentro de si [...]” (SISTO, 2000, p.74); e daí novas possibilidades afetivas vão surgindo. Piaget destaca os sentidos humanos: audição, visão, paladar, tato, olfato, mais a sucção e pressão, principalmente praticados na etapa da infância. Ele acreditava que a maturação biológica estabelece a pré-condição para o desenvolvimento cognitivo que significa “*Cognitione*”, a aquisição de um conhecimento através da percepção, um mecanismo de conversão do que é captado. E é no processo do convívio com o

humano interpreta e atribui significado ao seu meio, decifrando, selecionando e organizando estes sentidos para a apreensão, na maioria das vezes, involuntariamente, de uma emoção, num “*continuum*” perceptivo que pode se firmar na estabilidade psicossocial do homem que está atrelada à experiência de vida. Por isso, muitas pessoas que viveram em um mesmo lugar têm lembranças e sentimentos diferentes, pois cada lugar é experienciado de maneira distinta. E toda esta percepção fornece ao ser humano sensações que integram o que foi vivenciado como um ato de voltar ao passado pelo significado dado ao que se impregnou como essencial.

A densidade é outro fator importante para o homem se integrar ao seu lugar, pois essa se formata conforme o passar do tempo. Como exemplo, temos as *crianças*²⁶ que utilizam as sensações humanas, todavia, se perguntamos qual lembrança elas têm do lugar, as definiriam em poucas e ralas palavras com os seus sentimentos. Isso se processa pelo fato de a criança não ter construído, ainda, o seu ordenamento de amizades e experiências de vida com intensidade e densidade, e assim, “[...] a ideia de lugar da criança torna-se mais especificamente geográfica à medida que ela cresce” (TUAN, 1983, p.34).

E a experiência se concentra ao passar do *tempo*²⁷ com a ação individual e coletiva do homem, especialmente os da geograficidade, tais como a memória das paisagens que ativam,

ambiente, com o Outro e com a maturação dos organismos que se começa a se realizar os sentidos da vida (PIAGET, 1996; SISTO, 2000).

²⁶ Piaget descreveu quatro períodos de desenvolvimento do sujeito que recaem sobre a experiência com o homem e o lugar (e seus objetos), sendo: “[...] 1º) a **inteligência sensório-motor**, que vai do nascimento até os 02 anos de idade, aproximadamente, 2º) o **pensamento pré-operatório**, que tem seu primado até por volta dos 06-07 anos, 3º) o **pensamento operatório-concreto**, até por volta dos 12 anos; e 4º) o **pensamento operatório-formal**, que caracteriza as formas de raciocínio do adolescente até a vida adulta” (SISTO, 2000, p.71, **grifo nosso**). Neste momento, vamos analisar a inteligência sensório-motor que para Piaget é vivenciado na idade entre 0 a 2 anos do ser, em que a criança nasce em um ambiente sentido sem segurança de espaço, equilíbrio, ocupado por objetos que não sabe identificar (fora de sua percepção), tendo como conquista mediata os movimentos da sucção e dos olhos, ofertando como exemplo; mas com o passar do tempo, vai aperfeiçoando e chegando a conceber o tempo, espaços, objetos. Então, “[...] na primeira infância, conforme Piaget destaca, as condutas continuam a se modificar, tanto no plano afetivo quanto no cognitivo” (BRENELLI, 2000, p.113). Assim, fazendo um paralelo com a experiência do ser com o lugar, é com o passar dos tempos que o homem aperfeiçoa e vai conhecendo o seu corpo, seus sentimentos e assimilando fatos. E a este mundo sensorial da criança “[...] que de vez em quando, os adultos desejam voltar” (TUAN, 2011, p.17).

²⁷ Em relação ao tempo, e focando a maturidade, nos estudos de Piaget, o segundo período denomina-se o pré-operatório (02-07 anos) que marca a passagem da inteligência sensório-motor para o pensamento pré-operatório, aparecendo, então, a função simbólica, primada pela linguagem que acarreta modificações nos aspectos cognitivos e afetivos da criança, uma vez que esta consegue desenvolver mais a sua capacidade de representação, mesmo apresentando certo egocentrismo. No terceiro período, temos o pensamento operatório concreto (07-12 anos) em que a criança começa a fornecer seu ponto de vista e coordenar as ações de suas lógicas, formulando-as com operações mentais e não somente com a sensório-motor. Na última etapa, no pensamento operatório-formal (12 anos em diante), o adolescente amplia as suas aquisições/conquistas, consegue propor, formar hipóteses, esquemas conceituais abstratos, criticar e fornecer elogios a condutas e valores, começando a conquistar sua autonomia, agregando códigos sociais e percebendo a sociedade em novos olhares. Dessa forma, percebo que “[...] o desenvolvimento humano é caracterizado por Piaget como **um processo construtivo, resultante das contínuas interações do sujeito com o mundo. E esta construção procede das ações sensório-motoras, sem romper com a continuidade do biológico ao psicológico**” (BRENELLI, 2000, p.105, **grifo nosso**). E no decorrer do desenvolvimento, o homem vai adquirindo maiores percepções, onde seus hábitos já vão se

a todo o momento, o lugar como espaço de acolhimento, lembranças e mobilidade. Por isso, muitas vezes ao sair para as férias tão sonhadas, a vontade de voltar para casa se apresenta com muita força. E no reencontro, na entrada, e entrando em sua cidade, o homem tende a (re)afirmar o sentido de pertencimento (HALBWACHS, 1990).

O ser humano é, então, sem dúvida, um ser histórico e todas as etapas de sua vida, configurado através dos sentidos cognitivos, são importantes para a *assimilação*²⁸, *acomodação*²⁹ e, posteriormente, *equilíbrio*³⁰ psicossocial, pois é “[...] a partir do que está escrito no espaço, construindo sentido em sua vida e em cada uma dessas etapas da vida apropriando de símbolos, imagens, valores que irão dar o sentido ao seu (nosso) comportamento” (OLIVEIRA & SANGHI, 2010, p.37).

Então, o lugar se desenvolve num processo de encontros do homem entre-lugares, sendo encontros de negociação que se afirmam como movimentos produtores de figuras complexas, ambíguas e multifacetadas, que se constroem em função de nós e de todos os atores sociais do processo de produção do espaço (AUGÉ, 2007).

Assim, a formação humana se realiza na experiência, sendo esta a concretização feita constantemente pela “[...] base da reprodução da vida que pode ser analisada pela tríade habitante-identidade-lugar [...]” (CARLOS, 2001, p.20), repleta de um mundo de significados em organização (TUAN, 1983), estando em construção o seu território, pois “[...] conhecemos o mundo pré-conscientemente através e a partir dos lugares nos quais vivemos e que temos vivido, lugares que clamam nossas afeições e obrigações constantes” (RELPH, 1979, p.16).

Para Santos (1997a) o lugar é o material da possibilidade de eventos, o meio onde a vida se torna possível, uma dimensão das relações entre sociedade e natureza, ou seja, uma dimensão da reprodução. O autor percebe o lugar como arena da experiência em que as

construindo e seus sentimentos começando a diferenciar-se (BRENELLI, 2000). Assim, os trabalhos de Tuan convergem com o de Piaget em relação à duração dos eventos sociais que o homem promove com o lugar, e com eles agregando sentimentos derivados da experiência, tentando a todo momento chegar ao estado de equilíbrio.

²⁸ A assimilação para Piaget é o processo cognitivo pelo qual o homem classifica um novo sentido motor ou conceitual as suas estruturas cognitivas (WADSWORTH, 1997). É uma tentativa de o indivíduo solucionar uma situação a partir da estrutura que possui em um dos momentos específicos da sua idade (as citadas anteriormente), tendo que se adaptar a uma realidade numa busca pela integração experimental de esquemas que o sujeito já possui em seu organismo (biológico), mas que está em constante atividade (PIAGET, 1996)

²⁹ A acomodação é o que Piaget (1996, p.18) destaca como “[...] toda modificação dos esquemas de assimilação sob a influência de situações exteriores (meio) ao quais se aplicam [...]”, ou seja, é quando o sujeito modifica os esquemas de assimilação devido ao estímulo provocado pela aprendizagem de algo novo.

³⁰ Logo o equilíbrio é a assimilação da acomodação, em que Piaget denominado-o como o processo de equilibração, sendo o seu desenvolvimento um constante equilibrar-se em estruturas mais amplas e ao mesmo tempo mais estáveis. Com a experiência com o mundo e com os seus sentidos, o homem deixa uma lacuna a ser preenchida, e assim, o organismo sabe exatamente que elemento buscar no ambiente para locupletar-se em um processo de assimilação e acomodação e, logo após um equilíbrio, até provocar um novo meio de estímulo, realizando esse movimento cíclico (SISTO, 2000).

peças convivem em suas vidas cotidianas, produzindo o espaço, assim, lugar não é *local*³¹, o lugar é uma narrativa constante.

O lugar é o espaço da produção, reprodução, obtenção de conquistas materiais, mas principalmente é o palco da experiência. Experiência que é construída e reconstruída pela situação socioemocional que o homem está passando. E a escala do eu e do nós tem que ser sentida para que o lugar seja compreendido, dado que é no lugar que se relacionam os “produtos” da vida entre as esferas “humana e a natureza”, tornando significado ao espaço e ao homem, além de garantir:

[...] a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade humana, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida [...] (CARLOS, 2007, p.22).

O lugar é experimentação, de fazer, inventar, de ir e que, aos poucos, se torna o espaço do indivíduo, uma vez que “[...] o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida - apropriada através do corpo - dos sentidos - dos passos de seus moradores, dos que vivem” (CARLOS, 2007, p.17).

Marandola Júnior & Hogan (2008) percebem, também, o lugar como a dimensão da vida, onde promove a ocorrência de laços sociais e identitários, pois é nele que o encontro dos homens acontece, sendo o “[...] centro da afetividade e da razão sensível, constituindo-se no foco da experiência humana” (MARANDOLA JÚNIOR & HOGAN, 2008, p.16).

E, nesse ponto, a paisagem se apresenta novamente como a dimensão construtiva da vida coletiva que diz respeito à própria história que se faz de uma civilização. Tendo, como exemplos, monumentos, ruas, edifícios, parques, rios, árvores, florestas, bancos das praças, um mastro que constituem elementos representativo da historicidade. E até mesmo os elementos naturais, como citados pelos autores: os rios, árvores e florestas se tornam elementos da paisagem cultural, pois ao olhar para a paisagem provocamos, ali, julgamentos, valoração, tornando-os históricos e socialmente percebidos (RIBEIRO, 2010).

³¹ Compartilhando da mesma compreensão, vale a pena ressaltar a reflexão de Melo (2009, p.23) que destaca a diferenciação do local e lugar. Para ela o “[...] local tem coordenadas geográficas específicas, definidas. Local tem CEP, latitude e longitude e até mesmo altitude. Local pode ser identificado com um aparelho GPS (*Global Positioning System*). O local pode ser encontrado por qualquer ser humano, a qualquer instante, é facilmente mapeado e é sempre o mesmo. Não muda jamais sua posição no espaço, pode mudar seu aspecto, mas jamais mudará de coordenada, pois, se mudar, será outro local. Já o lugar é pessoal, é de cada um. Por mais compartilhado que seja ele é individual, é subjetivo”.

Com isso, pode-se inferir que a ligação do homem como o lugar está vinculado à intensidade de suas experiências consigo, com o Outro e pelas ações *cognitivas*³², tornando os eventos e as emoções mais vivos, conforme a significância dada aos sentidos ofertados no espaço que este habita e produz. Dando-se, assim, a construção de pertencimento e *afetividade*³³, não como um mero instrumento de ligação a uma referência físico-espacial:

[...] mas também sociocultural, que imprime uma força simbólica à ideia de representar-se no mundo e ocupar um espaço na sociedade. Esse sentimento de pertença, com seus valores simbólicos e práticas culturais comuns, sedimenta o processo de formação da identidade social do sujeito, bem como as relações estabelecidas no espaço onde vive (OLIVEIRA & SANGHI, 2010, p.55).

E para destacar a importância do lugar para a sociedade, em todos os aspectos até aqui destacados, transcreve-se abaixo um dos poemas do professor-pesquisador, geógrafo, Luis Carlos Flávio (1970), que transmite, na sua obra intitulada: “*Geografia em poesias: tempos, espaços, pensamentos (...)*”, publicado em 2008, o retrato da estabilidade e da ligação afetiva que esta construção da vivência, em constante experimentação no cotidiano, se desenvolve. Destaca-se a maneira como o homem sente, aproxima, vive o seu lugar e sua paisagem, e também o sentir-se só quando este mesmo homem não está e não se percebe em seu lugar.

O LUGAR

“**Meu lugar é o meu paraíso** se ali tenho o que
preciso e o que tenho, por simples que seja,
me faça viver, sonhar, sorrir, e pra mim seja
algo de profundo prazer e porvir.
Falo do gosto - na vida - **de ter forças pra lutar**,
pra abraçar o rosto do amanhecer, da tarde, do
anoitecer e de todos os (inumeráveis)
próximos - amigos,
alguns dos quais até apresento:
minha árvore, meus pássaros, meu riacho,
ou mesmo o singelo banco em que me sento,
onde por vezes até, refletindo, me acho...”

É, o meu lugar é onde tenho os melhores laços.
É ele o melhor amigo,
o nosso mais fausto e prazeroso abrigo,

³² A relação cognitiva está atrelada aos sentimentos de pertença do homem que é realizada em uma ação constante, uma vez que “[...] Piaget considerava, então que os aspectos afetivos e cognitivos da ação são inseparáveis, irreduzíveis e complementares (...) mas, é preciso o desejo, isto é, algo que mobilizará o sujeito para agir em direção ao objetivo, revelando um querer, o qual se encontra circunscrito na afetividade. Não basta “poder” realizar uma ação, é preciso antes “querer” realizá-la” (BRENELLI, 2000, pp.106-107).

³³ Sendo esta a que “[...] corresponde aos sentimentos, às emoções, aos desejos e os valores, os quais sustentam as ações [...]” (BRENELLI, 2000, p.108) que dependem da relevância da cognição, como a do afeto, para que os sentimentos de afetividade possam adaptar-se ao psiquismo do sujeito e ao seu mundo exterior (PIAGET, 1996; BRENELLI, 2000).

que pode ser a casa, a rua, a viela,
o boteco, a festa, ou mesmo a favela,
o roçado de trigo, o cavalo, a vaquinha amarela,
os pássaros, as galinhas, as ovelhas
e até o pôr do sol, com seu matizado arrebol,
ou ainda a dama-noite, cujas teias de fazer sonhar
encantam os namorados que, sob o frescor da
inefável brisa,
se dançam, se amam ao luar
sob a bênção das estrelas, estas, guias,
também fiéis amigas
da estrada, da gente que busca trilhas!

**O nosso melhor lugar
é o que dá forças pra gente não parar,**
mas, sim, com fé agarrar a lida,
e fazer o que a gente sente no peito,
fazer do nosso jeito, o que gosta
mesmo que não dê conta
de decifrar as luzes
e os incontáveis embustes e embates da vida
ou entender suas esdrúxulas e inesperadas
propostas, corridas, feridas, saídas (...)
Agora, pra ter senso de verdade,
a maior desgraça a enfrentar
é ser forçado a do amigo se apartar,
e precisar desfazer de tudo o que veio a ter na
vida pra alguns vinténs vir a ganhar,
a fim de buscar outro sobreviver.

**Desgraça é ter que abandonar
o nosso mais íntimo modo de estar e ser**
e, às vezes, sem saber pra onde ir,
(só de falar dá tristeza, nem gosto)
ter que partir pra qualquer outro *locus* habitar.
**Desgraça é ter que se enveredar em um lugar
estranho, sem amanhã, desconexo,** talvez medonho
porque não é onde o sonho da gente quer morar,
simplesmente porque ali não é o nosso lugar (...)”

(FLÁVIO, 2008, pp.63-64, **grifo nosso**).

Ao ler este poema, e refletindo sobre as palavras que foram grifadas, percebe-se que o lugar é um dos guardiões da memória das relações que o homem exprime no seu dia a dia em um envoltório de experiências e experimentações. Essas marcam em sua vida percepções sobre o seu ambiente, suas ligações humanizadas, aguçando a imaginação e promovendo novas formas de entender o seu mundo. Mundo que simplesmente se faz lugar. Lugar das recordações, dos símbolos, em uma linha de tempo que não tem fim (TUAN, 2011).

A riqueza de detalhes que o poeta registra ao se referir ao homem e aos seus objetos, ações, sentimentos, relações sociais, motivações derivadas do lugar e o medo de não estar neste, remete ao mosaico de sensações que o homem adquire, com diferentes graus de

intensidade, densidade e experiência com todos os elementos de sua vida. Como um retrato da sua permanência e passagem pela sociedade, criando, com o lugar, uma ligação topofílica que “[...] é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente” (TUAN, 1980, p.05).

Nos estudos de Tuan (1980), topofilia é um neologismo percebido como sendo um fenômeno que consiste na criação de um novo sentido na relação de pertencimento e afetividade ao lugar. É um fruto de comportamento que envolve graus de realizações humanas espontâneas e experimentais que são criadas em um processo de justaposição e aglutinação de trabalho, sentimentos, envolvimento e adaptação emotiva do homem ao lugar/ambiente.

Para Tuan (1980, p.06), a propósito, o conceito de topofilia é útil quando:

[...] pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente. Este diferente profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode variar ao efêmero prazer que se tem de uma visita, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra, mas ela é mais forte quando se tem a experiência.

Quando se estabelece a relação de topofilia, sendo permanente, aliás, a sua construção, o homem relaciona a natureza de uma paisagem com as emoções *vividas*³⁴ no seu lugar, formando símbolos materiais e imateriais, as visíveis e aquelas mediadas pela *emoção*³⁵, tornando-se ele (o próprio homem) um símbolo de sua natureza (como visualizamos no poema “*O lugar*”).

Para cada ser, a simbologia de um lugar e de uma paisagem é distinta. O símbolo se firma como campo da visitação humana e como “[...] um repositório de significados. Significados que emergem das experiências mais profundas que se acumularam” (TUAN, 1980, p.168). E é ao longo das ações cotidianas, das formações dos laços de pertencimento e da experiência que:

³⁴ As emoções vividas estão ligadas à relação de topofilia que pode ser compreendida então, através dos mecanismos cognitivos que têm relevância para a própria natureza do comportamento social e das interações humanas, onde os mecanismos “resgatam” as emoções vividas pelo desenvolvimento de uma socialização e de sua aprendizagem, assimilando fatos, elementos que proliferam acomodações, sendo constante a busca da experiência. Pois neste pensamento o sentimento subjetivo é presente e fundamental para a sua propagação, uma vez que “[...] Piaget, se coloca à defesa de que o presente afetivo é determinado, como já dizia Freud, pelo passado do sujeito, contudo o passado continua a ser incessantemente reestruturado” (BRENELLI, 2000, p.110).

³⁵ Elas são de fato entendidas pela dimensão da experiência sensorial imediata, logo após utilizarmos o aparato sensorial-neural do sistema nervoso para decodificar e interpretar as nossas percepções que imergem nas emoções (MACHADO, 2007) surgidas pelo contato com os nossos diversos universos representacionais. E estas sensações são “[...] categorizadas e interpretadas pela mente humana, pelos órgãos límbicos e neocorticais do cérebro, sendo a eles atribuídos significados” que dependem da intensidade das sensações em que se darão as respostas emocionais (...) acompanhados ou não das mudanças fisiológicas” (MACHADO, 2007, p.143), tais como os sorrisos, lágrimas, dentre outros, destacando-se, aí, os nossos sentimentos.

[...] estaremos assimilando significados, imagens, símbolos, valores, elementos importantes para a construção do imaginário e do simbólico do ser humano. E é através da linguagem - todas possíveis - que comporemos a subjetividade humana, dando significado ao plano real ou da realidade em que estamos inseridos (OLIVEIRA & SANGHI, 2010, p.36).

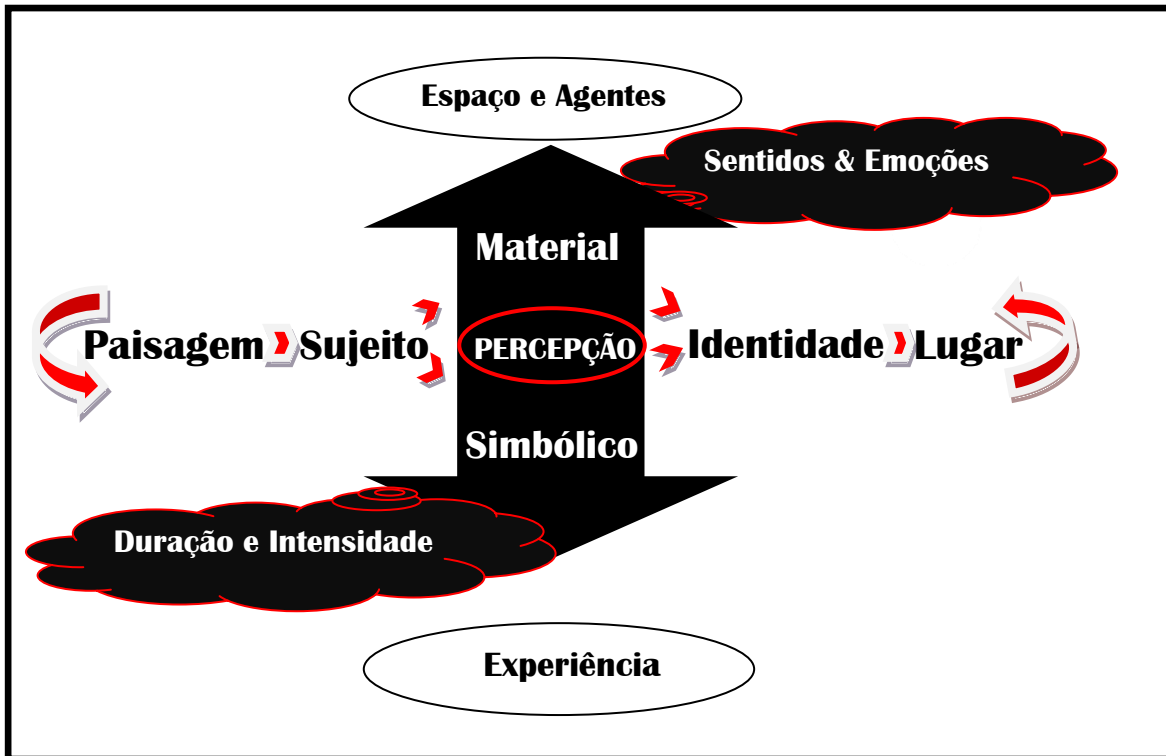
Toda essa *formação*³⁶ de sentido e laço do homem com o lugar se afirma na percepção, elemento fundamental para a construção das feições sociopolíticas e culturais, constituintes de valores, mediadas através das impressões sensoriais que passam a ser compreendidos como um processo de comunicação que está diretamente relacionado aos valores que as pessoas percebem e dão à vida. As atitudes, interesses, expectativas e cenários se concretizam com a “[...] finalidade de dar sentido ao seu ambiente” (BRUNETTA & RIBEIRO, 2009, p.25).

A percepção aguça a competição dos homens ao reconhecerem seus espaços em experiência, pressupondo uma adaptação e inovação do sentir o lugar em todas as formas possíveis, seja pela percepção visual, auditiva, olfativa, gustativa ou tátil, tornando “[...] registros marcados em nossos músculos e ossos [...]” (TUAN, 1983, p.203). Gade (1980, p.47) nesse contexto, demarca que a “[...] percepção se refere aos processos pelos quais o indivíduo recebe estímulos através dos seus vários sentidos e os interpreta [...]”, construindo o seu mundo por ele.

A Figura 01, abaixo, retrata, de maneira sucinta, a relação da percepção como elemento de identificação, resposta dos sentidos aos estímulos que oferece uma visão de mundo que é produto da experiência do homem, conceitualizada em suas atitudes, e aliado ao seu processo de experiência através dos conflitos e contratos sociais. Sintetiza-se, então, a compreensão da Paisagem e do Lugar em sua fusão com o processo contínuo e intenso da criação de identidade do homem com o espaço vivido.

³⁶ Essa formação de sentimento do homem com o lugar baseada na concretude e no amadurecimento dos sentidos humanos, referente às pesquisas de Piaget, que se vinculam à lógica dos estudos de Tuan. E em certa medida, me remeto a refletir, também, a teoria do psicólogo Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934) sobre o desenvolvimento cognitivo e humano, pois sendo ele um sócio-interacionista, postula uma dialética da interação do homem com o Outro e o meio para desencadear o desenvolvimento sócio cognitivo, defendendo que o próprio processo de desenvolvimento do homem é que gera e promove o desenvolvimento das estruturas mentais. O autor concorda com Piaget sobre as diferenciações da dinâmica evolutiva do organismo do homem, mas não o referenda no que se refere a como algo que precederia o desenvolvimento. Para Vygotsky o ser humano “[...] está rodeado de um mundo objetivo criado pelo homem, ou seja, desde o seu nascimento ele está no meio de instrumentos e linguagem, onde o ser humano (a criança) inicia-se em um mundo já humanizado” (CÓRIA-SABINI, 1998, p.81). Então, o homem não pode se adequar ao mundo dos objetos, mas apropria-se deles pela cultura. Todos os processos mentais superiores do homem, como a percepção, iniciam-se através da linguagem e o meio cultural em que o sujeito vive, dando-lhe formato e identidade. Sua aprendizagem acontece entre o conhecimento real - aquele que ele já se apropriou - e o conhecimento potencial - aquele que vai adquirir com a sua experiência e com a ajuda do outro, figurando a sociedade como um fator fundamental para a sua relação de crescimento (conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal) (CÓRIA-SABINI, 1998). Sendo assim, podemos aferir que a junção da maturidade do sujeito com o seu desenvolvimento, aliada à sua relação social, fornece bases para que ele venha conhecer o seu íntimo, em um processo contínuo, projetando ações, aqui percebidas pelas paisagens.

FIGURA 01: Homem e lugar. Sentido, percepção e experiência: topofilia



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Na figura acima é possível visualizar que o sujeito, em contato e em relação com os agentes no espaço que promovem a sua contínua experiência, permeia processos e ações que viabilizam a criação de paisagens, criando-se uma ligação com o Outro, numa trama simbólica entre o feito e o sentido, dependendo da “[...] intensidade, duração e sutileza dos laços estabelecidos [...]” (TUAN, 1980, p.107). Promove sentimentos e emoções, além de formar percepções, e com elas originando-se a formação de uma Identidade que recai no lugar vivido, compondo um marco de referências.

Essa formação de vínculos e percepção do homem com o lugar e a paisagem propicia, também, a análise da Figura 02, de acordo com as reflexões realizadas através das leituras de Piaget (1996), Cória-Sabini (1998) e Machado (2007), leva a compreender que é através dos estímulos sensoriais e cognitivos que construímos a ligação que o homem faz com a sua vida, dependendo da sua maturidade enquanto organismo, e do seu contato com a sociedade em um processo contínuo de experienciamento. Promovendo, assim, com o passar do tempo, o relevante processo de percepção da paisagem e o ambiente. E a ligação que este constrói com o ambiente, através do lugar, reflete a sua vida em constante construção, pois fica claro que a paisagem é a própria experiência dos estágios do ser no mundo.

Entendendo que a Paisagem é a representação do homem no mundo, e o Lugar é construído pela cognição, resultado nunca acabado, pois, as experiências vividas - vivências, lembranças, emoções, sensações - constroem o lugar e dão possibilidade de leituras da paisagem.

FIGURA 02: A vida em experimentação: lugar e paisagem.



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Em todo o desenvolvimento deste trabalho, fica evidente que “[...] o lugar é reconhecido como uma sede - fonte e refúgio, santuário e cadinho - de identidade” (BOSSÉ, 2004, p.170) do homem. E, falar em identidade é recair na cultura, embora este seja “[...] notoriamente escorregadio, difícil de ser pinçado e definido” (McDOWELL, 1996, p.161).

Recorre-se a Geertz (1989) ao compreender a cultura, neste processo contínuo de maturação e experimentação do ser ao lugar e nas construções de suas paisagens, como sendo um processo em que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tecer. Associando “[...] a Cultura como essas teias e a sua análise; visualizando-a não na perspectiva de uma ciência experimental em busca de leis, mas sob a óptica de ciência interpretativa à procura de significado” (GEERTZ, 1989, p.15), como um fenômeno verdadeiramente social.

Cabe, então, entender toda essa junção que o homem realiza entre a paisagem e lugar como o retrato da sua marca cultural e a cultura projetada, concomitantemente, em sua vida. Nesse sentido, reafirma-se o sentido da cultura que Joël Bonnemaison (*apud* Claval, 2001, p.35) destaca como sendo uma dimensão permanente que:

[...] dá sentido e significado ao mundo e que propõe uma visão do mundo, uma ordem do pensamento. Esta ordem baseia-se em crença, mitos, valores. Daí resulta uma ética e uma estética, uma moral e uma arte. Todo grupo humano, para se constituir, tem necessidade desta ordem cultural ao mesmo tempo ética e estética - os dois ligados. Esta ordem repousa ao mesmo tempo na razão e na sensibilidade. As culturas têm necessidade de crer em si mesmas, se não, é o caos. Esta visão de mundo é uma explicação do mundo, uma maneira de vê-lo, de percebê-lo, de senti-lo.

Percebe-se que existe, na contemporaneidade, a busca do homem pelo resgate da sua vida em histórias num contexto de inspirações que se podem fazer presentes como processo de constante afirmação. E nesta busca destaca-se a memória, como, por exemplo, nos nítidos elementos tombados e tidos como patrimônios no Brasil e no mundo, sendo uma realização social e política importante para a constituição de um processo que tende a desencadear uma relação de topofilia.

E, por esta razão, é relevante assinalar a relação da memória como busca de uma constante volta ao passado (que na realidade de passado somente guarda o tempo cronológico, pois, muitas vezes, a história da vida que persiste no ser humano ainda é de anos pretéritos; a essência permanece perante a construção realizada em sua vida).

Desenvolve-se no subtópico a seguir, uma discussão sobre a relação da paisagem cultural, no meio urbano, e o lugar no espectro memorial como sendo um referencial da história dos seres, marcas de culturas; subsidiando e contextualizando a importância dos patrimônios históricos que serão abordados no Capítulo 02.

1.4 Paisagem e lugar: da memória à continuação da vida.

Quando se fala em paisagem, a cidade é sempre lembrada. E isso se dá pela forma e representação social de habitação e ordenamento que se visualiza nessa, representando como a “[...] maior aspiração da humanidade em relação a uma ordem perfeita e harmônica, tanto em sua estrutura arquitetônica como nos laços sociais (...) e sua função primeira, e essencial, foi ser um símbolo vivo da ordem cósmica” (TUAN, 2005, p.231).

E é evidente que ao se relacionar a paisagem com o espaço urbano às nossas percepções sobre o Outro, o ambiente e a nossa vida, se revelam como múltiplas. Tuan (2005) destaca que as paisagens, principalmente urbanas transmitem conforto, mas, contraditoriamente na contemporaneidade percebemos também a presença, cada vez mais visível, de outras que causam medo, angústias e vazio.

Esta diversidade de sentimentos é mais nítida no meio urbano do que no rural pela grande diversidade de elementos sociais que dificultam, em certa medida, a permanência e a intensidade das ligações do homem com o Outro. Além de serem mais heterogêneas aí, as organizações sociais derivadas de seus componentes e traços culturais.

Nas paisagens urbanas o medo chega, também, a ser bastante concreto para o homem em diferentes formas. Prestamos atenção ao medo na representação do homem sobre a paisagem urbana. Esse sentimento vai além das desordens que presenciamos nas ruas e que são recorrentemente registrados nos (tele)jornais que destacam, por diversas vezes, as catástrofes sociais e naturais. Hoje são corriqueiras nas cidades (sobretudo nas metrópoles) as casas com grades em janelas, interfones nas portarias, filmadoras em prédios, entre outros artefatos, transformando o lar em um verdadeiro presídio, como uma forma de proteção social. Um desenvolvimento de proteção típico da contemporaneidade (SIMMEL, 1983; 2011; BAUMAN, 2008).

Cada vez mais, visualizam-se nessas paisagens elementos sociais de aversão, o que Tuan (2005) destaca como paisagens do medo, aquelas relacionadas ao sentimento de topofobia - aversão, medo ao lugar. Fobia esta acentuada através dos novos tipos e arranjos construídos nas relações sociais atuais, estas que são polissêmicas e que tendem a se desfazer com facilidade (BAUMAN, 2008), contrapondo-se ao sentimento de topofilia. Enfatiza-se que este medo envolve os sentimentos cognitivos e os estados sociais, assim, “[...] as paisagens do medo são reais e/ou psicológicas” (TUAN, 2005, p.232).

E vale ressaltar, contudo, que os “[...] valores topofílicos são muito mais numerosos ou mais fáceis de serem identificados do que os topofóbicos” (AMORIM FILHO, 1999, p.147). No entanto, sem este sentido de aversão não poderíamos imaginar que “[...] forma poderia ter a vida urbana moderna, que coloca cada pessoa em contato com inumeráveis outros todos os dias, pois a interação urbana se baseia numa hierarquia extremamente complexa de simpatias e aversões, dos efêmeros aos mais duradouros” (SIMMEL, 1983, p.128).

A grande questão sobre as paisagens do medo e do sentimento de topofobia é o resultado destas emoções catastróficas, e muitas vezes irreversíveis, para o ser humano, no caso o sentimento de topocídio: a morte do lugar. Para o professor-pesquisador mineiro

Oswaldo Bueno Amorim Filho (1944) o conceito de topocídio é, também, extremamente relevante hoje em dia. E o autor “[...] estranha que se tenha demorado tanto para se chegar a ele, pois há muito tempo causa danos, muitas vezes irreversíveis, aos lugares, às paisagens, aos espaços vividos e às porções significativas da natureza” (AMORIM FILHO 1999, p.144).

Pode-se, assim, nesse pressuposto, formatar o sentido de não lugar para a sociedade, pois o medo e a morte da paisagem não permitem que este crie identidade e sentimento de pertença, constituindo espaços de anonimato. São paisagens que se mesclam com um lugar que dificilmente se constrói história; não articulam teias de relações afetivas com intensidade; e não desenvolvem processos identitários próprios, descortinando um mundo provisório comprometido com a solidão (ÁUGE, 2007).

Com a formação das paisagens do medo podemos perceber a gradativa diminuição do número de lugares significantes e o aumento da homogeneização das paisagens. Pode-se associar, nesse ponto, a elaboração do conceito de “*placelessness*” (deslugaridade) (RELPH,1979) associado a perda do significado dos lugares. Isso deve ao fato de que, na sociedade contemporânea, a diminuição dos lugares significantes e paisagens diferenciadas estariam apontando para o surgimento de uma Geografia do deslugar, onde o homem estaria construindo a sua vida numa atitude inautêntica, dominado, neste caso, pela perda da fruição da nossa vida nas paisagens.

Vale destacar que para Relph (1979) a comunicação de massa, a tecnologia onipresente, entre outros fatores, criam lugares cada vez mais semelhantes. Com o aumento da mobilidade das pessoas, essas não conseguem identificar, com afetividade, o novo espaço, principalmente porque a visão contestada é mais homogeneizada, seja pela arquitetura cada vez mais similar que percebemos nas cidades, como as lojas do “*shopping center*”.

Assim sendo, compreende-se a necessidade de se tomar muito cuidado para que as paisagens do medo não venham propiciar um topocídio, aliado a uma deslugaridade, ao ponto de se chegar a uma tentativa de reabilitação do homem ao lugar, processo que o professor Amorim Filho (1999) conceituou como: topo-reabilitação.

Pode-se dizer que a paisagem e o lugar se devem formatar, então, na tentativa de uma afirmação do homem no espaço numa relação memorial de enfoque urbano, firmando-se em uma memória de caráter individual e também plural para representar a vida construída, como uma forma de coibir a perda dos seus significados, dificultando a construção do sentimento das paisagens e lugares indesejados.

A memória é fundamental para a estabilidade do homem, que necessita de elementos, como os patrimoniais arquitetônicos, para destacar os seus feitos no espaço, numa tentativa de

reforçar a sua vida. Santos (1997a) analisa a memória do lugar num contorno que podemos transpor para inúmeras formas especiais de apresentação, tais como as inspirações das danças, o universo das artes, as representações dos monumentos, dentre incansáveis ações-figuras que tentam representar a vida.

O ato de pensar em se resgatar a memória, aqui compreendida nos elementos construídos nas paisagens, aparece como sendo a tentativa de materializar o sentimento da sociedade. Isso se faz pela realização do concreto, do visível, além da tentativa de reforçar os laços de topofilia e/ou ativá-los, para que não se criem, com intensidade, relações topofóbicas e de topocídio.

Assim, são localizados nesta relação dois contextos básicos da intenção da memória, um como fator social e outro, essencialmente político-estratégico, sendo a memória realizada por indução e para a obtenção das seguintes finalidades: (i) afirmação do sujeito enquanto forma de propiciar estabilidade emotiva e, conseqüentemente, a liberação de estímulos para apropriação e modelações espaciais em uma socialização política, e a (ii) tentativa de emergir um sentimento que reviva a sensibilidade de pertencimento ao lugar, numa postura patriótica materializada através de figuras visíveis e, também, imateriais, podendo remeter ações de reconhecimento, representação e reafirmação social.

A memória, como fator de revigoração das lembranças, capacidade de aquisição, armazenamento e recuperação de informações e fatos, faz-se na busca da fusão entre a promoção da integração do homem ao lugar e a pátria, com uma ligação em termos de estabilidade emocional e, por outro lado, a busca de restaurar o sentido de ser na sociedade em que vivemos. Então, perceber o exercício desta relação da memória é urgente e necessário, no atual momento que enveredamos, para que se oferte à nova sociedade que emerge uma força motriz que venha impulsionar uma vertente de pertencimento, propiciando bases para a construção de uma identidade, principalmente “[...] num mundo em crise de valores e de sentido como é o nosso, onde a questão da identidade deve voltar ao centro das atenções [...]” (HAESBAERT, 1999, p.170). E assim, percebe-se que é:

[...] através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (elas materializadas no espaço ou em documentos) e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que podemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir às gerações futuras um lastro importante para a sua identidade (ABREU, 2011, pp.28-29).

A preservação da memória atravessa o sentido da construção coletiva em sua plenitude de propriedade, pois, uma paisagem, um patrimônio são sentidos como resgates memoriais por cravarem no território, físico e psíquico, sentimentos que remetem a lembranças de tramas diárias e de manifestações sociais. No entanto, entender esta relação de memória é compreender a requalificação do que é sentir uma história. Os fatos que ocorrem no cotidiano pouco são lembrados e tratados com atenção pelos pesquisadores, o que culmina na rarefação de registros das memórias individuais e coletivas, principalmente porque os grupos que delas guardam lembranças, muitas vezes, não estão mais presentes em nossas vidas ou perderam-se em novas sociedades (HALBWACHS, 1990).

O Brasil, como um país de municípios relativamente novos, tem a maioria dos seus núcleos urbanos erigidos no século passado; e das cidades que datam do período da colonização, poucas detêm um registro do passado com vestígios que valorizam a sua história (ABREU, 2011). E só se pode compreender uma sociedade pelo seu desenvolvimento histórico-político-social, um povo que não sabe muito de sua trajetória pouco sabe dele mesmo.

Então, a continuidade de uma vida coletiva se baseia na preservação da história do lugar, e daí “[...] a necessidade de ter objetos tangíveis nos quais se possam apoiar o sentimento de identidade” (TUAN, 1983, p.217). Pois, “[...] não é possível preservar a memória de um povo sem, ao mesmo tempo, preservar os espaços por ele utilizados e as manifestações cotidianas de seu viver” (TOMAZ, 2010, p.04).

A cidade deve se tornar histórica pelo uso e emprego da memória individual e principalmente a coletiva. E desta, destinar atenção à sua propagação a fim de instigar a sociedade a se sentir presente, no passado que resultou no hoje, seja através de festas solenes, como desfiles, ou através dos monumentos e livros de história que narram a trajetória de seu lugar, promovendo o respeito ao seu lugar de origem, uma vez que “[...] confiantes em seu passado, os cidadãos podem falar em voz baixa e preocupar-se em colocar sua cidade natal em um pedestal” (TUAN, 1983, p.193).

O passado, esse que ultrapassa a noção de aglomerado de eventos como objeto da história, ganha então o seu lugar na discussão deste trabalho em uma dimensão singular, já que este espaço-tempo promove diversas interpretações diante das emoções presentes neste ponto, o que propicia uma busca pela afirmação social do homem, nítida nas paisagens arquitetônicas e urbanísticas tombadas como patrimônio cultural.

Acrescenta-se que essa realidade é nova no Brasil, pois representa a tentativa de uma busca de afirmação enquanto sociedade preocupada com a imagem nacional em uma política

de internalização do sentimento patriótico e da construção da história. Nesse contexto, o que é “velho”, no caso das paisagens, não é sinônimo de obsoleto, antigo, sem uso, mas sim uma forma de ligação que remete uma sociedade que se afirma como unidade.

Na sociedade contemporânea, o conjunto de elementos que desenha a identidade nacional é fundamental para se sustentar uma relação de identidade que ressalta a história de uma civilização, porque quando se tem a noção da identidade do e no lugar do indivíduo, tem-se a apresentar publicamente, perante o mundo, que este ser tem a marca e a essência do seu lugar (NERY, 2009).

Nesse contexto, o homem se faz presente ao se orgulhar de se dizer de onde se é e quem se é, pois, a “[...] construção de uma identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico, e a capacidade de recordar, reservar e perpetuar um passado faz parte de um sentimento identitário” (BOSSÉ, 2004, p.168). É a partir dessa compreensão que a identidade é percebida, numa relação de estabilidade sócio-emocional unida entre as vivências, o fazer social e sua ligação intrincada na memória.

A memória é, então, mais que um “baú de lembranças”. E a referência histórica pessoal que constrói a formação (e compreensão) da história nacional. Assim, convergindo com a posição de Nery (2009), percebe-se a memória como o desejo de viver e de perpetuar heranças, principalmente de um país onde estas “não devem ser interpretadas como limitadas por pontos de lealdade, união e identificação simbólica, mas como estruturas de poder cultural que destaca o sujeito e a história de uma civilização [...]” (NERY, 2009, p.153), numa tentativa de destacar as qualidades das culturas.

A valorização do passado e seus enredos, no que se refere às cidades, tem crescido num movimento que, aos poucos, se torna comum às sociedades nesta virada de milênio (LUCHIARI, 2001; ABREU, 2011), seja pela valorização da arte e das ações do homem ou como elemento de marca e instigação a visitas. A respeito da valorização do passado, Abreu (2011, p.19) destaca que:

[...] “nos países novos”, como o Brasil, essa tendência é inédita e reflete uma mudança significativa nos valores e atitudes sociais até agora predominantes. Depois de um longo período em que se cultuava o que era novo, período que resultou num ataque constante e sistemático às heranças vindas de tempos antigos, eis que atualmente o cotidiano urbano brasileiro vê-se invadido por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação ou a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A justificativa apresentada é invariavelmente a necessidade de preservar “a memória urbana”.

A este propósito da valorização, a arquitetura se apresenta como “abre-alas” neste momento de se sentir integrante da sociedade, pertencente a algum lugar e a algum grupo. O

visível do arquitetônico e urbanístico emerge como imponente e presente de um público dotado de olhares para além do que é “pincelado” pela sociedade, e onde o homem se aperfeiçoa a partir das sensações e da percepção através do espaço construído, constituindo uma possibilidade de integração.

Não me considero determinista ao apontar que o visível, principalmente, o arquitetônico (no que concerne à paisagem) é essencial para a geração das formas de sentido subjetivo do sujeito, mas se entende que esta é uma linguagem que influencia o sentido humano e sua consciência. Isso acontece porque intensifica o sentimento, alça o máximo possível a duração das emoções e conservam o ambiente construído em falas, formas de expressão que impregnam no ser um magnetismo simbólico e aguçam as relações sociais. Nessa compreensão, Tuan (1983, p.114) destaca que mesmo sem a apropriação física dos monumentos, as pessoas sentem os seus laços e com eles:

[...] a diferença entre interior e exterior, fechado e aberto, escuridão e luz, privado e público. Mas este tipo de conhecimento é rudimentar. O espaço arquitetônico – até uma simples choça rodeada por uma clareira - pode definir estas sensações e transformá-las em concreto. Outra influência é a seguinte: o meio ambiente construído define as funções sociais e as relações. As pessoas sabem melhor quem elas são e como devem se comportar quando o ambiente é planejado pelo homem e quando o ambiente é a própria natureza. Por último, a arquitetura “ensina”. Uma cidade planejada, um monumento, ou até uma simples moradia pode ser um símbolo vivo que influencia.

Vale ressaltar que a arquitetura, como patrimônio, firma-se no espaço como um elemento crucial do lugar, pois, “[...] sem a arquitetura, os sentimentos sobre o espaço permanecem difusos e fugazes” (TUAN, 1983, p.119), não se encontram no concreto do que se realizou nos contatos de constantes vicissitudes. E, com a arquitetura, o lugar se mostra vivo, evocando:

[...] lembranças de um passado que, mesmo remoto, é capaz de produzir sentimentos e sensações que parecem fazer reviver momentos e fatos ali vividos que fundamentam e explicam a realidade presente. Essa memória pode ser despertada através de lugares e edificações, e de monumentos que, em sua materialidade, são capazes de fazer rememorar a forma de vida daqueles que no passado deles se utilizaram. Cada edificação, portanto, carrega em si não apenas o material de que é composto, mas toda uma gama de significados e vivências ali experimentados (TOMAZ, 2010, p.02).

Difícilmente poderíamos nos defrontar com um patrimônio cultural, arquitetônico, por exemplo, sem essência do vivido, pois a ausência da memória, pela paisagem, dificultaria a identificação do homem e o registro das etapas de maturação da vida. O patrimônio retrata a

existência humana em suas formas de matéria que “[...] guardam certa monumentalidade com seu conteúdo social que a memória ilumina e o torna presente e, com isso, lhe dá espessura (conteúdo)” (CARLOS, 2007, pp.48-49).

De acordo com Melo (2009, p.54), são esses patrimônios que foram designados a:

[...] serem os “guardiões das nossas raízes históricas”, designados a transmitirem aos novos a memória de um passado pertencente aos velhos. Esse lugar de memória é consagrado pela vivência de um grupo, de uma sociedade, pois, quando ele é construído pelo acúmulo de experiências vividas e compartilhadas, esse lugar passa a ser consagrado por esse mesmo grupo ou sociedade.

Dessa forma, pode-se compreender que a memória internalizada pelo homem, extremamente mediada pela percepção aferida sobre um patrimônio é significativa para a formação do ser como agente social que se encontra em processo de socialização constante nas difusas situações do seu cotidiano, principalmente nesta sociedade em que o “[...] humano se encontra transformado num mundo em que o homem tornou-se estranho a si mesmo” (CARLOS, 2008, p.250).

Alguns indivíduos habitam um ambiente intensamente modificado, já que o estilo da vida contemporâneo é basicamente pautado na não permanência das coisas, objetos e das relações sociais, atrelados à alta mobilidade de nossos planos. E essa tendência da “[...] coisificação das relações sociais que desumaniza e desvaloriza o homem [...]” (CARLOS, 2008, p.260) reduz os significados sentimentais de suas ações e pausa a nossa experiência de vida, dificultando perceber e sentir os lugares (TUAN, 1980).

Isso ocorre visivelmente em nosso país que vem se “modernizando” arquitetonicamente e, nesse contexto, os indivíduos têm, gradativamente, perdido o seu laço com o lugar. Resultante da dinamicidade do tempo e da priorização da busca da estabilidade econômica em seus projetos de vida, ficando, muitas vezes:

[...] desenraizados de seu passado e apegados ao novo, que associam como ponto de origem, de nascimento, como se tudo que estivesse acontecido no passado fosse algo concluído, que não tivesse qualquer relação com o presente e, muito menos, com o comprometimento em transmitir esse legado às futuras gerações (LIMA, 2008, p.27).

É relevante assinalar que o patrimônio cultural se apresenta como um movimento de experiência derivado do lugar social da reminiscência, que assume um importante significado por fazer parte “[...] da memória coletiva de determinado grupo, a memória de um passado comum e de uma identidade social que faz com que o grupo se sinta parte daquele lugar, do

espaço que traz a lume a história de todos” (TOMAZ, 2010, pp.01-02). No contexto da promoção de uma imagem viva de tempos, em que os patrimônios se apresentam, aliás, como “[...] ícones repositórios da memória, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento” (GHIRARDELLO & SPISSO, 2008, p.13).

Assim, pode-se considerar, inclusive, que os patrimônios culturais são estratégias sociais, e através deles os sujeitos:

[...] narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento (...) aparece como uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas (GONÇALVES, 2002, p.122).

Nesta situação do resgate da memória, utilizando como referência o patrimônio, tem-se, subtendida, por outro lado, a tentativa do resgate do homem no mundo. Coloca-se em discussão, nesse contexto, a relevância das formas de apresentação da identidade do homem (HALL, 2001), pois o que vai ficar escrito, pelas representações dos patrimônios, pelos diversos registros que fazemos no nosso dia a dia, são os laços invisíveis que ali havia: as cores, figuras, espessuras, os motivos de encontros, as histórias, sorrisos, os afetos.

Para buscar entender como se constituiu a valorização (e reconhecimento), em processo, do patrimônio cultural no Brasil, no contexto da sua compleição política, e realizando a sua ligação com a paisagem, o próximo Capítulo (02) traz uma breve discussão sobre a Europa como berço da constituição formal/legal do patrimônio, e os desdobramentos desse processo no nosso país. Destaca-se, mais uma vez, nesse contexto, a relevância desse patrimônio para a criação e consolidação de laços de toponímia.

Capítulo 02

Patrimônio Histórico

Arquitetônico & Urbanístico:

Valorização da
Paisagem-memória?

Vista da Rua Direita (Diamantina/MG).
Fonte: ALVES, R. C. (2012).

O patrimônio se apresenta em uma alegoria do passado, como subterfúgio para a memória, e dele emerge o sentido do sujeito pertencer ao lugar no presente (CHOAY, 2006; GASTAL, 2006).

Compreender a constituição do patrimônio cultural, atrelado nos labirintos de ligação do sujeito com as suas marcas de vida nas paisagens, é uma tentativa de olhar para as experiências humanas que exprimem emoções, capítulos da história do homem em roteiros nem sempre livres para a sua atuação. As cenas, com os vínculos políticos que fazem parte de todo um arsenal da obra humana, aparecem como significativos elementos, portanto, o patrimônio cultural foi visualizado aqui de uma maneira humanizada, para que se possa entender o seu sentido/expressão de lembranças e estabilidade sociocultural, materializada em um cenário social que é simultaneamente vivido, memorado e encenado, possibilitando uma constituição de sentidos topofílicos.

O termo patrimônio cultural ultrapassa as marcas visíveis de uma sociedade que tenta ser estável e que busca, em seus elementos tombados (reconhecidos e regulamentados), enraizar-se no lugar na tentativa de preservar e conservar uma história, um momento, alguma lembrança. Por isso, retornar no tempo em outros gradientes sócio-temporais se faz complexo na discussão do patrimônio, pois é preciso qualificá-lo, denominá-lo em diferentes perspectivas. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é realizar um olhar sobre a constituição do patrimônio cultural de forma que se agreguem visões para a relação de pertencimento do homem com o lugar, na tentativa de obter uma compreensão do patrimônio enquanto elemento de afeto e segurança para o sujeito ao ambiente e de ligação deste ao Estado.

Nessa discussão, as *abordagens*³⁷ de Françoise Choay (1925) foram imprescindíveis, pois elas destacam que o Patrimônio é uma expressão que sofreu e sofre muitas mudanças enquanto conceito. Aponta também que, atualmente, este bem é de uso da comunidade em sua relação de acesso público e que vem se ampliando enormemente. Sendo um produto social que é uma obra-prima das belas artes aplicada ao fruto do trabalho do homem, além de servir como elemento pedagógico que destaca as feições do sujeito e dos eventos que circundam as suas ações.

Além dos embates, interrogações e perspectivas que o patrimônio cultural, inicialmente compreendido como monumento, nos oferece neste capítulo, busca-se extrair, também, a relação da arquitetura e do urbanístico, diante das paisagens culturais, como herança de eventos e fatos socialmente fundamentados e políticos importantes para a integração de uma sociedade enquanto formação de nação.

³⁷ Principalmente em sua obra: “*A Alegoria do Patrimônio*”, de tradução de Luciano Viera Machado, 4ª Edição. São Paulo (SP): Estação Liberdade, UNESP, 2006. 282p.

Desde a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos na França, no ano de 1837, os monumentos que eram visualizados apenas como remanescentes da Antiguidade, passaram por transformação enquanto categorias e elementos de representatividade, principalmente após a II Guerra Mundial, em que o número de monumentos protegidos cresceu significativamente, todavia, ainda enfocando a natureza da arquitetura erudita (UNESCO, 2005). No entanto, será possível ver que, com o passar do tempo, as formas de se valorizar as constituições legais dos monumentos mudaram, principalmente, porque as posições, maneiras e ligações políticas em sua relação com o Estado e com o povo também se transformaram.

Muitas obras arquitetônicas não foram prestigiadas devido à natureza de sua edificação, mas a noção e a relação da preservação dos monumentos históricos, bem como suas práticas de legitimidade e conservação ultrapassam barreiras e formas de compreensão da arte humana (extrapolando o território europeu, onde tiveram sua origem e onde, por muito tempo, ficou circunscrita).

Basta-nos remetermos ao ano de 1870, com o reconhecimento do monumentos históricos no Japão e que correspondeu, aliás, a um momento de extrema relevância para a sua consolidação enquanto forma de relação política. Isso nos leva a refletir, também, que os Estados Unidos foram o primeiro país a proteger seu patrimônio natural, mas no caso das edificações, da arquitetura, a nação estadunidense pouco ou quase nada se interessava em conservá-los. E a China, em 1970, começa a inserir e a classificar seus monumentos históricos como patrimônios. Dessa forma, vai-se percebendo, conseqüentemente, a amplitude da discussão sobre o patrimônio e como vai se destacando no mundo (CHOAY, 2006).

Se nos remetermos à primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, que ocorreu em Atenas, no ano de 1931, observaremos que apenas países europeus estiveram presentes. Já na segunda Conferência, em Veneza, no ano de 1964, inseriram-se na discussão a Tunísia, o México e o Peru. E em 1979, oitenta países dos cinco continentes assinaram a Convenção do Patrimônio Mundial, o que mostra a gradativa relevância assumida por estes elementos-memoriais para a humanidade (SILVA, 2003; UNESCO, 2005; CHOAY, 2006).

A partir daí surge uma reflexão: “Será que o Patrimônio Histórico ou Patrimônio Cultural é percebido, e reconhecido, de maneira uniforme pelos diversos olhares dos *homens*”³⁸

³⁸ Esta pergunta se constrói ao compreender, conforme Simmel (1983; 2011) destaca, que a dinâmica sociopolítica construída na contemporaneidade é pautada na ascensão do progresso da técnica, no individualismo acentuado, no moderno estilo de vida em que o anonimato e a racionalização dos desejos promovem o aumento

e entidades?” A resposta a essa pergunta é crucial, pois a participação de vários países dentro das conferências e das convenções do Patrimônio Mundial vem crescendo e tem-se, como relevância, destacar a imponência de seus elementos *tombados*³⁹ e a preservação de uma história, mas, lamentavelmente, muitos cidadãos não se sentem seus detentores, por não os perceberem ou por negligenciá-los.

Há inúmeras ameaças que pesam sobre o(s) patrimônio(s), derivadas das suas formas de constituição, mas que não impedem a sua conservação e proteção. Protegidos culturalmente pelo valor estético, pedagógico, científico e social como memória coletiva de diferentes espaços, culturas, identidades, observa-se que “[...] sua relação com o tempo vivido e com a memória constitui a sua essência” (CHOAY, 2006, p.18), extrapolando o sentido de uma simples contemplação pelos olhares humanos ou de uma exposição ao ar livre sem intencionalidade.

Além disso, com o avanço da imprensa, do progressivo aperfeiçoamento da fotografia, da filmagem, da gravação, com novas formas de criação e preservação de fatos e momentos do passado em uma memória técnica, estes elementos passam, a cada dia, a constituir o nosso arsenal de memória ou de “*hobbies*”. No entanto, esquece-se, muitas vezes, a função e valorização do patrimônio, sobretudo do Arquitetônico e Urbanístico.

Essa construção de reviver ou de guardar o passado, pelo advento do desenvolvimento dos recursos iconográficos e das filmagens, proporciona uma dinamização do tempo e o encurtamento da busca pela memória social. E em inúmeras ocasiões deletamos dos cartões das máquinas fotográficas e filmadoras estes arquivos-memórias, não ocorrendo a sua revelação e perpetuação. Esquiva-se, assim, de salvar um passado e a memória coletiva de um mundo que não é mais partilhado com o Outro no hábito de apreciar o tempo e as paisagens em seus “*scripts*” de uma história contida nos casarões, nas ruelas, nas conversas das janelas das casas, com os goles de cafés nos finais de tarde, no cotidiano dos diálogos que revelam (ou revelavam) muito dos nossos hábitos, crenças, do nosso mundo.

das relações interindividuais, tornando os valores sociais mais objetivos, limitando os laços subjetivos e a experiência de viver com o Outro e de sentir-se pertencido a alguém ou algo (como os patrimônios), distanciando a forma sensitiva do homem perceber o mundo, levando-o a uma crise da alma e da cultura, projetando uma neutralidade social e afetiva.

³⁹ Conforme Ghirardello & Spisso (2008, p.13) destacam, podemos entender a política do tombamento como “[...] um conjunto de ações, realizadas pelo poder público e alicerçado por legislação específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização”. É um ato de inventariar, registrar, comprovar e arquivar documentos, bens ou fatos para preservar, garantindo a existência dele por parte de algum poder e sociedade.

E nesta edificação do uso das *tecnologias*⁴⁰ fotográficas e das filmagens, pode-se realizar uma analogia com a era da *liquidez*⁴¹ na qual vivemos e que foi afirmada pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925), na sociedade que este denomina como da liquidez-moderna (2008). Sociedade em que ocorre a liquefação dos valores, na qual, cada vez mais empobrecemos as nossas relações interpessoais, reduzindo as experiências com o Outro e com o lugar.

Os apontamentos de Bauman (2008) destacam a rápida liquefação da condição humana, principalmente neste momento de inovações científicas e tecnológicas, especialmente com o nosso modo de relacionarmos com o mundo externo, que está cada vez mais restrito, pois estamos vivendo num ambiente de incertezas, cada vez mais limitado de contato humano; formando um mundo desprovido de significados estáveis e prazerosos.

Nessas condições, outra pergunta sobre a qual se pode refletir, ao longo do capítulo, construída através das ponderações de Choay (2006) e das análises de Bauman (2008), é: “Será que o Patrimônio Cultural ainda tem espaço nas sociedades contemporâneas?”.

É nesse questionamento sobre o Patrimônio Cultural e sua relevância sociocultural, que o capítulo se constrói, para realizarmos algumas reflexões sobre a temática.

2.1 Memória, amor e política: um olhar sobre o Patrimônio em seus enredos derivados da Geograficidade humana.

Para ponderar sobre as reflexões apontadas, faz-se necessária uma análise histórico-geográfica sobre o Patrimônio Histórico para, então, realizar-se uma junção de todas as indagações que se fizerem presentes no trabalho até o momento. Gonçalves (2002) destaca que o patrimônio se confunde com a ideia de propriedade, mesmo hoje estando relacionado às questões políticas, estéticas, psicológicas, culturais, sendo distintos os valores atribuídos ao ambiente, aos objetos e às formas de socialização destes que representam a relação social que

⁴⁰ A forma com que utilizamos a tecnologia, derivada da sua “facilidade” de compra, proporciona um consumo, cada vez maior, de uma memória artificial que existe para guardar aquilo que não é necessário enquanto emprego em nossa memória natural, distanciando a capacidade de refletirmos o passado (ALVES, 2009). Nessa perspectiva, Vasconcelos e Franciscatti (2009) afirmam que tal processo provoca o esquecimento de lembranças e com ele o desenvolvimento de uma subjetividade privada de experiências, em que a memória não se produz com laços históricos e o homem substitui informações e lembranças por uma simples recuperação de dados que não são internalizados. Principalmente neste mundo em transformação profunda da contemporaneidade, o qual provoca a redução de valores e gera descontinuidades afetivas (SIMMEL, 1983; 2011).

⁴¹ O convívio social formatado na vida contemporânea, da concorrência, da busca pelo equilíbrio de um “*status*” social para o homem ser aceito ou não ser tão excluído em uma sociedade (do consumo), promove a condição de mutabilidade das certezas na sociedade, maximizada dentre outros fatores, pelo desaparecimento do convívio com o Outro. Neste caso, os laços sociais, a memória afetiva, as relações amorosas se realizam em um processo que Bauman (2008) assinala sendo como um acúmulo da liquidez, numa metáfora da sociedade comercial, em que o ser humano está inserido num jogo de hipoteca dos sentimentos, cada vez mais incertos e fugazes.

organiza o espaço e o homem no seu cotidiano (GONÇALVES, 2002; FUNARI & PELEGRINI, 2006).

Assim, antes de reconhecer o termo patrimônio, inicialmente se utilizou e ainda se utiliza o termo Monumento, “*Monumentum*”, derivado de “*Monere*” que significa advertir, lembrar, aquilo que traz lembrança de alguma coisa, fato ou lugar; e representando, então, elementos que possam remeter a lembranças (CHOAY, 2006; ALVES, 2009).

O monumento seria uma informação social provocada pela emoção em uma memória que é viva ou insiste em estar presente. É pertinente resgatar, neste momento, a ponderação de Choay (2006) sobre o sentido primordial do chamar-se monumento, destacando ser aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazê-los voltar a tempos atrás. Etapas de uma vida que envolvem várias pessoas, testemunhando traços de uma cultura, modos de vida e percepções de sequências políticas e sociais (ICOMOS, 2007); bem como contribuir para a formação e sustentação da identidade do homem e pela mediação dos conflitos de uma vida que tende, a todo o momento, a ser compartilhada, fazendo com que:

[...] lembre o passado e fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafia à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento (CHOAY, 2006, p.18).

Ressalta-se que o Monumento para ser histórico é, desde o início, constituído pelos olhares convergentes do historiador e dos amantes da arte para representar e encantar os homens, trazendo uma possibilidade de resgate histórico através do seu significado, atrelado ao conhecimento e ocorrência de fatos significativos a ele associados.

A carta de Veneza, por exemplo, redigida no ano de 1964, para a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios, no seu Artigo 1º destaca que o conceito de monumento extrapola o simples trabalho do arquiteto; ele vai além do enquadramento de cenas excepcionais do urbano e do rural. Aplica-se onde se encontram evidências particulares de uma civilização; seja a sua aplicação diante das grandes obras de artes, e também em obras modestas do passado, “[...] desde que tenha adquirido significado cultural com a passagem do tempo” (ICOMOS, 2007, p.02).

O Monumento Histórico tem por finalidade fazer reviver o passado do homem, relacionando a memória, evidenciando o significado e relevância destes para a comunidade e sua expressão é, primeiramente, local, e, secundariamente, universal; sendo vinculado a um saber e a uma sensibilidade presentes, contudo, resultados de uma vida passada.

Mas o ato de reconhecer um monumento, uma obra e seu valor, seja de colecioná-la, guardá-la ou expô-la, antecipa o que se conhece como Monumento Histórico, pois este remeteria para as obras e os elementos destacados em museus. A arte de colecionar surgiu no final do século III a.C., entre a morte de Alexandre III (356 a.C. - 323 a.C.) e a formação do Império Romano. Nesse período, o povo grego destacava-se como a elite culta, pois as campanhas, em batalhas, de Alexandre contribuíram para a difusão, e expansão, da cultura grega, surgindo uma civilização que ficou conhecida como helenística. Desde essa época, a escultura e a pintura tornaram-se cada vez mais realistas, tratando das paixões, do sofrimento humano com as perdas nas guerras, dentre outros temas (CHOAY, 2006).

Para se ter uma devida noção do aparecimento de esculturas, edifícios, monumentos, Choay (2006) destaca que em Roma, entre 146 a.C, muitos batalhões e exércitos como o de Átalo II Filadelfo (220 a.C. - 138 a.C.), rei de Pérgamo, ofereciam estátuas em oferenda aos Deuses. Com esta descrição, pode-se considerar este o episódio do nascimento simbólico e material do objeto da arte, e dele, o ato de colecioná-los. Inicialmente, como forma de respeito aos Deuses e, posteriormente, como retrato de poder e dominação na sociedade como um elemento de grandeza social e imponência militar.

A partir daí os objetos e monumentos gregos expostos pelos exércitos romanos começam, vagarosamente, a adentrar algumas residências, mas seu “*status*” muda no momento em que as obras entesouradas nos centros dos templos começam a ser expostas à vista de todos, à luz das ruas e dos espaços abertos.

Séculos depois, os Monumentos renascem em Roma, por volta do ano de 1420, com os eventos que marcaram a sociedade, como o exílio do papado em Avignon (1305-1377) e depois o Grande Cisma (1379-1417). Eventos em que a Europa se encontrava dividida em dois blocos rivais, disputando poder, mas após conflitos é escolhido Martinho V (Otto de Colonna, 1368-1431) como Papa em Roma, ou seja, a Igreja Católica restabelece a sede do papado na Cidade, tendo como uma das suas intenções buscar recuperar os monumentos destruídos e aqueles não conservados (NASCIMENTO, 2011).

Anteriormente à época da consolidação do cristianismo, obras e edifícios do paganismo foram objeto de conservação, estimulados diretamente pelo clero que se torna o único depositário de uma tradição que tende a se firmar pelos monumentos, condição derivada, até

mesmo, do conhecimento e do poder econômico que possibilitavam o patrocínio e o suporte de tais construções monumentais.

Observamos um progressivo esvaziamento da função memorial do monumento durante os últimos anos seguintes, e podemos ponderar dois fatores. Primeiramente, no período histórico, sobretudo entre 1300 e 1650, na Europa, busca-se reviver a cultura greco-romana. Embora tenham ocorrido avanços consideráveis no campo da arte, literaturas e de diversas Ciências, nesse momento, que superaram a herança clássica e que se caracterizavam por uma postura de oposição ao divino e ao sobrenatural que impregnava a cultura da Idade Média.

Vale resaltar que o monumento reportava-se a ideia dos edifícios da Antiguidade Clássica, pelo viés da arte, sem preocupação com a sua conservação (COSTA, 2009), em que o “[...] antigo e a importância de sua preservação estavam menos no seu valor em si e mais na definição de normas e regras para as novas construções. Ou seja, as ruínas eram conservadas como uma história ideal, que qualificasse e justificasse o presente” (GASTAL, 2006, p.138).

E em segundo lugar pode-se relacionar o crescente conceito da arte nas sociedades ocidentais, sobretudo a partir do Renascimento, pois a princípio os monumentos eram destinados a:

[...] avivar nos homens a memória de Deus ou de sua condição de criaturas, exigindo daqueles que os construam o trabalho mais perfeito e mais bem realizado, eventualmente a profusão das luzes e o ornamento da riqueza. Dando beleza a sua identidade e seu estatuto, fazendo dela o fim supremo da arte, o *Quattrocento*, substituindo progressivamente a ideia de memória pela ideia de beleza (CHOAY, 2006, p.20, *grifo do autor*).

Nos trabalhos do Renascimento, na arquitetura, por exemplo, a ocupação do espaço do edifício era relacionada às formas de organização matemática, tendo-se, neste momento, a utilização maior dos arcos, da escultura e da pintura. O artista não era, então, um simples observador do mundo que expressava a grandeza de Deus, mas proclamava, ao contrário, o seu sentimento com uma compreensão científica, para que sua obra não fosse apenas admirada pela sua beleza, pois a marca do individualismo e da racionalidade estavam, aí, presentes (LIMA, 2008).

Faz-se necessário ressaltar que este movimento foi extremamente elitista, privilegiando os grandes detentores de bens e colecionadores de obras que tinham um apreço pela arte gótica, além de ser um período em que as “[...] novas condições tecnológicas, possibilitaram a difusão da arte e do conhecimento por toda Europa e, posteriormente, pelo mundo” (LIMA, 2008, p.02).

Uma segunda questão a ser localizada nesse período diz respeito à dissociação que muitos realizaram do processo psíquico da visão de sociedade-mundo que o Monumento apresenta, principalmente se o processo de conservação deste não tivesse um referencial histórico, desprovido de uma relação de intensidade de tempos, aliado à ausência de um arsenal da arte e do conhecimento. Pois, como sinaliza Choay (2006, p.25) é como se retirássemos “[...] o sentido da prática da cerimônia do chá ignorando o sentimento japonês da natureza, ignorando o xintoísmo e a estrutura nipônica das relações sociais”.

Podemos perceber que os monumentos eram quase sempre ligados a lembranças literárias, ao lirismo e seus autores medievais, e onde o interesse artístico cultural aos monumentos da Antiguidade era atribuído à elite do “*Quattrocentos*” (CHOAY, 2006; COSTA, 2009). Elite esta que se pode associar, também, ao grupo que tenta configurar a imagem do homem em seu poder num sentimento de autoconfiança, numa sociedade que se tornava cada vez mais complexa em termos econômicos e socioculturais.

Para o clero do século VII, ou até mesmo do século XII, o mundo antigo era tido como impenetrável e, muitas vezes, indecifrável em suas obras. Choay (2006) destaca que realmente eram percebidas como de difícil decodificação, pois os territórios romanos ou romanizados, tornaram-se cristãos e as expressões literárias perderam os seus referenciais iniciais. Porém, entender a ideia, a essência e a sensibilidade cognitiva pelos monumentos apenas pela abordagem literária, em seu formato e compreensão de arte, é questionável, pois, na passagem do século XIV para o XV, abordagens mais sensíveis, emocionalmente chamativas, feitas pelos homens da arte foram destacadas.

Agora, trava-se um diálogo entre os artistas e os humanistas; no qual o olhar do artista busca ensinar ao Outro a ver a obra por “[...] todos os ângulos da expressão da humanidade em seu contexto histórico intelectual, logo os humanistas relevam, clareiam as suas expressões aos arquitetos e aos escultores numa perspectiva mais histórica” (CHOAY, 2006, p.49).

Era então imprescindível a integração dos humanistas e dos artistas, uma vez que por estes se pode analisar a demarcação do território da arte e da história de “cada” elemento traçado pelo homem em suas obras, ocorrendo, a partir daí, a instalação do monumento histórico, uma vez que a forma, estrutura e o significado das obras tornam-se, nesse contexto, marcas percebidas, gravadas como verdadeiras.

A integração descrita entre os humanistas e os artistas foi importante para a Europa, principalmente em Roma, pois entre os séculos XIII e XV, o continente necessitava se reorganizar depois das sucessivas destruições que sofreu com ataques no seu território. Dessa

forma, um profícuo processo de canteiros de obras romanas é visto na tentativa de construir uma nova sociedade. Porém, um dilema central se apresenta em relação aos monumentos construídos, pois as formas de embelezamento eram percebidas em dois vieses: *(i)* um perfil moderno ou *(ii)* a permanência das obras que ali se firmavam, não ocorrendo uma visão de intermediação entre as formas e compreensão de artes de tempos e períodos distintos (GONÇALVES, 2002; CHOAY, 2006).

Tentar conservar os monumentos seria sinônimo de provocar dificuldades técnicas e organizacionais sobre o novo planejamento urbano que nascia naquele momento. A justificativa da atribuição de importância aos monumentos como uma expressão da arte e retrato de uma civilização se chocava com as ideias de um desenvolvimento urbano e social, principalmente no anseio do reerguimento de um novo território.

E neste momento os humanistas se apresentam como os protetores de alguns monumentos, principalmente, através do uso das literaturas que alavancaram o prazer pela arte, provocando assim, a conservação de algumas obras da Antiguidade. Esses atores assumem o amor e gosto pelas obras como maneira de conservá-las, sendo analisados alguns móveis e edifícios, além de esculturas, moedas, dentre outros objetos colecionados (por príncipes, principalmente); foram conservados em jardins, em suas residências e nas antecâmaras. Dessa forma, um novo espaço geográfico para a arte e o monumento no século XVI nasce: a galeria (CHOAY, 2006).

A partir de 1530, os humanistas, em especial os da corte pontifical, tendem a conservar e proteger os monumentos romanos, seja por sua representatividade artística ou pelo simples gosto da coleção que surge com um propósito de preservar os monumentos e, daí, promover medidas de “restauração” dos antigos edifícios contra as múltiplas agressões que estes sofreram diante da nova cidade de Roma que estava se erigindo (NASCIMENTO, 2011).

As ações políticas e econômicas ligadas à necessidade de embelezar e modernizar a cidade de Roma, com o advento do alargamento de ruas, construções de estabelecimentos comerciais, dentre outros, promoveram certa demolição de alguns monumentos e, com isso, paralelamente, tivemos, também, o surgimento da preservação das Antiguidades. Para garantir medidas de segurança para a perpetuação das ações de modernização de Roma, os técnicos urbanistas e arquitetos pontuavam alguns monumentos para preservação, “maquiando” a ideia de destruição. E com este processo, a relação de preservação da história, da arte e da conservação dos monumentos, principalmente arquitetônicos, aparecem em pequenas migalhas de obras ao se comparar com a grandiosidade de monumentos que a cidade detinha.

A abordagem da coleção e conservação dos monumentos pelos humanistas é levada adiante pela pesquisa meticulosa dos eruditos, pois era necessário conhecer, agora mais do que nunca, a história de cada traço realizado nas obras, surgindo, então, o que se conhece como antiquários (CHOAY, 2006).

Contudo, neste processo de modernização de Roma e da tímida ideia de preservação dos monumentos, os arquitetos tenderam idealizar ou padronizar os monumentos antigos em sua forma de representação, ou seja, fizeram reparações. Choay (2006) destaca que se inventou, então, de forma deliberada, os monumentos, os edifícios e fachadas de prédio, reconstituindo-se as paisagens com base na imaginação, pois não se tinha visto estes monumentos pessoalmente, nem em seus estudos, quando disponíveis, o que se denominou, na época, como processo de restauração.

Já na França, os monumentos se constituíam em parte de uma história que dava energia para a perpetuação de um país que queria revigorar o seu perfil nacionalista, embora a modernização também fosse necessária. E neste processo de modernizar, e ao mesmo tempo entendendo a importância dos monumentos históricos, a política de urbanização não se preocupava com o conjunto destes em sua malha urbana, mas preservando pequenos monumentos individuais.

É relevante assinalar que os prazeres estéticos da arquitetura se renovam, mas o passado e o presente devem ser históricos, feios ou bonitos, pelos olhares e julgamentos dos outros. A cidade antiga, velha, histórica, como muitos falam, não deve ser vista como obra intocável, mas como um processo de constantes idas e vindas na memória do homem, dentro e fora do circuito da sua vida, pela sua atividade diária, pelo simples e, ao mesmo tempo, complexa tarefa de existir. Aliás, as cidades, bairros ou centros urbanos são sim, museus, sejam eles, pequenos, interioranos ou grandes metrópoles, pois a forma de cada uma delas, é reconhecido, ou deveria ser, como uma obra de arte.

E com o desenvolvimento das ações dos arquitetos e de suas reformulações paisagísticas nos monumentos, a questão sobre a qual se pode refletir, inclusive nos dias atuais, é o cuidado que se deve ter no desenvolvimento do processo de uma restauração, no sentido de buscar respeitar e apresentar com fidelidade as marcas de sua essência material, a fim de se evitar uma restauração intervencionista que mascara uma realidade social e desconfigura a arte e a história, produzindo apenas embalagens visuais.

Ressalta-se que o monumento, no século XVIII, recebe a denominação de Monumento Histórico, justificada pelo avanço da compreensão da sociedade sobre a relevância atribuída ao valor da arte e do conhecimento sobre uma obra, além de perceber o uso deste como um

recurso e marca para confirmação de inúmeras ações, retratos sociais em uma escala espaço-temporal que se pode fazer permanente, como um recurso pedagógico.

A história da França, no que concerne ao monumento histórico, a partir dos séculos XVI e XVIII, tem nos donos de antiquários e nos arquitetos os estudiosos que analisaram, com todo cuidado, os vestígios das obras greco-romanas e lamentaram sua degradação e abandono na época, pois embora o processo de vandalismo sobre os monumentos religiosos na Idade Média tenha sido intenso, o apelo afetivo teve que se institucionalizar como uma base para a permanência de uma história material. As ações de proteção e de restauração de várias obras passaram a ser analisadas a partir de uma série de pré-requisitos em termos do ano, estilo da arte e do conhecimento embutido em cada traço de um objeto, o que significou um grande avanço na história dos monumentos (CHOAY, 2006).

A perda de muitas igrejas, estátuas e diversos objetos que retratavam fatos, poderes e a memória da sociedade francesa é atribuída aos saques e vandalismo que ocorriam na *Revolução Francesa*⁴² (1789-1799), embora este movimento tenha inaugurado, também, um olhar mais atento para as obras e sua proteção. Esse acontecimento deu origem à consolidação da conservação dos monumentos históricos aprofundada nas análises dos elementos que constituíram os objetos e a sua historiografia, numa abordagem que representasse sua real importância para o país, principalmente em 1795 (SILVA, 2003; CHOAY, 2006) marco do processo institucional da preservação, derivado da Revolução Francesa, pois foi:

Durante essa Revolução que muitos monumentos foram destruídos, pois carregavam valores simbólicos de uma determinada época e cultura que se desejava modificar. E a partir deste processo, a preservação passou a ser vista como necessária, derivado da sua perda, e surgiram as determinações de proteção dos monumentos históricos [...] (CERQUEIRA, 2006, p.05).

Esse processo foi importante para a França, uma vez que data de 1830 a primeira instituição da Comissão de Monumentos Históricos no país, com o objetivo de organizar e repensar as formas de reconhecimento, ordenamento e considerações dos elementos monumentais. Neste momento, vale ressaltar que a conservação dos antiquários dava

⁴² A Revolução Francesa alterou o quadro político e social da França começando com a convocação dos Estados Gerais e encerrando-se com o golpe de estado do 18 Brumário, comandado por Napoleão Bonaparte (1769-1821). Entre as razões da revolta estavam a indignação com o Antigo Regime e os privilégios do clero e da nobreza. Pode-se dizer que este foi um dos acontecimentos que deu início a Idade Contemporânea, aboliu a servidão, os direitos feudais, e proclamou os princípios universais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade (NASCIMENTO, 2011).

passagem para uma conservação material dos monumentos históricos em sua conservação real (SILVA, 2003; CHOAY, 2006). Isso indica que:

[...] os valores passariam a ser compartilhados por todos, seriam comuns e se consubstanciaríamos em coisas concretas, feitas. Os bens determinados passam a ser os que simbolizam excepcionalidades, raridades e histórias vivas, representantes da trajetória da nação [...] (COSTA, 2009, p.42).

Neste período, destaca-se como importante, por outro lado, o processo de mensuração dos significados dos objetos dados como fundamentos da nacionalidade, oferecendo-se, então, uma nova representação dos monumentos nacionais, tais como os castelos e monastérios, e tudo aquilo que pode representar a história, pensando em sua função historiográfica.

E diante da “revolução” que se instalava no país (para reorganizar a sua estrutura econômica e política) as obras conservadas tomaram dois caminhos. O primeiro é a transferência dos bens da Igreja, da Coroa e dos emigrados para a nova nação que ali se instala. E o segundo, é a destruição das obras, enquanto imagem-objeto, o que marcou “negativamente” a vida da população. Ou seja, cada elemento deveria ser analisado minuciosamente diante da relevância que este assumisse para a sociedade, como uma relação de herança, atrelada à conservação e com uma conotação de espólio nacional (SILVA, 2003; CHOAY, 2006).

Mas, pelo Decreto de 13 de Outubro de 1832, a Comissão dos Monumentos, devendo tombar as diferentes categorias de bens recuperados pela nação, destaca os monumentos em forma de seções para sua organização, tal como as seções de vela direcionadas aos livros, manuscritos, faróis e selos, medalhas, pedras, estátuas, quadros, máquinas, objetos relacionados à cultura e à história natural. Porém, o Estado estava passando por sérias dificuldades financeiras, então, a solução foi concretizar a venda de alguns monumentos para obter recursos. Nessa ocasião, teve-se que se definir duas categorias de monumentos históricos que seriam: as básicas (móveis), e as completas (os imóveis) (CHOAY, 2006).

Os móveis foram transferidos para os depósitos provisórios e abertos à visitação pública. Ato que Choay (2006) consagra como o recente “*museum*” que tem a função principal de instruir e servir de espaço para a lembrança social de uma comunidade em seu processo constante de reflexão (ressaltando-se que os antiquários se constituíam em um apanágio de poucos, mesmo em termos de visitação). Já, os bens imóveis, tais como conventos, igrejas, castelos, residências de personalidades, estavam com problemas do ponto

de vista da manutenção. A funcionalidade destes monumentos foi direcionada, então, para depósitos de munição, de sacas de sal, madeiras e armas.

Assim, podem-se entender essas ações como um processo de conservação primária ou então preventiva, que é oposto ao que se entende como uma conservação secundária ou racional mais efetiva, elaborada e funcional. Todavia, na época, não houve outra solução a não ser esta, derivada dos ínfimos recursos financeiros e da nascente, mas não internalizada, compreensão da importância destes monumentos históricos.

A degradação privada foi outro impacto sobre o monumento histórico na França e se deu, de forma legal, em todo o território; uma vez que aqueles que puderam adquirir bens nacionais para lotear um terreno, inevitavelmente destruíram alguns monumentos. Além disso, o próprio governo que se instalava solicitou, então, a destruição de alguns prédios e igrejas para garantir subvenções de despesas para equipamentos militares. Todavia, no dia 03 de março do ano de 1871, os bens que até então pareciam condenados ao interesse do país começam a ser conservados. Choay (2006, p.122), a propósito, retrata que “[...] os bens anteriores a 1300, todos, tinham que ser conservados [...]”, norteando as futuras ações intervencionistas.

Com o advento da era industrial, e com o ato de progressão das transformações, modelações e também degradações do meio ambiente, construir passa a ser um processo de avanço estético e de sobrevivência de mercado, na qual a ruptura dos modos tradicionais de edificar interveio nos valores dos monumentos históricos, em termos de valores da sensibilidade, da estética e da história como justificativas de preservar. Não se está destacando que os novos monumentos, edifícios, prédios, paisagens culturais são menos importantes para os homens que passam a gerir a sociedade, em determinado momento, mas que alguns monumentos são marcas de acontecimentos sociais que merecem ser preservados por remeterem a conquistas sociais.

A 2ª Revolução Industrial, por exemplo, representou um conjunto significativo de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo que se expandiu por todo o mundo, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, desencadeando ritmos de mudanças sociais diferentes em cada lugar. Nesse momento é que a questão identitária começa a tomar mais corpo quanto à preocupação voltada para o monumento histórico.

Vale ressaltar, ainda, que esta revolução Industrial em questão (com sua expansão pelo mundo em 1830 a 1929) não foi apenas um processo que desencadeou a leitura do monumento histórico isoladamente e depois o aparecimento da modernidade técnica, mas

representou o reconhecimento da natureza da história do homem que é diariamente modificada e merece ser devidamente cuidada. Nesse momento a preservação de conjuntos urbanos começa a ser efetivamente pensada, derivada do processo da demolição, padronização e funcionalidade que os Estados queriam realizar em seus territórios (CERQUEIRA, 2006).

É nesse contexto que a consagração do monumento histórico aparece na França (entre 1820 a 1960) em que os valores nacionais e históricos dos edifícios entram em confronto com a industrialização desordenada. A Revolução Industrial em questão tem a proeza de produzir embalagens mas, muitas vezes, não as recheiam com obras sentimentais, separando o sentimento do fazer ao reconhecimento do sentir, fazendo com que a obra do homem, o olhar do sentido que há pelo monumento se desfaca, “[...] ocorrendo mudanças, não somente na arquitetura, nas formas materiais, mas sobretudo no *modus vivendi* [...]” (SIMÃO, 2001, p.23, *grifo do autor*).

Em todo esse processo, Françoise Choay (2006) decodifica o momento da referida Revolução Industrial em dois principais pontos a serem averiguados. O primeiro, em termos da cultura (no que concerne ao patrimônio); e o segundo, derivado da sua depredação sentimental. Para a autora, a primeira:

[...] tinha por vocação afirmar a permanência do sagrado, enquanto encadeava na duração das diferenças dos homens. A segunda, anônima e estandardizada, recusa a duração e suas marcas - a arquitetura doméstica é substituída por apartamentos precários, por onde se passa como se fossem albergues; e a arquitetura pública cede lugar a espaços de ferro e vidro, na superfície dos quais o tempo não tem permissão para pousar (CHOAY, 2006, p.136).

Neste momento de demasiada destruição dos monumentos históricos, a proteção destes é, entretanto, exigida em escala nacional e internacional. Se pensarmos na França, os centros urbanos antigos foram percebidos no primeiro momento como ultrapassados, em consonância com os anseios da “modernidade”, principalmente na era da industrialização (GASTAL, 2006). Ocorrendo, então, a eliminação ou destruição de muitos monumentos para o alargamento das vias, além dos parcelamentos do planejamento urbano para a implantação de obras.

Mas foi, também, na França, em 1887, que se promulgou a primeira lei sobre o Monumento Histórico, com o decreto da criação do cargo de inspetor, num processo centralizador de dispositivos para a proteção dos edifícios tombados, além de se garantir o apoio de fundo do Estado para sua manutenção e restauração. Foram avanços que

modificaram a estrutura, percepção e funcionalidade dos monumentos históricos no país e que, aos poucos, incidiram em outras nações (NASCIMENTO, 2011).

Outro evento importante para se pensar sobre a preservação dos monumentos históricos ocorreu com a maciça destruição destes, e em muitos conjuntos urbanos completos, no período da *Segunda Guerra Mundial*⁴³ (1939-1945), quando, posteriormente sucederam-se “[...] grandes mudanças, contudo, de ordem econômica, política, social e cultural. A partir de então é que se deflagrou o processo de discussão sobre a proteção patrimonial e a sua importância indiscutível” (CERQUEIRA, 2006, p.06).

A professora-pesquisadora, norte-mineira, Maria Geralda de Almeida (1948) coloca em evidência, à propósito, que a partir da Segunda Guerra Mundial houve, no campo de estudo do monumento histórico, uma grande expansão cronológica, tipológica e geográfica do sentido de se perceber a história, principalmente nas paisagens (arquitetura). A pesquisadora ainda destaca que a forma de se apreender o monumento deixa de ser elitista e passa a ser percebido como uma urgência identitária. Essa compreensão passa a existir no momento em que a sensibilidade monumental é sentida (não a compreendendo, aí, um resgate, mas como uma aquisição de um novo sentido desta para o homem). Nesta compreensão é que, Almeida (2012, p.150) destaca que esta sensibilidade é progressivamente experimentada e:

[...] deixa de ser uma essência da cultura aristocrática para expandir-se para além dos pertencimentos de classes sociais e para além das fronteiras geográficas entre o mundo rural e o mundo urbano. Os processos e práticas culturais começaram, lentamente, a ser vistos como bens patrimoniais, sem necessidade da mediação de objetos. Essa nova percepção surgiu da influência da prática de preservação oriunda de países asiáticos e dos países pré-industriais.

O ano de 1931 consistiu um marco para a discussão dos monumentos, pois nesta data foi realizada a Primeira Conferência Internacional Relativa aos Monumentos, em Atenas, que ajudou a difundir propostas de conscientização e de integração dos monumentos, no que se refere a seu uso e processo de conservação (SILVA, 2003; GHIRARDELLO & SPISSO, 2008).

⁴³ Conflito militar global entre os Aliados (composto por: China, França, Grã-Bretanha, União Soviética e Estados Unidos da América) e as potências do Eixo (Alemanha, Japão e Itália), que dedicaram toda a sua força econômica, industrial e científica a serviço da guerra, sem realizar a distinção entre recursos civis e militares. Conflito que “terminou” com o triunfo dos Aliados em 1945, alterando significativamente o alinhamento geopolítico mundial (NASCIMENTO, 2011).

Nesse encontro, foi divulgada a *carta*⁴⁴ patrimonial de Atenas (com a participação de 24 países) que valoriza as manifestações humanas no mundo das artes, no contexto da arquitetura, da música, literatura, dentre outros. Este encontro se fortaleceu com a realização do Primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), por uma organização não governamental que discutia a importância da preservação dos monumentos.

O encontro do CIAM foi bem sucedido, e em 1933 o terceiro encontro realizou-se, na ocasião em que se discutia uma nova maneira de se viver na cidade, conforme o uso racional do solo urbano, decorrente dos avanços técnicos que a arquitetura adquiria, levando-se em consideração as novas formatações que a cidade teria que perceber e se adequar em suas funções básicas (habitação, lazer, trabalho e circulação), introduzindo, em paralelo, um legado para o monumento histórico das cidades.

Estas que não são intocadas mas, pelo contrário, nesse momento admitem a introdução da sua vida moderna, tentando-se conciliar a preservação dos monumentos com a vida que tende a ser desenvolvida em seu entorno (SILVA, 2003). Entendendo que os “[...] núcleos urbanos preservados são cidades como todas as outras, complexas, dinâmicas e simbólicas. E reduzi-las a objetos estanques, a obras de arte, constitui um equívoco sem tamanho” (SIMÃO, 2001, p.59).

A Carta de Atenas, em sua Doutrina (nos princípios gerais), destaca que qualquer que seja a reconstituição do monumento, é imprescindível a sua manutenção e restauração, com respeito à obra histórica e artística sem prejudicar o estilo da época em que foi construída. O documento destaca, ainda, que não devem ser vetadas novas construções em sítios urbanos tombados (sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deva ser objeto de cuidados), embora nas condições da vida moderna os monumentos se acham cada vez mais *ameaçados*⁴⁵ (IPHAN, 2012).

Já a Carta de Veneza, divulgada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em 1964, destaca a conservação, restauração e o ambiente em que

⁴⁴ Conforme Ghirardello & Spisso (2008, p.13) destacam, as cartas patrimoniais são “[...] diretrizes para a conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico, local, regional, nacional ou mundial”, e estas refletem o que os especialistas e organismos trabalham para a preservação do(s) patrimônio(s). As cartas se iniciam com a de Atenas, e hoje somam mais de quarenta, atentando-se que foi na Carta de Atenas que se criou o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais, juntamente com o ICOMOS e a UNESCO.

⁴⁵ Cabe, neste momento, salientar que diagnosticando a ameaça do desaparecimento de um patrimônio este pode ser inscrito na lista do patrimônio mundial em perigo, e dentre os motivos para que este desaparecimento ocorra pode-se destacar os “[...] projetos de grandes obras públicas ou privadas; rápido desenvolvimento urbano e turístico; destruição devida à mudança de utilização ou de propriedade de terra; alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por quaisquer razões, catástrofes naturais, grave deteriorização da estrutura e/ou das características ornamentais; deterioração da coerência arquitetônica e urbanística, perda significativa da autenticidade histórica, grave perda da importância cultural” (SILVA, 2003, p.173).

os monumentos se encontram, reforçando a preocupação com os monumentos degradados na Segunda Guerra Mundial, e postulando ser uma responsabilidade de toda a humanidade a salvaguarda das obras monumentais pois, se compreendem, então, que o monumento faz parte do meio em que o homem vive, podendo este utilizá-lo. Ou seja, deu-se fim, aí, à ideia de “musealização” do monumento, principalmente na área urbana, sendo útil à sociedade com outras funções; devendo acompanhar as necessidades modernas (SILVA, 2003).

Nesta carta, é possível verificar a expansão do conceito de monumento histórico, pois o texto aprovado destaca em seu artigo 1º que o conceito abrange não só os trabalhos da arquitetura, mas “[...] também o enquadramento urbano ou rural onde se encontram as evidências de uma civilização em particular, um desenvolvimento significativo ou um acontecimento histórico [...]” (ICOMOS, 2007, p.02).

A conservação dos monumentos é tratada num artigo especial (artigo 5º) nesta carta, abordando a possibilidade de o monumento ser socialmente funcional, uma vez que “[...] tal utilização é, portanto, desejável, mas não deve alterar a disposição interna ou a decoração do edifício. E é dentro destes limites que as modificações necessárias para a alteração de funções devem ser encaradas [...]” (ICOMOS, 2007, p.02); ou seja, a conservação também se baseia na funcionalidade dos prédios e monumentos, e o uso deve servir simultaneamente como ato de preservação. Vale assinalar que alguns autores, tais como Costa (2009), identificam nesta carta o marco simbólico que aproxima o monumento histórico a uma mercadoria.

Logo o documento da Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas, em 1969, reforça a importância do uso dos monumentos históricos, como os grandes casarões, pois a civilização contemporânea não se repousa nas tradições culturais, mas também as cria, transforma com o desenvolvimento econômico, em que os governos, Estados, devem assegurar a proteção e a preservação da herança cultural da humanidade, respeitando as novas gerações precisamente através do incentivo a funcionalidade dos seus monumentos (IPHAN, 2012).

Entre o final da década de 1960 até 1980, as cidades sofreram mudanças estruturais visíveis, como os maiores empreendimentos industriais, o grande desenvolvimento de vias de acesso, apoio aos transportes públicos, aumento da telecomunicação, dentre outros. Diante de tantas mudanças, Cerqueira (2006, p.15) destaca que foi necessária uma nova força para se preservar os monumentos históricos, pois “[...] as modificações feitas em nome do progresso fizeram, muitas vezes, as cidades perderem suas referências simbólicas. Estas perdas foram determinantes para o surgimento do grande interesse em preservar o patrimônio cultural, alimento da memória”.

Com tantas mudanças sociais, e, sobretudo, geográficas ocorrendo no mundo, foi realizada, por sua vez, na França, em 1972, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, com o patrocínio da *UNESCO*⁴⁶, com o objetivo de elaborar medidas a serem adotadas a todos os países-membros no sentido de coibir a exportação e transferências de bens culturais, além de promover a proteção dos bens culturais imóveis (SILVA, 2003; UNESCO, 2005).

Nesse momento, os monumentos históricos são também reconhecidos como Patrimônios, podendo, definitivamente, funcionar como um serviço público de domínio do Estado e com atividades coletivas de recriação, sendo atividades que tende a ajudar na sua preservação e conservação. Cerqueira (2006, p.05), nesse sentido, salienta que “[...] na década de 70, o patrimônio é percebido como um elemento que promove a continuidade da vida em seus usos e funções sociais. A preservação deixa de ser o congelamento de um tempo e torna o lugar de fatos sociais e acontecimentos culturais”. Além desse avanço, compreende-se o monumento como bens culturais que são classificados como: monumentos e os conjuntos (SILVA, 2003).

Silva (2003) declara que os monumentos são obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal de grandeza excepcional do ponto de vista da história, da arte e ou da ciência. Já os conjuntos são definidos como grupos de construções isoladas ou reunidas, que, em virtude de sua arquitetura, são destacadas na paisagem.

Os conjuntos merecem destaque, pois são incluídas nessa classificação as cidades mortas, históricas vivas e novas do século XX. As cidades mortas são aquelas que não possuem vida contemporânea são, portanto, “desabitadas”; enquanto as históricas vivas são aquelas que possuem funções contemporâneas sem perder os traços passados (SILVA, 2003) como no caso de Diamantina/MG. E as novas, do século XX, são as que apresentam traços arquitetônicos da modernidade, tal como Brasília/DF (Brasil).

Ainda, sobre a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, Silva (2003, p.41) destaca que ela reforça a importância do patrimônio, e dispõe a sua necessidade, pois:

⁴⁶ A UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas) foi criada em 1946, tendo como finalidade promover a paz mundial, num diálogo intercultural, através da promoção de ações que privilegiem e apoiem a cultura, a educação e comunicação, realizando trabalhos entre as ciências naturais e sociais. Atualmente conta com mais de 190 Estados-Membros que discutem e deliberam questões relacionadas ao futuro da sociedade, promovendo estratégias para solucionar conflitos sociais e agenciar táticas para o desenvolvimento comunitário global (UNESCO, 2005; 2007).

[...] se ocorrer o desaparecimento do patrimônio este causará um empobrecimento nefasto a toda a humanidade. Portanto, os interesses comuns da humanidade na proteção dos bens culturais podem ser motivados em razão da ideia de sobrevivência, de tradicionalismo, de romantismo, de enriquecimento espiritual, científico e histórico, de fonte de prazer e contemplação infinita.

Para um elemento constar na lista de bens culturais do patrimônio mundial da humanidade, este tem que ser diagnosticado como de expressão única, tanto no mundo das artes, como do conhecimento e de ligação afetiva. Verifiquemos as diretrizes norteadoras que a instituição define para tal:

- (i) representar uma realização artística única, uma obra prima do gênio criativo humano ou;
- (ii) exercer grande influência, por um período de tempo ou dentro de uma área cultural específica do mundo, a respeito do desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento de cidades ou do modelo de paisagens, ou;
- (iii) representa um testemunho especial ou no mínimo excepcional de uma civilização ou tradição cultural desaparecida.
- (iv) é um excepcional exemplo de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativamente os estágios da história humana, ou;
- (v) é um exemplo excepcional de ocupação humana tradicional ou de uso de terra representativo de uma cultura [...].
- (vi) é direta ou claramente associado com eventos ou tradições vivas, com ideias ou com crenças, com obras artísticas e literárias de importância universal excepcional [...] (SILVA, 2003, pp.93-94).

De acordo com Silva (2003), o centro histórico colonial de Diamantina/MG foi tombado pelo órgão nacional IPHAN (antigo SPAHN), em 1938, pelos critérios (ii e iv) e, foi universalmente reconhecido pela UNESCO como patrimônio mundial da humanidade, desde 1999, pelos mesmos critérios destacando-se, aí, a proeminência da arquitetura de suas construções, em especial barrocas, marcas específicas de suas paisagens que representam uma parte fundamental da história da nação; decorrendo, daí, o processo de tombamento do seu conjunto de bens (GHIRARDELLO & SPISSO, 2008). Esse reconhecimento da paisagem cultural e da história de uma nação, como se deu em Diamantina/MG, é extremamente importante para a construção e solidificação de um sentimento que motive os moradores a valorizarem suas tradições e história.

A população local é a raiz que promove a valorização de um bem, por exemplo, o arquitetônico, de uma paisagem para todos os cidadãos, sejam visitantes ou não. A Carta de Washington, escrita em 1989, destaca, aliás, a importância da preocupação dos habitantes com o seu lugar e o patrimônio, sendo indissociável na promoção da identidade de um povo, extrapolando o significado e significância deste no lugar e se tornando universal (IPHAN, 2012).

Essa universalização do monumento foi impulsionada pelo seu valor intrínseco, que ficou bem claro na Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada em 1972, pela Assembleia Geral da UNESCO, sendo reafirmada na Convenção do Patrimônio Cultural Mundial em 1990. Assim foi instalado o conceito de Patrimônio Cultural Universal, proclamado a universalidade do sistema ocidental de pensamento e valores sobre esse vasto espectro de referências a respeito do que seja e para que serve o Patrimônio. Além desse avanço, novas possibilidades de inscrição de bens como patrimônios mundiais se concretizaram em duas categorias: a natural e a cultural (SILVA, 2003; UNESCO, 2005).

Destaca-se que Patrimônio Cultural abrange “[...] todos os bens materiais e imateriais, naturais ou construídos que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular” (GHIRARDELLO & SPISSO, 2008, p.13), que tenham valor excepcional para a ciência, a arte e para o conhecimento histórico dos homens, tendo como referência o seu estudo de caráter etnológico e antropológico. Nessa perspectiva, expande-se, aliás, a tipologia do patrimônio que pode ser considerado como um “[...] conjunto dos bens culturais que se referem às identidades de um grupo de indivíduos ou mesmo de sociedades inteiras” (MELO, 2009, p.18). Choay (2006, pp.12-13) destaca que o domínio patrimonial não se limita aos edifícios particulares, “[...] ele compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como mostra a lista do Patrimônio Mundial”.

Sobre a paisagem, como marca de uma vida, foi somente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, é que a UNESCO institucionalizou a categoria de paisagem cultural. A partir de então, oficialmente a paisagem é um bem aliado aos elementos materiais e/ou naturais, sendo patrimônio relacionado aos sentidos subjetivos que nele residem. Tal definição foi um passo significativo para uma nova abordagem do que seja o patrimônio, pois como sinaliza Isabelle Cury, arquiteta do IPHAN, (2012, p.02), este foi um momento em que saímos “[...] de um contexto que utilizava o termo como referência à atribuição de valor de um bem, para a identificação dos valores atribuídos pelos grupos culturais aos diversos elementos que constituem uma determinada paisagem”.

No enfoque da UNESCO, a influência dos vários atores na instituição fica evidente quando se observam as classificações que são direcionadas a ela, subdividida em três categorias, a saber: (i) as paisagens claramente definidas, aquelas que foram realizadas pelos homens, sendo a sua obra observada de forma real; (ii) as paisagens evoluídas organicamente, ou seja, as que estão em processo de evolução, conhecidas, também como paisagens vivas e;

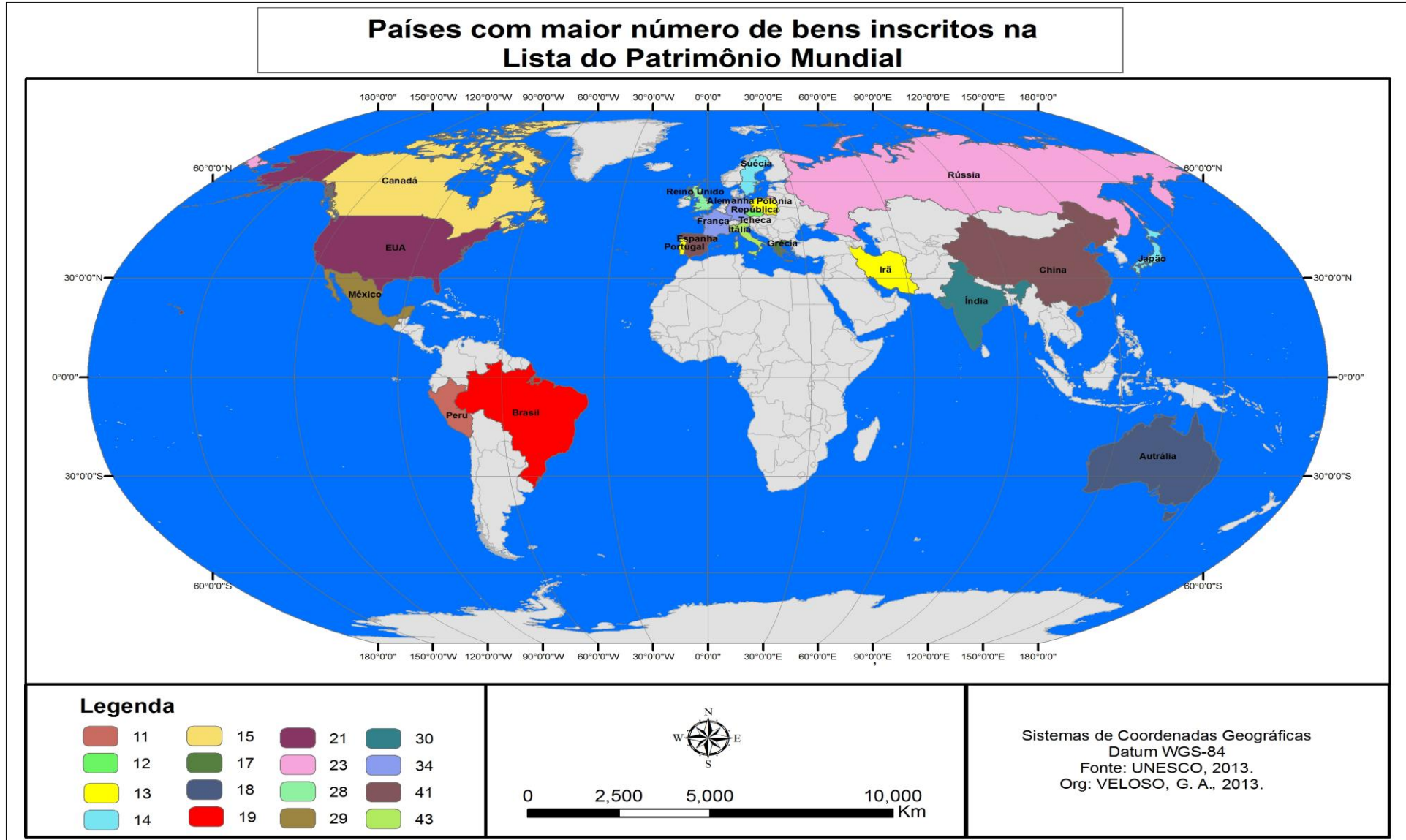
por fim, (iii) as paisagens culturais associativas, as que integram a construção do homem e a natureza (CURY, 2012). Essas classificações ganham visibilidade e emprego em diversas abordagens da Ciência, extrapolando, assim, a sua aplicação nos estudos sobre o patrimônio, o que caracteriza um avanço, principalmente ao discutir os feitos do homem na paisagem ou o reconhecimento da importância desta enquanto organismo vivo.

Em outubro de 2011, na 36ª Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em Paris- França, outro avanço se deu sobre o conceito de paisagem, no contexto de sua compreensão enquanto patrimônio, através da aprovação do documento “*Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas*” afirmando que a paisagem urbana pode ser compreendida como histórica quando existe a apreensão do ambiente e de seu contexto memorial por meio da percepção sensorial, firmando a importância deste enquanto um arsenal cultural (CURY, 2012).

Percebe-se que muito países estão reconhecendo, a cada dia, a importância da inscrição de um bem na lista do Patrimônio Mundial, ocasionando um “*frenesi*” para o valorização cultural do seu elemento. A UNESCO incentiva os países para que realizem pesquisas e levem propostas para apresentarem nas conferências, buscando, com o reconhecimento de um bem inscrito, a proteção, conservação e perpetuação desta para as futuras proles (IPHAN, 2012).

O número dos bens que constam na lista do Patrimônio Mundial até 2012 é de 962 sítios, sendo 745 culturais, 188 naturais e 29 mistos, localizados em 153 Estado-nação diferentes. Até o mês de julho de 2012, 189 Estados haviam ratificado a Convenção do Patrimônio Mundial, promovendo um trabalho frutífero que envolve a colaboração dos governos de cada Estado e os órgãos responsáveis pela proteção e monitoramento dos bens. Bens estes que vão desde a natureza de patrimônio histórico, natural, imaterial, destacando as tradições orais, a cultura e a arte popular em diversas manifestações (UNESCO, 2013).

Diante dessa “*frenesi*”, segue no Mapa 01 as nações que inscreveram um expressivo número de bens na Lista do Patrimônio Mundial. No mapa em questão, destaca-se o Peru que dentre os bens inscritos (11), vale destacar, o emblemático Santuário Histórico de Machu Picchu, seguido da República Tcheca (12), Portugal, Irã e Polônia (13), Suécia e Japão (14), Canadá (15), Grécia (17), Austrália (18), Brasil (19), Estados Unidos da América (21), Federação Russa (23); Reino Unido (28), que aliás dispõem a Torre de Londres como um bem universal. Na sequência, destaca-se México (29), Índia (30), França e Alemanha (34), China (República Popular da) e Espanha (41). E por fim o país que possui o maior número de bens inscritos, a Itália (43), que inclui, por exemplo, Veneza e sua bela Laguna como patrimônio mundial (UNESCO, 2013).



MAPA 01: Países com maior número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

Fonte: UNESCO (2013). Org.: VELOSO, G. A. (2013).

O Brasil está entre os países que percebe o valor de inscrever o(s) seu(s) patrimônio(s) na lista do Patrimônio Mundial, contendo 19 bens inscritos (conforme evidenciado no Mapa 01), conseguindo se destacar enquanto Estado que valoriza a cultura nacional. O retrato maior desta afirmativa se confirma com a cidade do Rio de Janeiro que se tornou o primeiro Patrimônio Mundial na categoria paisagem cultural urbana, aprovado na 37ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, ocorrida no mês de julho de 2012, em São Petersburgo, na Rússia. Foram usadas como critérios as seguintes diretrizes da UNESCO: (i) a representação de uma obra prima de um gênio criativo; (ii) ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou da criação de paisagens e, (vi) estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excepcional (IPHAN, 2012).

Segundo o IPHAN (2012), os locais da cidade valorizados com o título se constituirão alvo de ações integradas, visando a preservação da sua paisagem cultural, a exemplo do Pão de Açúcar, Corcovado, Floresta da Tijuca, Aterro do Flamengo, Jardim Botânico, Praia de Copacabana e a entrada da Baía de Guanabara. As belezas cariocas incluem ainda o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a Enseada de Botafogo. Além da paisagem cultural da cidade, o Brasil tem outros 18 bens, entre culturais e naturais, na lista dos bens reconhecidos pela UNESCO.

Nesse contexto, os bens culturais no Brasil, que são contemplados na lista do patrimônio mundial, são: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, Minas Gerais (1980); Centro Histórico de Olinda, Pernambuco (1982); Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul (1983); Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, Minas Gerais (1985); Centro Histórico de Salvador, Bahia (1985); Conjunto Urbanístico de Brasília, Distrito Federal (1987); Centro Histórico de São Luís, Maranhão (1997); Centro Histórico de Diamantina, Minas Gerais (1999); Centro Histórico de Goiás, Goiás (2001) e; Praça de São Francisco, em São Cristovão, Sergipe (2010).

E os bens naturais inscritos são: Parque Nacional do Iguaçu, Paraná (1986); Costa do Descobrimento, Bahia e Espírito Santo (1997); Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí (1998); Reserva da Mata Atlântica, São Paulo e Paraná (1999); Parque Nacional do Jaú, Amazonas (2000); Pantanal Mato-grossense, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000); Reservas do Cerrado: Parque Nacional dos Veadeiros e das Emas, Goiás (2001) e Parque Nacional de Fernando de Noronha, Pernambuco (2001).

A intenção de inserir um bem como patrimônio cultural da humanidade remete à sua valorização enquanto consagração, tornando visíveis as histórias de uma civilização. A sua consagração remete a uma universalização de olhares, julgamentos e percepções. Costa (2009) considera essa ampliação da noção de patrimônio cultural derivado dos aparatos da globalização, pois este fornece um maior contato entre diferentes homens, de diversos lugares, em busca de apreciar, preservar, transmitir um bem para “todos” pela sua importância social.

A inserção do tema *patrimônio cultural da humanidade* no Direito Internacional Público, em decorrência de várias convenções de caráter universal e regional e das recomendações da Unesco atesta o interesse da comunidade internacional em preservar os bens culturais dada a importância que representam para toda a humanidade. Pois, vários são os interesses comuns da humanidade em torno da proteção dos bens culturais: a necessidade de preservar e transmitir às futuras gerações informações a respeito de experiência acumuladas ao longo dos séculos sobre comportamento humano, regimes políticos e econômicos, indispensáveis para a compreensão de fenômenos que afetam a humanidade no presente e no futuro: a utilização dos bens culturais como fonte de deleite e lazer; a necessidade de o homem manter-se ligado aos seus antepassados ou apegar-se a tradições que o remetem a época de engrandecimento espiritual ou material [...] (SILVA, 2003, p.173, grifo do autor).

O patrimônio cultural assume diversificados sentidos e percepções para cada homem, mas faz-se necessário reconhecer os referenciais básicos que os sustentam. Esse exercício é diário, pois somos homens e mulheres que lutamos, modelamos e conquistamos a nossa experiência de mundo, grifados no modo de sermos, vivermos, desenhando as nossas escolhas no ato de movimentarmos no espaço.

O existir é uma dimensão geográfica que completa a concretude do patrimônio cultural, pois ele se associa a um processo histórico de formação, e é do homem que deriva esta ação, impulsionado por sua percepção. Sentidos que representam o patrimônio como símbolo de identidade para um mundo. Por isso, a importância de um país se firmar enquanto Estado-Nação pela história de um patrimônio cultural interado ao reconhecimento das diferenças, das diversidades do seu povo, integrando e mostrando o que é realizado no seu lugar. Nessa compreensão, abraçam-se as reflexões de Costa (2009, p.55, grifo do autor) ao apontar que o patrimônio cultural remete, simultaneamente, às dimensões do “[...] *identitário, espacial e de significado político significativo* [...]”.

Mario Quintana (1909-1996), poeta, tradutor e jornalista brasileiro, deixa claro a importância da paisagem, da arquitetura, das marcas de uma vida cotidiana através das quais se remetem ao patrimônio cultural. Ao ler o seu poema: “*Arquitetura funcional*”, é possível

perceber o quão precioso é o significado da arte de viver pela memória valorizada numa paisagem; como observamos a seguir:

ARQUITETURA FUNCIONAL

Não gosto da arquitetura nova
 Porque a arquitetura nova não faz casas velhas
 Não gosto das casas novas
 Porque as casas novas não têm fantasmas
 E, quando digo fantasmas, não quero dizer essas
 assombrações vulgares
 Que andam por aí...
 É não-sei-quê de mais sutil
 Nessas velhas, velhas casas,
 Como em nós, a presença invisível
 da alma... Tu nem sabes
 A pena que me dão as crianças de hoje!
 Vivem desencantadas como uns órfãos:
 As suas casas não têm porões nem sótãos,
 São umas pobres casas sem mistério.

Como pode nelas vir morar o sonho?
 O sonho é sempre um hóspede clandestino e é preciso
 (Como bem sabíamos)
 Ocultá-lo das visitas
 (Que diriam elas, as solenes visitas?)
 É preciso ocultá-lo das outras pessoas da casa,
 É preciso ocultá-lo dos confessores,
 Dos professores,
 Até dos Profetas
 (Os profetas estão sempre profetizando outras cousas...)
 E as casas novas não têm ao menos aqueles longos,
 intermináveis corredores
 Que a Lua vinha às vezes assombrar!

(QUINTANA, 2005, p.397).

O não gostar da arquitetura nova não remete aos bel-prazeres, formas, modelos que o artista fez, construiu, mas está na maneira de sentir a vida que tem certa dificuldade de construir fantasmas, memórias, lembranças, desejos, segredos, enredos em suas paredes, onde a presença da alma não é mais refletida ao ponto de pensarmos: “Será que não viveremos mais sem o sentido de pertencer a algum lugar?” “Será isso possível?”. Quintana deixa, em breves, mas, densas palavras, a falta de uma casa com retratos de uma vida, com histórias vividas. Casas com porões, mistérios, ao ponto de sonharmos com os tempos passados ao sentirmos em suas paredes, ao olharmos para a sua paisagem, e não apenas projetando o futuro.

E nossa carência talvez seja de uma casa como essa de que Quintana sente falta, pois, precisamos é dar significado, sentir o verdadeiro sentido da vida nas paisagens. Vida essa por

que passamos, mas que nela possamos deixar as nossas marcas, construindo um mundo de patrimônios que, conseqüentemente, iluminarão outras imaginações, ideias e pessoas, promovendo um cenário vivo da presença do homem na terra. Tornando a vida um mundo repleto de significados. Derrubando a dificuldade que temos de perceber a história do Outro em nós, quebrando as armadilhas que dificultam ao homem ter uma identidade social. Uma identidade que se torna nossa herança, já que o “[...] indivíduo precisa, carece, localizar-se no espaço por meio das referências que o cercam e sentir-se psicologicamente seguro ao construir um conjunto de referências simbólicas identitárias que lhe garantem estabilidade” (NERY, 2009, p.137).

Para entendermos um pouco sobre o valor, sentido e significado do patrimônio histórico no Brasil, sua relação de estabilidade psicossocial e a tentativa de afirmação da identidade nacional, através de sua valorização com apelo afetivo-emocional, segue uma discussão sobre a constituição dessa prática (tombo e valorização) em nosso país, com ênfase no Estado de Minas Gerais.

2.2 A constituição do Patrimônio Histórico Cultural no Brasil: em busca de uma identidade nacional.

O Brasil tem o marco inicial de uma preocupação em preservar objetos, pertences, heranças, retratos de conquistas históricas que contam a história do país, no Museu Real, em 06 de junho de 1818 (atualmente conhecido como Museu Nacional), construído sob o mando de Dom João VI (1767-1826), que acabaria reforçando como instrumentos da constituição da nacionalidade brasileira quando, em 1838, fora instituído o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsáveis, respectivamente, pela criação da História e manutenção da memória histórica (RODRIGUES, 2002; JULIÃO, 2009).

Mas o nascimento de um processo mais rico e denso no que se refere à construção de uma referência histórica nacional, enquanto Patrimônio brasileiro, inicia-se por meio de dois momentos políticos os quais são assinalados por Nuñez (2011): *(i)* a referência cultural do movimento modernista e *(ii)* a instauração do Estado Novo no país, cujos acontecimentos promoveram um movimento cultural renovador no Estado, fomentando aí, o processo de constituição do Patrimônio histórico cultural.

Vale ressaltar que a saga da valorização do patrimônio brasileiro se legitima com os intelectuais modernistas oriundos do movimento denominado “*Semana da Arte Moderna*”⁴⁷, realizada no município de São Paulo, no ano de 1922, quando os artistas e políticos envolvidos localizaram nos feitos do período colonial (1530-1822) as nossas raízes socioculturais, fomentando assim o início da busca de uma identidade nacional que se queria incentivar naquele momento (SIMÃO, 2001).

A busca por materiais que pudessem remeter à história do nosso país, em termos da construção de elementos e signos, era uma questão que extrapolava a exposição de materiais nos museus, mas o que interessava naquele momento era consolidar marcas, marcos e pontos históricos em “nossa terra”, para que o povo pudesse sentir-se ligado ao seu lugar, buscando referências e características da nação. E o passado era, para os modernistas, uma das bases para a solidificação de elementos-memoriais que pudessem mostrar/demonstrar ao povo o sentido de ser brasileiro (RODRIGUES, 2002; NUÑES, 2011).

Para alguns modernistas, marginalizar o passado brasileiro seria um equívoco colossal. Não podíamos anular a vida passada e começar uma nova etapa histórica sem valorizar os feitos pretéritos. Ativar a relação de pertencimento era necessária, para que assim, pudessemos reconhecer a nossa história e formar uma unidade cultural.

A partir de 1924, certa corrente do movimento modernista passa a considerar que o passado, o nacionalismo e a “brasilidade” devem fazer parte do processo de renovação artística, da construção simbólica que afirmava que o povo brasileiro, e o Brasil, só se tornariam modernos se fossem nacionais. Esses intelectuais passaram a conceber que a ruptura com o passado não fazia sentido para o nosso país [...] (NEVES & CARNEIRO, 2012, p.410).

Com esse movimento e com a busca por uma nova forma de se entender e projetar a nação brasileira, no ano de 1934 é criado o Ministério da Educação e Saúde (MES) que divulgou e controlou as atividades de pesquisas que pudessem trazer a construção simbólica das tradições e da cultura do passado do Brasil. E foi no âmbito das ações e propostas desenvolvidas por este ministério que os modernistas encontraram elementos decisivos para a

⁴⁷ Movimento artístico conhecido como “A Semana de Arte Moderna ou Semana de 22” que representou uma nova linguagem no mundo das artes no país; movido pela insatisfação da forma de concepção da cultura ali vigente, a qual era submetida a modelos importados. O movimento buscava a afirmação de uma arte verdadeiramente brasileira, representando a busca da experimentação, da liberdade e da “ruptura com o passado”, sem de fato marginalizá-lo, mas pelo contrário, valorizando as suas marcas históricas. Movimento ocorrido no teatro municipal de São Paulo, entre os dias 13 a 17 de fevereiro de 1922, participando nomes consagrados da arte, tais como os escritores: Mário Raul Morais de Andrade (1893-1945), José Oswald de Souza Andrade (1890-1954) e Plínio Salgado (1895-1975); os artistas plásticos: Anita Catarina Malfatti (1889-1964) e Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo (1897-1976), dentre outros (SIMÃO, 2001; IPHAN, 2012).

consolidação do patrimônio histórico e nacional, figurando, então, como titular do MES, Gustavo Capanema (NEVES & CARNEIRO, 2012).

A pedido de Gustavo Capanema Filho (1900-1985), é que o paulista Mário Raul Moraes de Andrade (1893-1945), que na época era diretor do Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo, idealizou o anteprojeto relacionado à questão do patrimônio cultural por meio de suas pesquisas etnográficas e acesso a grandes literaturas. Projeto que, por sua vez, foi reformulado pelo mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) e se tornou a Lei nº. 378, promulgada em 13 de janeiro de 1937 (MEC/SPAHN/FNPM, 1980).

O anteprojeto tinha como objetivo a criação de um órgão responsável pela questão cultural no país, sendo encaminhado por Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), na época Presidente da República Federativa do Brasil, ao poder legislativo com o auxílio de intelectuais modernistas, como os poetas Manuel Carneiro de Souza Bandeira (1886-1968) e Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) (SIMÃO, 2001; NUÑES, 2011).

Esta lei possibilitou que, entre os anos de 1936 para 1937, o governo criasse de forma experimental o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ampliando a visão do incipiente trabalho sobre o patrimônio nacional que se instalava, sendo “compreendida” a importância desse serviço, ao ponto de ser promulgado, em 30 de novembro de 1937, o Decreto-Lei de nº. 25 que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEC/SPAHN/FNPM, 1980; SIMÃO, 2001; SILVA, 2003; KÖHLER, 2005; NUÑES, 2011).

Cabe, então, buscar entender que em 1937 o Brasil vivia o regime político do Estado Novo (1937-1945) com Vargas, que utilizou a representação do patriotismo como elemento crucial do imaginário político do país, vigorando em seu governo uma gestão centralizadora do poder e com um nacionalismo explícito para a aplicação de normas políticas e culturais, principalmente para os povos imigrantes. Dado que a entrada desses segmentos populacionais no Brasil estaria condicionada ao que esses poderiam realizar economicamente, em harmonia com a nova proposta social que estava nascendo, para que o governo pudesse construir uma representação nacional, pois, para este governo a “grande lacuna” para o Brasil se afirmar como nação era a inexistência de uma cultura própria: de uma identidade.

A primeira relação que se pode fazer em busca de elementos históricos para a pretensão da emergência de um sentimento nacionalista é que, antes de qualquer coisa, o processo se deu “[...] voltado para a construção prática e simbólica de um espaço para a ideia de nação; como suporte para a formação do sentimento de pertencimento (*nationness*), e a construção

histórica do Estado-nação sempre esteve associada ao nacionalismo como princípio ideológico” (LEITE, 2007, p.42, *grifo do autor*).

O Estado então define, a partir do citado Decreto-lei promulgado, juntamente com o SPHAN, o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como sendo toda obra de arte pura e/ou aplicada aos saberes eruditos, nacional e ou estrangeiros. Definiu-se como obra de arte, reconhecida como o conjunto de bens móveis e imóveis do país, cuja conservação seja de interesse público e que tenha uma vinculação com fatos memoráveis da história da nação, integrando-se como instrumento legal no ato do *tombamento*⁴⁸, cujo elemento é inscrito em um dos livros do SPHAN. Os critérios para tal definição estão quase sempre envolvidos na percepção do seu valor visual e arquitetônico, como os sítios urbanos coloniais e seus elementos de agregação - casarões, praças, chafarizes, dentre outros (MEC/SPAHN/FNPM, 1980; SIMÃO, 2001).

Como se pode perceber, a criação do SPHAN foi importante para a realização de projetos e vinculação de trabalhos para a projeção de novas formas de se compreender os elementos que cuja inserção fosse justificada como um bem cultural de âmbito nacional, além do seu tombamento. Todavia, o governo buscava, a princípio, inserir elementos que dessem suporte a um retrato social e histórico homogêneo que pudesse impulsionar a marca da cultura brasileira, mas marginalizando muitas manifestações populares o que divergia, assim, com os ideais de alguns membros, principalmente modernistas, que tinham como referência cultural toda relação de apropriação de sentimento de criação e forma de fazer através de um significado de interesse coletivo.

Para Nuñez (2011, p.43), é importante termos claro esses pontos de divergência, pois apesar de o governo buscar apoio técnico, intelectual, e até mesmo político, dos modernistas, no que se refere à cultura, “[...] o objetivo de ambos não se correspondiam, pois, os modernistas buscavam não só o acesso como a valorização da cultura popular [...]”, enquanto que na esfera política o que o governo pretendia, fundamentalmente, era criar uma cultura tradicional e de culto aos símbolos nacionais (como as bandeiras e os hinos) que deveriam ser reverenciados e respeitados pelas massas. Buscavam-se elementos que criassem referências:

⁴⁸ Inscrever um elemento no livro do tomo é inventariar e registrar um material para concretizar, legalmente, o seu valor cultural, social e humanitário. O conjunto urbanístico da cidade de Diamantina/MG, por exemplo, foi tombado no livro das Belas Artes, volume I. O tomo pode ser compreendido como agrupado ou separadamente. Torna-se interessante percebermos a inscrição agrupada, pois esta visa assegurar a paisagem num conjunto urbano, tentando evitar uma discriminação das áreas com imóveis semelhantes em valor cultural (SILVA, 2003).

[...] a todos que habitavam um mesmo território, unificando em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora (RODIGUES, 2002, p.16).

O(s) patrimônio(s) culturais tornaram-se, nesse contexto, bases da política para a construção de um Estado nacional que utilizou narrativas memoriais, discursos que dão relevância à tradição para buscar uma afirmação de identidade coletiva. Gonçalves (2002, p.116) destaca que “[...] assim como no romance, o que está em foco nas narrativas de patrimônio é a experiência de formação de uma determinada subjetividade coletiva e, de certo modo, as narrativas de patrimônio são romances nacionais de formação”.

Também se faz relevante entender que as políticas de patrimônio incorporam mais que uma pretensão ontológica para a vida coletiva, “[...] quando selecionam e destacam certos bens culturais que seriam representativos de uma tradição nacional capaz de manter vínculos comunitários da vida em sociedade” (LEITE, 2007, p.39). Elas buscam, também, uma experiência de vida que contemple a história de todos os sujeitos, mesmo que centrada em políticas culturais do Estado, articulando novas percepções do espaços, experiências, concepções de vida e atores que marcaram a nação, numa tentativa de promover uma noção de nacionalidade que até então estava, e pode continuar, difusa.

É relevante assinalar que o mecenato cultural que o Estado buscava, na gestão de Capanema, se deve muito a atuação do MES, conforme destaca Köhler (2005), uma vez que as ações de glorificação da memória nacional influenciaram a formação do atual Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Para o autor, a ação do MES, no período Vargas, foi um marco que destacou a constituição da cultura e do patrimônio, principalmente, por três características que apresentamos a seguir.

A primeira foi, como já mencionamos, a criação de um órgão (SPHAN) com o objetivo explícito de salvaguardar o patrimônio histórico e artístico nacional. A segunda caracteriza-se pela defesa da cultura e da nacionalidade brasileiras se concretizar por lei específica. E a terceira, foi uma ação cultural nitidamente direcionada à afirmação do catolicismo tradicional como religião nacional, aliada ao culto aos símbolos e aos vultos históricos mitificados, “[...] bem como a proteção aos monumentos históricos e artísticos nacionais, em detrimento das manifestações populares” (KÖHLER, 2005, p.30).

A última questão citada corresponde a um dos desafios que o Brasil começa a enfrentar nos últimos anos: a inserção e o tombamento dos elementos que traduzem a cultura das minorias étnicas. Pois, conforme Leite (2007, pp.51-52) aponta, a política dos tombamentos

que marcam a história da “[...] preservação do patrimônio cultural do Brasil, entre 1938 e 1981, refere-se à etnia branca, ao catolicismo, às classes dominantes e às edificações-símbolo do poder estatal” apenas.

O conceito de patrimônio e do bem cultural é um valor que iria nortear as práticas culturais no Brasil nos anos seguinte, envolvendo todas as forças possíveis para a promoção de um sentimento a partir dos tombos, como foi imposto pelo Estado Novo. Utilizando a arquitetura como elemento fundamental para caracterizar e identificar o homem com o lugar e a nação, quando, priorizou-se, assim, o patrimônio edificado e arquitetônico, a chamada “pedra e cal” (FERNANDES, 2012). Mas o Estado foi puramente seletivo “[...] ao atentar para fatos (construções, ruas e monumentos) que são conservados como um registro do tempo que está cheio de brechas” (TUAN, 2011, p.16).

Uma crítica que se pode fazer ao conceito de patrimônio histórico e artístico nacional firmado no Estado Novo é que, infelizmente, ele não conseguiu reconhecer a diversidade cultural, ao fazer uma seleção restrita de aspectos da história e da arquitetura nacional. Nessa perspectiva é que foram focalizados “[...] os monumentos de pedra e cal representativos da etnia branca e de sua elite militar, eclesiástica e civil, com a marginalização das manifestações populares, do legado das etnias negra e indígena” (KÖHLER, 2005, p.32).

O projeto elaborado por Mário de Andrade propugnava uma preservação mais ampla da cultura e memória do país, mas a política de preservação do SPHAN inclinou-se, focalmente, para “[...] a restauração arquitetônica de cunho *“fachadista”* dos bens imóveis de pedra e cal, cujos monumentos (em sua maioria, representativos do estilo barroco colonial mineiro) expressavam uma versão oficial do patrimônio” (LEITE, 2007, p.50, *grifo do autor*) que se queria expressar.

Envolvidos no projeto de buscar as raízes e a identidade nacional, “[...] os modernistas voltam-se para o interior do Brasil, mais precisamente para as cidades coloniais de Minas Gerais cuja arquitetura *barroca*⁴⁹ expressa o retorno a um passado, tipo como legítimo, e

⁴⁹ A manifestação da arte barroca, termo que significa “pérola irregular ou imperfeita”, se iniciou na Itália, no século XVI e XVII, estendendo para o nosso continente durante os séculos XVII e XVIII, utilizada como instrumento de afirmação da fé cristã no movimento da Contra-Reforma, proveniente do alastramento do protestantismo. E diretamente, a arquitetura barroca no Brasil é projetada desde a colonização portuguesa, introduzida por missionários católicos, tendo ao longo do período colonial a Igreja e os poderes da colônia como os gestores de palácios e patrocinadores das artes, a fim de promover um processo de assimilação religiosa aos povos que aqui se encontravam, deixando um legado de elementos da arte sacra. E com a descoberta do Ouro no país, em especial no Estado que hoje conhecemos como Minas Gerais, começa a estender o uso da arte barroca, pois a distância do litoral e as dificuldades de importação de materiais e técnicas construtivas para tal arte vão dar ao barroco de Minas Gerais uma característica marcada pelo regionalismo. Isso é constatado, principalmente, em sua arquitetura que é derivada de grande complexidade na construção do espaço interno e pela busca de efeitos impactantes, e teatrais, na integração da pintura e escultura, com uma arquitetura decorativa, tendo uma

representativo da originalidade da cultura brasileira” (LEITE, 2007, p.49, *grifo nosso*). Foi nas cidades antigas das Minas que eles encontraram “[...] aquilo que procuravam; monumentos e núcleos urbanos coloniais abandonados, mas que tinham sua integridade estilística original, que contavam a história e refletiam a tradução almejada” (SIMÃO, 2001, p.28). A relação dos intelectuais do SPHAN e dos modernistas com Minas Gerais, deve-se então:

[...] basicamente à busca dessa expressão tradicional da cultural. Minas já era considerada um polo catalisador de ideias. As diferentes viagens que muitos intelectuais fizeram ao interior do estado, dentre eles o próprio Mário de Andrade, o arquiteto Lúcio Costa e o jornalista Rodrigo Melo Franco - o primeiro diretor do SPHAN -, foram marcos desse “redescobrimento” do Brasil e de suas expressões culturais consideradas genuinamente nacionais (LEITE, 2007, p.50).

As Minas do século XVIII eram, aliás, percebidas como o foco da civilização do passado brasileiro, uma vez que se remetia nos traçados de suas casas, ruas, vielas e praças a fixação do “[...] homem que havia se materializado, a economia do ouro que tinha alcançado importância internacional e a vida urbana que se traduzia em civilidade e ambiente propício ao cultivo das artes e da cultura” (JULIÃO, 2009, pp.149-150). O Estado de Minas Gerais foi assim alvo de ações preservacionistas por seu acervo monumental arquitetônico, pois ali se encontrava vestígios do ambiente urbano, da atividade mineradora, das formas de trabalho, dos rituais religiosos, dos modos de viver e ser, da vida pública e privada, promovendo justificativas para inclusão de elementos em tombos e para a criação de museus.

Como aponta Julião (2009), superintendente de museus do estado de Minas Gerais, grandes iniciativas foram realizadas pelo SPHAN entre as décadas de 1930 e 1950, como os serviços museológicos que se localizaram entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Pernambuco e, sobretudo, Minas Gerais. Mas, foi este último Estado o mais beneficiado nesta jornada museológica, em que se propiciou assinalar, assim como o fizera com os bens arquitetônicos, o caráter singular do patrimônio móvel mineiro, cujo valor superava os interesses regionais, merecendo, portanto a proteção nacional.

Este foco dado a Minas Gerais se deve à preservação da herança cultural no Estado, a qual se remete à atividade da extração do ouro, dos diamantes, cenário dos garimpos, movimentos sociais de independência, como a Inconfidência Mineira (1789), e toda a complexidade da vida em sociedade desenvolvidas nos séculos XVIII e XIX. Essas características serviam para objetivar e potencializar, conforme aborda Julião (2009), uma

preferência por plantas axiais ou centralizadas, com uso de contrastes entre cheios e vazios, entre formas convexas e côncavas e pela exploração de efeitos de luz e sombra (IPHAN, 2012).

matriz histórico-social cujo enredo, evocado por meio do repertório fixo de objetos, traduz uma imagem idealizada da sociedade, na qual predominam a herança da cultura barroca, católica e de um universo estético erudito materialmente requintado.

Então, desde objetos mais pessoais até monumentos urbanos, os profissionais do SPHAN faziam (e ainda fazem) pesquisas e diagnósticos à procura de histórias do povo brasileiro, mas, neste momento, o órgão tinha como emblema postular uma Civilização do Ouro, tendo como referencial a história colonial e a supremacia da Igreja, pois esta última detinha, no período, o papel principal em atos festivos, cerimoniais, além de ter sido uma grande patrocinadora da arte. Entre os objetos que os artistas e técnicos da época descreveram, destacam-se as:

[...] cadeirinhas de arruar, luminárias, fragmentos construtivos, instrumentos de trabalho como os de mineração, armas, acessórios de montaria, instrumentos musicais, tinteiros e penas de escrever, marcos de vilas. Entre as categorias de objetos, aquelas ligadas à vida religiosa e à Igreja predominavam nas coleções, as quais abarcavam desde objetos processionais e litúrgicos, incluindo prataria, paramentos e alfaias, até o mobiliário integrado à arquitetura religiosa, a exemplo de retábulos e das pias batismais (JULIÃO, 2009, p.152).

Essa construção da imagem de Minas Gerais iria resgatar uma memória coletiva nacional e, aos poucos, promoveria “[...] uma apropriação do passado que pudesse ser lembrado pela população do país” (NEVES & CARNEIRO, 2012, p.410). Tanto que, por mais de 30 anos, a atuação do SPHAN promoveu em Minas Gerais o espírito de nacionalidade brasileira, pela sua civilização mineradora e pela arte do período “*oitocentista*” que constituíram marcas históricas que produziram um patrimônio capaz de operar uma identidade e colocar o país entre as nações “cultas”, em especial pela consagração do barroco (JULIÃO, 2009).

Nesse contexto, algumas cidades no país, no ano de 1938, tiveram alguns edifícios e monumentos “[...] selecionados para tombamento em função de sua capacidade de expressar - de forma modelar - a história oficial como suposta síntese da memória, tradição e identidade nacional” (LEITE, 2007, p.51), como nos casos de Mariana (1696), Serro (1701), Ouro Preto (1711), São João Del-Rei (1713), Tiradentes (1718) e Diamantina (1832), todas cidades mineiras. Em 1946, o SPHAN passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DRPHAN), fornecendo novos serviços (IPHAN, 2012).

O novo órgão DRPHAN preservou inúmeros elementos imóveis, em especial, as belas Igrejas Barrocas, os imponentes Fortes Militares, as Casas-Grandes e os Sobrados Coloniais, mas também esqueceu muitas histórias e feitos do passado, como as “Senzalas, os Quilombos,

as Vilas Operárias e os Cortiços (...), consagrando, portanto, uma memória nacional vinculada apenas a determinados segmentos da sociedade e a um estilo arquitetônico” (FERNANDES, 2012, p.13). Mas, “[...] não podemos descartar, “*a priori*”, a eficácia simbólica que os significados sociais do patrimônio cultural tiveram e continuam a ter na construção social dos lugares e das pessoas” (LEITE, 2007, p. 40, *grifo do autor*), pois essa foi uma tentativa de resgate da memória de um país que estava se encontrando e tentando se afirmar.

Para se ter a dimensão da atividade assumida por este novo serviço cultural que se instalava do país, os trinta anos da gestão Rodrigo Melo Franco de Andrade resultaram os estudos do(s) patrimônio(s), de sua defesa, do tombamento e da proteção por leis federais (totalizando cerca de 716 monumentos e obras, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e 12 conjuntos arquitetônicos de cidades reconhecidas). Foram patrocinadas pesquisas, decifrações e restaurações de documentos de arquivos civis e eclesiásticos de vários Estados, propondo-se até à elevação de categoria de monumento nacional de cidades como: Parati (RJ) e Mariana (MG); e a criação e fomento de novos museus, a exemplo dos regionais do Diamante (Diamantina, MG), da Inconfidência (Ouro Preto, MG) e o da Imigração e Colonização (Joinville, SC) (KÖHLER, 2005).

Em meados dos anos 60 (século XX), a política do reconhecimento e preservação do(s) patrimônio(s) transformou-se em preocupação urgente, pois o desenvolvimento econômico que se instalava no país contribuiu, significativamente, para a intensificação do desaparecimento de obras arquitetônicas que poderiam ser consideradas históricas. Nesse contexto, Neves & Carneiro (2012, pp.416-417) destacam que os grupos sociais hegemônicos potencializavam uma nova forma de se perceber a vida urbana, em que a modernidade era associada à ideia de se “[...] construir edificações modernas e o país deveria se industrializar em ritmo acelerado, o que favorecia, em paralelo, a indiferença em relação aos edifícios que representavam algo do passado”. Acentuado pelos processos de abertura e asfaltamento de estradas e pelos pequenos, mas promissores, movimentos turísticos que algumas cidades estavam a receber (SIMÃO, 2001).

Nessa conjuntura particular que o DRPHAN, agora com a gestão de Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1911-1984), tentou mediar a relação entre a preservação da tradição (patrimônios) e da projeção da modernidade (intervenções urbanísticas), principalmente articulando a questão patrimonial ao desenvolvimento econômico que o Brasil almejava alcançar a partir da inserção de uma política patrimonial nos parâmetros adotados pelos órgãos internacionais, com destaque para as recomendações da UNESCO e os parâmetros das Cartas de Atenas e Veneza (IPHAN, 2012).

As populações das cidades que detêm o reconhecimento de elementos como patrimônio histórico cultural, oficialmente tombados e reconhecidos pelo órgão responsável na época, “[...] sentem-se lesadas pelas restrições impostas ao uso de suas propriedades, em conformidade com o costume brasileiro” (SIMÃO, 2001, pp.42-43). Além dos grandes problemas enfrentados pelos moradores, como a deficiência na infraestrutura urbanística no que se refere aos serviços de captação, tratamento e distribuição de água (resultado da dificuldade em inserir aparelhos urbanísticos respeitando os elementos tombados), dentre outros. Havia, ainda, a escassez no que se refere a serviços e, com isso, a estagnação do comércio e da vida nas cidades, além de projetar um crescimento urbano desordenado com poucas alternativas de lazer.

E em função de todos estes fatores aludidos, os moradores das cidades tombadas convivem diariamente com o ônus da preservação. Pode ser observado, neste sentido, um sentimento ambíguo em relação ao patrimônio, pois ao mesmo tempo em que ele remete ao passado, ele “[...] indica impossibilidade de mudanças e, conseqüentemente, de progresso [...]” (SIMÃO, 2001, p.44). Progresso que estes moradores desejavam e ainda desejam, não apenas promovido pela corrente do processo de preservar sem considerar a vida ativa na cidade. A importância maior atribuída a esta relação de preservação e a continuação das atividades diárias se impregna nos valores que os elementos do passado precisam estar amplamente divulgados, mas também devidamente relativizados. Contextualizados na realidade concreta da cidade e dos seus habitantes.

Importante frisar que neste momento o processo de requerer o tombamento de um bem - fosse ele individual ou de conjunto - não pressupunha o aval da população ou dos interessados diretamente pelo bem (SIMÃO, 2001; SILVA, 2003), diferentemente de hoje, o que promovia uma imposição sobre a cidade e a vida de seus habitantes.

Além destas imposições, existia, e existe, a restrição colocada para a população no sentido de impedir modificações das paisagens onde se tem bens tombados, o que é descrito no artigo 18 do Decreto-Lei nº. 25/37, que destaca que sem a devida autorização dos órgãos competentes não se pode fazer construções que impeçam ou reduzam a visibilidade do elemento, ações como: corte de árvores descaracterizando o cenário do local, novas construções no interior dos imóveis, fixação de cartazes de publicidade em paredes de casarões, instalações de cabos elétricos e de antenas de televisão que dificultem a visualização do patrimônio, dentre outros, ficando, portanto, ao proprietário a obrigação de conservar o bem tombado e podendo, ele, em caso contrário, ser multado (SILVA, 2003; CERQUEIRA, 2006).

Em 1970⁵⁰ o DPHAN se transforma em IPHAN. E este último se estende em: SPHAN, restaurando o órgão normativo e, Fundação Nacional pró-Memória (FNPM), órgão executivo, idealizado para promover estratégias para resolver a carência financeira do instituto, dada “[...] a impossibilidade de o IPHAN manter-se com recurso do governo federal” (LEITE, 2007, p.53); aliado à urgência que as cidades com arsenal patrimonial estavam passando no que se refere à dinâmica econômica, percebendo a necessidade de encarar tais centros urbanos como detentores de um acervo cultural que necessita ser percebido como um conjunto de organismo dinâmico, em constante mudança, devido à busca pelo crescimento financeiro dos moradores.

Especialmente porque muitos destes dependem de seus estabelecimentos comerciais ou outras atividades direcionados à cidade. E congregado à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mais à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o IPHAN percebe o *turismo*⁵¹ como um setor para ativar o comércio nas cidades com bens tombados pelo governo (SIMÃO, 2001).

Em 1973, surge, também, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) que juntou forças com os órgãos anteriormente citados para recuperar economicamente as cidades. Inicialmente do Nordeste do país, tentando promover uma integração da riqueza patrimonial através do turismo, potencializando os conjuntos urbanos que foram considerados patrimônios históricos nacionais. Em 1976, o PCH se expandiu para os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, e, em 1977, para todo o país; todavia, como Neves & Carneiro (2012, pp.417-418) destacam, “[...] algumas cidades históricas do estado de Minas Gerais não receberam recursos do PCH e as primeiras ações para esta natureza apareceram como iniciativas de instituições civis”. Nesse contexto:

O PCH tinha como principal objetivo o desenvolvimento econômico e social de localidades pobres do país, que, em geral, tinham grande parte do seu patrimônio preservado em virtude da estagnação econômica pela qual tinham passado. Ao invés de recuperar bens levando-se em conta apenas o valor histórico e artístico dos mesmos, o PCH considerava o potencial turístico de conjuntos e monumentos [...] (KÖHLER, 2005, p.39).

⁵⁰ Em Minas Gerais, em 1971, foi criado um órgão responsável pela preservação do patrimônio, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), que possui relativa autonomia administrativa, financeira e mecanismos legais para realizar os processo de tombamentos no nível estadual (IPHAN, 2012).

⁵¹ O professor Everaldo Batista da Costa (2009, p.14) aponta, em seus estudos, que Diamantina/MG tem a valorização simbólica e econômica dos seus bens culturais destacado nitidamente no “[...] barroco como um elemento diferencial sobre o qual se projeta o valor de mercado no contexto turístico”.

Entre 1970 e 1980 a preservação dos patrimônios arqueológico, natural e arquitetônico histórico também passou a fazer parte de uma política relacionada a uma nova concepção de identidade nacional e ao desenvolvimento econômico cultural e turístico do país. Ou seja, instala-se, então, a atividade turística com o objetivo de dinamizar as atividades econômicas locais, além de promover um intercâmbio cultural com proposta de utilizar tal atividade como ferramenta pedagógica dos patrimônios disponível para “todos” os cidadãos (LONDRES, 2000; NUÑES, 2011).

Neste processo em curso de reconhecimento, valorização do patrimônio e com a proposta de investir nos elementos-símbolos para a afirmação de uma sociedade e para dinamizar o mercado financeiro, através do turismo, os órgãos do governo, como o IPHAN, perceberam que os elementos patrimoniais culturais brasileiros extrapolavam as características do barroco e os elementos arquitetônicos do período colonial. A diversidade do povo brasileiro, passou, nesse contexto, a também ser reconhecida como representativa da memória da nação. Então, pode-se dizer que entre 1970 e 1980, iniciou-se o processo de redemocratização do IPHAN, que até então apenas se preocupava com os sítios históricos e a identidade arquitetônica, ocorrendo um movimento intenso e crítico em direção à conceituação do que seja o patrimônio, principalmente vinculado ao turismo.

Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história “oficial”, em que, sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira - os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral [...] (LONDRES, 2000, p.11).

Nesse sentido, a política patrimonial modifica-se na concepção de perceber a diversidade das ações, manifestações e crenças sociais que completam a unidade do nosso território. Ficando claro que este novo olhar que o país deposita em suas ações patrimoniais avança, pois a própria *Constituição*⁵² Federal Brasileira de 1988 destina, no seu capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, em sua seção II, novas disposições específicas sobre

⁵² Silva (2003) destaca que as Constituições brasileiras, tanto a de 1824 como a de 1891, eram omissas quanto à proteção do que conhecemos hoje como bens culturais. A primeira referência que encontramos a estes está atrelada à Constituição de 1934, em que se destaca o papel da União em proteger as belezas naturais e os monumentos históricos ou artísticos, impedindo a evasão das obras de artes reconhecidas para outros países e penalizando as quem destruir. A partir daí, as demais constituições percebem e reconhecem a necessidade de proteger os patrimônios, como em 1937 e a de 1946 quando reforçam a importância do patrimônio nacional e se reconhece que toda ação contra ele é um atentado a história da nação. E por fim, a Constituição de 1988 oferece maior clareza no sentido da representação e preservação dos elementos tombados, juntamente com a relevância de perpetuarmos os bens, em suas naturezas, para as futuras gerações. Além de ser “[...] nesta Constituição a primeira vez que a noção de cultura é homologada a de patrimônio” (PEREIRA, 2008, p.11).

o patrimônio cultural. Figurando como novas disposições de temas, atreladas ao reconhecimento Constitucional do patrimônio cultural nacional:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Outros avanços sobre os rumos políticos do patrimônio foram percebidos entre 1990 e 2000, pois os Estados se empenharam em contribuir e promover o reconhecimento e a manutenção dos seus bens tombados. Além de perpetuar a memória da pátria, por meio destes bens, ocorrem também atividades comerciais advindas do turismo, sobretudo, o cultural.

Assim o Estado de Minas Gerais promoveu um grande passo para a continuidade dos serviços do patrimônio ao criar a Lei nº. 12.040/95, que estabeleceu novos critérios para que o repasse do capital arrecadado pelo imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) fosse aplicado em ações políticas culturais, sobretudo o tombamento (IPHAN, 2012).

Ocorreram mais progressos sobre o entendimento do que seja o patrimônio cultural no país, uma vez que a concepção sobre a genialidade do fazer humano extrapolou a valorização, tão somente, dos elementos materiais. O exemplo mais claro disso pode ser apontado em 1997, quando o IPHAN promoveu em Fortaleza (CE) seminário internacional para discutir a importância e o significado do patrimônio imaterial. Essa discussão se iniciou em 1975, mas adquiriu força no final da década de 1990, tendo como elemento da experiência desses patrimônios as cidades de Goiás (GO) e Porto Seguro (BA). Esse seminário promoveu o “[...] Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que teve como objetivo identificar, documentar e registrar *os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira*” (NETO, 2000, p.23, *grifo do autor*).

Tal atividade destaca a projeção do Patrimônio Imaterial no Brasil, reconhecido pelo Ministério da Cultura, acumulando novos símbolos culturais através dos levantamentos realizados em “[...] núcleo histórico, como a do Serro (MG), em 1995; em Diamantina (MG) e Goiás (GO); em 1998” (NETO, 2000, p.23). Mas, não se pode esquecer de que o patrimônio imaterial já configurava nas preocupações de Mário de Andrade, no início da construção do

seu anteprojeto, todavia, a busca da identidade nacional, direcionada pelo Estado Novo, limitou-se a dar ênfase aos sítios arquitetônicos.

De acordo com Neto (2000, p.24, **grifo do autor**), o Patrimônio Imaterial no Brasil tem como norteadores os:

1. **Saberes** e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. **Celebrações**, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. **Linguagens** musicais, iconográficas e performáticas;
4. **Espaços** em que se produzem as práticas culturais [...].

Nesse sentido, instituiu-se, por meio do Decreto de Lei nº. 3.551, de agosto de 2000, o registro do patrimônio imaterial como instrumento legal de preservação, criando-se, ainda, o registro de bem de natureza imaterial em livros, que Nuñez (2011) destaca como sendo: o (i) Livro de Registro dos Saberes: para a inscrição de conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades; o (ii) Livro de Registro das Celebrações: para rituais e festas que marcam a vivência coletiva; o (iii) Livro de Registro das Formas de Expressão: para o registro das manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas e; o (iv) Livro de Registro dos Lugares: para destacar as belezas e relevância de cidades reconhecidas como excepcional.

Como exemplos desta valorização do patrimônio imaterial no Brasil, o esporte, a dança e a manifestação artística da capoeira, herança deixada pelos escravos africanos (por muito tempo proibido pelo código penal brasileiro, descrito no Decreto nº. 847, de 11 de outubro de 1890), foi reconhecido, no ano de 2008, como Patrimônio Cultural Imaterial do país. Juntamente com as expressões orais e gráficas dos índios “*Wajãpis*”, do Amapá e o samba de roda do Recôncavo Baiano (NETO, 2000).

Para consolidar essa forma de se compreender a cultura patrimonial no Brasil e congregar os bens materiais e imateriais, o Antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto (1944), presidente do IPHAN entre os anos de 2004 e 2006, implantou o Departamento de Patrimônio Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN, 2012).

Com todas essas convenções e interpretações, e no sentido de se compreender a constituição do patrimônio cultural no Brasil, pode-se refletir como a memória e a identidade cultural se constituem como alvos que se atingem, cada vez mais, em uma democracia cultural no tocante à valorização de todas as formas e expressões que o ser humano cria e reinventa em seu lugar ou em seu imaginário, firmando o sentido do patrimônio na sociedade.

Assim, para finalizar sobre a reflexão acerca da importância do patrimônio cultural, o último subtópico do capítulo que se apresenta, aborda o patrimônio e seu valor social, a importância da educação patrimonial e a visualização dos elementos tombados como elos econômicos, principalmente acoplados ao turismo, para então se fazer uma discussão desta atividade econômica, hoje em processo progressivo de inserção na realidade brasileira e mundial.

2.3 Patrimônio, turismo e sociedade: para além do reconhecimento histórico cultural.

O patrimônio histórico cultural é, sem dúvida, uma referência histórica que promove bases para os elementos sobre os quais se podem depositar as lembranças. E ultrapassa as marcas de afirmação de uma identidade, como ocorreu e ocorre no Brasil. A importância do patrimônio é sobretudo percebida ao rastreamos “[...] os espaços lisos da cidade, pois ao selecionar bens culturais representativos da memória das tradições da nação, relaciona-se a possibilidade de fixar pontos que orientam itinerários, demarcam trajetórias e criam *lugares*” (LEITE, 2007, p.40, *grifo do autor*). Esses lugares passam a constituir os nossos norteadores históricos, de orgulho, de satisfação ou até mesmo de indagação das pessoas.

Os lugares que são criados e recriados pela presença do patrimônio têm como apresentação a referência da experiência social do indivíduo, representando diversos grupos e categorias sociais. Tornam-se elementos-simbólicos que começam a narrar a representatividade social, passando de uma totalidade homogênea para a heterogeneidade do reconhecimento de “todos” na sociedade (GONÇALVES, 2002). Dessa forma, o sentido de pertencimento ao lugar vai se apropriando do patrimônio e este vai se transmutando na vivência do homem, “[...] preservando e dotando os cidadãos de uma possível identificação sociocultural ao local, e permitindo que se aproprie dos bens” (SIMÃO, 2001, p.93).

Quando nos remetemos ao patrimônio histórico como referência cultural, pode-se refletir, conforme afirma Londres (2000), que esses elementos simbólicos de que nos são apropriados, pressupõem inúmeros sentidos culturais e políticos. Essa situação nos levam aos seguintes questionamentos: “Mas essas referências partem de quem (?), de que sujeitos?”

Se pensar do ponto de vista político, os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor social pronto, pois são feitos e representados, adotados através de determinados parâmetros. Nesse sentido, Londres (2000, p.12) destaca que:

O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor - seja valor histórico, artístico, nacional, etc. - a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de “patrimônios culturais”, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. [...].

Então, “será contraditório afirmar que existe uma relação de pertencimento através da representação dos elementos considerados como patrimônios históricos, sendo que este tombamento lhes é imposto?” Compreendo que os monumentos são disponibilizados à sociedade como fluidos, mas também entre pontos e, nós, em uma plasticidade imaginária, e nessa perspectiva podemos compreender, como afirma Melo (2009, p.56, *grifo ao autor*), que os patrimônios estão entregues às sociedades, mediante a imposição ou parâmetro utilizado para a sua compreensão como elementos significativos da história cultural nacional. E o que se deve fazer é:

[...] apenas aprender a olhar, observar, saber ler o que nos é exposto aos olhos. É impossível não ler e traduzir, inconscientemente, para a linguagem de nosso “ímago mundo” interior, inserindo cada monumento em um local especialmente guardado em seu “lugar” interior. Cada indivíduo é um leitor, um tradutor. Somos a sociedade de leituras, ou de tradutores, e é ela quem comandará eternamente as coisas, os valores intraduzíveis e insubstituíveis ao longo dos séculos e séculos, e devemos compreender o que vemos e dele perceber o que achamos, sentimos, e (...) “*amém*”.

Assim, ao olhar para o patrimônio deve-se entregar-lhe a memória, observando-o com um olhar diferente, “[...] não se deve olhar “para fora”, apenas utilizar-se do exterior para revelar a imagem presente, guardada na lembrança de cada uma das pessoas, pois é por este patrimônio que se torna possível resgatar algum laço afetivo, alguma lembrança” (MELO, 2009, p.21).

O patrimônio cultural é igual a uma paisagem que “[...] não é em sua essência feita para ser considerada, mas antes de tudo uma essência feita pela inserção do homem no mundo, um sítio da luta pela vida, uma manifestação de sua existência e das dos outros” (DARDEL, 1990, p.44, tradução nossa). Por esse motivo, o patrimônio histórico cultural é preciso, para refletir e destacar os atos e histórias da sociedade. E a sua representação é fruto da reflexão constante do homem em seu lugar, com o seu interior, com o seu mundo.

Esse reconhecimento vem se fortalecendo nos últimos anos, promovendo o reconhecimento da pluralidade dos homens e atores que desenham o nosso país, desde os grandes palácios dos poderes eclesiásticos até as formas de vida nos mais simples quintais, sem juízos de valores e graus de valoração. Isso porque o reconhecimento do pertencer ou da

afirmação do que é representativo socioculturalmente para o cidadão não se baseia somente por parte de um tombamento oficializado pelo governo e seus órgãos gestores, mas da compreensão disso pelo homem, enquanto integrador de uma cultura inscrita neste tomo. E, para que seja pelo menos aceito, basta observarmos, integrarmos, entendermos o relativismo cultural e sua importância na constituição da nossa comunhão nacional, destacada na Constituição Federal (1988).

O reconhecimento e a integração do patrimônio histórico-cultural, diante a sociedade, é uma tentativa constante do governo e dos órgãos competentes, como o IPHAN. Neste processo de promover a integração, preservação e sustentação dos elementos tombados, foi necessária a maior utilização do capital de giro nas cidades, promovido também na tentativa da universalização dos patrimônios, em que o turismo aparece, quando bem realizada, como uma atividade econômica voltada à preservação da história e da manutenção financeira nos lugares. Mas, o que se percebe nos dias atuais, é que esta atividade utiliza a cultura, sobretudo, como recurso potencialmente mercantilizado, prática cada vez mais comum em muitos municípios que veem nesta atividade uma saída para a dinamização das economias (por vezes, exclusiva). Vale ressaltar, nesse sentido, que:

A febre avassaladora do preservar/conservar tomou conta de nós e assumiu um papel relevante em fins do século passado. Além dos diversos órgãos, nos diversos níveis administrativos, especializados na área de preservação/conservação, articularam-se - inclusive em termos de vislumbrarem aí novas possibilidades - mídias, empresas turísticas. Estados com carência e necessidade de geração de empregos abrem vários outros setores das mais diversas economias para empunharem essa bandeira, na tentativa/obrigatoriedade de serem ouvidos e porem em prática suas propostas, onde as cidades passaram a ser vistas de outra forma e com outra finalidade [...] (OLIVEIRA, 2010, p.20).

Destacar lugares como centros históricos, paisagens culturais, dentre outros, reconhecidos pelo IPHAN, e muitos, também pela UNESCO, reativa um sentido muito forte do espaço público associado, contudo, à prática do consumo pela atividade do turismo. Turismo este que está cada vez mais dirigindo o sentido do Patrimônio Cultural da Humanidade (COSTA, 2009). Nessa mesma linha de pensamento, Leite (2007, pp.22-23) afirma que:

[...] estes espaços urbanos estão condicionados às práticas de consumo, que muitas vezes transforma esses centros históricos em enclaves para o lazer, turismo e consumo cultural de uma nova classe média. Talvez essa alterada reativação do espaço público, pela prática de consumo, esteja contribuindo para o processo contemporâneo de seu esvaziamento.

Para Leite (2007), o turismo cultural pode promover o esvaziamento e a destruição do patrimônio e dos sentidos de pertença a ele associado, mas o turismo propicia, em tese, uma universalização dos bens para todos os cidadãos não alimentando, necessariamente, para um sentido de topofobia, de aversão, de esvaziamento do sentido desses espaços. São as ações do turismo que podem trazer novas formas de apropriação política dos lugares cujos impactos sociais tendem a ser benéficos ou maléficis.

O turismo e o patrimônio histórico cultural não conseguem, à primeira vista, andar separadamente. Essa relação implica afirmar que a preservação do patrimônio adquire “[...] dupla funcionalidade contraditoriamente. Por um lado, assume a busca da identidade, do saber, da história e da memória que não se pode negar; por outro, o patrimônio adquire um caráter mercadológico” (COSTA, 2009, pp.84-85). Para muitos Estados, regiões e cidades, como em Diamantina/MG, a sobrevivência econômica e a perspectiva de futuro dos moradores e comerciantes se volta para atividade turística. Choay (2006) destaca que o patrimônio não para de ser valorizado e explorado, sendo que a indústria patrimonial está envolvida nesta problemática do desenvolvimento do turismo.

Em muitos casos as cidades são maquiadas, iluminadas, embelezadas para fins midiáticos e transformadas em palcos de eventos, shows, congressos, comemorações que promovem volumes nas engenharias dos animadores culturais por meio dos patrimônios vislumbrados, tal qual, pelo turismo (CHOAY, 2006). Dessa forma, artificializa-se uma ideia de aldeia de convívio plural nitidamente visível para o consumo cultural. Talvez seja possível analisar o patrimônio, também, como uma indústria que, atrelada ao turismo, vende ilusões, distrações, não inserindo, realmente, um conhecimento histórico significativo proveniente da constituição dos bens.

Mas, quem sabe a compra dessa ilusão seja uma forma de se escapar do “*stress*” do dia a dia, servindo, neste caso, como válvula de escape. Assim, encontram-se nos patrimônios, por exemplo, paisagens urbanas cinematográficas, barzinhos com a arquitetura do século XVIII com os famosos cafés moídos na hora, juntamente com suas mesinhas nas ruas de pedras irregulares, com guarda-sóis, com barracas de artesãs destacando os produtos regionais produzidos por associações locais, além dos restaurantes e cadeias de hotéis cinco estrelas ambientados de acordo com padrões de tempos históricos antigos. Um mundo de fantasias e do qual “podemos desfrutar”.

Esse consumo do patrimônio coloca em pauta, aliás, a discussão da sua universalização, da geração de renda e da proliferação de vários sentimentos, dos homens naturalmente

detentores dos bens, além dos impactos dos seus espaços públicos que se privatizam pela comercialização, produzindo um patrimônio turistificado.

A universalização do patrimônio histórico, convive, muitas vezes, com a banalização do seu sentido pela cenarização. O que acaba por “[...] mascarar o sentido dado inicialmente aos bens enquanto símbolos de identidade, cultura e memória das nações e dos povos da humanidade” (COSTA, 2009, p.78). Por esse motivo, a educação patrimonial deve ser bem executada nos municípios detentores de um patrimônio histórico, sendo, ela, uma forma de representar o conhecimento e a relevância desses elementos-simbólicos para a população.

Nuñez (2011, p.20) destaca que o sentido maior da Educação Patrimonial não é a preservação física dos bens, mas sensitiva, pois:

[...] devemos pensá-la enquanto um “mecanismo de conhecimento”, uma “ferramenta” para a leitura dos símbolos culturais representadas através dos patrimônios, ou seja, antes de se “levantar a bandeira da preservação”, é preciso estimular a reflexão sobre o porquê aquilo está sendo preservado, pois, são os valores que atribuímos aos bens culturais que justificam ou não a necessidade de preservá-los, e sabendo do seu valor, tende a perpetuar.

Além de estimular a reflexão a respeito da necessidade da preservação sensitiva e também material dos elementos tombados, a Educação Patrimonial constitui um conjunto de práticas que completam atividades educativas, tais como Nuñez (2011) apresenta como: (i) as visitas guiadas (técnicas) a museus, teatros, igrejas, ruas, prédios históricos, e não apenas um passeio sem funcionalidade pois, muitos visitantes e turistas quando vão às cidades com patrimônios culturais, tal como Diamantina/MG, vão desprendidos do conhecimento local, chegando, aí, apenas com o intuito de obter o lazer. Destaca também que os (ii) passeios-educativos pelas cidades devem ser orientados, pois nada ali é banal, toda construção, manifestação aí, tem um significado; e o mais importante é levar o “outsider” a ser o indagador, ou seja, propiciar questões. Além disso, (iii) as atividades de Educação Patrimonial Urbana devem mostrar a importância da responsabilidade do meio em que todos estão inseridos. E (iv) fomentar atividades que envolvam o ensino da história local e do patrimônio cultural em diferentes escalas de saberes, de metodologias e de objetivos.

Assim, faz-se necessário considerar que a *Educação Patrimonial*⁵³, quando existente realmente nos municípios, constitui-se em ações educativas para promover reflexões acerca

⁵³ Sobre a Educação Patrimonial podemos verificar que esta prática é, ou deveria estar, alinhada às atividades dos museus, apoiada na lei nº. 11. 904/2009, no Estatuto de Museus, na subseção II - Do Estudo, da Pesquisa e da Ação Educativa - onde expõe no seu artigo nº. 29 que “[...] os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o

da cultura. De nada servirão ao patrimônio se ações educativas não mediarem a sua relevância sociocultural, ajudando na explicitação da conservação dos bens para a posteridade, destacando a relevância histórica dos elementos e buscando a sua sustentabilidade.

Essa educação patrimonial se bem realizada, estimula todos os sujeitos a perceberem a riqueza dos significados dos elementos tombados, levando em conta o “[...] valor cognitivo que consiste também no valor educacional do bem, considerado como instrumento de transmissão de conhecimento e de complemento do processo de aprendizado” (KÖHLER, 2005, p.64).

Dessa forma, o turismo e o patrimônio estão juntos na perspectiva de projetar os bens culturais, pois como Tuan (2011, p.17) *destaca*⁵⁴ “[...] conhecer o passado exige âncora em coisas observáveis. O sentido do passado está ancorado em velhas cartas e objetos de estimação adquiridos ou herdados, e proliferar a sua exibição é um orgulho”. Assim, ao refletir sobre o valor do lugar, das paisagens e do patrimônio, faz-se necessário aprofundar uma discussão sobre o Turismo, suas formas de apresentação, impactos e benefícios sociais, pois se trata de uma atividade intrínseca em áreas onde se têm bens tombados. Com este intuito, no Capítulo 03, apresentamos uma discussão sobre o Turismo, foco cultural.

acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação”. Não servindo como depositário de bens, sem apoio à informação e integração dos conhecimentos aos cidadãos.

⁵⁴ Yi-Fu Tuan (2011, p.17) discorre que, nos espaços públicos, muitos elementos são reminiscências arquitetônicas do passado vivido sem o reconhecimento do tombo, como as escolas, os bares e ou as Igrejas. Mas os monumentos históricos tentam agir “[...] subconscientemente nos sentidos das pessoas relativos às suas raízes com o lugar [...]”, todavia, a sua ligação de apreciação se deve muito ao esforço de sua imaginação e, também podemos acrescentar, numa educação patrimonial bem executada.

Capítulo 03

Turismo e Patrimônio:

Entre o mundo vivido
e o "cenário" mercantilizado

Beco do Mota (Diamantina/MG).
Fonte: ALVES, R. C. (2013).

O turismo cultural é mais que uma prática social, ela envolve uma gama de estratégias comerciais, realiza sonhos pessoais e, muitas vezes, proporciona conflitos culturais através do produto que tenta socializar (ALVES & FONSECA, 2011).

Discorrer sobre as práticas, usos e efeitos do turismo, na contemporaneidade, ultrapassa a reflexão sobre os seus conceitos e usos mais comuns, ainda em formulação e discutidas pelos especialistas da área. O que se procura neste capítulo, então, é esboçar uma discussão sobre o desenvolvimento do turismo cultural e as oportunidades e conflitos de natureza social, econômica, políticas e, principalmente cultural que dele derivam, colocando em pauta, em particular, algumas discussões sobre o exercício do turismo cultural em lugares detentores de bens tombados como patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Hoje, a prática do turismo ultrapassa a compreensão da busca de um “*status*” social pelo exercício de sair pelo mundo. A atividade se integra na busca do homem em reconhecer-se enquanto indivíduo ao se deparar com diferentes espaços, lugares, culturas, tendo, na prática de se “lançar” em espaços teoricamente desconhecidos, a possibilidade de aumentar o seu potencial de experiências. O turismo possibilita ao homem enxergar o seu espaço, e do Outro, de maneira diferente, dado que o homem não é incólume às novas formas de associações culturais, diferenciações sociais e reflexões políticas num lugar.

A grande repercussão que o turismo tem centra-se na busca pelo rendimento financeiro que esta atividade econômica proporciona. Essa atividade desenvolveu-se significativamente nos últimos anos, com a facilitação de acesso aos lugares, que correspondem a atrativos turísticos; com a implementação de inúmeras formas e naturezas de pagamentos; com a disponibilização de opções de hospedagem para um público que se torna exigente; com a emergência de uma organização empresarial complexa (fruto dos bons rendimentos econômicos que o setor vem adquirindo); dentre outros fatores (CRUZ, 2003).

É nítido nos trabalhos que abordam o turismo, especialmente o cultural, que ele é visualizado como elemento economicamente dinamizador de um lugar e de setores da economia, principalmente o terciário, em particular, no que se refere à utilização deste para ativação de redes gastronômicas, hoteleiras, de transportes e de prestação de serviço em geral. Sendo percebido como uma atividade que fornece renda e emprego aos moradores dos lugares de interesse turístico.

No entanto, a atividade do turismo é também entendida como uma atividade que, muitas vezes, impacta negativamente os lugares por não ser potencializada de forma socioculturalmente responsável. Muitas vezes, essa atividade é hegemônica pelos agentes capitalistas, às vezes “forasteiros” no lugar, restringindo os benefícios da

atividade turística. O turismo pode, também, cercar o cidadão local em sua dinâmica cotidiana para que o lugar seja palco destinado ao turista, transformando o seu lugar num espaço-turistificado, evidenciando o uso da cultura como um produto a ser entregue aos clientes ou “outsiders” (LUCHIARI, 2001; CRUZ, 2003).

Lançar apontamentos sobre a mercantilização do lugar pela atividade do turismo é necessário, embora, devam-se assinalar os benefícios sociais, culturais, políticos, ambientais que essa atividade pode propiciar. Pois, os segmentos do turismo como o turismo cultural, quando bem realizado - e muitas vezes o é - respeitando o lugar que recebe os “turistas”, a população “nativa” e toda a rede socioambiental que ali deriva, é um exercício que ultrapassa a marca da venda de uma cultura.

A atividade do turismo se torna, nesse contexto, dinamizadora cultural e agente pedagógica que valoriza os feitos humanos, socializando-os, rompendo com a lógica centrada no lucro ao construir alianças políticas entre poder público e sociedade, além de promover a revitalização econômica no local, gerar emprego e viabilizar o direcionamento da renda para serviços sociais, levando bem-estar à população.

Pode-se dizer que a prática do turismo projeta a cultura como produto de atração, promovendo a rentabilidade econômica de diferentes atores e, ao mesmo tempo, viabilizando a socialização dos feitos humanos e propiciando novas leituras sociais de um determinado espaço-lugar. Neste segmento do trabalho nos propomos, conseqüentemente, a refletir sobre as seguintes questões:

(i) “O turismo cultural é vinculado apenas aos interesses de arrecadação financeira, gerando uma cadeia mercantil entre os agentes comerciais nos lugares de atração?”

(ii) “O turismo cultural utiliza o homem, a paisagem e o lugar de atração, em primeiro momento, como um projeto que possa viabilizar seus mercados?”

(iii) “O turismo cultural atropela o sentido do lugar e interfere na vida dos moradores locais de forma unicamente prejudicial?”

(iv) “Qual será o verdadeiro papel do turismo no atual mundo em que vivemos?”

Nessa discussão sobre o turismo, a mercantilização cultural e a valorização da socialização dos feitos do homem, é necessário realizar algumas reflexões e apontamentos sobre a importância e modos de atuação desta atividade econômica. Apresentam-se, a seguir, algumas ponderações sobre a atividade do turismo, destacadas no espaço urbano, e sobre o ato de viajar.

3.1 Turismo e turistas: mais que um ato de viajar.

O ser humano é um indivíduo que, por vezes, busca conhecer diferentes lugares, seja espontaneamente ou por situações diversas que ocorrem no seu dia a dia. O ato de deslocar-se para encontrar um parente, por exemplo, seja por motivo festivo ou não, já corresponde a um ato de sair do seu mundo e conhecer o do Outro, principalmente nos dias atuais, em que as facilidades para viajar estão cada vez maiores, seja pela natureza da viagem ou pela multiplicidade de formas de sua aquisição e pagamento.

Andrade (2004) destaca que a presteza em se conhecer o mundo por meio de viagens foi observado com maior intensidade entre os séculos XVIII e XIX, pelos ingleses de famílias com um poder aquisitivo elevado, dado que era considerado, então, detentor de um nível cultural mais expressivo, de uma educação profissional de qualidade e um “*status*” social de grande patamar, aquele “[...] sujeito que estivesse sido premiado por um “*grand tour*”” (ANDRADE, 2004, p.09, *grifo ao autor*). Termo, a propósito, utilizado pela primeira vez na Inglaterra no ano de 1760, e cujo significado pode ser entendido como: giro, volta, viagem ou movimento de sair e retornar ao local de partida.

Desde os séculos XVIII e XIX, o ato de se “fazer” turismo era privilégio de integrantes de classes abastadas. Na Inglaterra, essa atividade era restrita apenas aos grandes proprietários agrícolas, aos oficiais militares, profissionais da saúde, do direito, da construção civil, além de clérigos titulares de patrimônios de considerável valor. As pessoas viajavam com o intuito de manter e de gozar uma reputação social que as identificasse como pertencentes a uma classe com alto poder aquisitivo, além de se buscar, com a realização da viagem, a chegada a um patamar de detentores de elevado grau de conhecimento (CRUZ, 2003; ANDRADE, 2004).

Hoje, o acesso aos lugares e as formas de aquisição de deslocamentos pelo turismo, em certa medida, se popularizaram. E refletindo sobre os motivos que possibilitaram o incremento do público envolvido com esta atividade, o trabalho do professor Andrade em sua obra intitulada: “*Turismo: fundamentos e dimensões*” (2004) elenca quatorze motivos pelos quais os indivíduos se deslocam, três, especificamente, chamam mais a atenção, sendo estes:

(i) A busca de conhecer novas pessoas e todo o universo de diferentes realidades geográficas que o indivíduo pode agregar em sua vida, facilitada por vários tipos de turismo existentes no país;

(ii) O entendimento da viagem como resposta às necessidades que o homem tem de procurar sossego, tranquilidade e paz, principalmente, na sociedade contemporânea em que vivemos;

(iii) Aqueles derivados de uma comercialização visível do lugar de atração, que vem projetando melhor atendimento ao cliente, aumentando a qualidade da infraestrutura de hospedagens, ampliando as estradas e capacitando os profissionais da área, além de oferecer, no mercado, pacotes de viagens que se ajustam ao perfil econômico da clientela.

Considerando esses três motivos fundamentais que impulsionam o homem a viajar, pode-se afirmar que o turismo propõe ultrapassar a condição inicial da atividade que era originalmente incipiente ou elitista, que se restringia a uma minoria de seres que possuíam recursos econômicos para viabilizar tal ação. Além do avanço do sistema de transporte e hospedagem que melhoraram consideravelmente, rompeu a lógica das longas horas do traslado para a chegada ao local de recepção, avançou-se na organização do sistema turístico, em seu caráter comercial, devido ao aumento auspicioso dos agentes de viagens e de instituições oficiais de turismo, processo, aliás, impulsionado pela globalização (ÁLVARES, 2003; CRUZ, 2003; ANDRADE, 2004). Trata-se de um elaborado e complexo processo no qual:

[...] intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica, que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transportes e o alojamento, bem como o objetivo de viagem em si para fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros, compreendendo a compra de bens e serviços [...] (BRASIL, 2009, p.23).

O ato de fazer turismo é extremamente complexo e tende a se originar por meio de atividades que venham agregar visibilidade dos atrativos de um lugar para os turistas (seja quanto aos produtos artesanais, manifestações culturais, gastronomia regional, dentre outros), além de projetar serviços de qualidade no atendimento e na programação, aliando visitas, lazer e entretenimento (CRUZ, 2003; ANDRADE, 2004).

Nesse processo, o homem que se desloca para viajar é, então, denominado turista, porém esta definição é complexa e ainda não se tem uma base conceitual clara, a respeito. Isso deve ao fato de que o turismo é uma atividade heterogênea que dificulta

“[...] a constituição de sua Ciência autônoma e de técnicas específicas independentes, não dispendo de ordenamento disciplinado, conceitos bem claros, nem de metodologia própria” (ANDRADE, 2004, p.11). Entretanto, pode-se afirmar que o turismo é o *conjunto*⁵⁵ de relações que promovem viagens e proporcionam ao turista o seu deslocamento, não originando a permanência deste em definitivo no lugar escolhido (CRUZ, 2003; ANDRADE, 2004).

Para Cruz (2003) e Andrade (2004), diante das diversas definições encontradas na literatura, pode-se caracterizar o turismo como a atividade que promove o deslocamento de um homem para uma localidade diversa daquela onde fixou residência; sem a intenção, “*a priori*”, de migração, permanecendo neste local temporariamente com prazo superior a 24 horas, e independentemente da natureza da viagem.

A Organização Mundial de Turismo (2013), principal organização internacional da área, sediada em Madri - Espanha, adota outra concepção da atividade ao definir o turismo como um conjunto de relações e serviços resultantes de mudança temporal e voluntária de pessoas de sua residência, não motivados por razões profissionais. Compreende o ato de se fazer turismo ao empreendimento de um deslocamento por alguém fora do domicílio em tempo superior a 24 horas (ocorrendo, portanto, pernoite) e com o máximo de 90 dias. Além disso, as viagens devem ser realizadas sem interesse econômico e sem envolver a execução de trabalho remunerado, mas estando, sim, vinculadas à recreação e lazer.

De acordo com a OMT (2013), assim como para Andrade (2004), não devemos confundir o turista com o excursionista, ou visitante de um dia, pois este último é enquadrado como o sujeito que viaja e permanece menos de 24 horas no local de destino, sem pernoitar no lugar visitado, diferenciando-se, assim, do turista.

O ato de viajar, de ser turista, excursionista ou visitante de um dia, é cada vez mais corriqueiro em nossas vidas, simplesmente pelo fato que o “[...] lazer foi transformado em necessidade para as sociedades contemporâneas [...]” (CRUZ, 2003, p.38). Essa situação do deslocar-se deriva da busca pela reposição de energias perdidas

⁵⁵ Para o Ministério do Turismo o conjunto de relações que promovem o turismo se baseia nas características de sua demanda, as quais determinam o volume de pessoas e a qualidade de suas atividades. E como elementos que interferem nas demandas temos a sazonalidade, as estações do ano e suas condições climáticas. Já as variáveis de sua demanda são modeladas por elementos que formam os tipos e grupos desta atividade, como os fatores demográficos: idade e sexo, uma vez que dependendo da faixa etária e do gênero do sujeito o lugar do turismo é diferenciado. O mesmo ocorre com os fatores sociológico, ideológico e moral. Através desses conjuntos ocorrem, assim, as formulações de grupos de consumidores da atividade turística no país como os: adolescentes, idosos, grupos familiares, religiosos, dentre outros (BRASIL, 2010).

nos nossos esforços direcionados ao trabalho e em função das tensões com as quais deparamos provenientes de problemas familiares, afetivos, de saúde, financeiros, dentre outros.

O turismo aparece como a busca pelo alívio desse “*stress*” constante, principalmente na sociedade urbano-industrial, em que o convívio social com pessoas de diferentes ideologias, formações familiares, valores, visões de mundos, dentre outros, geram tensões e embates, visíveis e camuflados. A atividade do turismo, seria, portanto, um exercício que promoveria, em certa medida, um alívio psicossocial, como uma válvula de escape para os nossos problemas, mesmo que por rápidos momentos a fim de acumularmos forças para voltarmos às nossas atividades cotidianas e ordinárias (GASTAL, 2001; CRUZ, 2003).

Para Gastal (2001) e Andrade (2004), a sociedade industrial cria um ambiente social dramático em termos de convívio, levando os homens a viajarem, irem a lugares que lhe proporcionem lazer, descanso, tranquilidade, derivados de encontros com novas pessoas e culturas. É nesse sentido que Andrade (2004, p.92, *grifo do autor*) afirma que o *turismo*⁵⁶ é uma atividade que tenta conseguir algum tipo de “[...] decompressão social e busca fazer uma reciclagem para que os sujeitos permaneçam vivendo com seu *status* sem vitimarem-se física ou psicologicamente, nem se tornarem elementos propagadores de desajustes e neuroses sociais”.

A atividade turística se concretiza quando o homem deseja experimentar, experienciar, trocar, ampliar as suas percepções sobre diferentes ambientes físicos e estar aberto ao estabelecimento de novas relações pessoais. Ou seja, para se fazer turismo é necessária, então, a vontade de sair, de evadir (ANDRADE, 2004), podendo ser a atividade executada utilizando-se transporte terrestre, náutico e o aéreo, e de acordo com os meios de transporte, como por barco, trem, ônibus, avião, e, o mais popular, carro (OMT, 2013).

O homem tem, hoje, à sua disposição vias e meios de transportes que facilitam a atividade turística, podendo ela assumir, aliás, diferentes formas organizacionais, como o turismo individual, em que a execução da viagem se dá com a programação, custos e formas de pagamento ocorrendo por conta exclusiva do turista. Diferenciando-se, assim,

⁵⁶ Tanto para Andrade (2004) como para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), atualmente no país se desenvolve vários tipos de turismo, tais como: Ecoturismo, Rural, de Aventura, Cultural, de Pesca, de Estudo e Intercâmbio, Náutico, de Esportes, de Negócios e Eventos, de Sol e Praia, de Saúde, dentre outros. Promovendo um mosaico de opções para os sujeitos aproveitarem esta atividade, conforme o objetivo da evasão, o tempo disponível e as condições econômicas.

do turismo organizado, coletivo ou de grupo, atividade que é administrada, executada e agenciada por empresas e, em que os clientes não necessitam de planejar, executar e administrar os seus programas de hospedagens, rotas e visitas (ANDRADE, 2004; OMT, 2013).

Em relação à permanência do turista no local, essa depende da programação dele, pois quando a viagem é planejada, prevendo-se maior número de visitas de núcleos receptivos, em uma única viagem e com uma estada curta em cada local visitado, a atividade é denominada de turismo itinerante. Quando o homem realiza a atividade turística numa localidade em viagem organizada por um período de tempo que exige pelo menos uma noite de estada no local visitado, pode-se definir a experiência como turismo de permanência. Ambas podem ser exercidas nas escalas no turismo interna, interior, nacional ou sob a forma popularmente conhecido como turismo doméstico, no qual a atividade de recreação, ou de qualquer outra natureza, é realizada sem que o turista deixe o território nacional. Distingue-se, assim, do turismo externo que é realizado fora do país de origem, também conhecido como turismo ativo ou internacional (ANDRADE, 2004; OMT, 2013).

A busca pela atividade do turismo, seja interno ou externo, é crescente no país (OMC, 2013), ocorrendo a ativação dos lugares turísticos no que “[...] se refere a espaços que já foram apropriados pela prática social do turismo” (CRUZ, 2003, p.07). Esses espaços são marcadamente potencializados pelos agentes capitalistas das agências de pequeno, médio e grande porte. Levando-se em consideração, ainda, o que interessa ao turismo hoje, amanhã talvez não seja atraente para a atividade, dado que a cultura varia no tempo e também no espaço, e o que é atrativo para alguns grupos de pessoas pode não sê-lo para outros em diferentes tempos e períodos.

O lugar de atração é sempre visto como peculiar, seja pela presença exuberante da natureza, das paisagens culturais excepcionais, aí encontradas, pela presença dos moradores que exprimem a cultura local com a variedade da sua linguagem, do seu artesanato, danças, dentre outros atributos e fatores. Amorim Filho (1999) destaca que o turismo percebe o espaço geográfico povoado de lugares e paisagens sendo, estas últimas, a propósito, visualizadas, como bem cultural, ou seja, como seu objeto de atração. A atividade turística tenta aliar, então, a busca do lazer e da cultura, desenvolvendo-se num ritmo rápido por promoção deste elemento social e natural.

Essa atração pelos lugares, pelo modo de vida dos sujeitos e as formas das paisagens locais/regionais, torna-se cada vez mais presente pelo processo de atuação do

“*marketing*” turístico, uma indústria que percebe o lugar e seus moradores como protagonistas de um cenário que os turistas querem ver como espetáculo (CARLOS, 1996; CRUZ, 2003; ANDRADE, 2004). Esse é um artifício usado para determinar um “produto” que possa interessar os consumidores, despertando neles um maior desejo para a realização da viagem (LAWS, 2004).

No Brasil, os destinos turísticos são divulgados pelas empresas do ramo de forma a ganhar espaços na mídia, aumentando-se, assim, a projeção das qualidades e atrações do lugar, como se percebe, principalmente, na demanda do turismo interno que investe nos “sonhos” dos cidadãos em usufruir das potencialidades de áreas litorâneas ou dos lugares que detêm algum arsenal cultural reconhecido como patrimônio histórico, constituindo como lugares focais para as viagens (CRUZ, 2003; LAWS, 2004).

Para constatar essa situação, basta analisarmos o turismo emissivo doméstico nacional. Para esse tipo de turismo, foram estimadas 225 milhões de viagens no ano de 2009, com maior volume na região Sudeste do país. Corresponde à atividade crescente e tem o seu público direcionado a visitas de casas de familiares, viagens para as praias, áreas de campo ou cidades históricas do período colonial. Neste último caso, as viagens são direcionadas, sobretudo, para os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (BRASIL, 2010).

Mas, mesmo com os avanços em termos de facilidades para a realização da viagem, buscar conhecer outros lugares é, para algumas pessoas, uma experiência pouco viável. Assim, como a promoção de acesso a este produto, devem ser projetados programas mais concretos voltados para essa atividade em diferentes locais da cidade, a fim de buscar a implementação de roteiros turísticos rápidos e de menor custo, promover o reconhecimento de áreas, monumentos, espaços de recreação que muitos não conhecem. A realidade socioeconômica de uma parte da população brasileira não permite a realização de atividades turísticas enquanto práticas de lazer e conhecimento, dado que:

Sem poder viajar nem possibilidade de lazer construtivo e metódico, o lazer nacional se deturpa e destroça as pessoas, do jovem ao velho, desde o descontraído bate-bola na rua até o perigoso hábito de horas seguidas diante do aparelho de televisão ou nos balcões e mesas de bares, onde jovens e adultos sorvem exageradas doses de bebidas baratas e runs, em nome de estranha cultura nacional. A maioria da população, entretanto, composta de trabalhadores que enfrentam, todos os dias, conduções coletivas de baixo nível, nas quais gastam de três a seis horas para chegar ao trabalho e dele

retornar, nem se dispõe a pensar no lazer, em viajar: para quem sofre tanto a fim de trabalhar para não ir à fome, o simples fato de conseguir dormir em casa, com a família, já representa grande diversão, se não uma benção [...] (ANDRADE, 2004, p.23).

E essa atividade do turismo deve ser bem executada, visto que é de grande importância para a sociedade, pois o volume de turistas que se aventuram no território nacional pode promover o progresso econômico do lugar receptor, desenvolvendo o empresariado, gerando empregos diretos e indiretos, e auxiliando o governo local no que se refere à infraestrutura, montando e/ou apropriando elementos que facilitam a acessibilidade dos turistas, como nos investimentos e/ou apelos para os serviços de asfaltamento, iluminação, melhores estruturas nas rodoviárias, aeroportos, dentre outros (CRUZ, 2003; ANDRADE, 2004).

O turismo, assim, gera riquezas, porém isso dependerá da forma de organização desta atividade nas práticas que ela constrói com o governo local, pois “[...] não é atribuição do turismo resolver, de forma unicamente sozinho, os problemas de ordem econômica ou social dos lugares” (CRUZ, 2003, p.115).

Considerando que os elementos essenciais para manter o negócio do turismo são derivados do lugar e das pessoas que formam uma sociedade local, devem-se realizar ações locais para construir a atividade de forma responsável, tendo como aspecto essencial a busca da sustentabilidade ambiental. Torna-se, assim, necessário que esteja o governo local atento e atue de forma incisiva para realizar parcerias com gestores do ramo, para que ocorra, então, a associação do turismo, a dinamização econômica e melhoria da qualidade de vida da população local.

Essa relação política é necessária quando se percebe que são os núcleos receptores de turistas que vão sofrer inúmeras transformações socioespaciais, dado o número de visitas e estilo dos visitantes, cada um com o seu comportamento, posição ideológica e formação intelectual.

Então, reorganizar as áreas de atração é uma atividade que deve ser dividida entre o turismo e o poder público, devendo-se respeitar a cultura, os modos de vida, os costumes, crenças dos moradores do lugar, conhecidos pelos turistas como os “nativos”, especialmente quando se reconhece que o turista é, por natureza, um agente aculturador, num efeito de demonstração (COOPER et al, 2005). Isso se dá, principalmente, quando se desenvolve a atividade do turismo cultural, que compreende as atividades turísticas

relacionadas ao interesse dos indivíduos sobre os conjuntos de elementos significativos da história e da cultura.

Sobre o turismo cultural, a discussão maior neste trabalho centra-se na dificuldade em defini-lo, exatamente pela variada gama de atividades que este abarca, bem como as formas de apreciação e experiências que o turista pode reconhecer na atividade. O turismo cultural vincula-se ao propósito de o turista ir ao encontro de elementos culturais que, teoricamente, implica sua busca pelo conhecimento e experiência de perceber no outro lugar, um modo de vida distinto, não se limitando sua visita aos lugares a uma simples contemplação de objetos, monumentos e manifestações.

Para o Ministério do Turismo, a definição do turismo cultural está relacionada, inicialmente, à motivação que o turista tem para vivenciar lugares que detêm elementos reconhecidos como patrimônio histórico e cultural, e seus eventos sociais potencializadores, vivenciando-se, aí, o turismo e a cultura de forma explícita, em busca de dois propósitos: “[...] primeiro ao *conhecimento*, aqui entendido como a busca em aprender e entender a visitação (os monumentos e a população) [...]”; e em segundo lugar a “[...] *experiência participativa, contemplativa e de entretenimento*, que ocorrem em função do objeto de visitação” (BRASIL, 2010, p.33, *grifo do autor*). Para o referido Ministério, este tipo de atividade turística incidiria em lugares detentores de centros históricos coloniais; espaços e instituições culturais (como museus e casas de cultura), festivais, musicais, danças, celebrações locais; apreciação da gastronomia e artesanato típicos de uma região (BRASIL, 2010).

O turismo cultural é vivenciado por um público seletivo, pois ele acontece antes do processo de evasão, da viagem, e reside/assenta-se no interesse do homem em entender a simbologia que existe em cada forma de apresentação social, reconhecida em determinado lugar. Evidencia-se, assim, nesse processo, a motivação de conhecer novas culturas, pois essa atividade não se restringe nem se limita ao lazer, ao contrário:

[...] se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, de formação e de informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade humanas. As características básicas ou fundamentais do turismo cultural não se expressam pela viagem em si, mas por suas motivações, cujos alicerces se situam na disposição e no esforço de conhecer e analisar dados, obras ou fatos, em suas variadas manifestações (ANDRADE, 2004, p.71).

Com tanta variedade de paisagens, crenças, credos, costumes, modos de vida no nosso país, lugares para a prática do turismo cultural não faltam. Isso favorece uma

diversificação da atividade com vistas a atender os objetivos de evasão de cada turista.

Podemos destacar, nesse contexto, o turismo cívico que ocorre em função de deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, e na observação e/ou participação em eventos que representem a memória política e histórica de determinados lugares.

Já o turismo religioso busca oferecer a participação das peregrinações e romarias aos turistas, propiciando oportunidade de retiros espirituais, encontros e celebrações relacionados à evangelização de fiéis, além de visitação a espaços e edificações (santuários, terreiros, dentre outros). Realizam-se itinerários e percursos de cunho religioso (como a procissão do Fogaréu, na cidade de Goiás/GO e a Semana Santa nas cidades interioranas de Minas) (ANDRADE, 2004; BRASIL, 2010).

Outra atividade correlata é o turismo místico e esotérico que encontra um contingente de público no turismo cultural decorrente da busca da espiritualidade e do autoconhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos.

Logo o turismo étnico busca oferecer aos turistas experiências com as comunidades representativas dos processos imigratórios, das comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnico-culturais.

Outra atividade que tem público fiel é o turismo arqueológico, que visa oferecer conhecimento sobre áreas antes habitadas por povos que deixaram marcas registradas, de sua presença em determinados sítios como na Lapa da Cerca Grande, em Matozinhos/MG (BRASIL, 2010). Assim, como o geoturismo que busca divulgar o patrimônio geológico, bem como possibilitar a sua conservação, como atividades realizadas nas atrações geoturísticas da Serra da Capivara/PI e na Chapada Diamantina/BA (BRASIL, 2012).

Existe ainda o turismo ferroviário que é um atrativo cultural requintado, como os passeios no Trem da Vale, fazendo o percurso entre Ouro Preto/MG a Mariana/MG, e o trem do Corcovado, no Rio de Janeiro/RJ. Além do enoturismo (para conhecer vinícolas), o turismo cinematográfico (em cenários e lugares de roteiros midiáticos), dentre outros (BRASIL, 2010).

No Brasil, o turismo cultural cresce de forma significativa, pois, se analisarmos dados de pesquisa realizada em 2012 pelo Ministério do Turismo (através do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento), averigua-se que o turismo cultural mobiliza diretamente mais de 29 milhões de viagens por ano no país. Sendo que o público que promove maior dinamização econômica no lugar da atração tem como

características: elevado índice econômico, bom nível de escolaridade, e capacidade de utilização de meios de hospedagem convencional viajando, via de regra, em companhia de amigos, familiares ou cônjuge (BRASIL, 2012).

Os resultados da pesquisa apontam, ainda, que os elementos que motivam o turista a investir no segmento do turismo cultural são a musicalidade, as danças e a hospitalidade do lugar, seguidos das manifestações populares, das curiosidades advindas da diversidade do artesanato e da gastronomia (BRASIL, 2012). Com base nesse diagnóstico, pode-se enfatizar que o grupo que realiza o turismo cultural “[...] é seletivo e elitista, em um meio social limitado” (CHOAY, 2006, p.172).

A inserção desses turistas em cidades que detêm elementos tombados, reconhecidos como patrimônio histórico, é frequente, principalmente se destacarmos os fluxos de turistas para as cidades de Diamantina, Congonhas, Ouro Preto e São João Del Rei nas Minas Gerais; o que releva o interesse desses atores pelo conhecimento de sua arquitetura, do valor da cultural local e regional (CIFELLI, 2005).

Vale destacar que o turismo cultural, em 2012, teve um crescimento em seus lucros de 13,1% quando comparado ao ano anterior, com as 80 maiores empresas do setor do país faturando R\$ 57,6 bilhões, empregando mais de 115 mil pessoas nos 27 Estados brasileiros; sendo que 26 destas empresas agencia viagens para as cidades mineiras mencionadas. Além destas terem recebidas (em conjunto), no ano subsequente, “[...] o valor de R\$ 3,8 milhões destinados pelo Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas na tentativa de elevar a comunicação de informações dos patrimônios a padrões internacionais, objetivando atrair turistas para a região” (BRASIL, 2012, p.12).

Nesse caso, a cultura atrai o turismo, e o patrimônio promove a imagem promocional da atividade, pois se forem analisadas as motivações que levaram os sujeitos a conhecerem as cidades supracitadas, verificar-se-á que essas têm elementos de apelo para que os turistas venham conhecer o espaço que foram e, que em certa medida, são “[...] popularmente vividos, como os castelos, igrejas, palácios, aldeias. E mais do que isso, muitos visitantes desejam explorar e vivenciar as características do patrimônio cultural deste lugar” (LAWS, 2004, pp.55-56).

Nesse universo das cidades detentoras de elementos patrimoniais reconhecidas pela UNESCO e o IPHAN, o turismo cultural se potencializa comercialmente, percebendo o valor econômico e cultural de determinados lugares, mas promovendo mudanças que, por diversas vezes, acarreta a sua cenarização a fim de atender a

demanda turística. Nessa condição em que aflora a demanda turística, algumas questões socioculturais se revelam conflituosas, pois percebemos, com frequência, cidades sendo transformadas em localidades turistificadas, aos se provocar transformações visíveis em sua organização social para o acolhimento de uma clientela, o que, por sua vez, interfere na vida dos moradores locais e na construção de seus elos de afetividade com o lugar (ÁLVARES, 2003; LUCHIARI, 2005; SIMMEL, 2011).

Como exemplos clássicos, podem-se citar as redes de hotéis, bares e restaurantes que vão se implantando nestas cidades, muitos em espaços que eram de posse dos moradores locais, além da realização de musicais, teatros, eventos culturais para atrair e entreter os turistas. Ocorre, conseqüentemente, a reorganização da cidade para apresentar o produto cultural, projetado para atender a um grupo social específico.

Assim, as antigas áreas residenciais dos núcleos históricos preservados, as atividades comerciais, de serviços e os próprios locais de culto voltados para o usufruto da população local vão sendo gradativamente substituídos por equipamentos e serviços voltados para o atendimento dos turistas. São hotéis, bares e restaurantes, lojas de *souvenirs*, antiquários, além de outros equipamentos culturais de prestígio como museus, bibliotecas, teatros, lojas de artesanato, galerias de arte, centros culturais e instituições públicas voltadas à promoção cultural e ao lazer, vinculados ao incremento da atividade turística, *visivelmente financeira* [...] (CIFELLI, 2005, p.60, *grifo do autor*).

Com essas ações, o olhar do cidadão local vai se descristalizando, se distanciando do seu lugar ao perceber que a sua rotina, o seu cotidiano são modificados, aí, para atrair maior contingente de turistas. É visível também que, para muitos municípios o turismo é a fatia maior que cabe na geração de emprego e renda, ficando, eles, reféns de um sistema em que o lucro, por várias vezes, torna-se o único objetivo almejado por tais municipalidades (CRUZ, 2003; CIFELLI, 2005).

A questão que se evidencia aqui é a forma de apropriação do turismo nesses lugares. Lugares carregados de sentimentos, de relações sociais íntimas que vão se perdendo no espaço pelo processo de massificação cultural. Tais fatos ocorrem em prol da captação de capital em cadeias de empreendimentos, vislumbrada pelo poder público como uma forma de superar a escassez de oferta de trabalho local, além de projetar o nome do município para além do seu limite territorial.

A cultura, então, passa a ser um desígnio do capital, e o patrimônio cultural é vinculado a um produto de consumo percebido pela presença do turismo, sendo o patrimônio inserido como um bem simbólico comercial, ocorrendo um “predomínio

cada vez mais evidente do valor mercantil do patrimônio, em detrimento do seu valor humano [...]” (CIFELLI, 2005, p.43). Rodrigues (2002, p.22) destaca que esse processo promove dois objetivos do uso do patrimônio, o primeiro materializando-se:

[...] a partir do poder público que pretende realizar a valorização dos bens patrimoniais como mercadorias culturais, e o de parte da sociedade, que o vê como um fator de qualidade de vida -, o patrimônio no Brasil, então, oscila, entre tornar-se um cenário teatralizado e representar o passado da nação.

Neste processo, as cidades que detêm um patrimônio cultural tombado são tomadas como locais propícios para empreendimentos comerciais derivados da demanda do turismo cultural, justificado pela tentativa em se promover o reconhecimento universal dos elementos, principalmente os reconhecidos pela UNESCO (ÁLVARES, 2003; BURNETT, 2004; COSTA, 2009). Nessa conjuntura, os patrimônios históricos culturais são acoplados ao turismo cultural como um “[...] produto da sociedade capitalista industrial se desenvolvendo sob o impulso de motivações diversas, que incluem o seu consumo de forma descomedida” (RODRIGUES, 2002, p.16).

Neste jogo de interesses diversos que envolvem o turismo cultural, o governo e o patrimônio; o homem se torna, conforme retrata Cifelli (2005) em suas pesquisas em Ouro Preto/MG, o “*homo-turisticus*”, dado seu desejo de evasão, alavancado pelo “*marketing*” cultural provocado pela indústria do turismo na busca pela sobrevivência financeira. Nem que para isso as relações dos moradores do lugar sejam alteradas, os eventos e manifestações culturais sejam teatralizados, e podendo-se promover, nesse sentido, uma perda da ligação do homem com o seu lugar (TUAN, 1983; ÁUGE, 2007; COSTA, 2009).

A fim de se refletir sobre a mercantilização do patrimônio pela atividade do turismo, desenvolvemos, a seguir, uma discussão sobre o patrimônio enquanto sustentáculo do turismo cultural e seus impactos sociais, promovendo reflexões sobre o uso da cultura num prisma de espetacularização.

3.2 O Patrimônio histórico como “produto” do turismo cultural.

Não é exagero afirmar que a utilização da imagem do patrimônio histórico é percebida como uma das estratégias de sustentação do turismo cultural. Basta se refletir sobre a visibilidade que estes elementos têm tido na mídia, através do uso do “*marketing*” que várias empresas turísticas lançam como recurso para atrair clientes.

Reconhece-se, nesse contexto, o valor do patrimônio como objeto a ser ofertado

a um grupo seletivo de compradores, atendendo a seu desejo ou necessidade de viajarem, fomentando-os através do uso de propagandas no formato “*hollywoodiano*” de exposição. Até porque o produto patrimônio não só deve ter qualidades do período histórico, mas de aparentar ter tais atributos. Portanto a estratégia desta venda é realizar uma apresentação esteticamente agradável do produto turístico em questão.

O turismo cultural é impulsionado no mercado por meio da propaganda e do uso das imagens dos lugares de atração, destacando as suas qualidades e explicitando a riqueza do roteiro difundido via fotografias de casarões, museus, prédios prelatícios, militares, dentre outros. Como cartões postais de consumo, apresentam um lugar repleto de atributos, transformando o pacote da viagem em um desejo a ser realizado. Concretização esta que deve ser alcançada de forma rápida, haja vista que o estágio do ciclo de vida de um produto, entendido como manutenção do lugar e de seus objetos patrimoniais é tencionado pelos agentes interessados pelo lucro, como os gerentes das empresas de turismo e empresários do município no qual existem estes objetos.

Isso, até o momento em que os atrativos do lugar se tornem obsoletos, provocando a mudança do rumo dos investimentos comerciais. Mas, enquanto isso, o patrimônio cultural vem se transformando em “[...] uma mercadoria que entra no circuito internacional da indústria, consumida por plateias cada vez maiores, revestida por uma embalagem e um conteúdo para a venda” (COSTA, 2009, p.20).

Contudo não se deve visualizar apenas o caráter negativo desta exposição dos patrimônios culturais através da mídia e das empresas turísticas, uma vez que estes elementos estão dispostos a serem bens da humanidade, terem reconhecido o seu valor histórico, social, político, emocional e pedagógico.

A visibilidade e a difusão desses bens simbólicos e comerciais tendem a realizar uma maior consagração dos patrimônios enquanto referências que remontam à identidade e à memória da sociedade, mesmo sendo seus atributos transmitidos, exageradamente, em termos da dimensão de seus atributos estéticos e estilísticos, sendo difundido-os como signos de diferenças culturais, mas também de exotismo.

A mídia então seleciona seus discursos de valor social, prazer cultural e conhecimento político sobre esses lugares, difundindo “[...] por meio de *folders*, panfletos, guias de viagens, fotos, jornais, revistas especializadas e por outros veículos de comunicação, como a televisão e a internet, tornando-os conhecidos pelo grande público, promovendo um estímulo a mais para visitaçã” (CIFELLI, 2005, p.77, *grifo do autor*).

Para Costa (2009) este objeto turístico é promovido, objetivando-se a busca de uma construção imagética e simbólica dos patrimônios com vistas a influenciar o consumidor, e aumentar, assim, o volume de turistas. Cifelli (2005, p.74), por sua vez, afirma que este mercado é projetado por meio das empresas de publicidade, mas também pelo governo, pois o:

[...] Estado, por meio das políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da atividade e, em alguns casos, pela própria sociedade civil organizada, aproveita desta atividade para aumentar a circulação de capital. Dessa forma, a atuação incisiva desses agentes na promoção e transformação de certa localidade ou de algum elemento histórico-cultural e natural em atrativo turístico, vem provocando um aumento do consumo de paisagens, culturas, tradições e até mesmo do tempo livre, ao serem regidos pela lógica mercantil.

A viabilização de uma maior visibilidade e a divulgação dos patrimônios através de redes de comunicação não são, por si só, as engrenagens maiores da empresa do consumo cultural que se destina ao turismo. A utilização dos meios de divulgação é louvável para reproduzir, de maneira fiel, os atrativos do lugar, dado que o seu objetivo é a conquista de um número cada vez maior de turistas. Por outro lado, a realização de modelações espaciais é inevitável, pois depois que a vitrine do consumo do patrimônio for projetada, os agentes devem apresentar uma cidade, tal como Diamantina/MG, como um lugar aconchegante, com manifestações culturais típicas, atributos que são destacados nos panfletos. Dessa forma, a autenticidade dos elementos culturais tende a se formar nas normas padronizadas pelo comércio (BURNETT, 2004).

Analisando a utilização do patrimônio enquanto elemento da cadeia turística, Costa (2009) destaca ser louvável a perceptibilidade que eles vem adquirindo, mas a forma que o turismo cultural executa essa tarefa o transforma em um arsenal comercial que descaracteriza a sua essência. Dado que transforma a cultura em:

[...] mercadoria para a sociedade contemporânea, fazendo com que o patrimônio, cada vez menos, represente o ideal de “Estado-nação” ou de diversidade cultural dos povos, perdendo seu referencial de memória viva ao se tornar um produto em potencial do desenvolvimento turístico. A mercantilização desenfreada dos bens culturais faz com que eles percam sua função primeira, que é a de *esclarecimento* ligada ao valor cognitivo e mesmo afetiva, transformando num grande fetiche do consumo (COSTA, 2009, p.56, *grifo do autor*).

Esse mercado do turismo cultural é objetivado pelo lucro do investimento feito através da exposição dos patrimônios; lucro que é conquistado, também, na venda

explícita da experiência dos artistas, da memória do lugar expressos na arquitetura, na culinária, nas paisagens, no modo de viver da população, através, por exemplo, da cobrança da taxa de acesso aos museus, igrejas e casarões.

Laws (2004, pp.37-38) compreende que essa é uma característica da indústria do turismo que é hoje marcada pela mercantilização. O autor ressalta, ainda, que este mercado acontece primeiramente, “controlando o acesso para um local, de forma que possa haver um grande número de visitas, visando o lucro [...]”, e segundo “[...] por realizar a rede de mercado no lugar, como os hotéis, entradas em museus ou até mesmo a compra de lembranças que os turistas levam para casa”.

Nesse processo de venda e consumo da cultura, o agente social que se torna mais vulnerável, socioculturalmente, é o morador local, haja vista que estes patrimônios tendem a fazer parte da construção constante da sua vida. Os habitantes dos núcleos apropriados pelo turismo cultural, principalmente os mais idosos, destinam valores de uso e de dimensão simbólica ao patrimônio de forma a criar vínculos com o ambiente, a formatando no sentido de lugar, por vezes, entrando em choque com outros tipos de relações que vão surgindo com a imersão do turista (CIFELLI, 2005).

A mercantilização da cultura, através da demanda turística, pode conduzir, assim, à destruição do significado das tradições culturais para o residente, pois os turistas tendem a ter expectativas diferentes daqueles dos residentes sobre os eventos sociais ali incidentes, “[...] e isso pode resultar na alteração de rituais e costumes tradicionais para que se tornem adequados às necessidades e aos desejos dos turistas que aparecem” (COOPER et al, 2005, p.253)

Devido a subversões estimuladas pela lógica forçadamente estabelecida para o patrimônio (agenciado pelo capital e acentuado com as atividades do turismo cultural na realização de uma universalização mal interpretada, ou intencionalmente mal gerida enquanto prática socioeconômica), gradativamente, ele deixa de pertencer aos habitantes do lugar, provocando uma dramática contradição: “[...] é mundial e vem deixando de ser local” (COSTA, 2009, p.78).

Meneses (2004), professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, em sua obra intitulada *“História e Turismo Cultural”*, destaca, neste contexto, que ao percorrer muitas cidades do interior do Estado de Minas, percebem-se os sentimentos dos moradores do lugar em processo de desfacelamento derivado, dentre outros motivos, pela ação das políticas turísticas aí implementadas e que, muitas vezes, excluem a vontade do homem. Seja pela pressão das grandes redes

comerciais que ambicionam seus terrenos, forçando-os a sair do seu lugar, ou pelas modificações de suas paisagens, como ruas e praças para atender “*outsider*”, esvaziando o sentido de suas vidas. Para tanto, basta analisar uma passagem da obra citada para constatar este dilema. Um dilema que foi sentido por Dona Maria, uma das várias Marias das Minas.

Dona Maria Tereza (poderia ser dona Doralice ou dona Júlia, uma vez que seu caso não é único), uma habitante do centro da cidade de Tiradentes, lamenta a perda do convívio cotidiano com as vizinhas. Ela diz que todas se foram e que ficou solitária na vida. Não há mais as novenas e nem as conversas no muro das divisas dos lotes ou da porta da rua. Perderam-se os costumes, e, para ela “o cemitério ficou mais próximo”. Ela não concorda em vender o seu patrimônio (casa ampla e quintal) para uma família carioca que insiste em fazer dele um restaurante ou para um empresário de Belo Horizonte que ela nem sabe em que quer transformar sua casa e sua propriedade. Ela testemunha que a vizinhança não resistiu aos apelos e se mudou para a periferia e que os costumes na cidade mudaram, no seu entendimento, para muito pior [...] (MENESES, 2004, pp.63-64).

Em Tiradentes/MG este sentimento também é percebido, pois, o próprio turista que explora socioculturalmente esta cidade percebe certa estranheza, derivada da:

[...] ausência, em seu “centro histórico”, daquela forma de vida interiorana, uma cultura cotidiana local tão esperada em uma cidadezinha mineira. Não há rotina de uma cidade pequena com seu dia-a-dia comum de pessoas a viverem atitudes banais de sobrevivência e costumes típicos da mineiridade, com a prosa entre vizinhança, beatas a caminho da igreja, idosos a jogar conversa fora na praça, burburinho de empregados domésticos a fazerem compras matinais etc. A não ser nas ocasiões de festas religiosas tradicionais, até mesmo a religiosidades cotidianas deixou de ser cena comum a ser visualizada, apreendida pelo visitante. Ao observador mais crítico, o centro da cidade se salva pela rara beleza arquitetônica, mas, em termos de presença humana local, é um vazio. Ele mais parece um mercado emergente que surgiu deslocando os moradores típicos. Veículos transitam insistentemente em uma calçada e em um ambiente ideal para o trânsito de pedestres, com sons em alto volume que incomodam qualquer ouvido. Além disso, há um falso cosmopolitismo promovido por um comércio agressivo que se aproveita do rico e belo artesanato regional e da cultura culinária que, de valorosa e bem construída, tende a se tornar estilizada e pouco natural. A própria sinalética promotora desse comércio assume padrões agressivos, como a espalhafatosa exposição de mercadorias nas janelas e portas das lojas (que são, hoje, a memória dos antigos edifícios domésticos), uma pizzaria que expõe exagerada bandeira da Itália em seu pórtico, a própria forma de atendimentos e o próprio sotaque dos “adventícios” atendentes das lojas e cafês, além, é claro, de restaurantes “de cozinha internacional” com preços comparáveis aos bistrôs parisienses (MENESES, 2004, pp.64-65).

Além deste processo de massificação do lugar, visível nas angústias de Dona Maria, com efeito, se percebe que a ampla propagação dos elementos patrimoniais, objetivados com fins comerciais, cria “[...] museus ao ar livre visando atrair visitantes

por meio da encenação e dramatização da memória” (MENESES, 1999, p.18). E “[...] essa concepção pode resultar na petrificação desses lugares que se transformam em verdadeiros pastiches” (RIBEIRO, 2006, p.57), vendendo um produto artificial para os turistas, afetando, em paralelo, o sentido de lugar para os moradores, e emergindo aí, assim, estranhezas sociais, pois o “*outsider*” e o “nativo focalizam aspectos bem diferentes. Em uma sociedade estável, os visitantes e as pessoas de passagem constituem uma minoria da população total; suas visões do e sobre o meio não têm, talvez, muita importância [...]” (TUAN, 1980, p.72), pois promovem ações invasivas que alteram, por diversas vezes, a rotina do lugar, além de visualizarem as formas de vida da população como vitrines, deixando, por diversas vezes, os moradores arredios ou incomodados em seu “*locus*”.

Essas ações são evidentes quando se entende que “[...] o circuito turístico, atrás das janelas de vidro *raiban* do turista, separa o homem da natureza, o sujeito do lugar [...]” (TUAN, 1980, p.110, *grifo do autor*) e tal distanciamento é marcante, pois dificilmente observam-se grupos de turistas guiados por profissionais que destacam o próprio morador como um ator que pode representar a história do lugar.

Ou seja, o ato de fazer turismo, principalmente o cultural, deve promover a inserção do morador como protagonista e disseminador da história, em interação com o “*outsider*”, quebrando o distanciamento ali existente, tornando mais profícua a utilização da cultura, uma vez que falta nos lugares do turismo “[...] o peso da realidade porque os forasteiros conhecem apenas a paisagem de fora - através dos olhos e da leitura de um guia turístico” (TUAN, 1983, pp.20-21). Esta atividade deve, portanto, ultrapassar esta “[...] utilidade social pouco autêntica que não une o homem e a natureza” (TUAN, 1980, p.107). Até porque “[...] a avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. É a visão de um estranho. E o estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza” (TUAN, 1980, p.74).

A atividade do turismo pode, contudo, cumprir o papel de conectar diferentes formações culturais e visões de mundo, conseguindo ser “[...] um exercício complexo que envolve contatos sociais, culturais e econômicos, enriquecendo a compreensão do que seja uma sociedade que busca o conhecimento” (COSTA, 2009, p.24). Segundo Costa (2009), a busca da interação socialmente responsável do cidadão local com a

dinâmica do turismo cultural é necessária, principalmente em Diamantina/MG, visto que seus patrimônios históricos oscilam entre a preservação e a *mercantilização*⁵⁷.

Fica evidente que quando o patrimônio cultural se transforma num objeto mercantilizado tende a banalizar-se a cultura, reduz-se a autoestima dos moradores e enganam-se os clientes com a venda de um produto que não é o natural (BURNETT, 2004). Falta, assim, uma reflexão maior sobre as dimensões humanísticas do turismo, pois as empresas do ramo não podem tratar esta atividade “[...] como se fosse uma diversão descompromissada com o tempo, dinheiro e honorabilidade [...]” (ANDRADE, 2004, p.47), inclusive porque o turista deseja apenas perceber o Outro (e seus feitos), como ele é, sem encenação, exibição, interferência de cenários, pois “[...] o patrimônio de qualquer lugar é o morador e seu lugar” (LAWS, 2004, p.47).

Dessa forma, buscando refletir sobre a utilidade do turismo cultural enquanto processo de conhecimento e interação social, apresentamos, a seguir, uma discussão sobre esta atividade e a integração entre patrimônio e comunidade local.

3.3 Turismo, patrimônio e comunidade: uma relação social em construção.

O turista, em especial o público do turismo cultural, é movido pelo sonho de conhecer novos lugares. Ele não quer mais ficar aprisionado a um ambiente, mas está vivendo, naquele espaço de tempo, uma descoberta, movido pela curiosidade e atraído pela atratividade do lugar que o “recebeu”. E por serem sujeitos que procuram novas espacialidades e sentimentos diferentes, é característica deste grupo de pessoas a tentativa de não perder o controle do roteiro planejado para a viagem, pois a “[...] programação objetiva a busca pela liberdade, autonomia, independência, e ninguém pode discutir ou questionar o seu direito de sair do espaço em que atualmente se encontra” (CUGINI, 2008, p.173).

⁵⁷ O governo federal tem ampliado os recursos orçamentários para as cidades tombadas pelo IPHAN e pela UNESCO através do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas, tentando reverter o processo de degradação dos seus patrimônios, sendo um dos maiores responsáveis por tal processo o subaproveitamento do potencial econômico e simbólico dos sítios históricos para a geração de renda e emprego, proveniente do turismo cultural e dos demais empreendimentos comerciais. Na cidade de Diamantina/MG, com o intuito de tentar recuperar mais de 41 imóveis tombados e fortalecer a sua vocação turística, foi realizado, entre os anos de 2006 e 2009, o investimento total de R\$ 6.139.247,00 a ser aplicado na restauração de alguns monumentos, tais como da centenária Igreja de São Francisco, onde estão os restos mortais de Chica da Silva (1732-1796), além da revitalização no paisagismo, calçamento e iluminação das Praça Monsenhor Neves e a Barão de Guaicuí (esta última conhecida como Praça do Mercado) (BRASIL, 2009).

Experiências que o turismo cultural acoplado aos lugares de atratividades, embasadas em patrimônios culturais, oferece como sinônimos de liberdade, conhecimento e fuga da rotina. Rotina muitas vezes massacrante, sobretudo, nos grandes centros urbanos, que dificulta, em certa medida, o homem entrelaçar elos sentimentais com o ambiente e os seres que ali habitam, pois, dessa forma “[...] é quase impossível repetir os passos de nossos pais, quanto mais de nossos tataravôs. Isso enche o homem urbano de carência de valores. Carência de tradição, de memória, suprida com o consumo exacerbado de história” (MELO, 2009, p.52).

O turismo cultural apropria-se de lugares e potencializa as suas formas e essências, realizando o desejo do turista em mudar sua rotina, conhecendo a vida do Outro. E os moradores dos lugares de atração sentem a intenção dos turistas ocorrendo, a partir daí, uma reformulação da sociedade no uso dos lugares, pois os “forasteiros” depositam as suas percepções, “[...] perfazendo a interação deste lugar, atravessando novos costumes, mercadorias, valores, hábitos e relações sociais” (COSTA, 2009, p.17). E essa interação pode criar novas identidades, produzir diferentes espaços, fundindo, dialeticamente, o que é novo, velho; o que é belo e feito, o que é história e o que não é, gerando uma nova vivência espacial de caráter material, simbólico e imagético que afeta os “[...] residentes que têm no lugar a sua herança” (LAWS, 2004, p.49).

Nem sempre os turistas podem interagir totalmente com o lugar que experimentam, o que propicia uma leitura aquém do que este oferece. Tal processo pode ser derivado de um mau planejamento de visitas ou da utilização do serviço de guias despreparados. O que é lamentável, pois estes lugares “[...] podem ser refúgios permanentes para alguém, ou uma extensão do significado e da riqueza da existência humana, devendo ser bem explorados” (CASTROGIOVANNI, 2001, p.25).

O turismo cultural, então, deve ter como proposta o incentivo à apreciação dos valores do lugar, dos seus patrimônios e da comunidade, acima da qualidade da sua apresentação. Entregando como característica-chave dos seus serviços “[...] a ênfase na interpretação do local e o interesse dos visitantes em aprender sobre” (LAWS, 2004, pp.49-50). Com essas propostas internalizadas, o patrimônio e a cultura, que são materiais que firmam o homem no lugar e promovem uma relação afetivo-memorial, erguem um interesse para o turista e tendem-se a uma amenização dos impactos socioculturais entre “*outsiders*” e “*insiders*”.

Ao valorizar a interpretação e compreensão da cultura para os turistas, obtêm-se resultados importantes tanto para as agências de turismo como para os comerciantes,

poder público e os cidadãos locais, pois o modo de vida dos habitantes do lugar pode “[...] atrair ou afastar os turistas, valorizar ou de desvalorizar o próprio patrimônio social turístico que o núcleo representa” (ANDRADE, 2004, p.111). E o turista, ao compreender as variedades de hábitos, crenças e modos de vida deste espaço, tende a reconhecer e respeitar a diferença do Outro.

Além disso, o turismo cultural deve buscar estabelecer um compromisso com as comunidades locais, a fim de se inserir na sua dinâmica, potencializar a riqueza de conhecimentos destes sobre a história do lugar e desenvolver habilidades profissionais para receber e conduzir o turista. Até porque “[...] no que diz respeito às influências, as comunidades dos núcleos turísticos são mais influenciadas pelos turistas e visitantes do que se pode avaliar, não por limitações de estrita natureza cultural, mas por injunções comerciais e conjunturas políticas diversas” (ANDRADE, 2004, p.111). Esta seria uma forma de a comunidade exercer protagonismo direto no processo de geração de impressões que os turistas podem ter sobre a história do lugar, tentando-se assim, amenizar os possíveis *conflitos*⁵⁸ entre tais atores.

Essas ações são necessárias, mas fazer investimentos apenas em infraestrutura e em programações atraentes que servem como incentivos para o turismo cultural são ações políticas limitadas que se reportam a um amadorismo de quem se envolve com a cultura de forma despreparada. Para promover um turismo que respeite o ser humano, a atividade deve ser desenvolvida colocando-se o “[...] meio ambiente, as políticas locais e culturais de seus habitantes como fundamentais. Portanto planejar o turismo de modo a melhorar a qualidade de vida da população, manter a memória coletiva e preservar a identidade cultural torna-se um desafio” (ÁLVARES, 2003, p.31).

⁵⁸ O termo conflito (“*Kampf*”) é utilizado pela compreensão dos trabalhos do sociólogo alemão Georg Simmel (1858-1918), entendendo que o conflito é uma forma de interação entre os homens, sendo um exercício de construção que proporciona a socição entre os sujeitos, dado que é uma das mais vívidas interações sociais que presenciamos e experimentamos na vida, sendo “[...] um modo de conseguirmos algum tipo de unidade, logo o conflito contém algo de positivo, onde seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podendo até ser separados conceitualmente, mas não empiricamente” (SIMMEL, 1984, pp.122-123). Nesse sentido, o conflito, aqui, concebe ao homem o sentido de não se deixar sufocar pelas relações sociais derivadas de interesses e situações diversas, pois proporcionam as apresentações das divergências com o Outro, (re)estruturando as relações sociais coletivas, (re)criando a identidade social em um ato de reconhecimento, sendo este nada mais que um intervalo entre dois momentos de harmonia, vistos, portanto, numa função positiva de superação das divergências (SIMMEL, 1984; 2011). Dado que “[...] o indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade exclusivamente por uma harmonização exaustiva. Ao contrário, os conflitos não apenas precedem esta unidade, mas são nele operativos a cada momento de sua existência” (SIMMEL, 2011, p.570), sendo necessário para a busca de uma estabilização do homem no lugar e para harmonizar o sentido deste com o Outro. Aqui o conflito é construído entre os entroncamentos sociais do turista com o cidadão local e vice-versa.

Ao realizar a convergência entre o atendimento à demanda do turista e o respeito aos hábitos, valores e histórias de todos os sujeitos envolvidos, a atividade tende a se tornar mais coerente ao oferecer a cultura como um elemento natural, evitando ofertar uma realidade falsa para o turista que apresenta a dimensão cultural apenas como atrativo bucólico, cênico, de “*glamour*”. Prática esta que, infelizmente, se banaliza e se transforma em tendência comum entre os promotores turísticos: o de satisfazer o desejo que o turista busca e, com isso, direcionando o seu olhar; construindo imagens comerciais e objetos-signos camuflados que servem “[...] como referenciais que remontam ao passado, mas com uma memória nostálgica” (CIFELLI, 2005, p.85).

Para Andrade (2004), o maior risco da construção dessa pseudo-realidade é transferir o despreparo intelectual ou a má instrução cultural dos turistas ao lugar que estão explorando, dado que não percebendo a real importância e significado de tais elementos e eventos sociais, eles podem ameaçar os núcleos que os recebem “[...], pois a afluência de visitantes e turistas despreparados pode transformar as oportunidades de conhecimento em ocasiões de destruição ou, pelo menos, de riscos ao patrimônio” (ANDRADE, 2004, p.72).

O turismo cultural responsável é aquele que utiliza os atrativos do lugar como meio de propagação dessa realidade de negócio, evidenciando, contudo, que os sujeitos naturais do local são os responsáveis pelo sucesso do empreendimento, “[...] e não se pode pensar em potencializar o turismo em um local que é descrente de si mesmo [...]” (SIMÃO, 2001, p.19).

De acordo com o Ministério do Turismo (2010), a verdadeira experiência turística cultural é aquela que respeita, em primeiro lugar, os moradores locais. Sendo necessário o envolvimento da comunidade, pois os moradores:

[...] compreendem a dimensão da preservação e da interpretação de bens culturais (patrimônio cultural), traduzindo seu sentido e valor para quem os visita. A interpretação da cultura é mais do que informar, em sua essência, ela deve ter a capacidade de convencer as pessoas do valor e dos significados do patrimônio, promovendo uma relação de respeito e atitudes conscientes de conservação. E ninguém melhor para representar estes valores que o próprio morador (BRASIL, 2010, p.60).

O turismo cultural não é, então, a arte de vender falsas realidades, informando sobre a cultura com o interesse exclusivamente comercial ou tentando-se agradar o turista. A atividade do turismo deve se preocupar, principalmente em destacar a importância do lugar e seus pontos de atração para os clientes. Não tem como

perspectiva a instrução de alguém que não sabe sobre o elemento, a manifestação cultural ou o lugar que está a perceber, mas fazendo, ao contrário, com que todos sintam vontade de saber mais sobre o lugar onde estão, tendo como premissa que os turistas se interessam em conhecer o que é ofertado e, portanto, devem ser estimulados a interpretá-lo e a respeitá-lo, evitando interesses focalizados unicamente no lucro, realizando, assim, a atividade de forma responsável e de maneira harmônica.

Para conquistar essa “harmonia”, o turismo cultural deve pautar-se em mecanismos de tratamento do sujeito e da *interpretação*⁵⁹ dos elementos de atração no lugar, principalmente levando o turista, por exemplo, a: (i) problematizar o objeto que deriva o seu interesse, tal como os patrimônios arquitetônicos, aguçando a sua curiosidade; (ii) destacar os significados de palavras mais usadas no lugar, evidenciando o sentido e a forma com que os sujeitos detentores naturais dos elementos reconhecem os bens; (iii) tentar promover pontos de ligação entre o objeto a ser observado, com o seu uso no presente. Além de (iv) utilizar a linguagem mais adequada para o público, tentando sensibilizá-lo para os elementos e movimentos culturais que estão percebendo, dando sentido e significado a cada traçado manifestado, buscando, ainda, despertar emoções que venham aflorar, posteriormente, lembranças em suas memórias. A importância maior está em dar sentido à vida dos turistas em termos daquilo que estão vivenciando naquele momento (ÁLVARES, 2003; MENESES, 2004; BRASIL, 2010).

Essas formas básicas de conduzir o turista e os objetos a serem visitados são relevantes, visto que diversos sujeitos que praticam o ato de viajar, investindo no turismo cultural, percebem a falta de apoio técnico nas interpretações e/ou direcionamentos para as possíveis leituras sociopolíticas culturais de uma paisagem (CRUZ, 2003).

O exemplo mais visível dessa falta de apoio pode ser localizado no espaço museológico, que é o local que apresenta um variado arsenal de elementos tombados e colecionados, objetivando oferecer novas leituras de mundo especialmente para os turistas; todavia, nem sempre isso acontece (ANDRADE, 2004). Estes materiais culturais, infelizmente, são expostas de uma maneira depositória (raras são as exceções),

⁵⁹ O Ministério do Turismo (2010), apoiado nos trabalhos do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, afirma que o turismo cultural deve ser realizado oferecendo o máximo de informações sobre a história e o modo de vida local, tentando promover a valorização do patrimônio pelos visitantes, gerando, gradativamente, atitudes positivas sobre o processo de ocupação no território nos dias que ali estiverem. E independentemente do objetivo desta atividade, o planejamento deve ser construída de forma cuidadosa pelos guias e empresas especializadas, tendo que realizar a interpretação da atração em parceria, responsável, com a comunidade, estimulando a troca de conhecimento, a conquista de confiança entre estes atores sociais e destacando a diversidade cultural ali contida.

sem auxílio de monitores suficientes no local para atender ao público, e de um guia preparado para instigar outras leituras sobre estes (a não ser sobre algumas efemérides e fatos).

O museu histórico, assim, coleta, preserva, organiza, classifica, estuda, expõe e publiciza o significado do objeto da vida material. Ele o transforma em documento que dá a conhecer a história. Na exposição museológica, os objetos fornecem informações e perdem a serventia que tinham na vida cotidiana; perdem seu valor de uso e obtêm valor de documento problematizador do passado. O museu é, então, uma forma pela qual a sociedade, em geral, e o visitante, em particular, institucionalmente transformam objetos materiais em documentos históricos. Os significados dos objetos passam, a ser construídos pela sociedade e pelo turista. As atribuições dadas a eles são sociais, e o museu deve permitir que seu visitante articule as ações humanas expressas nos objetos e perceba neles a sua estruturação e as mudanças históricas de uma determinada sociedade. O museu histórico, dessa forma, é uma instituição que objetiva a problematização da história e não apenas a exposição de objetos [...] (MENESES, 2004, p.91).

O museu, assim como o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico, deve ser tratado com novas perspectivas, principalmente nas cidades interioranas de Minas. Pois, aproximar novos sujeitos desses espaços e elementos representativos da nossa sociedade significa criar possibilidades de reformulações de concepções, teorias e conceitos sobre diversos temas. E neste momento, mais que em qualquer outra etapa do turismo, a participação do morador residente no lugar é necessária, pois o guia pode ser um técnico estudioso sobre monumentos, paisagens, manifestações, enredos, cantos populares, patrimônios culturais diversos, mas ele não vivencia estes objetos-símbolos (e principalmente as paisagens) como o morador o faz.

Para ilustrar a importância do morador local como um moderador e/ou facilitador no turismo cultural, torna-se relevante, mais uma vez, buscar subsídios no trabalho de Meneses (2004), que direciona as suas pesquisas à temática dos elementos materiais da cultura e do patrimônio. São abordagens realizadas com maestria em sua obra, em especial no capítulo intitulado: “*Memória ou relíquia?* interpretação histórica, poder público e sustentabilidade do turismo cultural”. O autor testemunha que esteve, em meados do mês de maio do ano de 2003, com um grupo de alunos do curso de História, da UFMG, na cidade de Diamantina/MG. E ao exercitar seus alunos à leitura das construções memorialísticas da cidade (analisando com particular atenção a casa da Chica da Silva), foram surpreendidos por um senhor que começou a retratar,

fantasticamente, as histórias das ruas e dos patrimônios ali existentes. O senhor registra ser a única pessoa:

[...] “capaz de contar a verdade sobre Chica”, pois guardava em sua casa documentos que esclareciam que ela era poderosa e mandava no Tejuco. Segundo ele, em uma descrição apaixonada e recheada de detalhes, Chica da Silva andava pelas ruelas do arraial do Tejuco vestida como uma rainha e acompanhada por seis escravos vestidos de branco, com luvas e sapatos brancos. Interrompidos por uma aluna que perguntou a ele como era fisicamente a ex-escrava, o “guardião da memória de Chica” foi peremptório: “Ora, minha filha, era igualzinha a Zezé Mota. Você não precisa ter dúvida. Você não viu o filme?” (MENESES, 2004, pp.85-86).

Neste momento, o grupo de alunos percebeu a abordagem do morador da cidade que, destacando, com empolgação e orgulho, a célebre Chica da Silva, isso os levou a ficarem mais entusiasmados com a explanação, instigados pelo guia inesperado.

Além deste fato destacado, torna-se relevante registrar outro episódio abordado por Meneses (2004). Para isso faz-se necessário construir em nosso imaginário a seguinte cena: imagine uma senhora de idade avançada que entra em uma igreja singela, dobra os seus joelhos bem devagarzinho num banco de madeira, colocando uma Bíblia ao seu lado e, segurando em suas mãos, de maneira bem forte, a cruz de um terço. De repente, ela começa a fechar os olhos. Uma imagem que leva a crer que ela está falando com o seu subconsciente. A senhora que reza todos os dias na Igreja do Carmo, em Diamantina/MG, e faz do significado daquele ambiente a motivação para deslocar-se, cotidianamente, de sua casa até aquele templo de devoção, enfrentando as ruelas de calçamento irregular para pedir graças a Deus. Mas, no horário rotineiro de sua oração, a igreja está, também, aberta para a visita turística. E eis que surge em cena:

Um guia que acompanha uma dezena de turistas franceses e explica a eles a construção da cultura e da arte barroca nas Minas Gerais. No seu discurso, a cultura que apresenta é fruto de um contexto histórico contra-reformista, onde os preceitos de Trento dão norte aos modos de viver e de representar a vida e o culto a Deus, nas Minas Gerais do século XVIII. O guia quer, através da talha dos altares e da pintura do forro, enaltecer as características do barroco mineiro como manifestação distinta e, no olhar para o altar explica e buscar evidenciar a qualidade do seu Francês, mas percebe a *beata*. Quando percebe, acha um incômodo a sua presença. *Que mulher mais fora de propósito*, pensa ele. Os turistas, de antemão, perceberam a senhora em oração, e para eles ela é, também, um atrativo para se ver, um problema para se pensar. Olham os altares e o forro que eles buscaram conhecer porque previram e planejaram sua viagem sabendo da distinção do barroco mineiro. Compreendem as características explicadas pelo guia turístico, mas, atentos a tudo, como a maior parte dos turistas, observam, também, e com a curiosidade o interesse desvelador da “velhinha” mineira. A senhora que reza se encolhe, olha assustada aqueles personagens saídos não se sabe de onde, falando línguas esquisitas e não se curvando respeitosamente em genuflexão diante do Santíssimo Sacramento que está exposto. Os vê como discípulos de Lúcifer. *Que pessoal mais fora de lugar*, pensa ela, interrompendo seu caminho até o céu, desviando-se de uma rota de contrição que ela preferia não interromper. Mas ela não é uma alienada e sabe, pelas discussões das quais participa na Irmandade do Carmo, que a Igreja é atrativo para turistas [...] (MENESES, 2004, pp.17-18, grifo do autor).

Nessas passagens da obra de Meneses (2004), fica evidente a necessidade dos moradores locais fazerem parte da dinâmica do turismo cultural enquanto moderadores da visitação dos atrativos que poderiam funcionar como canais de comunicação para representar a vida da comunidade local, aliás, devido às memórias que guardam das histórias que ali se passaram.

As igrejas não são restritas a questões religiosas, “[...] essas igrejas, como outros espaços, passam a ser objeto da curiosidade de “forasteiros” acompanhados, muitas vezes, de suas inseparáveis máquinas fotográficas, filmadoras [...]” (CRUZ, 2003, p.53), e poderiam ser mais bem usadas com a intervenção, no processo, de um guia do lugar; destacando o verdadeiro significado do patrimônio cultural para quem vive ali. Esses atores tem o domínio de uma história, conhecimento e informação que, definitivamente, não são encontrados em qualquer bibliografia e “*folder*” de agências turísticas.

Até mesmo porque “[...] para os residentes locais, o sentido de lugar não é incentivado somente pela circunscrição física no espaço do povoado, do ambiente. Ele é movido e estimulado pelo sentimento de singularidade e de identidade com o meio em que vive” (TUAN, 1983, p.185).

Mas é obvio que o julgamento e impressão dos “*outsiders*” e do guia não são, em sua essência, equivocados, pois a sua principal intenção é fazer que se conheça o elemento desejado “[...] e o visitante, frequentemente, é capaz de perceber muitos

méritos e defeitos em um meio ambiente, que não são mais visíveis para o residente” (TUAN, 1980, p.75). Sendo assim, é importante a interação de todos os atores na decodificação interpretativa dos elementos que se observa, se admira e se estuda num lugar, tentando totalizar, com todas as frações de conhecimentos, uma percepção mais ampla da cultura ali expressa.

Nas afirmações e reflexões dispostas neste segmento do trabalho, pode-se compreender que o turismo cultural não é vinculado apenas a interesses da arrecadação financeira. A atividade utiliza o homem, suas paisagens e as formas de se viver no lugar como um projeto para viabilizar as trocas de percepções dele mesmo (e sobre ele mesmo) realizando-se na experiência turística, nos diversos encontros e desencontros sociais.

O encanto de se fazer turismo está no trajeto, no percurso, na contínua descoberta. Está no simples ato do homem alegrar, ao perceber no Outro, um mundo de diversidade, e ao refletir sobre a natureza do lugar e sobre a expressão plural da criatividade humana. E esta ação já vale quando o homem consegue, por exemplo:

[...] ver, sentir e viver uma arquitetura centenária em Minas Gerais; um arruado colonial magnífico e uma seresta em Diamantina; uma festa religiosa tradicional no Serro; uma paisagem incomum em Milho Verde; a paz modorrenta de Itapanhoacanga; a hospitalidade de Córregos; o banho frio e rejuvenescedor em uma cachoeira de São Gonçalo do Rio das Pedras; o aroma e o gosto de um pastel de angu em Conceição do Mato Dentro; o cochilar em um banho de varanda em fazenda com vista para São Sebastião do Bom Sucesso; tomar uma pinga em uma venda antiga de beira de estrada ou ouvir os casos de tropeiros que ainda existem pelos caminhos do Vale ou do Mato Dentro, tudo isso e muito mais é reservado ao turista/aventureiro que dispõe abrir-se para a percepção de outros cotidianos, encontrando diferentes pessoas e diversas formas de viver (MENESES, 2004, p.105).

Dessa forma, o papel do turismo cultural, na contemporaneidade, seria transmitir experiências pessoais e coletivas nas viagens, servindo como canal de transmissão e receitação de diversas expressões sociais que são retratos das maneiras de ser, sentir e construir a pessoa humana; visto que constrói diferentes experiências: e é esta a sua maior contribuição (ANDRADE, 2004). No Capítulo (04), a seguir, objetiva-se construir uma caracterização sócio-histórica do município de Diamantina/MG, destacando a sua diversidade cultural e os elementos que a torna um potencial lugar turístico.

Capítulo 04

Diamantina das Minas:

De Arraial “dos Sertões” para
centro de referência Mundial

Vista da Catedral Metropolitana de Santo Antônio (Diamantina/MG).
Fonte: ALVES, R. C. (2013).

“Diamantina é o resultado da conjunção de muitas vidas em função da corrida por pedras preciosas. Corrida essa que nos deixou as mais belas paisagens das Minas. Paisagens que mesclam cores, formas, vidas e lembranças” (FJP, 2001, p.06).

Descrever Diamantina/MG geohistoricamente em apenas um capítulo é uma tarefa árdua, devido à relevância dos acontecimentos que marcam a sua história. Mas, neste segmento do trabalho, propus-me a fazê-lo, resgatando aspectos essenciais da saga da cidade, importantes constituições dos seus patrimônios históricos, arquitetônicos e urbanísticos, reconhecidos mundialmente.

Para que isso fosse possível, foi relevante descrever a formação do município, inclusive colocando em evidência o garimpo como atividade marcante em sua constituição e trazendo à tona a presença dos colonizadores portugueses para a sua formação, através da corrida do Ouro, que originou, aliás, uma sociedade peculiar construída pela dinâmica social vinculada às descobertas de pedras preciosas e sua extração, numa história lapidada entre as belezas das serras e os segredos dos vales das Minas.

Destacarei alguns costumes da sociedade local, a diversidade dos povos que ali se instalaram e constituíram a sua vida, bem como a importância das irmandades para a consolidação e zoneamento do antigo Tijuco (atual Diamantina). Conseguindo, desta forma, perceber as peculiaridades das paisagens que ali foram forjadas historicamente, principalmente as que se formataram em seu núcleo central.

Vale ressaltar que as ruas, casarios, praças, igrejas e mercados servem como símbolos e marcos memoriais de um povo e representam uma etapa da história da nação brasileira, constituindo uma das motivações para a atração de inúmeros turistas à cidade; atividade econômica esta que aqui também foi destacada.

Não se teve como objetivo aqui se fazer um levantamento sistematizado sobre a formação do município em termos estritamente cronológicos. O que se pretendeu foi destacar a constituição de Diamantina e as peculiaridades que a transformaram num lugar tão importante no cenário cultural nacional.

Para tanto, foram utilizadas referências bibliográficas que colocaram em pauta os relatos e experiências de viajantes que passaram pelo Tijuco, descrevendo suas paisagens e os modos de vida de sua população. Foram utilizadas também fontes que evidenciaram o seu processo de formação mediado pela atividade da extração dos diamantes, além de abordagens que destacam a importância de Diamantina como exemplo da patrimonização cultural constituída pela imponência de suas paisagens, projetada e universalizada pela atividade do turismo cultural.

Como base referencial para tal abordagem, utilizamos pesquisas da Fundação João Pinheiro, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Agência Minas,

além de documentos do Plano Diretor do município, guias de consultas dos seus patrimônios acessados na biblioteca da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como teses e dissertações desenvolvidas sobre a cidade. Procedeu-se ainda ao resgate de recursos iconográficos pesquisados em arquivos das instituições citadas e nos acervos pessoais de moradores, para se desenvolver, assim, uma discussão mais rica sobre o recorte territorial da investigação.

Tais fontes foram essenciais para a construção deste capítulo, ajudando-me a perceber que este município é mais que um patrimônio cultural do país. Diamantina representa o homem no lugar em um espaço que foi, e é vivido. Vivido pelo morador e se formatando em um espaço de experiência para os turistas. Lugar que possibilita construirmos, no nosso imaginário, um universo de significados da vida representada pela, e através, das paisagens.

Discutiremos, a seguir, a formação territorial de Diamantina, ressaltando a imponência de suas paisagens e a visibilidade que conquistou através dos patrimônios ali cravados e legitimados pela história do seu povo.

4.1 Diamantina/MG: um olhar sobre a formação do Distrito Diamantino.

Diamantina/MG é fabulosa por conter em seu cenário urbanístico um mundo de paisagens que nos remete ao início do século XVII e final do século XVIII. Alguns autores, tais como Costa (2009) e Gonçalves (2010); e instituições, como a Fundação João Pinheiro (2004), destacam a dificuldade em se retratar a sua formação, dadas as diversas interpretações de dados/fontes historiográficas sobre tal paisagem/território. Mas, tento descrever a formação da cidade, destacando a sua importância para a história brasileira.

No final do século XVII,⁶⁰ com a redução na exportação do açúcar⁶¹ brasileiro (produzido pelos portugueses nos engenhos do nordeste), e devido à concorrência da

⁶⁰ Lembrando que neste momento histórico o Brasil era colônia de Portugal, e ali se instalou, entre os séculos XVI e XVII, o sistema das Capitânicas Hereditárias quando a Coroa decide melhor organizar e dividir o território, explorando-o sob a forma de faixas de terras doadas aos donatários, principalmente para a produção do açúcar de cana. Tendo, contudo, ocorrido o declínio das atividades nas Capitânicas, a Coroa instalou o Governo-Geral que tinha como objetivo centralizar a administração, além de instalar as Câmaras Municipais que eram órgãos políticos compostos por proprietários de terras ricos que definiriam os rumos políticos das vilas e cidades que iam florescendo com a atividade do açúcar e, posteriormente, com a busca de ouro no Sertão (FJP, 2004).

⁶¹ Em 1759 a Coroa Portuguesa instala as capitânicas gerais e a base da economia colonial era o engenho de açúcar, que utilizava a mão de obra africana escrava e tinha como objetivo a venda do produto açúcar

produção do açúcar produzido, principalmente pelos holandeses com seus engenhos açucareiros nas ilhas da América Central, é que os colonos portugueses foram pressionados a buscarem novos meios de obterem riquezas em sua colônia, de modo que pudessem reverter em lucro à Coroa.

O fato de os holandeses conseguirem vender o açúcar com preços mais reduzidos e ofertarem um produto de melhor qualidade que aquele produzido pelos portugueses, levou o mercado consumidor europeu a dar-lhes preferência. Desta forma, a Coroa Portuguesa teve que reorientar a atuação da atividade econômica da colônia, dissociando-a da atividade exclusivamente açucareira, que era realizada no litoral brasileiro, e projetando a busca de riquezas no interior do território, com os colonos no sertão em busca de pedras e metais preciosos (FJP, 2004). Como destaca o IPHAN (2009, p.18):

Nos empreendimentos dos portugueses no novo mundo estavam presentes sonhos de grandes riquezas e tesouros fabulosos que constituíam projeções do imaginário medieval e motivaram a criação de mitos, como o do eldorado, com suas montanhas de ouro que trariam grande riqueza aos que as descobrissem. A conquista do interior do território foi lenta e controlada pela coroa portuguesa, inicialmente mais preocupada com a exploração e povoação da costa através, principalmente, da atividade açucareira. Somente na segunda metade do Século XVII, os empreendimentos em busca de metais e pedras preciosas se intensificaram e foram percebidos como necessários. [...]

Vale ressaltar que desde o final do século XVI, na capitania de São Vicente, o Brasil já tinha conhecido uma exploração mineral do chamado Ouro de lavagem, que em razão da baixa rentabilidade foi abandonada. E foi posteriormente, no século XVII, que a redescoberta do metal (e das pedras preciosas) na colônia provocou uma verdadeira “Corrida do *Ouro*”⁶².

para o mercado europeu (além do tabaco e algodão). Sendo o açúcar o principal produto “exportado” até o século XVII, principalmente nas regiões da Bahia, Pernambuco, parte do Rio de Janeiro e São Vicente (atual São Paulo). Neste período, a sociedade colonial já tinha características bem estabelecidas, com senhores de engenho no topo da pirâmide social, seguidos por uma classe média formada por funcionários públicos, feitores, militares, comerciantes e artesãos. Na base da sociedade estavam os escravos, de origem africana, considerados como mercadorias. Caracterizado por uma sociedade patriarcal, pois o senhor de engenho exercia um expressivo poder social, e as mulheres tinham, então, pouco poder e quase nenhuma participação política direta (FJP, 2004).

⁶² Vale destacar que havia duas formas de extração aurífera: (i) a lavra e (ii) a faiscação. Sendo as lavras empresas que dispunham de ferramentas especializadas, executando a extração aurífera em grandes jazidas, utilizando mão de obra de escravos africanos. Já a faiscação era a pequena extração representada pelo trabalho do garimpeiro, caracterizado como homem livre e de poucos recursos, realizando-se o garimpo principalmente em regiões ribeirinhas (FJP, 2004). O ouro era encontrado principalmente de três formas: (i) no leito dos rios (aluvião); (ii) nas margens, conhecidas como tabuleiros, e (iii) nas encostas dos rios, chamadas de guapiaras (IPHAN, 2012).

Forasteiros passaram a migrar para as regiões auríferas, buscando obter rápido enriquecimento, embora muitos não tenham obtido sucesso na empreitada, dado que a exploração das minas dependia de elevados investimentos em mão de obra, em obtenção de equipamentos e compra de terrenos. Somente os grandes proprietários rurais e comerciantes tinham recursos suficientes para tais investimentos (COSTA, 2009).

A atuação paulista no desbravamento do Sertão foi importante, pois a Coroa Portuguesa determinou a seus funcionários, e demais habitantes, que se lançassem ao interior em busca de tão preciosas pedras; o que tais atores executaram, abrindo caminho, cortando matas, invadindo quilombos e aprisionando indígenas, e, se preciso fosse, atacando, até mesmo, assentamentos de holandeses e espanhóis. Avanço para o interior que foi importante para a confirmação da presença abundante do ouro ali; tendo se encontrado as primeiras minas nas regiões que hoje são conhecidas como o Estado de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (FJP, 2001).

Com a descoberta e confirmação de considerável quantidade de pedras preciosas no interior, a capital da colônia, que até então era Salvador, mudou-se para São Gonçalo do Rio de Janeiro; com o objetivo de se monitorar mais proximamente as regiões exploradas, podendo-se controlar a atividade que viria a ser a mais lucrativa dos domínios portugueses na América, no período colonial (COSTA, 2009; GONÇALVES, 2010).

Então o interior passou a ser o novo centro de atenção da colônia. E desta forma os colonizadores constituíram uma nova vida social no território, invadindo o sertão e fundando arraiais, vilas e, posteriormente, cidades, formatadas principalmente com a entrada de inúmeros migrantes, especialmente europeus.

Nas Minas Gerais, os minerais procurados pelo colonizador só deram sinais ao final dos Seiscentos. E a partir daí houve uma desenfreada corrida para a ocupação dessas áreas trazendo mudanças na vida *social*⁶³, política e econômica da colônia. Basta refletirmos sobre o expressivo contingente populacional vindo de diversas partes da colônia, derivado da migração portuguesa para a região centro-leste, (e resultante do deslocamento de pessoas oriundas do litoral), processo acompanhado da intensificação

⁶³ Geradora de novas necessidades, a mineração condicionou maior desenvolvimento do comércio na colônia, associado ao fenômeno da urbanização (este derivado do desenvolvimento do mercado interno que se organizava para abastecer a região do ouro). A vida urbana, e o próprio caráter da exploração aurífera, geraram uma sociedade mais aberta e heterogênea, convivendo, aí, o trabalho livre e o escravo. E, como consequência, a concentração de renda foi menor se comparada com o ciclo da cana de açúcar (COSTA, 2009; GONÇALVES, 2010).

do tráfico negreiro e do remanejamento do contingente interno de *escravos*⁶⁴ (IPHAN, 2009).

Para Costa (2009), muitas cidades mineiras retratam, de forma clara, a síntese do roteiro percorrido para a descoberta dos metais preciosos no Brasil, roteiros que são marcados pelo desbravamento da região por muitos portugueses e paulistas. O autor destaca, ainda, que essas cidades foram produto do avanço paulista pelos vales dos rios Paraopeba, das Velhas, das Mortes e Doce.

Costa (2009) e Gonçalves (2010) afirmam que as Minas encontradas nas Gerais foram tão prósperas que tiveram que se dividir, até 1720, em três grandes comarcas para a Colônia de Portugal, sendo a primeira denominada de Rio das Velhas (tendo a sua sede em Sabará); a segunda chamada Rio das Mortes (com sede em São João Del Rei) e a terceira em Vila Rica (com sede em Ouro Preto). Em 1721, a Comarca do Rio das Velhas é repartida em duas: Comarca de Sabará e Comarca do Serro Frio.

Esta última comarca foi importante, pois nela que se estabeleceu o território dos diamantes, recebendo levas de migrantes, o que levou à instalação da *guardamoria*⁶⁵. Instalação que foi realizada à custa de sangue dos “[...] povos indígenas puri que se encontravam naquela região e, segundo lenda regional, esses acreditavam que os diamantes haviam surgido das cinzas de muitas árvores sagradas da região” (IPHAN, 2009, p.23).

Depois do extermínio dos indígenas, mesmo com a formação de serras que dificultavam a penetração dos homens à procura de ouro e diamantes, Jerônimo Gouveia (líder de uma bandeira paulista) estabeleceu-se, com sua tropa, nas encostas da serra da Lapa, e aí ergueu uma capelinha em devoção a Santo Antônio (IPHAN, 2009).

⁶⁴ Para o IPHAN (2009) o cotidiano de trabalho dos escravos no ciclo do ouro foi lastimável, pois apesar de alguns terem conseguido a liberdade, a grande maioria passou a viver em condições bem piores do que no período da atividade açucareira. Eram submetidos a escavações em Minas onde a respiração era dificultada, em ambiente escuro e com a alimentação precária. Além de desenvolverem atividades da busca do ouro nas beiras dos rios, debaixo do sol escaldante. Essas condições desumanas resultaram na organização de novos quilombos, como no vale do rio das Mortes, em Minas Gerais, e o de Carlota, no Mato Grosso.

⁶⁵ Entende-se por “*guardamoria*”: autoridade colonial administrativa nomeada pelo rei. Sua função era fiscalizar, repartir e distribuir datas. E por datas se designavam as porções das jazidas de ouro que representavam a unidade de produção que se pretendia trabalhar (IPHAN, 2012).

E no meio do vasto império do Brasil está encravada a comarca do Serro Frio; que faz parte da grande cadeia ocidental e compreende uma área, quase circular, de cerca de 12 léguas de circunferência. Rochedos sobranceiros, altas montanhas, terrenos arenosos e estéreis, irrigados por um grande número de riachos, sítios os mais bucólicos, uma vegetação tão curiosa quão variada. E é nesses lugares que a natureza se contenta em esconder a preciosa pedra que constitui para Portugal a fonte de tantas riquezas [...] (SAINT-HILAIRE, 1974, p.13).

A este local, onde se instala a capela, deu-se o nome de Tijuco; lugar que os surpreendeu pela tamanha riqueza em diamantes, abundância nunca vista em toda a colônia, chamando atenção da coroa portuguesa e de outros reinos europeus desde as primeiras notícias, divulgadas na terceira década do século XVII, sobre as jazidas (IPHAN, 2009).

O ouro do Serro Frio, descoberto nos fins do século XVII, levou um grupo de aventureiros a procurar tal pedra, tranquilizado pela visão guiadora do pico de Itambé, afoitou-se a explorar regiões mais apartadas, à cata de local onde a mineração fosse abundante e fácil. Deparou-lhes o destino o sítio a que aspiravam, na confluência de dois córregos riquíssimos, posteriormente chamados Rio Grande e Piruruca. Como de costume, confiaram ao acaso a escolha do melhor curso d'água. Largada aos ventos, a bandeira voltou-se para a esquerda e os sertanistas subiram o Piruruca. Andando um quarto de légua, chegaram quase às cabeceiras e acamparam. Com o fim de verificar se o terreno era aurífero, do leito do córrego apanharam o saibro grosso e claro, a que os mineiros chamavam piruruca. E, como o resultado das lavagens foi muito animador, trataram de estabelecer-se. Também as margens eram ricas, de sorte que, correndo a notícia, afluíram novos aventureiros. Em um cômodo que dominava a povoação nascente, levantou-se o pelourinho. Com pouco, seguindo mais ou menos o mesmo roteiro, nova bandeira chegou. Coube-lhe o outro córrego, a que pôs o nome enfático de Rio Grande. Seguindo por ele acima, fraldejando o morro, deteve-se em vasto tremedal, por sobre o qual serpejava outro córrego, que, nascendo no flanco oriental do morro, ia perder-se no Rio Grande. Deram-lhe o nome de Tijuco, vocábulo indígena que quer dizer lama (...). Explorado o terreno, encontraram ouro em abundância assombrosa, como nunca aparecera em toda a história [...] (MACHADO FILHO, 1957, p.09).

Daí em diante, um volume considerável de diamantes foi encaminhado para a Bahia, e dali embarcado para Portugal. E em vista da descoberta do diamante foi-se formando, portanto, o pequeno arraial do Tijuco, que foi ganhando projeção e seu padroeiro, Santo Antônio, ganhou uma *capela*⁶⁶ mais ampla. Em pouco tempo, as

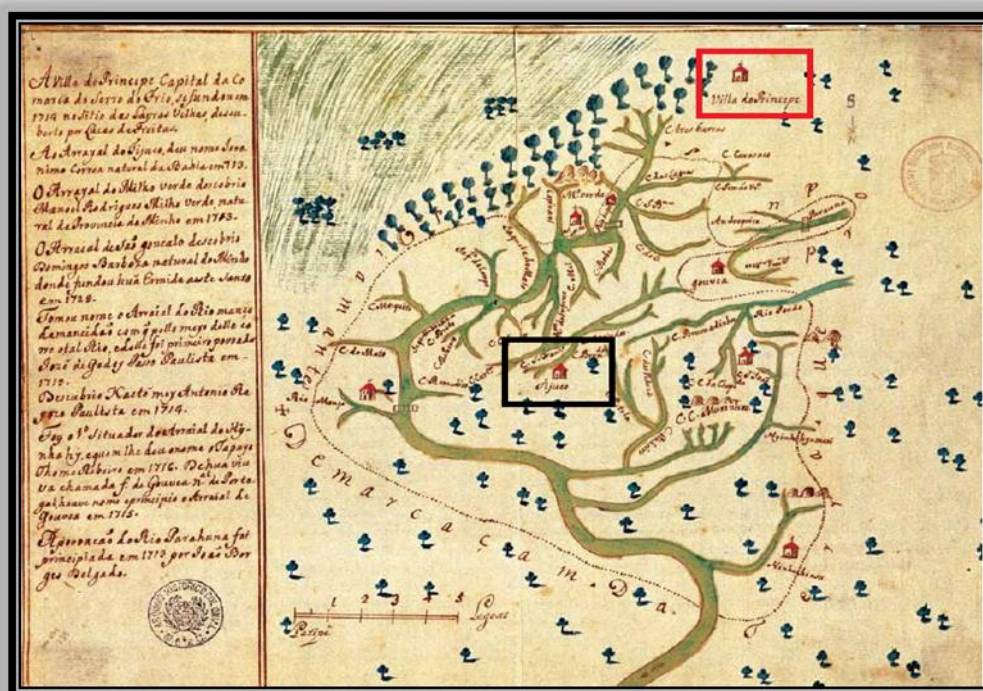
⁶⁶ Boschi (1986) destaca que influenciada pela presença dos portugueses a religiosidade católica foi sentida no Ciclo do Ouro. Principalmente com a formação de Irmandades, pois cada arraial ia, com o passar do tempo, construindo uma capela destinada ao santo de devoção. Inicialmente eram construções tímidas e precárias no centro do arraial, a qual com o tempo iam atraindo povoamento ao seu redor, obedecendo à rota de exploração do ouro. Desse modo, observa-se a influência das Igrejas na constituição urbana das vilas, na formação de suas ruas, praças, caminhos da urbanização. Vale ressaltar, ainda, que cada igreja era gerida por uma irmandade que atuava como catalisadora dos interesses do seu grupo, e era responsável, também, pelas contratações dos religiosos destinados aos ofícios sacros.

proximidades da igreja estavam cobertas de casas, dando origem às íngremes e tortuosas ruas do arraial (FJP, 2004).

Em 22 de Julho de 1729, o governador Dom Lourenço de Almeida (1680-1750) comunicou à Coroa Portuguesa a descoberta de muitas pedras brancas que acreditavam ser diamantes. Em 1730, a Coroa decide cobrar o *quinto*⁶⁷; sistema de captação sobre mineradores e escravos que viessem a trabalhar naquela região (COSTA, 2011).

De tamanha importância para a Coroa, nesta Comarca foi instalado o primeiro regimento diamantino, que declarava o produto como propriedade real, promulgado pelo governo em 1730. Promulgação esta derivada pelo crescimento vultoso do arraial e dos roubos dos diamantes que estava ocorrendo, o que levou a Coroa Portuguesa a implantar, em 1731, a Demarcação Diamantina (FIGURA 03), procurando ter mais vigilância sobre o produto ali extraído (FJP, 2001).

FIGURA 03: Planta da demarcação Diamantina, século XVIII.



Fonte: IPHAN, 2012.

A Figura 03 ilustra a Demarcação Diamantina, que era um regime especial de administração da Coroa, que incluía o Arraial do Tijuco (destacado no polígono em cor

⁶⁷ O Quinto era o imposto cobrado pela Coroa portuguesa sobre as pedras preciosas encontradas em suas colônias. Corresponhia à cobrança de 20% do metal extraído e era registrado em certificados de recolhimento pelas casas de fundição (IPHAN, 2012).

preta) como local central de atenção pela grande quantidade de diamantes, tendo por sede a Vila do Príncipe na Comarca do Serro Frio (em destaque de vermelho) (COSTA, 2009).

Na sequência, em 1733, foi criado o Distrito Diamantino, única área demarcada em que se podiam explorar legalmente as jazidas, mediante o pagamento do quinto. Em 1734, o arraial do Tijuco foi elevado a Centro Político-Administrativo do Distrito Diamantino, sem que a Coroa abrisse abrir mão do rígido controle sobre o comércio dos diamantes. Por esta demarcação definiu-se uma área de aproximadamente 75 léguas quadradas em torno do arraial, “[...] posteriormente aumentada para influir os povoados próximos ao Tijuco, como Gouveia, Milho Verde, Chapada, Rio Manso, Rio Preto, Inhaí e Mendanha” (IPHAN, 2009, p.26).

Em 1739, a livre extração cedeu lugar ao sistema de contrato, que deu origem aos ricos contratadores, como João Fernandes de Oliveira (1720-1779), assumindo a administração das lavras. E devido ao intenso contrabando e “[...] sonegação, como também ao elevado valor do produto, a metrópole decretou a Extração Real em 1771, representando o monopólio estatal sobre o diamante, que vigorou até 1832” (FJP, 2004, pp.31-32).

Por sua importância econômica, o Arraial do Tijuco se estabeleceu “[...] numa administração particular, fechada aos estrangeiros e tendo um controle de atividade nacional rígida pela Coroa” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.13), com constituição de uma sociedade não muito diferente das encontradas por outras vilas e cidades que se formaram pela extração do ouro e das pedras preciosas.

O Arraial era composto por uma pequena classe dominante branca, em sua maioria “[...] portugueses, - a ocupar os principais cargos administrativos, monopolizando as patentes militares e honrarias -, e uma grande camada de escravos, seguida de homens e mulheres livres e pobres, geralmente pardos” (GONÇALVES, 2010, p.40).

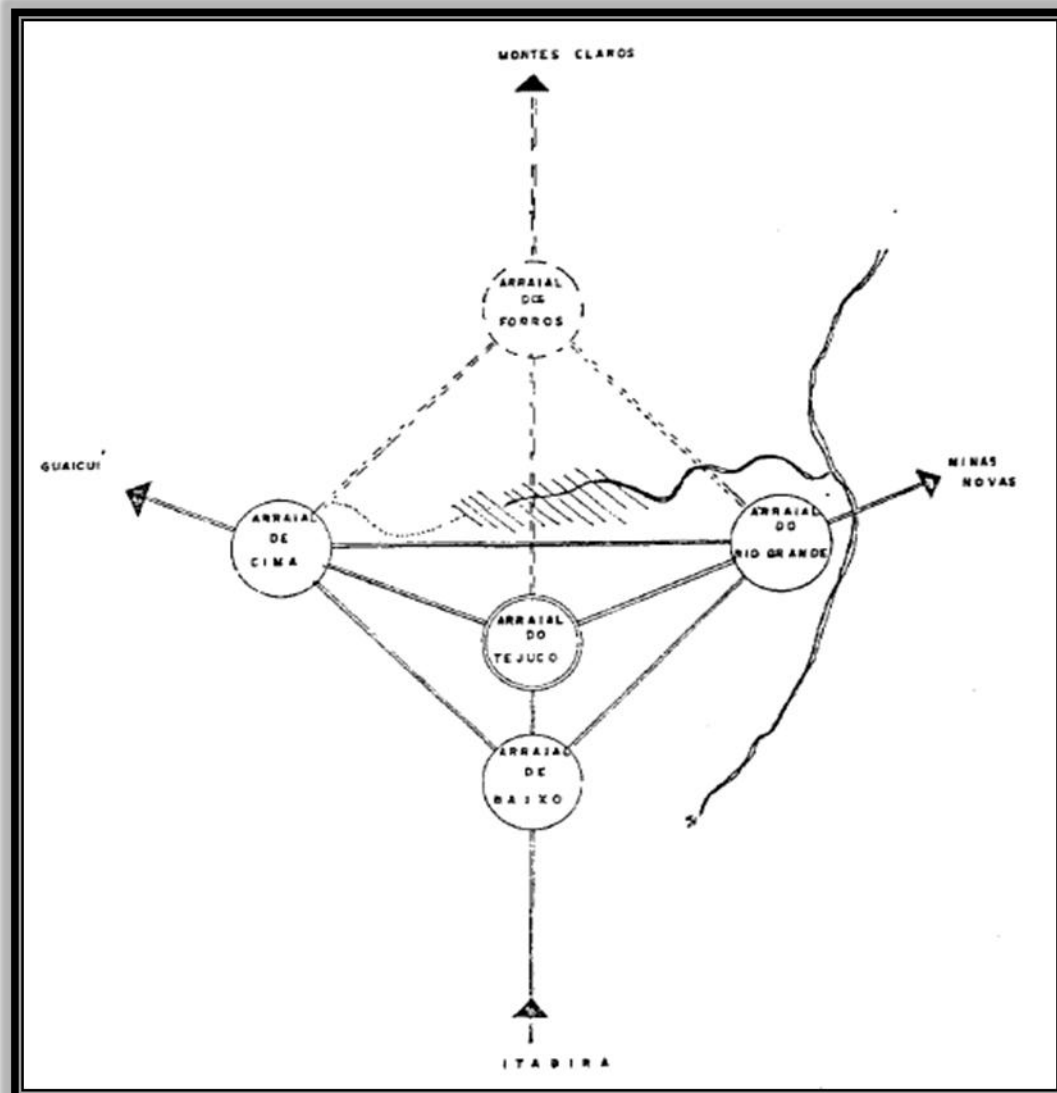
Nas regiões auríferas, tal como no Tijuco, muitos arraiais se destacaram e cresceram economicamente. A vida nas Comarcas e Arraiais dinamizou-se, fazendo surgir novas profissões com incremento das atividades comerciais. Costa (2009) destaca que neste período, com o crescimento populacional na área das Minas e com os investimentos da Corte e dos grandes proprietários de terras, muitos teatros, escolas,

igrejas e órgãos públicos foram criados. Além de ter aumentado o fluxo de tropeiros para a região para vender suas mercadorias, como aconteceu em Vila Rica.

Sobre a formação e traçado da mancha urbana no ciclo do Ouro, muitas vilas e cidades mineiras originaram-se da junção de aglomerados de arraiais, contíguos ou não. Costa (2009) e Gonçalves (2010) destacam o traçado urbano do antigo Arraial do Tijuco como resultado de uma configuração originada a partir da polarização dos primeiros povoados que se estabeleceram na região, somando uma unidade de conjunto urbano.

Para os supracitados autores, o arraial do Tijuco foi resultado da compactação de quatro arraiais (FIGURA 04) que completam a sua trama urbana, ditada pela localização, em cada um de seus vértices, dos principais arraiais das quais se originou.

FIGURA 04: A formação urbana do Tijuco em sua área quadrangular.



Fonte: FJP, 2004.

A Figura 04 permite visualizar o arraial que estava localizado no vale do Tijuco, na saída para Minas Novas, conhecido como arraial do Rio Grande; depois, o Arraial de Baixo, na saída para Itabira; além do Arraial de Cima, vereda para o sertão baiano alcançando o Rio São Francisco em Guaicuí; por último, o arraial dos Forros, ou do Macau, tendo a saída localizada ao norte, em direção ao município de Montes Claros/MG.

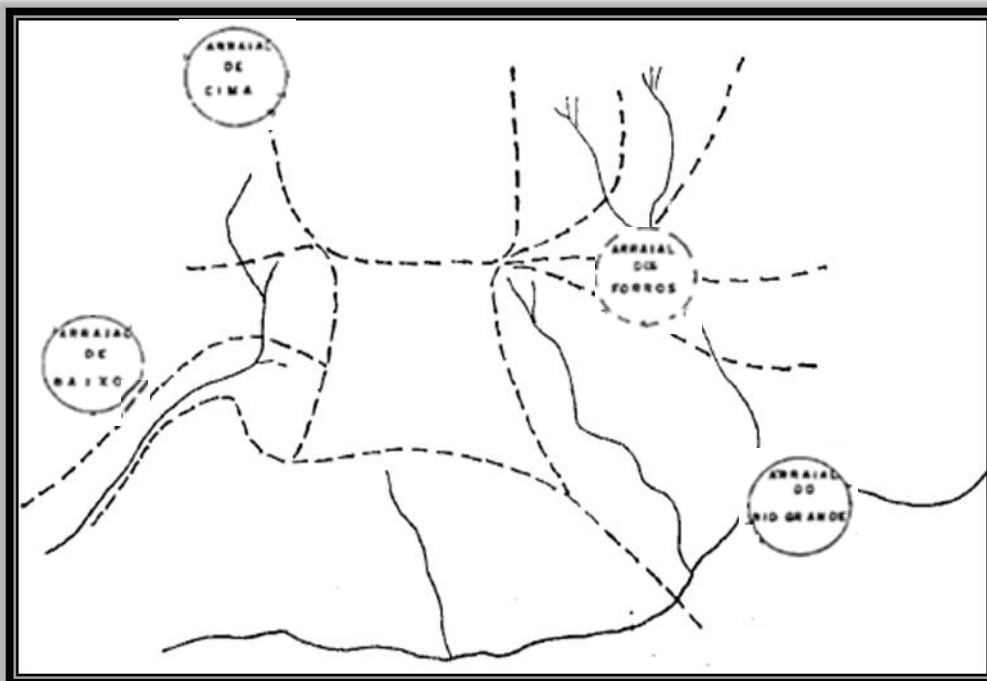
Segundo Sylvio de Vasconcellos (1975), a futura Diamantina teria se originado da polarização destes pequenos núcleos isolados, e a confluência dos caminhos de ligação entre eles teria delimitado uma área quadrangular, com centro de gravidade no arraial do Tijuco, acabando por determinar a denominação de todo o núcleo diamantino quando os povoados, finalmente, interligaram-se.

O desenvolvimento do arraial teria se dado em três etapas, sendo a primeira situada entre 1700 e 1720 “[...] relativa ao povoamento esparso, em vários arraiais, de limitação indeterminada; a segunda de formação polarizada, de 1720 a 1750, quando se organizou em reticulado sua parte urbana propriamente dita; a terceira, de 1750 em diante” (VASCONCELLOS, 1975, p.112), quando se consolidou e se realizou a expansão do núcleo urbano.

A primeira fase teria se caracterizado pelo povoamento esparso do território e restrito a cada um dos arraiais já mencionados, sem organização urbana no que se refere aos arruamentos ou construções. A definição dos caminhos de ligação entre os quatro arraiais, o surgimento de ruas e becos, e a polarização do povoamento em uma área central - no caso no Arraial do Tijuco - marcariam a segunda fase. E a terceira coincidiu com o apogeu da extração do diamante (GONÇALVES, 2010).

A segunda fase é mostrada na Figura 05 que destaca o encontro dos arraiais que vai-se processando, timidamente, em função da dependência de produtos e serviços que eram disponibilizados no Tijuco, ocorrendo, ao final do processo, a confluência dos arraiais.

FIGURA 05: Ligação dos arraiais e a formação urbana do Tijuco.



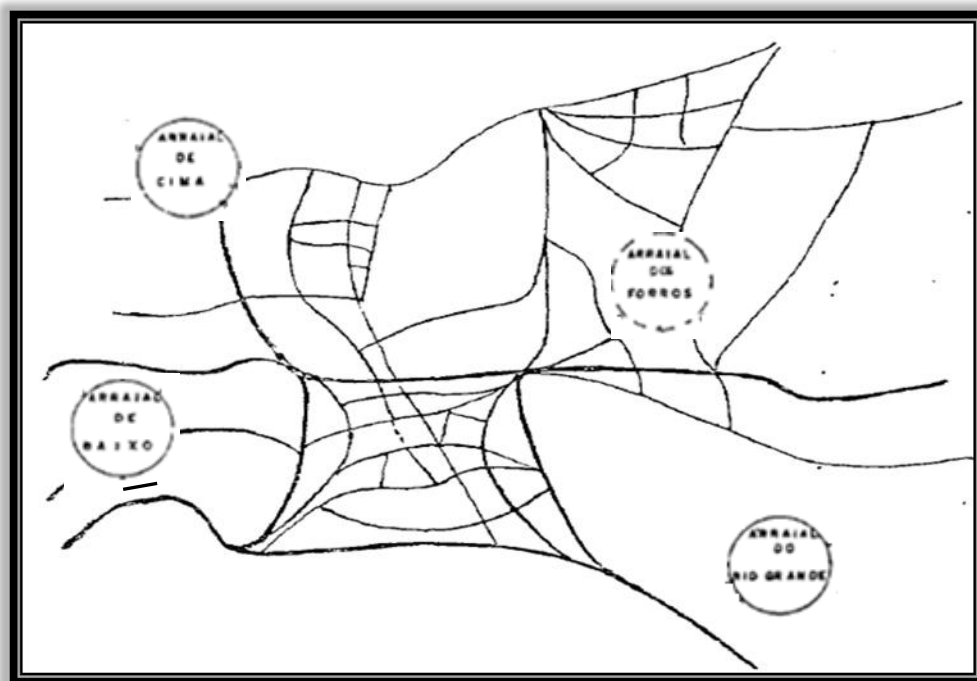
Fonte: FJP, 2004.

Adaptação: ALVES, R. C. (2013).

No arraial do Tijuco, a atividade da mineração era realizada na periferia do tímido núcleo urbano que ia se organizando (não conseguindo expandir para outras áreas, somado a isto, as barreiras naturais - como o curso de rios e o relevo acidentado do entorno), bem como os propósitos da Coroa portuguesa teriam contribuído para inibir a expansão do arraial, estimulando o seu adensamento dentro de contornos contidos (GONÇALVES, 2010).

Com o passar do tempo, os arraiais foram se ligando mais intensamente entre os arraiais periféricos, dois a dois, por intermédio do tangente ao núcleo central, fortalecendo o processo de formação de um núcleo central (FJP, 2004). Conforme apresenta a Figura 06.

FIGURA 06: Formatação da área urbana do Tijuco através dos encontros dos Arraiais.



Fonte: FJP, 2004.

Adaptação: ALVES, R. C. (2013).

Tanto para Gonçalves (2010), como para a Fundação João Pinheiro (2004), com o tempo, o adensamento urbano foi-se tornando mais intenso em torno do arraial do Tijuco. Já a região do arraial do Rio Grande se conformaria com a área de ocupação mais rarefeita. E as construções civis e instalações de comércio, aliadas à construção de ruas e becos, formavam um núcleo com certo dinamismo no Arraial do Tijuco.

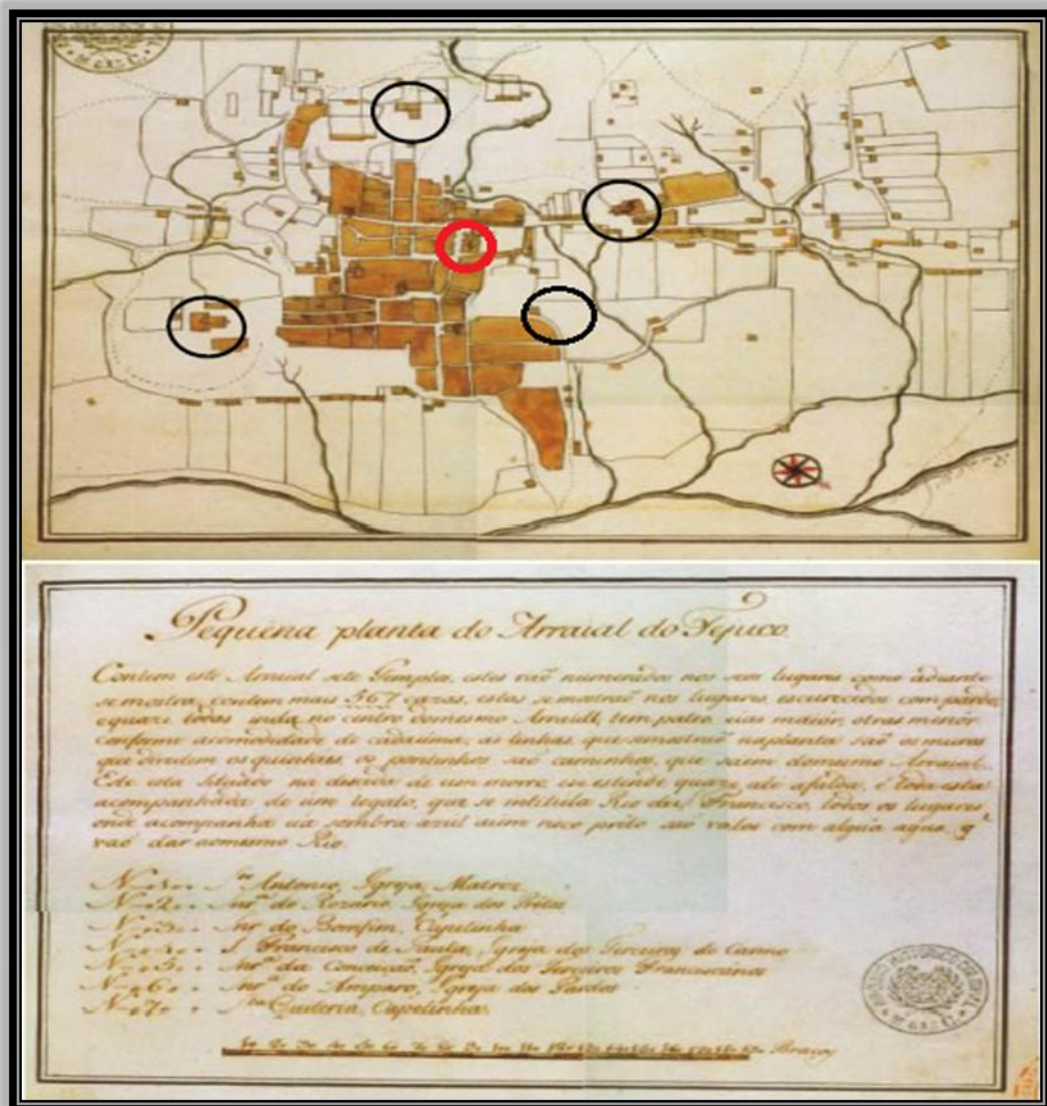
Nesse processo de configuração urbana, vale destacar que já haviam sido erguidos sete templos (07) e quinhentas e sessenta e sete casas (567), quase todas situadas na área central. Logo no arraial do Macau, “[...] a ocupação era rarefeita, com pequenas sequências de casas nas proximidades da Igreja de São Francisco, a nordeste, encontrava-se densamente ocupada, enquanto toda a parte a noroeste, atrás da igreja do amparo, estava vazia” (IPHAN, 2009, p.35).

Costa (2009) destaca que a configuração mais ordenada correspondia ao centro, delimitado por ruas já construídas pelo produto do encontro dos arraiais, como as ruas do Rosário, do Contrato e Direita, onde a topografia permitiu o desenvolvimento de caminhos ao longo das curvas de nível da encosta, entrecortados por ruas paralelas e ligando o arraial de Baixo ao Tijuco, formando as rotas que, mais tarde, configurariam

as ruas do Carmo, da Quitanda e do Bonfim, conectando as duas igrejas mais antigas: a de Santo Antônio e a de Nossa Senhora do Rosário.

Aliás, Boschi (1986), Costa (2009) e Gonçalves (2010) ressaltam que nestes aglomerados de arraiais, as igrejas tornaram-se pontos centrais de unificação e formação da atual Diamantina (FIGURA 07).

FIGURA 07: Planta do Arraial do Tijuco no século XVIII.



Fonte: COSTA, 2009.

Adaptação: ALVES, R. C. (2013).

A Figura 07 destaca, com círculos de cor preta seguindo da direita para a esquerda, as igrejas das Mercês, de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, de São Francisco e do Amparo que serviram de elo para o adensamento do núcleo. O Tijuco,

então, apresentava-se no centro do território adensado, tendo a igreja de Santo Antônio (destacada com o círculo vermelho) como seu ponto central.

O caso do Tijuco apresenta uma malha que resulta da ligação entre os primitivos arraiais, através de radiais e perimetrais, que se dividiam em paralelas e perpendiculares, constituindo o arruamento do núcleo central, aos moldes, também, de Cachoeira. Tudo isso respeitou os caminhos de penetração a que os arraiais se subordinavam. Tijuco apresenta uma planta mais regular, quase um tabuleiro, se comparada a Ouro Preto, Sabará e mesmo São João del-Rei, além de apontar para as quatro igrejas que balizam o adensamento do núcleo e são pontos de referência para a saída e a chegada ao arraial. As pequenas igrejas se destacam na malha urbana, sendo um elemento de importância [...] (FJP, 2004, p.09).

Na formação de um núcleo urbano com o encontro dos arraiais, além do traçado das vias não seguir uma trama reticulada - na medida em que seguia a topografia irregular do Arraial do Tijuco -, seu alinhamento também não era constante, pois os becos, e mesmo os percursos principais, configuravam espaços sinuosos, ora alargando-se ora estreitando-se (GONÇALVES, 2010). Tendo a presença, ainda, de largos e praças públicas que, de tão pequenas e irregulares, muitas vezes recebiam o nome de encruzilhadas (SAINT-HILAIRE, 1974).

Com o encontro dos arraiais, o contingente populacional se tornava cada vez mais expressivo, observando-se que no “[...] no final do século XVIII e início do século XIX, a população local tinha um total de 12.457 habitantes, entre 8.941 pessoas consideradas cativas - 4.448 africanos, 2.847 crioulos e 1.646 pardos - e apenas 3.516 eram livres” (IPHAN, 2009, p.63). Embora mantivesse a base escravista, a sociedade mineradora impulsionou a formação de um cenário urbano menos aristocrático - sendo a aristocracia representada pelos grandes proprietários de escravos e burocratas; além de garimpeiros, tropeiros, quitandeiras, roceiros e oficias (FJP, 2004).

Mas, a grande diferença da era do ouro foi o surgimento de um grupo intermediário formado por pequenos comerciantes, intelectuais, artesãos e artistas que viviam nos arraiais, vilas e nas cidades. E este último grupo era formado por homens livres pobres (brancos, mestiços e negros libertos), sendo faiscadores (extração representada pela iniciativa do próprio garimpeiro), aventureiros e biscateiros (IPHAN, 2012).

Com o crescimento do espaço do Tijuco, através dos encontros de pessoas dos diversos Arraiais e dos comerciantes que iam se estabelecendo ali, um expressivo acervo cultural foi-se formando, especialmente nas áreas da música, pintura, arquitetura,

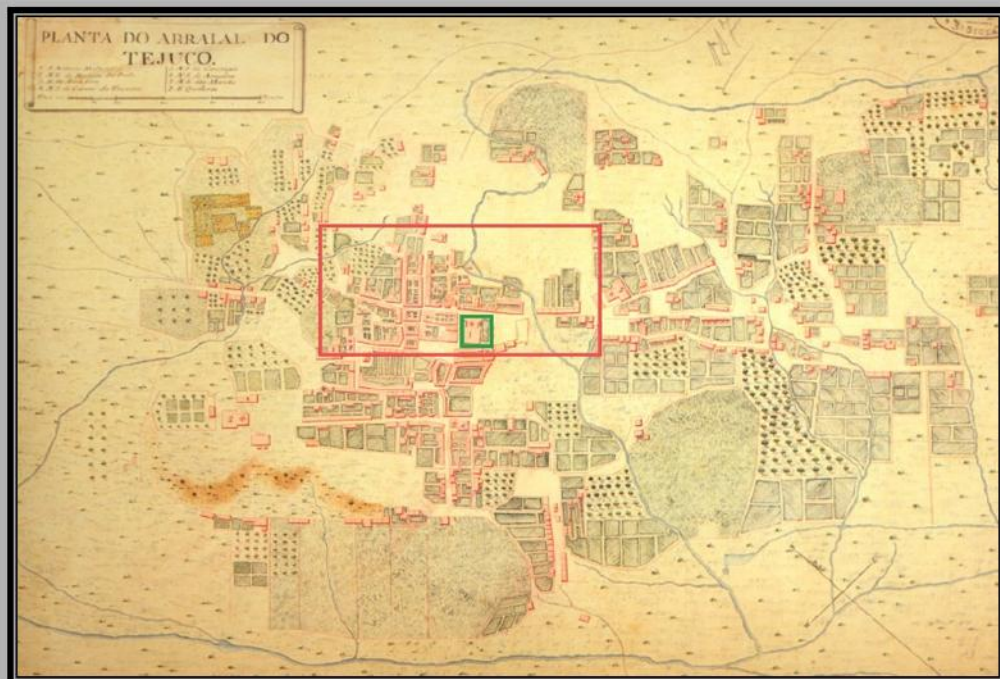
com a especificidade da arte barroca e rococó. Práticas artísticas que constituem legado inestimável construído ao longo dos últimos séculos, influenciado pela presença dos reinóis, portugueses, mazombos (filhos de portugueses nascidos no Brasil), brancos, negros africanos e brasileiros (FJP, 2004).

[...] na área diamantina, como em todo o território das minas, a atividade mineradora resultou em ocupação e organização social predominantemente urbanas reunindo, em curto espaço de tempo, expressivo contingente de brasileiros, reinóis e africanos. Na fase inicial, a sociedade se dividiu em brancos colonizadores e pretos escravos, estes logo predominantes em todas as vilas e arraiais. Até a metade do século XVIII, a vida urbana adquiriu contornos mais precisos. Aos negros africanos, acrescentaram-se os crioulos, pretos nascidos no Brasil, numerosíssimos em todas as povoações. Por outro lado, a intensa miscigenação concorreu para o surgimento de expressivo número de pardos, que vieram a se destacar em diversos setores (IPHAN, 2009, p.61).

A partir da metade do século XVIII, percebe-se a ampliação mais acentuada do adensamento na área central do Tijuco, e os terrenos disponíveis começaram a ficar escassos, passaram a ser desmembrados em lotes menores. Iniciou-se, também, a duplicação de pavimentos, e os sobrados passaram a pontuar a nascente cena urbana, entre as ruas e becos do arraial (IPHAN, 2012).

Neste crescimento de elementos urbanos que iam se projetando no Tijuco, Gonçalves (2010) chama atenção para a planta do arraial no ano de 1784 (FIGURA 08).

FIGURA 08: Planta do Arraial do Tijuco em 1784.



Fonte: GONÇALVES, 2010.

Adaptação: ALVES, R. C. (2013).

Conforme a Figura 08 destaca, os terrenos eram bem demarcados, representados, especialmente, nas grandes áreas que envolvem o núcleo central (em destaque de vermelho), destinados às hortas e pomares, situados, aliás, bem próximos à igreja de Santo Antônio (em evidência pela cor verde).

Faziam parte do arraial as chácaras, terrenos de pastos e currais, além de hortas e pomares cultivados nos quintais das casas, separando a casa do quintal apenas por um muro. É importante frisar que esses muros eram “[...] construídos em taipa de formigão - barro com pedras de cascalho agregadas -, dos quais a cidade ainda conserva exemplares” (IPHAN, 2009, p.37).

No Tijuco, quase todas as construções afastadas do núcleo central eram em fileiras ininterruptas, que podemos considerar vias e becos principais, sendo entrecortadas por espaços vazios até encontrarem novamente a paisagem natural (GONÇALVES, 2010). Vale ressaltar, a propósito, que:

Com as casas amoldando e determinando o traçado das ruas, foram se estabelecendo espaços sinuosos, com alargamentos e estreitamentos, com as mais tortuosas formas. De fato, configura um espaço urbano com ruas que formam diversos tipos de ângulos e saliências, inclusive com becos estreitíssimos, principalmente no local central, onde se detinha maior número de construções [...] (PESTANA, 2001, p.581).

Neste arraial que cada vez mais ficava repleto de moradores, comerciantes e aventureiros, as pessoas se locomoviam, no meio urbano, por meio de cadeirinhas de arruar, a pé ou em redes presas a uma vara quase sempre colorida, coberta com um pano caindo dos dois lados. Dificilmente se viam charretes, mas os fazendeiros de posses usavam cavalos e eram sempre acompanhados de seus copeiros, cavalgando entre os becos e encruzilhadas. A pavimentação em formação era de bom estado, construídas por pedras instaladas pelos escravos, com presença de minas nos quintais, bicas e chafarizes nas tímidas praças (IPHAN, 2009).

No início do século XIX, o rendimento da atividade gerada pelo ouro e, principalmente o Diamante, era bastante razoável, mas os mineradores não consideravam o negócio tão lucrativo em função dos elevados custos da operação; além disso, nesta época, a descoberta das jazidas na África do Sul impactou o mercado e reduziu fortemente o preço do diamante brasileiro. Desta forma, a mão de obra na área do Tijuco foi atraída para as lavouras cafeeiras, deslocando-se para a região de São Paulo, Rio de Janeiro e ao sul do país. No Arraial, como alternativas econômicas, foram

incrementadas a produção agrícola, especialmente a cultura do algodão, as vinícolas e as indústrias têxteis (IPHAN, 2012).

Em 1831, o arraial foi elevado à categoria de vila, recebendo o nome de Diamantina, constituindo-se território desmembrado do Serro. A elevação à categoria de cidade foi conseguida em 1838; e em 1891, já no contexto republicano, foi sancionada a criação do distrito-sede de Diamantina, município constituído por dezessete (17) outros distritos. A cidade passou a constituir expressivo polo regional de comércio e serviços, onde a malha urbana expandiu-se para a região a oeste, em direção à Santa Casa de Caridade (FJP, 2004).

No século XX, o município contava com alguns estabelecimentos de fabricação de tecidos, indústrias de telhas e tijolos, vinhos, além de empresas estrangeiras de mineração mecanizadas. Em meados dos anos 50, ele recebeu diversos investimentos que melhoraram a sua infraestrutura, com a passagem do diamantinense Juscelino Kubitschek de Oliveira pelo governo do Estado (IPHAN, 2012).

Assim, foi-se formatando Diamantina, tendo em seus amuralhados histórias de um período importante para a constituição do território brasileiro. Desenhada ao fundo das serras, distingue-se de tantas outras pelo despojamento da composição das paisagens que a constituíram através da corrida pelo Ouro.

Buscando destacar as paisagens de Diamantina, seguem, no subtópico, olhares sobre algumas residências, igrejas, ruas, becos, praças e costumes da população que ali se foi formando, dando uma ilustração da sua importância como município que tem na sua sede um conjunto arquitetônico e urbanístico tombado como patrimônio mundial e várias paisagens tombadas pelo IPHAN. Além de destacar esta população que Saint-Hilaire (1974, p.33) dizia sendo “[...] como a mais bela ilustração do povo que há em todo o Brasil”.

4.2 Ruas, becos, praças, igrejas (...) algumas paisagens de Diamantina/MG.

Para destacar as peculiaridades das paisagens de Diamantina, em especial da sua sede, e alguns costumes da população, é importante salientar as formas de apropriação do espaço realizadas pelos portugueses no Brasil. Trazendo as reflexões de Sérgio Buarque de Holanda, na sua obra intitulada: *“Raízes do Brasil”*, publicada em 1995, podemos aferir que a estrutura urbana e a dinâmica social de Diamantina foram

construídas, em grande medida, pela presença marcante dos Portugueses, mesmo tendo certa influência dos Espanhóis.

Holanda (1995) destaca que para o espanhol a cidade era construída como um ladrilhador, estabelecendo, em seus desbravamentos, uma certa ordem nos planos das edificações, de forma a valorizar o traçado, em linha reta, do terreno. Iniciou-se a formação do território projetando as praças, formando um quadrilátero, que servia de base para o desenhar das ruas. Saindo desta praça, quatros ruas, promovendo a organização do território num processo de contínua povoação ao sentido que se davam às ruas.

Ao contrário dos espanhóis, os portugueses desenhavam uma cidade semeada pelas irregularidades, nascida de forma livre, pois estes buscavam o lucro imediato, não tendo a pretensão de fixarem-se no local. Ou seja, as obras e empreendimentos realizados por eles nos arraiais, vilas e futuras cidades não tinham como objetivo servir como bases duradouras de ocupação.

No terceiro século do domínio português no Brasil, com o maior influxo de migrantes para além da faixa litorânea, após o descobrimento das minas, os portugueses começaram, contudo, a colocar “[...] um pouco mais de ordem em sua colônia, ordem mantida com artifício pela tirania dos que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem” (HOLANDA, 1995, p.103). E desta forma a vida social, o patrimônio e acervo arquitetônico das Gerais ia se edificando, “[...] movidos pelo fascínio causado pela conquista” (COSTA, 2009, p.104).

Pelos portugueses, em meados do século XVII, foi empreendida, com maior intensidade, a construção de moradias com uma arquitetura que destacava a arte barroca e marcando a sociedade mineradora, deixando a formação das zonas das minas atrelada à pintura e à arquitetura sacra.

O Barroco, conhecido como um estilo de arte que dispõe a dramaticidade nas construções profusamente ornamentadas, cultivava a arte em meio à religiosidade e foi utilizado no Brasil com total intencionalidade. Pelo seu uso, buscava-se, dentre outros objetivos, facilitar a assimilação da doutrina católica e dos costumes dos portugueses pelos escravos, negros, brancos, índios, pela população em geral, cultivando a fé e promovendo a assimilação das tradições dos colonizadores (FJP, 2004).

Em meados do século XVIII, sob influência do Rococó francês “*rocaille*”, as paisagens das Minas foram sendo fundidas entre os estilos de arte barroca e rococó, os quais foram recebendo, pelas mãos de negros escravos e dos índios, uma nova feição,

destacando os costumes da vida que ali era gerida. Em Diamantina essa aclimação constitui um dos primeiros testemunhos da formação de uma cultura reconhecidamente nacional (IPHAN, 2012). Vale ressaltar, nesse sentido, que:

Isso nos leva a entender que a paisagem carregada do barroco, e do rococó, em Minas, é modelada, sim, pela força física, é evidente no mundo objetivo de todos. Nos leva a raciocinar em termos de áreas geográficas, de “fronteiras” da arte, de localizações culturais e de distâncias a serem transpostas, mas, ao mesmo tempo, retratam um conjunto vivo da organização social e dos sonhos dos homens; que devem ser apreendidos, também, através dos sentidos de uma vida construída pelas paisagens [...] (COSTA, 2011, p.67).

Na arquitetura civil, o Tijuco apresentava casarões que destacavam a grande riqueza de muitas famílias radicadas naquela terra. Já nas arquiteturas das igrejas, a presença de curvas, de retas e planos, criando pontos, plantas e alçados nos espaços internos, representava a proeminência do colonizador, com suas fachadas construídas em pedra-sabão (FJP, 2004).

Aliada à construção destas paisagens, tem-se a organização da composição das cores do barroco (o chamativo vermelho e o obscuro marrom, por exemplo) e do rococó (com cores claras, texturas suaves, refletindo o refinado, sensual e exótico); deixando todos abismados com a beleza estética e a organização técnica que ali foram realizadas (IPHAN, 2009).

As paisagens nasciam, entre 1700 a 1750, entre a riqueza que as Minas projetavam, junto com a presença das Igrejas, e suas irmandades. Essas últimas sendo importantes para a urbanização do Arraial do Tijuco, pois realizavam a construção de templos, junto com encontros políticos, e se promovia a constituição de uma identidade cultural, tanto entre os portugueses como entre os escravos.

A construção de capelas e igrejas conduziu, assim, consideravelmente, à demarcação do espaço urbano da atual Diamantina, introduzindo correntes artísticas expressivas. E as rivalidades existentes entre cada irmandade trouxeram a grata consequência da construção de uma série de monumentos (BOSCHI, 1986).

O Tijuco incorporou o barroco e o rococó, que passaram a representar a reencarnação de ideias de uma sociedade “[...] que se materializa nas paisagens. Sendo uma linguagem artística que projeta o urbano” (COSTA, 2011, p.67). O Tijuco foi se organizando através das residências, principalmente, dos grandes fazendeiros portugueses, sendo o alinhamento das ruas e das casas realizado pela iniciativa do

morador e depois pela imposição da Coroa Portuguesa, a qual se responsabilizou pela construção das residências no nível da via pública. As ruas e praças iam se adaptando às irregularidades do terreno, com uma nítida proximidade entre os casarões.

Nas casas do Tijuco, destacavam-se os trabalhos de cantaria, sobressaindo o de madeira nos arremates dos telhados construídos de barro, complementados pelas fachadas dos sobrados. Com a consolidação do Tijuco, a povoação que ali se formava, com o encontro dos arraiais de Cima, de Baixo, do Rio Grande e dos Forros, gerou, aí, uma arquitetura estruturada em madeira e barro (IPHAN, 2009). Aliadas às construções religiosas, em cada arraial, sob a ótica do símbolo do Estado absolutista, as construções civis foram realizadas, principalmente pela burguesia (COSTA, 2009).

A maioria das residências do Tijuco tinha grandes sobrados. E muitas residências eram erguidas acima de dois pavimentos, com sacadas e janelas delicadamente trabalhadas. Para Gonçalves (2010), a constituição do sobrado era um símbolo significativo da burguesia comercial crescente das Gerais, e a sua presença indicava a opulência econômica. De acordo com o autor:

A típica casa urbana de Diamantina seguia quase que o mesmo padrão das demais cidades coloniais brasileiras. Com sobrados belos, corredores de diferentes dimensões, cômodos e quintais (...). Os sobrados geralmente apresentavam um programa misto, com funções bem distintas, separando as áreas de convívio íntimo, reservadas à família, daquelas restritas ao uso comercial [...] (GONÇALVES, 2010, p.50).

As construções com mais de dois andares conformavam-se em lotes mais estreitos, recebendo o nome de sobradinhos, com a presença de corredores laterais abertos tanto para a rua, como para o quintal. Essas edificações se multiplicaram rapidamente e passaram a dominar a cena urbana do Tijuco, principalmente em sua área central (FJP, 2001).

As casas possuíam pátios de variadas dimensões, e os espaços térreos eram, aí, aproveitados para vestíbulos, guarda de cadeirinhas de arruar, locais de armazenamento de mantimentos, dentre outros. Vale ressaltar que este espaço foi comumente utilizado, também, para o uso comercial nas salas da frente que davam acesso à rua, vendendo, principalmente, milho, arroz, pepino, repolho, frutas, aves, açúcar e toucinho, estabelecendo-se a residência da família nos andares superiores, sendo os corredores as suas peças vitais (IPHAN, 2012).

Um dos primeiros estabelecimentos que surgiu no Tijuco foram as sapatarias e as pequenas mercearias, tanto para atender as necessidades da população das Minas, como para atender os viajantes que por ali passavam, sendo estes locais propícios para encontros sociais, principalmente entre os homens. Exemplo destes empreendimentos se percebe na Figura 09, que destaca a padaria e confeitaria fundada no Tijuco pelo Capitão José Corrêa da Silveira, lapidário de diamante e comerciante, o qual vendia sacas de arroz, panelas, bebidas, doces produzidos na região e vindos das áreas litorâneas, além de pães, etc.

FIGURA 09: Exemplos de estabelecimentos comerciais comuns no Tijuco, início do séc. XIX (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

A Figura 09 mostra, ainda, as ruas construídas de pedras e a presença de madeiras como uma das constituintes da arquitetura local, além de destacar a presença de bananeiras, atrás do estabelecimento.

Os quintais do Tijuco eram bem utilizados, tendo-se o hábito do plantio de inúmeras culturas, tais como laranjas, uvas, pêssegos, pitanga, marmelos, goiabas, figos e jambo. Surpreende, sobretudo, a quantidade de jabuticabeiras que ali se plantava (o que até hoje é percebido). Alguns gêneros não eram cultivados e produzidos no Arraial, vindo eles de outra região do entorno, além de muitos serem importados, como vinho,

azeite, bacalhau e manteiga (produtos habitualmente consumidos nas mesas mais abastadas) (IPHAN, 2009).

Em 1809 era comum as famílias mais favorecidas economicamente se reunirem à noite nos bares e/ou nas salas de suas casas para realizarem contratos políticos, “[...] as famílias eram muito sociáveis, alegres e elegantes. Faziam agradáveis reuniões à noite no meio de casarios, quando os homens jogavam “*whist*”, as senhoras tomavam chá e conversavam sobre as coisas da vida” (IPHAN, 2009, p.51, *grifo nosso*). Para acompanhar a conversa já era costume os homens beberem cerveja vinda da Inglaterra, champanhes e vinho francês, além de diversos licores produzidos na região (IPHAN, 2012).

Nas cozinhas dos casarões, os hábitos alimentares dos mineiros eram registrados por muitos viajantes, mesmo que alguns deles julgassem a culinária local exótica. Pois, era comum os mineiros misturarem toda a comida num mesmo prato, comendo pão e cuscuz servido com chá, além do consumo de carne com quiabo, juntamente com a bebida conhecida como jacuba, produzida com água, rapadura, suco de limão e farinha de milho (FJP, 2004).

Muitas residências eram construídas com requinte de detalhes, com belas pinturas decorativas nos tetos e fachadas com cores vivas. Muitas, ainda, tinham a pintura branca das alvenarias, o envidraçamento, cachorros - elemento exposto que suporta os beirais de um telhado ou qualquer outro corpo saliente de um edifício -, treliças, *cimalhas*⁶⁸, “*muxarabiês*” e gelosias para proteção da vida interior, além dos charmosos balcões com pinhos de vidro. A predominância da estrutura das casas era de madeira e alvenarias em pau-a-pique, que pronunciava uma linguagem simples e ao mesmo tempo sofisticada (IPHAN, 2009). De acordo com o depoimento de um dos cronistas:

⁶⁸ Medaglia & Silveira (2012) destacam que as cimalhas são molduras salientes à superfície das casas, com o fim de arrematar o alto das paredes externas, de forma contínua em toda a fachada, ocultando o telhado existente. Nas casas antigas do Tijuco estas eram utilizadas como forma de demonstrar a posição que a família tinha diante da sociedade. Uma casa que detinha uma cimalha significava que esta possuía uma considerável quantidade de dinheiro; duas cimalhas, propriedades; três cimalhas a família possuía títulos. A única casa com três cimalhas (tribeira) era a do contratador João Fernandes. Vale destacar que Diamantina é a única cidade Mineira que ainda possui consideráveis cimalhas nas fachadas de suas construções (FJP, 2004).

[...] a cercadura das portas e das janelas é pintada de diferentes cores, segundo o gosto dos proprietários e, em muitas casas, as janelas têm vidraças. Os telhados aqui não fazem abas tão grandes para fora das paredes. Quando fiz minhas visitas de despedida, tive ocasião de entrar nas principais casas do Tijuco e elas pareceram-me de extrema limpeza. As paredes das peças onde fui recebido estavam caiadas, os lambris e os rodapés pintados à imitação de mármore, uma construção que chama atenção pelos detalhes (SAINT-HILAIRE, 1974, p.28).

Em 1831 era possível perceber que a formação das residências, da já considerada vila Tijuco, ia respeitando uma repetição sistemática de fachadas, em relação a cores, formato e material empregado, impondo uma “[...] cadência rítmica e sequencial na imagem uniforme da futura cidade” (PESTANA, 2001, p.582). Sylvio de Vasconcellos (1975) chama a atenção para esta arquitetura que tem uma fisionomia peculiar, muitas vezes parecendo que se repete a toda esquina, a cada beco, como se as cores se misturassem formando uma aquarela que encanta (FIGURA 10).

FIGURA 10: Rua da Quitanda em primeiro postal colorido, meados do séc. XIX (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

A Figura 10 destaca a Rua da Quitanda com as fachadas das casas e estabelecimentos comerciais pintados em tons de cores vivas, estando as residências construídas bem próximas, num arranjo arquitetônico bastante similar, principalmente no que se refere ao formato, posicionamento, simetria de suas portas e janelas.

Vale destacar que a Rua da Quitanda recebeu este nome porque as negras e mulatas, forras ou cativas, a percorriam com tabuleiros com seus quitutes, pastéis, bolos, doces, mel, leite, pão, frutas, fumo, pinga, dentre outros produtos. Mas, a administração colonial considerava um perigo o trabalho dessas mulheres próximo às áreas da extração das pedras, pois seus tabuleiros contavam com os mais variados produtos, dentre eles o álcool que distraía e diminuía a produtividade dos escravos.

Só era permitido a essas mulheres realizarem suas vendas em lugares pré-determinados; e em caso de desobediência recebiam duzentos açoites e cumpriam uma pena de quinze dias de detenção. O Intendente designou como área para mercado das quitandeiras este logradouro que ainda hoje se chama Rua da Quitanda (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012).

Em meio a uma diversidade de cores e a uma pluralidade das paisagens que se formava o Tijuco, a comunidade local costumava imitar os costumes da sociedade portuguesa, a qual, por sua vez, agregava costumes franceses. No Tijuco, tanto homens como mulheres usavam tecidos finos, sedas e veludos bordados, sapatos pontiagudos, perfumes importados, dentre outros elementos da indumentária. Alguns produtos vinham diretamente da Europa, mas outros se compravam no próprio Tijuco, pois havia, então, lojas que supriam tais necessidades, principalmente de vestimentas, dado que “[...] bem como na capital do império, achavam-se, no Tijuco, lojas repletas de todos os objetos de luxo possível, desde sapatos até algumas jóias” (IPHAN, 2009, p.52).

Nas ruas traçadas do Tijuco, viam-se homens com gravata de lenço, casaca de veludo de cores variadas, calção, meias e cartola. As senhoras, por sua vez, traziam uma coifa de seda branca presa ao cabelo, roupa de abotoar, espartilho de barbatanas, saias rodadas com caudas longas, e dedos das mãos quase inteiramente cobertos por anéis de ouro. Para as mulheres, os chapéus de palha e vestidos de algodão eram essenciais, o que as aproximavam do gosto das senhoras inglesas. Tanto homens como mulheres de posse andavam calçados. Mas, os escravos não, tanto que “[...] a primeira coisa que um negro alforriado compra para si é um par de sapatos, pois no Brasil ter sapatos é sinal de homem livre!” (IPHAN, 2009, p.51). Prevalciam, então, os costumes da Europa no modo de vestir, desconsiderando o clima local.

A população elegante que se via no Tijuco, influenciada pelos portugueses, passou a admirar a música, principalmente a erudita, além de ter conquistado o gosto pelo teatro e pela ilustração (advindos da literatura portuguesa). No campo dos festejos, já era comum, no século XVIII e XVII, principalmente nos salões, as festas de devoção

aos Santos Padroeiros dos arraiais; calendário de festas que propiciava o consumo de bebidas e comidas típicas da região. Destacava-se, ainda, a festa do Carnaval, cuja animação reunia um contingente populacional em torno da principal Igreja (IPHAN, 2012).

Neste cenário festivo e musical, destacavam-se, ainda, as tradicionais pastorinhas sertanejas, com seus pandeiros e acordeons, que percorriam as sinuosas ruas do Tijuco; além de já existir um público bastante participativo nas belas serestas, puxadas por coletivos dominicais, nos famosos becos, especialmente do Tecla e do Mota. Desta forma é que a constituição das práticas culturais do Tijuco ia se inserindo nas paisagens e estas, por sua vez, iam formando e organizando o território (SOUZA, 2008).

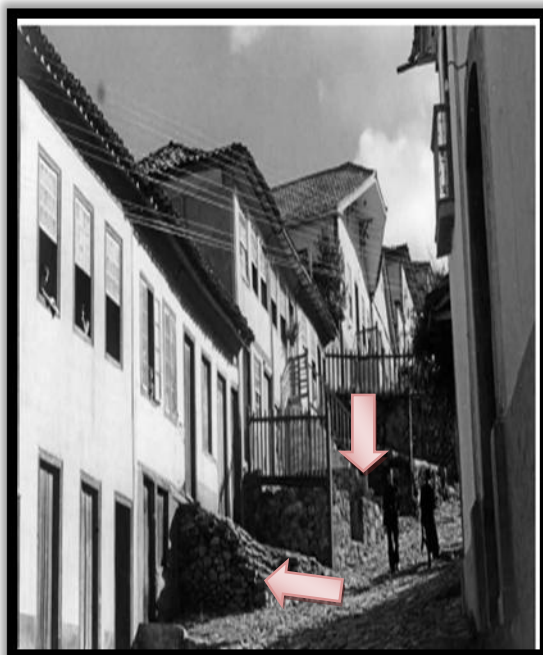
No último quartel do século XIX, o Tijuco se formatava em uma pequena cidade conhecida como Diamantina, na qual em 1870 foram executados melhoramentos urbanos. As ruas, que eram constituídas pela mistura de terra batida com algumas pedras atreladas, foram, paulatinamente, substituídas por capistranas (FIGURA 11), nome dado a muitas lojas, hotéis e restaurantes da região.

FIGURA 11: Residências e calçamento da rua Direita, meados do séc. XIX (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

FIGURA 12: Rua das Mercês destacando as escadarias, meados do séc. XIX (Diamantina/MG).

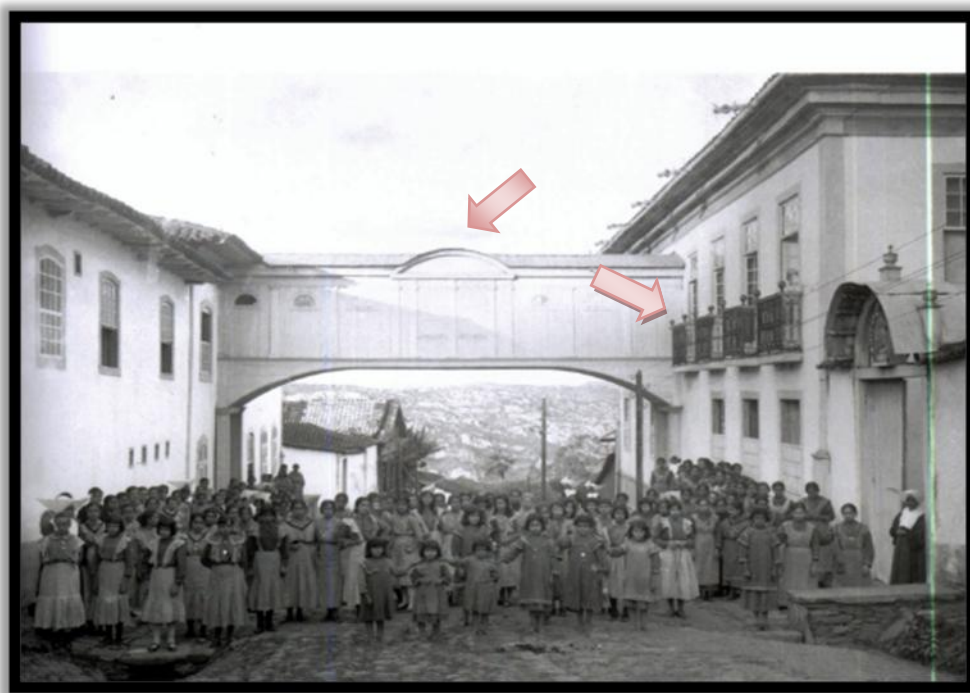


Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

A Figura 11 destaca a Capistrana que é o conjunto de pedras, entre frisos, que forma um pavimento central na rua, facilita o deslocamento dos moradores, principalmente das mulheres. Vale ressaltar que a pedra assumiu, ao passar dos tempos, uma função mais relevante ainda, pois foi integrada à paisagem como alvenaria, piso ou escadas, intercalando-se com o uso de madeira para dar acesso a residências e comércios. Conforme se observa, em destaque, na Figura 12.

O chafariz foi inaugurado próximo à Câmara da cidade, e as construções de prédios, edifícios e a inserção de algumas indústrias, principalmente de tecidos, sendo mais frequentes a partir de 1871, quando a cidade passou a organizar e melhorar os elementos urbanísticos do seu território (IPHAN, 2009). E, a partir daí, a paisagem arquitetônica experimentou uma renovação, a qual se afirmou com o ecletismo do séc. XX. Nesse contexto, destaca-se o imponente trabalho que se realizou na construção do conjunto do Colégio de Nossa Senhora das Dores em 1872 (FIGURA 13).

FIGURA 13: Colégio Nossa Senhora das Dores e Orfanato, meados de 1880 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

A Figura 13 apresenta o emblemático edifício por possuir um passadiço em madeira (em destaque), com sacadas e pinhais (em evidência), sendo um dos cartões postais da cidade e tendo recebido acréscimo de um andar (uma vez que a sua estrutura

já não era mais suficiente para o funcionamento do colégio e, ao mesmo tempo, do orfanato que atendia cerca de 150 crianças) (FJP, 2004).

Na Figura 13 observamos, ainda, que esta paisagem retrata duas casas, cada qual construída em épocas diferenciadas e em lados opostos de uma rua. A casa mais antiga pertenceu à Coroa Portuguesa e, depois, a Dona Josefa Maria da Glória. A função do passadiço construído era a de preservar as internas dos olhares alheios, principalmente dos rapazes quando atravessassem a rua. Hoje a casa é o Instituto Casa da Glória, onde está localizado o Centro de Geologia Eschwege, conjunto adquirido pelo Ministério de Educação e Cultura, em 1979, incorporado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como órgão complementar do Instituto de Geociências. É relevante assinalar, a propósito, que:

Na arquitetura civil destaca-se ainda o conjunto do antigo Colégio de Nossa Senhora das Dores, outrora administrado pelas irmãs vicentinas. Atual sede do Instituto Casa da Glória, o conjunto é composto por duas casas situadas em lados diferentes da rua, ligadas por um raríssimo passadiço elevado. Construído por estrutura e vedações de madeira [...] (SOUZA, 2008, p.18).

Em 1876, ocorre um aumento da indústria local, principalmente com as instalações de fábricas têxteis; utilizando o algodão produzido na região de Minas Novas, ao norte do Estado. Diamantina inaugura em 1877 a Fábrica de Tecido Biribiri e a Fábrica de Tecidos São Roberto; em 1886 há a Criação da Companhia de Fiação e Tecido Santa Bárbara e a Fábrica Perpétua (MENDONÇA, BERNARDES & COSTA, 2006).

Diamantina, aos poucos, ia se desenvolvendo como o núcleo urbano de maior importância da região devido a sua localização geográfica dentro do sistema viário da época (estrada de terra). Localizando-se no entroncamento das vias de penetração para o norte e nordeste do Estado, interligando municípios do Jequitinhonha para o Norte, influenciando a extensão do Vale do Jequitinhonha e parte da Bacia do São Francisco, atraindo atenção de empresários e industriais da época (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012).

Com a era republicana, iniciada em 1889, Diamantina assume novas expectativas econômicas, principalmente com as empresas mineradoras estrangeiras e, em 1914, chega, também, a ferrovia. O trem trazia inúmeras novidades, principalmente para o cenário paisagístico que, aos poucos, ia se transformando. Nesse processo, as

telhas curvas e as construções de pau-a-pique e de adobe de muitas residências foram sendo substituídas por tijolos cozidos e telhas francesas (FJP, 2004).

Com as transformações urbanas e arquitetônicas ocorridas em paralelo com o fim da escravidão, a presença de mão de obra remunerada na região aumentou, sendo principalmente empregada na instalação da via férrea, no atual largo Dom João, o que impulsionou a formação de novos bairros e edifícios ecléticos. Neste contexto, uma obra que ficou marcada foi a inauguração, em 1914, do prédio do quartel do 3º batalhão (FIGURA 14) (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012).

FIGURA 14: Prédio do quartel inaugurado em 1914 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

A Figura 14 representa o quartel do 3º batalhão que se destacou como um dos primeiros estabelecimento do largo Dom João, e que podemos perceber que foi construído com arquitetura, do ponto de vista técnico, eclético, tendo uma dimensão considerável e aproveitando os avanços da engenharia do século XX que possibilitou a sua construção, em parte, tendo as estruturas de ferro forjado, além da presença de esquina chanfrada e a fachada com detalhes em sua ornamentação (FJP, 2001).

A construção de alguns exemplares arquitetônicos ecléticos em Diamantina misturavam estilos da arquitetura clássica, gótica, barroca e neoclássica, não chegando, contudo, a provocar forte impacto nos casarões, edifícios antigos e no conjunto

paisagístico das ruas. Assim a estruturação da paisagem colonial se manteve sem grandes transformações até 1930/1940, quando se demoliu a antiga Igreja Santo Antônio da Sé para a construção da catedral neobarroca metropolitana de Santo Antônio de Sé (FIGURAS 15 e 16) (SOUZA, 2008).

FIGURA 15: Antiga Igreja Santo Antônio de Sé, meados de 1900 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

FIGURA 16: Catedral Santo Antônio sendo construída em 1930 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

A Igreja do Santo Antônio de Sé, destacada na Figura 15, era constituída principalmente de madeira e adobe; e sua parte interna era repleta de retábulos trabalhados, com belas colunas e imagens cobertas de dourado. Vale destacar que era constituída de uma fachada e uma torre com relógio do lado esquerdo. Com a construção da Catedral Metropolitana, conforme a Figura 16 ilustra, ocorreu o alargamento da rua ao lado (atual Rua Direta), com a presença de uma pequena praça.

A construção da Catedral deu-se com a sua entrada pela rua Beco do Mota; um dos argumentos que justificaram esta alteração foi para tentar inibir o número considerável de prostíbulos que ali se formara, mudando, desta forma, a entrada do templo (FJP, 2004).

Próximas à Catedral Metropolitana estão localizadas a atual Prefeitura e Câmara Municipal, erguidas entre os anos de 1733 e 1735 pela Coroa para abrigar a administração das jazidas. Na metade do século XIX, a Prefeitura (FIGURA 17) serviu

como sede da Escola Normal (indicada pela seta vermelha), e percebe-se que à esquerda (seta verde) encontra-se a atual agência do Banco do Brasil, que preserva a arquitetura colonial. Já à direita (seta azul) da Prefeitura se encontra o atual Museu do Diamante (casa que pertenceu ao inconfidente Padre José da Silva e Oliveira Rolim, 1747-1835). Ao lado do Museu está o chafariz da cidade, em destaque pela Figura 18 (DIAMANTINA, 2009).

FIGURA 17: Antigo grupo escolar e atual prefeitura, meados de 1920 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

FIGURA 18: Chafariz do centro em meados de 1940 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

Também se situa no centro da sede de Diamantina o Fórum (e a atual praça J.K). O Fórum estabeleceu-se em um imponente prédio dos tempos do Arraial do Tijuco, quando sediou a Câmara Municipal e a Cadeia. Em torno deste edifício, concentram-se residências e estabelecimentos comerciais. Prédio que ocupa posição privilegiada na esquina, com ampla visibilidade, principalmente para quem vem da atual Rua Teófilo Otoni, antiga Macau do Meio (FJP, 2004).

Na Figura 19 observa-se o Fórum (indicado pela seta vermelha), próximo à esquina da atual praça Juscelino Kubitschek de Oliveira (seta azul) e ao fundo está a Catedral Metropolitana (seta verde). Fica evidente a sua centralidade em meio às construções realizadas em Diamantina.

FIGURA 19: Centro de Diamantina que destaca o Fórum, a atual praça J. K. e a Catedral Metropolitana, meados de 1900 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

Ao lado do sobrado do Fórum, encontra-se a Igreja de São Francisco de Assis, construída entre 1766 e 1772 e edificada por pedras retiradas da região e de pau-a-pique, tendo uma ampla escadaria, marcada por cimalha arrematada por telhas, e destacada pela presença de apenas uma torre (COSTA, 2009). Na Figura 20, podemos perceber a Igreja (indicada pela seta vermelha) em questão; situando-se em frente a ela o Fórum (seta verde) e a atual Praça J. K (seta azul). Evidenciando, ainda, sua proximidade com o Mercado dos Tropeiros (seta cinza).

FIGURA 20: Igreja São Francisco de Assis ao lado do Fórum, da Praça J. K. e próxima ao Mercado dos Tropeiros, meados de 1930 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

Além destas construções, destaca-se, ainda no centro histórico de Diamantina, o antigo pouso dos tropeiros, conhecido inicialmente como Intendência dos Lages, construído na primeira metade do século XIX. Era moradia e estabelecimento comercial do tenente Joaquim Cassimiro Lages, tendo sido edificada em madeira, portando arcos abatidos em cores vivas. Anos depois se tornou local de encontro de tropeiros, tornando-se um dos famosos ranchos da região, situado na Praça da Cavallhada Nova, um dos pontos principais do centro da cidade (FJP, 2004). Vale ressaltar, a propósito, que o pouso servia como:

[...] ponto de descarregamento e venda de mercadorias entre os comerciantes e mineradores que passavam pela cidade. Os tropeiros amarravam seus cavalos nas estacas de madeira localizadas no pátio externo do mercado. Com exceção da fachada lateral esquerda, que é fechada e construída em alvenaria, todo o restante do prédio foi feito em madeira aberto em arcos em suas laterais. A edificação ocupa toda uma quadra e é circundada por vias públicas. Devido ao aclave das ruas, existe um porão nas fachadas posterior e lateral esquerda. O prédio apresenta forte composição horizontal, com partido arquitetônico retangular, todo estruturado em madeira. O amplo espaço térreo é constituído por arcadas de madeira com vedação de tábuas, que correm a meia altura em todas as suas fachadas, à maneira de parapeito, sendo coberto por um telhado com oito águas voltadas para o exterior, e quatro, convergindo para o pátio interno. O piso interno é de pedra, com exceção do porão, que apresenta piso em tabuado largo. Esse edifício possui simplicidade de estilo e grande beleza arquitetônica [...] (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012, pp.50-51).

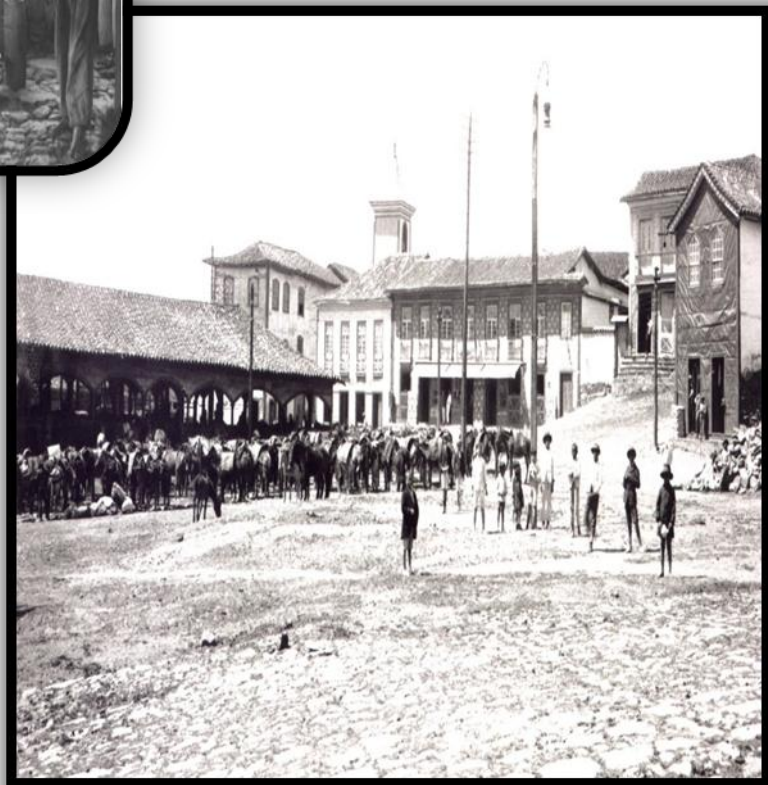
O pouso passou a constituir, então, um ponto de encontro dos tropeiros que arreavam, aí, seus cavalos e mulas, e faziam as entregas de mantimentos, além de lhes servir como abrigo que proporcionava descanso e lhes permitia o preparo de almoço, como ilustrado pelas Figuras 21 e 22.

FIGURA 21: Tropeiros no interior do Pouso, em meados de 1930 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

FIGURA 22: Pouso em meados de 1890 - 1930 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

Destaca-se, na arquitetura civil, ainda, a antiga casa de Contratos dos Diamantes (até 1771), hoje Palácio Episcopal. Trata-se de edificação com arquitetura imponente, destacando-se na paisagem urbana suas sacadas com as vedações do guarda-corpo de ferro-fundido trabalhado, parapeito de madeira com acabamento em pinhas coloridas (sinônimo de poder e riqueza), posicionadas em cada um de seus cantos. Tais acabamentos e adornos de sacadas aparecem em vários exemplares do casario da

cidade, constituindo uma característica da paisagem urbana diamantinense (SOUZA, 2008).

Em muitas outras residências, tem-se o emprego de elementos evocativos da arquitetura luso-árabe que não foram afetadas pelas mudanças da arquitetura eclética, como na casa de Chica da Silva. Esta mansão (pelos padrões da época) foi construída pelo contratador João Fernandes de Oliveira para servir de residência à ex-escrava e figura entre uma das mais belas construções da cidade, datada de aproximadamente 1745, e comportava um teatro e uma capela particular encimada por uma cruz (FJP, 2001). Como registra Souza (2010, p.16):

Nesta residência a bela volumetria do sobrado é ainda valorizada pela localização diante da curva da Rua do Jogo da Bola para a Rua do Contrato. Em seu interior é de se lamentar a ausência da mobília original do lar, que pudesse reconstituir sua ambiência interna. O sistema construtivo do século XVIII (e de meados do XIX) tem nesta casa um exemplar didático. Notam-se facilmente ali a estrutura autônoma de madeira, sua armação composta de esteios de seção quadrada, e, no telhado, os frechais sobre os quais se assentam os forros e as coberturas. Igualmente notáveis são as treliças de vedação da varanda lateral, a portada da antiga capela, e os alpendres posteriores, donde se avista o seu belo quintal. Este último é um atrativo por si só, pois sobe a encosta organizando-se pela divisão dos canteiros em pedras [...].

Nesta residência percebem-se, ainda, as famosas gelosias (FIGURA 23), folhas de esquadrias com treliças, que são rótulas de madeira estreita e comprida com que se tapa o vão da janela (indicado pela seta vermelha). Observam-se, também, aí, muros de adobe (seta verde), elementos destacados na Figura 24.

FIGURA 23: Gelosia da varanda da Casa de Chica em 1940 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).

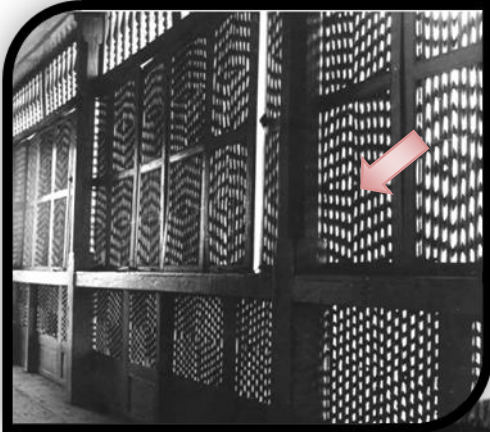


FIGURA 24: Rótulas na casa de Chica e muro de adobe, em 1940 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

Fonte: IPHAN, 2012.

Outra obra arquitetura que se manteve conservada é a casa do Maxarabiê, datada do século XVIII, e que possui interessante sacada com a presença das famosas treliças de madeira de origem mourisca, conforme se destaca na Figura 25. Trata-se de um balcão (em evidencia na figura) que permitia, principalmente, que as mulheres apreciassem a dinâmica das atividades que se passava nas ruas sem serem notadas pelos transeuntes. Uma forma de preservar a conduta feminina, então vigente, que determinava que muitas não podiam sair sem a presença de um acompanhante (evidenciando os costumes conservadores da época) (FJP, 2001).

FIGURA 25: Casa do Maxarabiê e as treliças de origem mourisca, meados de 1950 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

Junto à conservação de algumas obras civis, as igrejas formadas pelas irmandades não foram amplamente modificadas pela arquitetura eclética que emergiu ali. Podemos citar, nesse sentido, a imponente Igreja Nossa Senhora das Mercês, criada em 1772, com origem numa divergência e consequente cisão entre membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Tijuco, da qual se desligaram os irmãos crioulos (IPHAN, 2009).

A igreja, situada no alto da rua das Mercês, possui pequeno adro e escadaria em pedra e sua vizinhança é formada pela presença de residências, baixas e bem conservadas, que compõem um conjunto harmonioso. O ambiente exterior é um dos mais homogêneos de Diamantina, tendo seus volumes encerrados em planta retangular uniforme, sem as costumeiras saliências constituídas pelos anexos das sacristias e torre lateral. Destaca-se na sua fachada a presença de apenas uma torre, em posição central, com cobertura da torre em telhado de quatro águas e o arremate de telhas (FJP, 2004).

O sistema construtivo é, como nas demais igrejas que encontramos em Diamantina, composto por alvenaria de adobe, recoberto por reboco, sendo a madeira utilizada para os elementos estruturais, como os enquadramentos dos vãos, com a presença, ainda, de belas cimalhas. A decoração da nave tem caráter neoclássico, apesar

de incluir alguns elementos do instrumental decorativo barroco-rococó, como os brasões e madeira recortada das tribunas (FJP, 2001).

Como se pode perceber pela Figura 26, a Igreja Nossa Senhora das Mercês se destaca entre as demais construções ao se comparar às residências e estabelecimentos comerciais da rua Grupiara, o que reforça, ainda, a imponência das construções eclesiásticas na comunidade local.

FIGURA 26: Casas na rua da Grupiara e Igreja N. Sra. das Mercês ao fundo, meados de 1950 [fotografia de Noel Saldanha Marinho] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

Outra construção importante na cidade, que foi preservada, é a Capela Imperial do Amparo, que pertencia à Irmandade dos Homens Pardos, e que foi construída, provavelmente, entre 1756 a 1776. Possui imagens belíssimas, com destaque para um presépio decorado com conchas da Gruta do Salitre, além de um chamativo galo português sobre um globo vazado de metal, encimando o campanário com o desenho de um lótus no acabamento de seu frontão, com a fachada trazendo o desenho da Coroa Portuguesa (FJP, 2001).

Sua arquitetura é peculiar, conforme a Figura 27 evidencia, com sua fachada de torre única em posição central, e ausência de anexos laterais do lado esquerdo do edifício. Está localizada, conforme a Figura 28 destaca, atrás do antigo Pouso (seta

verde), mostrando, aliás, a proximidade da Igreja (como é indicada pela seta vermelha) com o centro e a Catedral Metropolitana (seta azul).

FIGURA 27: Igreja N. Sra. do Amparo, meados de 1900 (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo pessoal de Zé de Sé (2013).

FIGURA 28: Conjunto urbano em torno da Igreja de N. Sra. do Amparo, meados de 1940 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

Na Figura 29, temos outra Igreja preservada, a da Nossa Senhora do Rosário, construída aproximadamente em 1730, pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Possui uma bela fachada frontal em rococó, e quase todas as suas imagens são de santos pretos, como Santa Efigênia, São Elesbão, dentre outros (FJP, 2004).

No interior da Igreja, a pintura da capela é de autoria de José Soares de Araújo, mas vale ressaltar que a igreja foi construída por escravos, tendo suas bases erguidas de forma irregular, pois a mesma foi erguida à noite, sendo difícil edificá-la com precisão, o que resultou em paredes nitidamente tortuosas no templo.

FIGURA 29: Igreja de N. Sra. do Rosário, meados de 1940 [fotografia de Eric Hess] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

Pela Figura 29, percebemos, ainda, que na frente desta igreja existe uma gameleira, nascida em torno de um antigo cruzeiro. Corre a lenda que um fazendeiro chamado Júlio Fonseca, antes da sua morte, durante a confissão, disse que se sua alma se salvasse algo inédito aconteceria com o cruzeiro construído por ele. A gameleira, ao nascer perto do cruzeiro, acabou por enlaçá-lo e elevá-lo, história que o povo diamantinense repetidamente conta; verdade ou mentira, não se sabe, mas é repassada de geração a geração.

São inúmeras Igrejas preservadas, como a Igreja do Nosso Senhor do Bonfim dos Militares, que ao se olhar de longe, por alguns ângulos, remete à imagem de um pássaro pousado, e, em outras vezes, de uma santa (COSTA, 2009).

Já na Igreja do Carmo (FIGURA 30), construída pelo contratador João Fernandes de Oliveira, sobressaem as ornamentações do forro da sacristia, pintada com perspectiva ilusionista, além dos altares folheados a ouro. Outra característica são as pinhas nos cantos dos telhados da Igreja (o que é indicado pela seta vermelha).

FIGURA 30: Fachada da Igreja N. Sra. do Carmo, meados de 1970 [fotografia de Renato Morgado] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

Essa igreja distingue-se no conjunto religioso pela singularidade de apresentar uma torre sineira na parte posterior da construção, quando o usual seria construí-la no frontispício. Existem três motivos que podem justificar tal construção: (i) a opção pela conformidade da construção com a malha urbana, que dificultava a instalação de duas torres; (ii) ter sido construída a torre na parte de trás da igreja para que a Chica da Silva pudesse frequentar as missas, já que imperava, na época, uma lei que proibia os negros de irem além das torres, ou ainda (iii) isto poderia ter ocorrido a pedido da própria Chica que não queria que o barulho dos sinos chegasse até sua casa, uma vez que é próxima de sua residência (IPHAN, 2009).

Podemos dizer que Diamantina se formou tendo como pontos de zoneamento as igrejas que condicionavam a concentração de residências e estabelecimentos comerciais. O que fica evidente na Figura 31, onde em primeiro plano aparecem os fundos da Igreja de São Francisco de Assis (indicada pela seta azul), depois, em destaque, observa-se a antiga Igreja de Santo Antônio (seta vermelha). À esquerda situa-se o Pouso (seta branca) atrás da Igreja de Nossa Senhora do Amparo (seta cinza), e ao fundo da Figura percebem-se, ainda, as torres da Capela do Senhor do Bonfim (seta rocha) e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (seta verde).

FIGURA 31: Panorama da cidade de Diamantina, meados de 1930 [fotografia de Noel Saldanha Marinho] (Diamantina/MG)



Fonte: IPHAN, 2012.

Em meados dos anos de 1950, o modernismo foi introduzido em Diamantina, por iniciativa do ex-presidente da República, no período de 1956-1961, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) (FJP, 1976). A investida deu-se inicialmente pelas edificações de três (03) projetos pedidos pelo ex-presidente ao arquiteto Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho (1907-2012), a saber, o Hotel Tijuco, a Escola Júlia Kubitschek (nome da mãe do ex-presidente) e o antigo Clube de Tênis, atual Praça dos Esportes (IPHAN, 2009). Situando-se estas construções mais modernas também próximas ao centro da cidade, como o Hotel Tijuco (FIGURA 32).

FIGURA 32: Construções próximas do Centro, como o Hotel Tijuco ao fundo, meados de 1950 [fotografia de Noel Saldanha Marinho] (Diamantina/MG).



Fonte: IPHAN, 2012.

Conforme Souza (2008) percebe, percorrendo-se as ruas da cidade, notam-se, ainda, outras influências modernistas, a saber, pela construção dos edifícios da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Murici (UFVJM), bem como do atual Hospital Santa Izabel. Ambos situam-se na mesma quadra da Rua da Glória, em cuja subida avista-se, a todo o tempo, o belo passadiço de madeira. O que nos remete a pensar no sentido do “[...] contraste dessas obras com o seu entorno, não chegando a desconfigurá-la, pelo contrário, tornando a cidade mais atraente, sendo um encontro de vários tempos, representando diferentes momentos sociopolíticos da sociedade diamantinense e brasileira” (SOUZA, 2008, p.20).

Podemos perceber que Diamantina destaca-se com um arsenal histórico peculiar, pois nela estão gravadas as marcas do colonizador português, a influência dos espanhóis, da cultura francesa, dos árabes, e dos esforços dos escravos, dentre outros. Suas paisagens podem ser consideradas histórias vivas, caracterizadas especialmente pelo barroco, período que deixou marcas, desenhos, pinturas de um momento único permitido pela extração do Diamante e do Ouro; possibilitando diversas leituras ao passarmos por cada beco, ruas e Igrejas da cidade, a ponto de percebermos que cada item que os constituiu é dotado de um significado.

Diamantina, eu te defino por tuas ruas andejas serpeando ao som do sino entre capelas e belas igrejas. As ruas de Diamantina têm este encanto sem par: penumbra que as ilumina... mistério que as faz sonhar... Pedras tão gastas, tão lisas... - Mercês, Macau, Luz ou Glória -, mas não é em pedra que pisas, mas sim em retalhos de Histórias [...] (CARVALHO *apud* LOBÃO, 2009, p.23).

Nas décadas de 1930 a 1950, a cidade de Diamantina foi percebida pelo governo como modelo exemplar de nossa cultura, sendo que podemos considerar como o momento da produção simbólica do patrimônio (COSTA, 2009), assumindo, pelas particularidades de sua formação territorial e pelas paisagens que compõem o seu cenário urbano, o conjunto de referências que constrói símbolos capazes de promover uma identidade nacional.

Por regulamentação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no governo de Getúlio Vargas, definiu-se que o governo deveria, então, preservar através do instrumento político-estatal do tombamento, as paisagens de Diamantina para destacar o aspecto tradicional de sua arquitetura, valorizando os seus telhados, cachorros, cimbalhas, telhas, frechas, cunhais, janelas, portas, muros, portões, pinturas, embasamento, tudo aquilo que compõe um conjunto de sinais peculiares na paisagem, para destacar a fisionomia característica desta cidade que representa o Brasil no Ciclo do Ouro (GONÇALVES, 2010). Tendo ocorrido o tombamento do seu centro histórico como monumento nacional em 1938, valorizando as características artístico-históricas que são símbolos de memórias das relações do homem com o meio (COSTA, 2011).

Nas décadas de 1960 a 1990, o patrimônio se projeta, sendo reconsiderado no contexto do planejamento urbano, pois além de ser considerado importante como retrato histórico-cultural passou a ser percebido, então, como um vetor de transformações socioeconômicas capazes de contribuir para o desenvolvimento local e regional das cidades, principalmente através do turismo cultural (COSTA, 2009), merecendo destaque aí as considerações da Carta de Veneza para que tal projeção fosse impulsionada.

Pela relevância da cidade, devido às especificidades de suas paisagens, é que o rico acervo arquitetônico e urbanístico da área central de Diamantina recebeu, em 1999, o reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO; fundamentado nos parâmetros dos critérios II e IV desta entidade, que a seguir se explicita:

[...] (ii) exercer grande influência, por um período de tempo ou dentro de uma área cultural específica do mundo, a respeito do desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, do planejamento de cidades ou do modelo de paisagens, ou;
 (iv) é um excepcional exemplo de um tipo de construção ou conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre significativamente os estágios da história humana [...] (SILVA, 2003, pp.93-94).

Percebe-se assim que, no século XVIII, os exploradores do território brasileiro, os aventureiros do diamante e os representantes da Coroa foram capazes de adaptar os modelos culturais europeus a um contexto americano, construindo um conjunto urbano e arquitetônico integrado às ricas paisagens dos vales dos sertões.

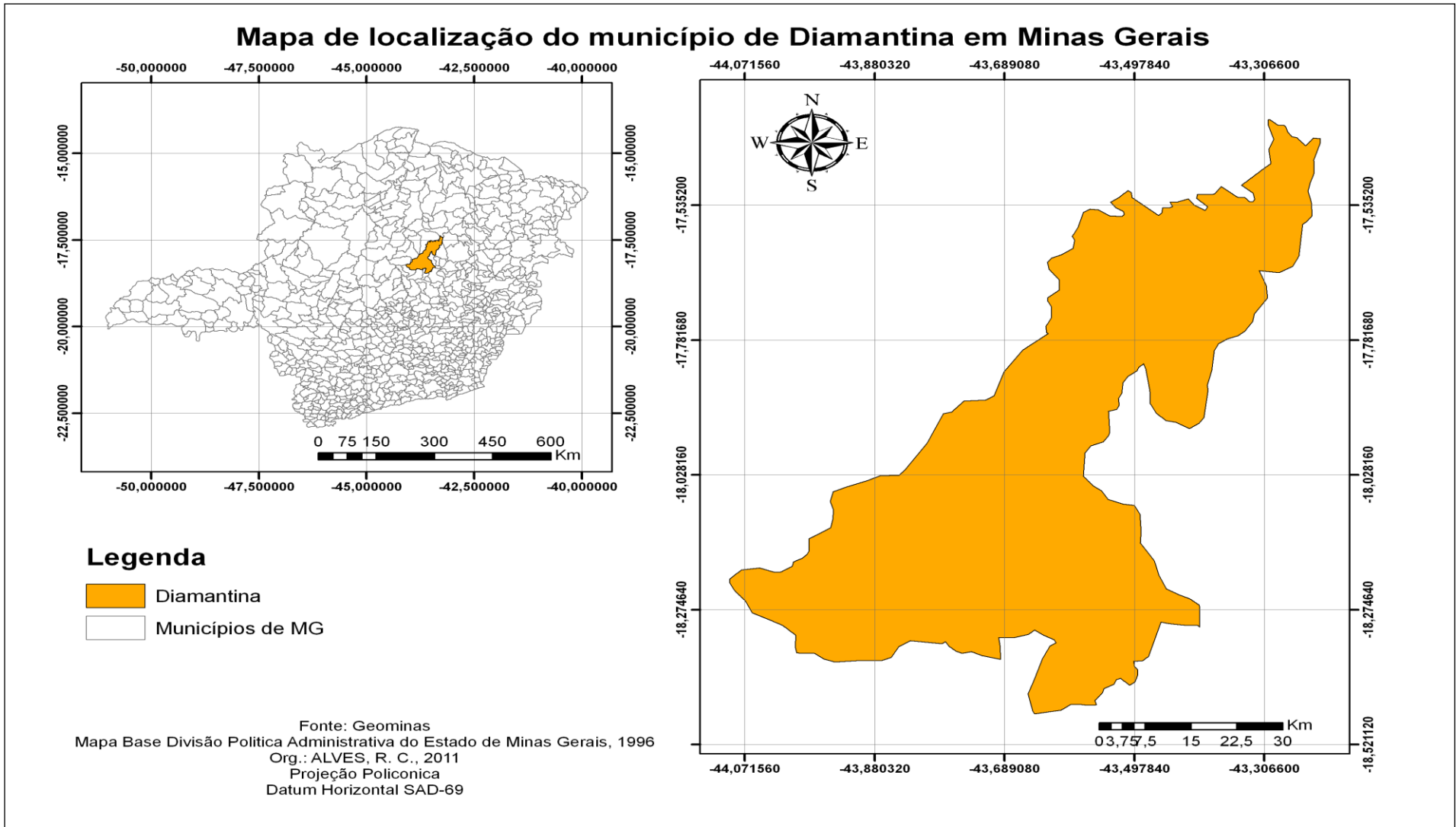
Paisagens estas que, na contemporaneidade, se tornam patrimônios para muitos homens e mulheres, levando-os a buscarem, e experimentarem, um pouco do universo da história que se construiu e se internalizou em Diamantina. Encontro este possível, entre um dos motivos, pela universalização dos seus patrimônios aliado à atividade do turismo cultural, destacados na discussão do subtópico a seguir.

4.3 Diamantina/MG e turismo: arquitetura, musicalidade e arte.

Para destacar os principais atributos que permitem Diamantina/MG constituir um dos maiores polos do turismo cultural no país, é necessário se fazer uma breve descrição deste município (MAPA 02), o qual possui 47.647 mil habitantes, concentrando, aproximadamente, 39.015 habitantes em áreas urbanas, dos quais, aproximadamente, 70% da população (33.353 mil habitantes) estão domiciliados na sede (IBGE, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Diamantina/MG é relevante (0,748), tendo, por exemplo, o IDH-M renda de 0,752, longevidade de 0,765 e educação de 0,812. Com esses indicadores, o município ocupa o 1.427º lugar no “*ranking*” de desenvolvimento humano entre os 5.565 municípios brasileiros, e o 143º lugar no Estado de Minas Gerais (DIAMANTINA, 2009).

O município ocupa uma área total de 3.981km² e sua sede encontra-se a 1.113m de altitude. O clima da região é tropical, com período seco de abril a setembro. A precipitação atmosférica máxima ocorre entre os meses de novembro a janeiro, com a temperatura e o índice pluviométrico médio anual correspondendo, aproximadamente, a 19°C e 1.400mm (IBGE, 2013).



MAPA 02: Localização do município de Diamantina em Minas Gerais.

Fonte: Geominas (1999). **Org.:** ALVES, R. C. (2011).

As unidades de relevo da região correspondem à Serra do Espinhaço, planalto do Rio Jequitinhonha e depressão do São Francisco. O município está localizado no domínio fitoecológico do Cerrado, e nas elevadas serras do Espinhaço a vegetação é caracterizada por espécies arbustivo-arbóreas típicas e campos de altitude, entremeadas de manchas de cerrado (DIAMANTINA, 2009). A região de diamantina é marcado, ainda, por afloramentos de filito e de quartzito, esta última “[...] sendo rocha metamórfica, utilizada como pedra de cantaria em vários pisos e revestimentos de casas e estabelecimentos local” (CASTRO & DEUS, 2011, p.08).

A principal rodovia de acesso ao município é a BR 367, que liga o município de Gouveia a Diamantina, além da BR 259 que faz ligação dos municípios de Curvelo e Diamantina. O acesso rodoviário para Belo Horizonte, capital do Estado, faz-se pela rota rodoviária federal que inclui as BR 367 e BR 259, até Curvelo e depois pelas rodovias federais BR 135 e BR 040 (DIAMANTINA, 2009).

A economia no município, desde a segunda metade do século XX, inicia um processo de transição, pois a exploração diamantífera, que durante séculos foi sua principal atividade, entrou em decadência a partir da virada do séc. XIX, e sobretudo na década de 1980 começa a se extinguir, o que impulsionou a mudança de foco econômico, levando o município a experimentar a instalação de algumas indústrias de transformação e, paulatinamente, estabelecendo-se como um polo regional de serviços (IBGE, 2013).

Polo este cuja existência se deve muito à vertente econômica representada pela atividade turística. Tal atividade já era sinalizada como alternativa econômica desde 1938, quando o IPHAN passa a interferir no núcleo histórico da sede do município com a intenção de proteger e destacar seus patrimônios, sendo uma atividade percebida pelos gestores como o principal alicerce da economia local.

Mas, engana-se quem pensa que o turismo é a única vertente que impulsiona a economia de Diamantina, pois, pelo documento do plano diretor do município, fica claro que a economia local ainda está entrelaçada a um forte apego ao modelo econômico extrativista, estando à procura de obtenção de riqueza através do garimpo “[...] ainda arraigada no inconsciente do homem que vive no interior, considerada uma prática comum e corriqueira” (DIAMANTINA, 2009, p.14). Constituindo uma atividade de grande importância para uma parcela da sociedade em questão, o garimpo “[...] é uma ocupação sistemática para parte das famílias de lavradores no período seco do ano e, às vezes, é a única opção de sustento entre os meses de março a outubro” (DIAMANTINA, 2009, p.17).

Para incrementar os rendimentos econômicos de muitos moradores, principalmente dos que residem na área rural, existem alguns programas de artesanato e de extensão rural aplicados nos distritos de Diamantina. Todavia, eles não são suficientes para renovar a fonte de emprego e renda da população que recorre ao êxodo, ou depende de programas assistenciais que lhes proporcionem condições mínimas de vida (AGÊNCIA MINAS, 2013).

O turismo vem se estruturando, contudo, em Diamantina, possibilitando uma nova forma de manutenção da vida para os seus habitantes. Porém, nota-se que a ênfase a esta atividade ainda se restringe à sede e necessita de fortalecimento no âmbito municipal e na oferta de formação profissional, para que se torne uma atividade que gere empregos e renda suficientes para absorver a maior parte do contingente de trabalhadores ociosos, o que decorre, principalmente, do fechamento das áreas de garimpo (DIAMANTINA, 2009).

No entanto, não podemos afirmar que a economia do município esteja estagnada, pois do mesmo modo que o setor turístico avança ali, o setor agrícola sinaliza algum crescimento. Grandes áreas de monocultura de café surgem na porção norte e sul do município, acompanhadas da silvicultura de eucalipto, embora apenas 38% da superfície venha sendo aproveitada para o cultivo, que é uma atividade que demanda mão de obra sazonal na época da colheita do café e da extração da madeira, aparecendo como uma alternativa de renda para a população que vive, especialmente, no meio rural. Porém, a própria prefeitura destaca que esta atividade não supre a carência da população local por emprego permanente (DIAMANTINA, 2009).

O setor primário aí se apoia na monocultura do café, mas outras culturas aparecem no cenário desse setor produtivo. Os principais são: cana-de-açúcar, abacaxi, alho, feijão, mandioca e milho. Na pecuária, destacam-se a criação de gado, aves, equinos, seguidos por suínos, sendo o setor agropecuário o responsável por apenas 1,40% do total do pessoal ocupado (IBGE, 2013).

A indústria aparece na economia como o setor que sucede o comércio e serviços na oferta de empregos, mas sua contribuição é ainda muito pequena, apenas 6,94% do total de pessoal ocupado (DIAMANTINA, 2009). Os principais ramos econômicos de Diamantina, geradores de emprego, são aqueles focados no setor terciário. O comércio, os serviços e a administração pública são os que mais contratam trabalhadores, sendo onde “[...] é encontrado, também, um maior valor salarial, tendo no comércio cerca de 39,45% do total de pessoal ocupado” (DIAMANTINA, 2009, pp.15-16).

Em Diamantina, assim como em outros locais no Brasil, a geração de emprego é maior no setor terciário, haja vista que a cidade hoje possui um centro comercial diversificado que se renova com o fomento ao turismo. Vale ressaltar que, com a decadência econômica advinda da mineração e com o baixo dinamismo dos setores econômicos salientado, passou-se a acreditar que o turismo poderia ser o novo vetor de desenvolvimento e crescimento locais (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012).

A atividade é impulsionada pelos bens tombados, principalmente na sede, detentora de rico acervo arquitetônico e urbanístico, que justificou não apenas o tombamento de seu núcleo histórico em nível federal, mas também mundial. O município possui um acervo histórico que abrange desde exemplares da arquitetura religiosa, oficial e civil, até um importante patrimônio imaterial em termos de costumes, festejos e práticas sociais.

Os bens tombados na cidade são expressivos, compreendendo uma (01) praça, quatro (04) residências, sete (07) igrejas, um (01) mercado e o conjunto arquitetônico e urbanístico da parte central da cidade de Diamantina; como se registra no livro do tomo do IPHAN, listados no Quadro 01.

QUADRO 01: BENS INSCRITOS NO LIVRO DO TOMBO DO IPHAN.

Bens Inscritos no Livro do Tombo do IPHAN	
01	Casa na Praça Juscelino Kubitschek
02	Casa na Rua Francisco Sá, 50
03	Casa com forro pintado
04	Casa da Chica da Silva
05	Casa do Padre Rolim
06	Diamantina, MG: Conjunto Arquitetônico e Urbanístico
07	Igreja de Nossa Senhora das Mercês
08	Igreja de Nossa Senhora do Amparo
09	Igreja de Nossa Senhora do Carmo
10	Igreja de Nossa Senhora do Rosário
11	Igreja de Santana
12	Igreja de São Francisco de Assis
13	Igreja do Senhor do Bonfim
14	Mercado de Diamantina

Fonte: IPHAN (2012).

Organização: ALVES, R. C. (2013).

Neste momento cabe a reflexão de Costa (2009), que destaca que cidades com a presença de patrimônios culturais, aqui se destacando Diamantina, tem na atividade turística o seu maior arsenal econômico, especialmente no fim do século XX e início do XXI, começando a serem percebidas como elementos que promovem a expansão do capitalismo.

Diante da possibilidade de dividir, com toda a sociedade, as diversas expressões da cultura imersa em Diamantina, mesclada como a possibilidade de criação de renda, a atividade do turismo aí é potencializada. Então, o poder público busca oferecer os bens para a sociedade (DIAMANTINA, 2009).

Tal realidade é percebida pelo turista quando este se aproxima da entrada da cidade e se depara com um “*outdoor*” que anuncia: “Diamantina é uma cidade que se preserva e se moderniza”, conforme destaca a Figura 33. Ou seja, busca respeitar e ofertar os seus patrimônios, numa política de compreensão e compactuação com as leis patrimoniais, sem marginalizar-se de buscar novos meios que propiciem a modernização urbana e uma infraestrutura necessária para atender a todos. Além de promover o uso dos seus patrimônios a fim de oferecer uma funcionalização prática que venha ajudar na conservação.

FIGURA 33: Entrada da cidade (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Para ofertar qualidade nos serviços do turismo, diversos investimentos foram realizados no município, especialmente no setor hoteleiro e gastronômico. Esse impulso dos serviços e comércio resultou numa “[...] outra conformação ao mercado de trabalho, o que reforça hoje a

grande abrangência do setor terciário e a importância desta atividade que leva o município a tratá-lo com muita atenção” (DIAMANTINA, 2009, p.23).

Tal busca pela valorização e universalização da cultura, aliada à busca pela dinamização econômica em Diamantina, a fez se destacar no cenário nacional em termos turísticos. Pois, conforme a Agência Minas (2013), o município tem 78,6% de aproveitamento na dimensão de aspectos culturais, em relação às variáveis: produção cultural associada ao turismo, patrimônio histórico e governança. Uma média expressiva, pois a média nacional foi de 55,7%. Esses dados estão contidos em pesquisas elaboradas pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Nacionais (SEBRAE), destacando que o grau de competitividade turística de Diamantina não deixa a desejar se comparada a qualquer outro centro nacional.

Na mesma pesquisa, além dos aspectos culturais, também foram avaliadas doze (12) dimensões destinadas a captar as informações dos indutores do turismo no município, a saber: infraestrutura geral, acesso aos patrimônios, serviços e equipamentos turísticos, atrativos turísticos, “*marketing*”, políticas públicas, cooperação regional, monitoramento dos bens, benefício para a economia local, capacidade empresarial, aspectos sociais e aspectos ambientais que oferecem qualidade de vida aos moradores e turistas. Em todas as dimensões pesquisadas, a cidade de Diamantina figura como detentora de condições adequadas e suficientes para promover a indução ao turismo.

Na pesquisa, a sede municipal se destacou no estudo nas dimensões de infraestrutura geral e cooperação regional, tendo obtido índice de 70,2%, (aliás, acima da média nacional que é de 63,3%), em serviços considerados essenciais para a atividade turística como: saneamento básico, eletricidade, rede de informação e comunicação sobre o turismo, hospitais, postos de saúde e segurança. Quanto à avaliação sobre o envolvimento dos atores do turismo, sociedade, governos, empresários, trabalhadores, instituições de ensino, turistas e comunidade, esta alcançou 60,8% (também acima da média nacional que é de 48,9%).

O número de turistas no município, principalmente na sede, aumenta paulatinamente, principalmente pela reprodutibilidade dos monumentos e do patrimônio através da mídia. Realidade que Souza (2008) destaca como em crescente processo, principalmente pela grande difusão da imagem do município por meio da difusão em “*sites*” concedendo propagação para além do Estado de Minas.

Para a referida autora, a veiculação de Diamantina e seus patrimônios ocorre nas rádios, televisão e jornais, mas o incremento do uso da “*internet*” nas iniciativas de

divulgação realizadas pela prefeitura, dos hotéis, pousadas, restaurantes, gestores de eventos e empresas turísticas, ampliaram a visibilidade do patrimônio e aumentou, com isso, o público visitante no município. Foi também promovida, nesse processo, a interação entre os elementos tombados, a produção coletiva de informações sobre estes e “[...] contribuindo para uma maior amplitude da difusão da Diversidade Cultural, revelando a riqueza de suas arquiteturas, remetendo lazer no desfrute do tempo livre do turista” (SOUZA, 2008, pp.03-04).

A prefeitura impulsiona a presença de turistas no município, principalmente ao desenvolver o Plano Municipal de Turismo que, teoricamente, direciona as ações no sentido de intensificar e qualificar o setor da atividade. Além dos esforços coletivos que envolvem as esferas municipal, estadual e federal que fomentam projetos, tal como o Instituto Estrada Real. Instituto este que atua na cidade na promoção do turismo, integrando-o à mesma atividade no circuito da Estrada Real, “[...] buscando criar oportunidades de negócio para a sociedade local” (DIAMANTINA, 2009, p.33).

Para Diamantina, é interessante integrar-se ao circuito da *Estrada Real*⁶⁹, pois ao longo do seu percurso pode-se usufruir de belas paisagens culturais que reúnem significativo patrimônio histórico material e imaterial, representado por construções isoladas, tanto nas áreas rural e urbana, entre vilarejos e distritos que fizeram parte dos arraiais que deram identidade às Minas Gerais (CALDEIRA & ABREU, 2009).

Oliveira (2009) destaca que um dos interesses de quem vai para Diamantina está relacionado à busca por conhecer algum percurso através, principalmente, de caminhadas que podem ser realizadas entre pontos que representam a Estrada Real. O autor afirma, ainda, que no percurso da Estrada Real o turista faz mais que conhecer monumentos e ou patrimônios históricos tombados. O percurso propicia ao turista conhecer mais a vida do mineiro, seus costumes. E de acordo com Oliveira (2009, p.13), é um trajeto que:

[...] saindo para a estrada podemos conhecer um “pedacim” mineiro, e este começa assim: uma igrejinha desponta no alto da colina. Na entrada do povoado, uma cena bucólica: cigarro de palha no canto da boca e chapéu, um lavrador aprecia, entre uma prosa e outra, a “marvada” cachaça. Dá para ouvir os estalos da língua batendo no céu da boca. Parece ser das boas. Ele está sentado num banquinho feito de pedaço de tronco, bem na frente de um boteco de portas altas e escancaradas. Ao redor dele, outros senhores. Mais cigarrinhos, muitas caninhas. Em Minas, é assim, fala-se muito no diminutivo. Na praça de jardim zeloso, duas senhoras carregam potes de compotas. Dentro deles, tem goiaba e jabuticaba. Na janela lateral, uma

⁶⁹ Para Caldeira & Abreu (2009) a Estrada Real retrata o percurso utilizada pela Coroa Portuguesa no período colonial, deixando em evidência locais onde o poder do Estado se fez presente em pontos de cobrança, seja através da requisição de pedágios, dos direitos de entrada de trabalhadores, ou pelo quinto do ouro.

criança sapeca acena para o visitante. Logo franze a testa. Faz carão. O olhar não nega. Desconfiado, o moleque se recolhe mais que depressa para o interior do quarto de dormir. Nem acena um tchau. Cenas como essas vagam por um cenário de casarões históricos, montanhas e exuberância verde. Se bater cansada, estacione o carro diante de uma venda e, quando se der conta, você terá embarcado noutra viagem, esta pautada por causos costurados por inúmeros “uai” e “sô”. Lá, todo mundo tem ao menos um para contar. Há um vilarejo ali. Antes de cruzar a ponte, o barulhinho da água denuncia. Tem mais cachoeira. E das bitelas, como se anuncia “grande” por esse Brasil caipira. Boa pedida para sacolejar a poeira e recarregar corpo e alma de energia das boas. Entre uma parada e outra, mirantes para aproveitar (ainda mais) a paisagem. Bom saber que, até mesmo da janela do carro, ela nos acompanha por todo lado. Na Estrada Real, gostoso é se perder e se surpreender, sem pressa de chegar.

Em Diamantina, podemos destacar como um dos principais trechos da Estrada Real o imponente Caminho dos Escravos, que, aliás, constitui importante atrativo para os turistas (FIGURAS 34 e 35).

FIGURA 34: Caminho dos escravos e a Estrada Real (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

FIGURA 35: Caminho dos escravos (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

As Figuras 34 e 35 representam a antiga rota que ligava o Arraial do Tijuco à Vila de Mendanha, a qual possibilitava o escoamento da extração de diamantes. Este caminho, como destacam as histórias contadas por moradores e guias turísticos, foi utilizado pelos tropeiros que abasteciam o Tijuco com suas especiarias. Ele guarda a peculiaridade de ter um calçamento construído pelo trabalho escravo no início do séc. XIX, através de pedras retiradas de afloramentos rochosos da região. Atualmente, a prática do turismo é muito comum aí, e o caminho é cercado por exuberante vegetação que aparece ao longo de todo o percurso (FJP, 2004).

Vegetação esta que constitui outro capítulo do turismo no município, pois a riqueza de plantas endêmicas propiciou, ali, áreas protegidas por legislação Federal, como as áreas de preservação permanente (APP), as áreas de preservação ambiental (APA) das Águas Vertentes e da Serra dos Cristais, além do Parque Estadual do Biribiri e o Parque Nacional das Sempre-Vivas, os quais atraem um contingente significativo de turistas para a região nos fins de semana (DIAMANTINA, 2009).

Dentre as diversidades naturais do município, destaca-se ainda a gruta do Salitre, outro ponto da Estrada Real. Trata-se de feição geomorfológica que está em evidência na Figura 36, que corresponde a um conjunto de grandes formações rochosas no embasamento cristalino que chega a formar “*canyons*”. Gruta que constitui um dos principais pontos atrativos do município, sendo mais conhecida através de passeios promovidos pelos agentes do turismo rural (FJP, 2004).

FIGURA 36: Gruta do Salitre (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Outro lugar que atrai muita atenção de turistas no município é o Cruzeiro da Serra que se situa numa altitude de aproximadamente 1300 metros, e bem próximo do Pico do Itambé, proporcionando uma bela vista panorâmica do perímetro urbano (FIGURA 37). O Cruzeiro foi construído em cima de rochas, num dos pontos mais elevados do município, como se observa pela Figura 38. A vegetação predominante na região é o Cerrado, com a presença de matas pluviais e de espécies de orquídeas (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012).

À noite, do centro da sede, dá para se avistar o Cruzeiro iluminado, clareando, dentre as serras, as casas de Diamantina, integrando o conjunto cênico da cidade. Vale ressaltar que no mês de maio é realizada, ali, a festa de Santa Cruz, quando a população local realiza rezas e levanta mastros (FJP, 2004).

FIGURA 37: Vista panorâmica de Diamantina (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

FIGURA 38: Cruzeiro de Diamantina em 2013 (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

Pesquisa realizada pelos professores Silveira e Medaglia (2012), do departamento de turismo da UFVJM, sobre as motivações que levam os turistas a visitar a cidade de Diamantina, constata que a presença de parques, grutas e cachoeiras é uma dessas motivações, sendo estes lugares potencialmente apreciados pelos turistas, embora a maior motivação deles seja conhecer a cultura e a arquitetura que são marcos da cidade.

Histórias como a da ex-escrava Chica da Silva, com diferentes enredos sobre sua personalidade, destacam-se dentre tantas outras no município, principalmente pelos inúmeros filmes, livros e “causos” sobre sua beleza e poder na época do Tijuco. Além da curiosidade em conhecer um pouco mais da intrigante história desta mulher, sendo a sua casa um ponto fundamental de visitação pelos turistas, principalmente porque esta expõe seus acervos pessoais e retratos pintados a óleo.

Rainha, heroína, perdulária, megera ou devoradora de homens? Chica da Silva não foi a mulher de vida extravagante retratada nos romances, no cinema e na televisão. Mestiça, ora descrita como mulata, ora como parda filha da negra Maria da Costa com o português Antônio Caetano de Sá, ela nasceu escrava. Foi vendida ainda menina ao médico português Manuel Pires Sardinha, onde passou o início de sua adolescência como escrava doméstica. Como era usual em sua época, escravos por volta dos sete anos já dominavam algum ofício aprendido com adultos. Teve seu primeiro filho, Simão, em 1751, com Manuel Pires Sardinha tendo sido vendida posteriormente a João Fernandes de Oliveira. Em 1753 teve sua alforria concedida por João Fernandes. Com ele Chica teve treze filhos entre 1755 e 1770 (prole numerosa em tão curto espaço de tempo destoa do estereótipo de sensualidade ao qual costuma ser associada). A ex-escrava ingressou em irmandades que, segundo seu estatuto, deveriam ser exclusivas da população branca, e também criou suas nove filhas no melhor estabelecimento de ensino da região. Levou uma vida próxima das senhoras brancas da sociedade mineira do século XVIII. Tornou-se proprietária de casa e chegou a possuir mais de cem escravos, quantidade elevada mesmo para os padrões da elite. Sua história se perpetuou em todo o Brasil, sendo um marco importante para Diamantina e sua cultura [...] (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012, pp.21-22).

Outro ponto importante que leva o turista a conhecer Diamantina é especialmente pela chance de ter contato com a história do ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, ao visitar a casa onde morou quando era menino. Casa localizada na Rua de São Francisco, sendo que em seu interior preservam-se mobiliários da época, com uma cozinha que destaca o fogão a lenha, além do antigo quarto do presidente que contém seus objetos pessoais. Os demais cômodos da residência são usados para exposições relativas à biografia do ex-presidente, bem como relacionadas a eventos constituintes da história do município e do Brasil, destacando-se projetos e obras que Kubitschek planejou ou empreendeu (SOUZA, 2008).

Nesta casa, conhecida como museu J. K., o turista conhece a história de Diamantina e do Brasil em meio a documentos políticos, objetos e monumentos, ao som de música ambiente, como o ritmo do “*bolero*” do qual o ex-presidente era admirador, oferecendo-se aí, ainda, no sobrado do prédio, o tradicional café com o típico pão de queijo do vale (FJP, 2004).

Outro ponto bem visitado na sede é a Rua da Quitanda, criada para ser o mercado das quitadeiras. Esta rua que se localiza no coração do centro histórico de Diamantina é como se fosse um marco de sua identidade arquitetônica, pois possui belos sobrados coloniais, além de charmosos cafés e livrarias que proporcionam ao turista um ambiente romântico e agradável (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012).

Próximo à Rua da Quitanda há outro ponto que chama a atenção dos turistas pela sua história, o famoso Beco do Mota, local que, no passado, era ponto de encontro de gigolôs, mancebos e cafetinas. É um local boêmio, onde à noite se ouviam os sons dos bandolins e violões, marcados por encontros proibidos, sendo singular pelas diferentes cores que formam a aquarela da rua, num cenário autenticamente colonial, conforme ilustrado pela Figura 39. O local aguça ainda o imaginário do turista pelos postes com lampiões, vasos de flores nas sacadas das janelas, e pelas diversas texturas que enfeitam as cimalhas das residências (IPHAN, 2012).

FIGURA 39: Rua Beco do Mota com vista para a Catedral Metropolitana (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Entre as casas, ruas, ruelas e as paisagens do município, as praças constituem pontos essenciais para o turismo e para o turista, por corresponderem a locais de encontro, descanso e apreciação do ambiente. No centro da cidade existe uma pequena praça com uma estátua de J. K., em tamanho natural, que atrai os olhares das pessoas pela riqueza de detalhes que a constituem, além deste personagem ser considerado como o grande filho de Diamantina.

A estátua que o turista encontra nesta praça representa um homem trajando um terno com a mão esquerda no bolso do colete, e a mão direita segurando um papel dobrado, simbolizando, provavelmente, um documento ou uma pauta de música, como relatam os moradores locais. Possui os pés um diante do outro, como se estivesse caminhando, e um olhar voltado à esquerda, chamando a atenção e tomando um tempo considerável daqueles turistas que tentam interpretar o que J. K. queria dizer ao adotar tal fisionomia.

Além da estátua, compõem a paisagem da praça um banco corrido de alvenaria, ilhas ajardinadas e palmeiras. Há também lampiões antigos que dão à estátua um efeito especial, de maior requinte (DIAMANTINA, 2009). Essa praça é um dos locais mais apreciados pelos seresteiros e é palco do Dia da Seresta, que acontece todos os anos na cidade. Vale ressaltar que a musicalidade constitui outra motivação para os turistas conhecerem Diamantina.

A musicalidade, seja pelas serestas, “*vesperatas*”, festas religiosas, é uma prática social que ali atravessou séculos e, até os dias atuais, em Diamantina, a música se faz presente em todos os rituais de passagem da vida das pessoas; desde os nascimentos, as festas de batizados, reuniões de aniversários, noivados, casamentos, e as diversas formaturas, tornando-se um elemento inseparável das manifestações e dos encontros realizados pela sociedade local (GUIMARÃES, 2006).

Em Diamantina, a música destaca-se, pois esta terra tem um filho que é um dos mais importantes representantes da música sacra mineira do século XVIII, José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita (1746-1805), organista, regente e compositor brasileiro. Além disso, a cidade também marcou a história do emblemático “Clube da Esquina”, composto por músicos mineiros como Milton Nascimento (1942), Salomão Borges Filho (1952), Fernando Rocha Brant (1946) e Márcio Hilton Fragozo Borges (1946). Conforme Santos (2007, p.72) destaca, Fernando Brant compôs as famosas músicas “[...] “Paisagem na Janela”, “Beco do Mota” e “Sentinela em viagem” com o grupo de amigos, em uma de suas viagens, feitas a Diamantina”. E em especial a música “Paisagem na Janela” foi criada no antigo Grande Hotel de Diamantina localizado entre a Rua da Quitanda e o Beco do Mota (FIGURA 40).

FIGURA 40: Grande Hotel, Rua da Quitanda (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

FIGURA 41: Músicos na Rua Beco do Tecla (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

Os músicos e compositores Lô Borges e Fernando Brant se hospedaram em um dos quartos, cuja janela fica frente à Catedral Metropolitana, daí se avistava, ainda, o cemitério municipal, que são elementos que fazem parte da música, reconhecida por muitos brasileiros. Ainda segundo Medaglia e Silveira (2012, p.105):

O Grande Hotel localizado na Rua da Quitanda hospedava o clube da Esquina e foi em um dos seus quartos que Lô Borges se inspirou e juntamente com Fernando Brant, ambos do Clube da Esquina, compuseram a música Paisagem na Janela que retrata algumas belezas diamantinenses [...]

A seresta é outra atração que capta olhares e proporciona diversas sensações aos turistas. Hoje, existem cinco grupos seresteiros (FIGURA 41) em Diamantina, os quais se reúnem às sextas-feiras no centro histórico colonial; no sábado de manhã, no mercado; e no

domingo, no Beco do Mota, cultivando o amor à música enquanto herança familiar. São pessoas simples que contam e cantam muitos causos com suas violas, violões, sanfonas, tambores e tamborins, alegrando os moradores e turistas com suas apresentações (DIAMANTINA, 2009).

Ao longo dos tempos, a tradição das serestas foi sendo reformulada na “*Vesperata*” que, em vez de apresentar cantores e instrumentistas em forma de procissão, se formata numa espécie de seresta invertida, pois os músicos ficam nas sacadas dos prédios, especialmente naqueles situados na Rua da Quitanda, enquanto o público, embaixo, assiste à manifestação artística sentado nas diversas cadeiras que compõem o conjunto das mesas de madeiras rústicas colocadas na rua. Este é um dos maiores eventos musicais que mais atraem turistas no município (DIAMANTINA, 2009).

O surgimento da “*Vesperata*” remete ao final do século XIX, mas ela voltou a ser executada na noite de 16 de agosto 1997, no momento em que o Ministério da Cultura lançou o Programa Nacional de Turismo Cultural em Diamantina. Esta manifestação cultural foi criada por artistas da própria cidade, “[...] tratando-se de encontro de bandas regidas pelos maestros, que revezam em um pequeno palco, postado na calçada, próximo ao público que se acomoda na rua apreciando a bela e original apresentação musical” (MEDAGLIA & SILVEIRA, 2012, p.77).

Para Santos (2007), a “*Vesperata*” tornou-se tão importante que é considerada um dos produtos culturais da cidade mais procurados, havendo uma comissão que a planeja e toma as decisões sobre o evento para potencializar a vinda de turistas e toma decisões a respeito de questões, tais como: calendário oficial, apresentações extras, valor de venda das mesas, projeto de instalação de sons, dentre outros.

A “*Vesperata*” requer muito cuidado em sua organização, pois os dias das apresentações não podem coincidir com feriados e datas especiais, como o Festival de Inverno da UFMG, Semana Santa e Carnaval. O evento só pode ser realizado em estações do ano apropriadas “[...] e não poderá ocorrer nenhuma apresentação em feriados ou datas comemorativas porque, nestes períodos, os estabelecimentos recebem seus clientes” (SANTOS, 2007, pp.72-73). Vale ressaltar ainda que:

[...] no tocante à operacionalização da Vesperata, a Prefeitura de Diamantina, através da Casa da Cultura, é responsável pela cessão do local, pela logística do evento como o fechamento da Rua da Quitanda ao tráfego, pela segurança, limpeza e fiscalização do evento. É também responsável pela aprovação das normas de conduta que regem a organização da Vesperata. Estas são criadas por uma comissão formada por um representante do segmento de hospedagem, um dos segmentos de alimentos e bebidas, um das sacadas das casas da Rua da Quitanda, um da Prefeitura e outro das lojas de artesanato (GUIMARÃES, 2006, p.57).

A “*Vesperata*” atrai olhares de turistas, de muitos comerciantes e moradores, uma vez que existe aí a possibilidade de venda de produtos artesanais; o evento propicia o maior número de hóspedes alojados em pousadas e hotéis, dentre uma diversa cadeia de serviços que são, então, oferecidos (DIAMANTINA, 2009). Ou seja, a musicalidade abrange a universalização da cultura e a possibilidade de incremento financeiro no município. Vale ressaltar, a propósito, que:

As apresentações da Vesperata não trazem recursos somente para os hotéis e restaurantes, também são beneficiados os donos de quitandas e sacolões que vendem para hotéis e restaurantes, as lojas de artesanato, os ambulantes que vendem produtos no evento e na cidade, os artistas locais que são contratados pelas pousadas e bares para tocarem, os taxistas, etc. [...] (SANTOS, 2007, p.86).

Diamantina, com seu inigualável valor histórico é, sem dúvida, uma das mais ricas cidades enquanto conjunto cultural que envolve paisagens naturais, um belo acervo arquitetônico, rica musicalidade e também o peculiar artesanato e a arte gastronômica das Minas Gerais.

Vale ressaltar ainda que a produção artesanal realizada aí é, em grande medida, para aproveitar “[...] a mão de obra ociosa do sexo feminino de baixa renda da cidade” (FJP, 1976, p.08), e a atividade consegue, até, consolidar uma associação de artesãos que busca atender à demanda dos turistas em busca de “*souvenirs*”.

Estes “*souvenirs*” incluem desde produtos confeccionados através da arte de manejar e esculpir o barro, a produtos de tecelagem, crochês, bordados, cestarias, brinquedos em madeira, esculturas de quartzo, bijuterias, trabalhos em palha e as típicas flores da região denominadas sempre-vivas (FIGURAS 42 e 43), uma planta que se destaca no município, pois são colhidas as suas flores conhecidas como chuveirinho, sendo aplicadas no artesanato local (DIAMANTINA, 2009).

FIGURA 42: Produção artesanal com a flor da planta Sempre-viva (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

FIGURA 43: Planta Sempre-viva (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

A beleza das sempre-vivas é retratada por Andrade como:

[...] vivas, lindas e procuradas florinhas silvestres, comuns nos campos diamantinenses e hoje quase que desaparecidas dada a sua procura (pelos artesãos) e venda, principalmente para o exterior. Fazendo delas produtos e lindos presentes (ANDRADE, 1982, p.73).

Dentre este universo cultural, os turistas ainda são atraídos pelas festividades no mercado (antigo pouso dos tropeiros) às sextas-feiras à noite, e no sábado de manhã, quando diamantinenses e turistas se reúnem para compartilharem a cultura mineira e para saborearem as deliciosas quitandas, o que é possibilitado pela presença da feira de produtores rurais.

Dentre os produtos apreciados, ali há uma diversidade de cachaças, queijos, mel, castanhas, doces, biscoitos (fritos, de chuva, peta, dentre outros) e produtos que podemos considerar exóticos, como o broto de samambaia (*Pleopeltis pleopeltifolia*), gambá (*Petiveria*

alliacea) e ora-pró-nobis (*Pereskia aculeata*). Os turistas ainda são presenteados com uma “boa dose” de música, com apresentações de grupos folclóricos e cantores locais (DIAMANTINA, 2009).

Em Diamantina, a religiosidade é um atrativo turístico muito forte onde vale ressaltar a exemplo, a “Festa do Divino Espírito Santo que é em tradição religiosa e cultural que teve início há mais de dois séculos atrás, onde, na cidade, é realizado cultos litúrgicos na Capela Imperial do Amparo, que passou a ser conhecida popularmente como “Capela do Divino”. A referente festa é realizada segundo a crença popular, onde o Imperador, sua família (que é escolhido através de um sorteio inspirado pelo Divino Espírito Santo) e fiéis - entre “*insiders*” e “*outsiders*” - abre o cortejo empunhando a Bandeira do Divino, conservando, ainda, as tradições da distribuição do “Bolo de Arroz” após a Missa da Alvorada no primeiro dia das novenas; seguindo-se toda a parte religiosa e folclórica, numa volta ao passado do Brasil colonial.

A variedade cultural faz com que Diamantina receba anualmente 160 mil turistas, devido à riqueza de suas paisagens e seu patrimônio histórico, ampliada pela diversidade de suas histórias, particularidades do seu artesanato, fusão da simplicidade e da sofisticação de suas manifestações musicais, religiosidade, e pela gastronomia mineira que é peculiar (AGÊNCIA MINAS, 2013).

Percebe-se, então, que o reconhecimento da história, através dos tombamentos efetivados pelo IPHAN e a UNESCO em Diamantina, possibilitou a universalização da cultura e proporcionou, em certa medida, o sustento de muitos homens e mulheres da sociedade local através dos serviços que ali se instalam e que surgem pela atividade turística.

O patrimônio, associado ao turismo, passa a ser um importante catalisador de empreendimentos para a cidade e empregos para seus moradores, uma vez que a atividade do turismo passa a se tornar expressiva quando Diamantina recebe o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1999, pois com tal reconhecimento os investimentos nos setores do comércio e serviços foram reais.

Investimentos esses que promoveram a reconfiguração do mercado de trabalho diamantinense, conforme aponta a *pesquisa*⁷⁰ intitulada: “*Evolução do mercado de trabalho*

⁷⁰ Os pesquisadores utilizaram duas bases de dados para análise do mercado e oferta de trabalho em Diamantina, sendo através do número de (i) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que forma o perfil dos estabelecimentos comerciais, e a (ii) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dentre os anos de 1997 até 2008. Direcionando análises para os dados referente aos setores do comércio e serviço, pesquisando, também, as principais empresas e ramos ligadas ao turismo na cidade, situadas principalmente nos: hotéis, pousadas, restaurantes, bares e comércio de artesanato.

no turismo em Diamantina: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local”, dos economistas Mendonça; Bernardes e Costa, publicada em 2008.

A referente pesquisa, a propósito, afirma que antes do reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade, entre 1997 a 1998, o mercado de trabalho em Diamantina demitia mais do que admitia. Somente a partir:

do ano de 1999, quando a cidade foi elevada à categoria de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO), o mercado de trabalho voltou a contratar mais do que demitia, derivado, dentre outros motivos, pela atividade e presença, cada vez maior, do turismo [...] (MENDONÇA; BERNARDES & COSTA, 2008, p.11).

Para se ter ideia da importância da atividade do turismo para a geração de emprego, a partir do ano de 2000 os setores do comércio e serviço tiveram o seu estoque de emprego elevado, chegando aos 4812 empregos formais, ultrapassando os 3342 gerados em 1998. Além disso, entre os anos de 2001 a 2007 o subsetor comércio varejista cresceu 23%, e o de alojamento e alimentação, 25%. A pesquisa afirma, ainda, que entre 1999 a 2008 Diamantina teve um aumento de 61% em empregos gerados, em sua maioria suprimindo a mão de obra local.

Desta forma, o Capítulo 05, que se segue, procura discutir e analisar a importância do patrimônio para a construção da identidade do morador local, sua relevância para a geração de renda no município, além de analisar as tensões sociais eventualmente geradas por tal dinâmica; procurando contextualizá-las no âmbito dos objetivos que impulsionaram a construção deste trabalho.

Capítulo 05

Patrimônio de Diamantina (Diamantina/MG).
Fonte: Arquivo Zé da Sé (2013).

Os Patrimônios de Diamantina/MG e suas nuances na formatação da identidade local



"É o povo dessa cidade que faz o patrimônio ser significativo. É a alegria desta gente dos Sertões que torna a história uma vitrine de emoções"
(SILVA, 2003, p.119).

A discussão que envolve esta natureza de trabalho, principalmente através do uso das categorias geográficas: paisagem e lugar, e de temários que se entrelaçam entre: memória, patrimônio e turismo, é recorrentemente polêmica na Geografia, em especial no sub-ramo da Geografia Cultura, pois muitos podem perceber a cultura impregnada na paisagem; aqui compreendida como o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico, através do contexto de sua mercantilização, dando ênfase ao processo de massificação e cenarização da cultura. Mas, centrar-se a discussão apenas neste processo é, de certa maneira, marginalizar a essência das grafias desenhadas no espaço que se materializam pelas paisagens, tornando as representações do homem no mundo como meros elementos e/ou objetos de cunho comercial.

Por outro lado, torna-se notório que, cada vez mais, presenciamos a utilização do patrimônio como elemento que proporciona a potencialização e criação de uma rede de estabelecimentos comerciais em várias cidades dotadas de bens reconhecidos e tombados pelo IPHAN e/ou UNESCO. Mas, o fetichismo que existe em destacar apenas a sua mercantilização recai em esquivar de perceber os benefícios que os patrimônios, neste contexto em questão, proporcionam aos moradores locais, principalmente através da atividade turística que, também, viabiliza um arsenal de serviços e atividades que dinamizam a vida econômica e social destes “*locus*”.

Por este motivo, o título do referente capítulo inclui a palavra “*nuances*”, referindo-se às gradações dos sentidos socioculturais que (re)qualificam e/ou afirmam o sentido do homem no lugar, e as diferentes reações que são provocadas através da exposição dos patrimônios de Diamantina/MG aos “*outsider*” e “*insiders*”, tentando expressar as diferenças e/ou similaridades entre o uso do patrimônio, no contexto de uma relação a que se envolvem, por um lado, a pertença do homem ao lugar, e, por outro, a mercantilização da paisagem.

Neste segmento do trabalho, buscamos refletir e problematizar sobre a importância do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina, tentando compreender, também, quais os impactos (positivos e negativos) gerados pela atividade do turismo cultural, através da exposição dos patrimônios, afetando a vida dos moradores e interferindo, por sua vez, em seus laços de afetividade com o próximo e com o seu lugar.

Dessa forma, adotamos como procedimentos metodológicos para a operacionalização da investigação: pesquisas bibliográficas, aplicação de questionários semiestruturados de cunho quanti-qualitativo e entrevistas não diretivas (em reconhecimentos de campo) para cidadãos, autoridades, comerciantes locais e turistas. Esta busca foi feita, em paralelo,

objetivando perceber a importância socioeconômica e cultural do patrimônio de Diamantina e suas tensões sociais derivadas da atuação, aí, do turismo cultural.

Destaca-se, nesse contexto, a execução de ensaios etnogeográficos, com suporte iconográfico, para alguns moradores de dois bairros de Diamantina, objetivando perceber a relevância do patrimônio como elemento para a construção da identidade local e como elemento que venha emergir, num contexto de reflexão íntima e memorialística, um sentimento de pertença do homem ao lugar.

Vale ressaltar que os procedimentos metodológicos desenvolvidos foram executados durante a realização de um total de doze (12) trabalhos de campo, efetuados entre os anos de 2012 e 2013, conforme descritos no Quadro 02. E, naturalmente, foram realizadas a sistematização e a contextualização dos dados e das informações obtidos ao longo destes trabalhos “*in loco*”.

QUADRO 02: TRABALHOS DE CAMPO REALIZADOS EM DIAMANTINA/MG.

Trabalhos de campo realizados em Diamantina / 2012 – 2013		
ANO	MÊS	ATIVIDADES
2012	Março	Reconhecimento de campo
	Julho	Ensaio etnogeográfico com moradores
	Agosto	Ensaio etnogeográfico com moradores
	Setembro	Ensaio etnogeográfico com moradores
2013	Fevereiro	Retorno ao campo para observação da dinâmica/cotidiano local
	Março	Aplicação de questionários - turistas
	Maio	Aplicação de questionários - comerciantes
	Julho	Aplicação de questionários - moradores
	Agosto	Visita aos moradores que participaram dos ensaios etnogeográficos
	Setembro	Entrevistas não diretas - autoridades e secretários municipais
	Outubro	Entrevistas não diretas - autoridades e secretários municipais
	Dezembro	Retorno ao campo após tabulação dos dados para reflexão

Fonte: Pesquisa direta (2012; 2013).

Organização: ALVES, R. C. (2014).

Desse modo, seguem os dados da pesquisa e algumas reflexões iniciando através dos ensaios etnogeográficos. Porém, antes faz necessário destacar a relevância desses diálogos, a escolha dos sujeitos diamantinenses e como esses ensaios são apresentados.

5.1. Ensaios etnogeográficos - a memória como resgate da vida: algumas observações.

Buscando perceber a relevância do patrimônio cultural de Diamantina, quanto elemento memorialístico e vivo, vindo a proporcionar a relação de pertença do homem ao lugar para a construção de sua identidade, se fez necessário a realização de campos que se preocupassem com os ensaios etnogeográficos. Ensaios estes que foram construídos ao longo de três (03) trabalhos de campos realizados no ano de 2012, e que conseguiu construir uma relação de diálogo e reconhecimento entre os sujeitos da pesquisa e o pesquisador.

Para Ezpelete & Rockwell (1986) os ensaios desse natureza representam um esplêndido método, pois eles têm o poder de focar o homem e suas formas de expressão sentida na relação construída entre o homem-ambiente e, sendo esses métodos capazes de oferecer - quando bem planejados e executados -, dados para condensar análises e interpretações de caráter subjetivo, adquirindo compreensão e embasamento para as leituras e interpretações do significado e da significância, qual, nesse contexto, insere ao da paisagem e ao da cultura. Facilita-se, sob a égide do ensaio a se resgatar e a se decodificar os sentimentos humanos, qual busca se faz por meio da construção da narrativa do sujeito, das suas percepções sobre o lugar e a sociedade, interagindo-se com a intenção de retratar a realidade consoante a concepção do sujeito. Sob esse ponto de vista, os ensaios permitem “[...] penetrar na intimidade dos grupos culturais, no vivido pelos homens, concretizado em visão de mundo, em histórias do mundo [...]” (ALMEIDA, 2008, p.332)

Realizar o ensaio etnogeográfico é, ao pesquisador, um constante desafio, pois, primeiramente, deve-se tentar perceber nas pesquisas destacadas sobre a sociedade diamantinense, em termos dos seus principais aspectos culturais e socioeconômicos, o que se torna um trabalho árduo devido às diferentes linhas de pesquisa, consoante a cada um dos autores.

Em segundo lugar é de se saber que a fase do convívio entre os moradores é extremamente delicada, pois com os trabalhos de campos (03) realizados, certamente alterou-se a dinâmica cotidiana desses sujeitos, e, portanto, foi preciso saber a hora de iniciar, pausar e de parar um ensaio. Esse procedimento é algo extremamente importante, pois, inevitavelmente, começamos a fazer parte do convívio do Outro, devendo “dosar” os limites e distâncias do envolvimento que a pesquisa nos proporciona (e não nos deixar-se envolver impulsivamente, sendo isso um processo de amadurecimento diário).

Realizar a tarefa do contato com o Outro é um exercício que demanda cautela e sutileza. A cada visita ao campo de estudo eram apercebidos sujeitos com feições diferentes,

dos quais escutávamos histórias (muitos relatos dos desafios de suas vidas), e, portanto precisávamos devidamente a estreitar a relação pesquisador-interlocutor.

A última fase apercebida no exercício dos ensaios etnogeográficos foi à escrita, que, devido as suas técnicas ou artes da expressão literária, tornou-se algo desafiador, fazendo-nos voltar ao campo muitas vezes, principalmente na casa da glória (Diamantina/MG), local de estadia de alguns campos, que, sem caráter dúbio, renderam-nos diversas reflexões.

Os ensaios etnogeográficos realizados foram pautados no registro das informações de forma delicada e cautelosa ao ver, sentir e ouvir o Outro. Portanto, o ver, o ouvir e o sentir o Outro não se tratou de meras ações cotidianas, mas de sentir o mundo. O ouvir, principalmente, é um processo que oferece a palavra, não para se ouvir o que quer, mas para sentir o que o Outro, em sua função de interlocutor tenha a dizer, cedendo as suas falas argumentativas dentro de um contexto especificamente oral, dialogado.

Neste intento, saber e aprender a escutar, respeitando a especificidade do interlocutor, é a principal meta do pesquisador mediante ao trabalho etnogeográfico, pois, somente através desse método é que ele “alcançará a visão que o outro tem de si e do mundo pelo saber ouvir e pela sutileza do diálogo aberto [...]” (AUGRAS, 1989, p.12). Uniarte (2013) destaca serem estes diálogos a fonte de revelação de dados ao pesquisador, pois o interlocutor, reconhecido na pesquisa como o sujeito, resgata da memória, através dos diálogos, lembranças de seu passado. O sujeito, não querendo ser visto apenas como objeto de pesquisa, cria-se uma familiaridade com o pesquisador, passando a ser um companheiro nas horas solícitas de “conversas”, evitando que essas não sejam mecanizadas e desguarnecidas sobre o que se conversa. Os diálogos realizados não tiveram limites de duração; o tempo a ser consumido foi definido de acordo com a disposição do sujeito. A grande questão do momento da experiência de ouvir o Outro seria a de respeitar a condição emocional dele, qual, encerraria quando ele não mais fazia depoimentos capazes de acrescentar aportes significativos sobre a temática levantada.

Durante o diálogo com o sujeito da pesquisa (ou interlocutor), o pesquisar deve ficar atento às feições dele e a todo o conjunto de atitudes de suas posturas e gestos, evitando, dessa forma, a perda de dados, pois todas as informações adicionais dadas pelo interlocutor são importantes para o andamento da pesquisa (TAMBIAH, 1985). E, mesmo quando o interlocutor ficava em silêncio, procurávamos perceber o seu olhar, expressões faciais, gestos (como o movimento das mãos, o distanciamento ou a sua proximidade); todo movimento que pudesse indicar o que aquele sujeito estava tentando expressar. Aliás, vale frisar que o

silêncio ou a pausa na fala revelou ser uma possível reflexão do sujeito em busca do resgate memorial, uma forma de mensurar aquilo que achava importante, ou a reflexão de que nem tudo era possível de se dizer. Vale ressaltar, a propósito, que:

[...] quando a narrativa dele é hesitante, cheia de silêncio, ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que está escutando ou de preencher as pausas. Importante destacar que a fala emotiva e fragmentada do nosso memorialista é portadora de significações que nos aproximam da verdade. Nós temos que aprender a amar esse discurso tateante, as suas pausas, as suas franjas, com fios perdidos quase irreparáveis. Bem mais que um documento unilinear, a narrativa da testemunha mostra a complexidade do real. Oferece uma via privilegiada para compreender a articulação dos movimentos da história (BOSI, 2003, p.197).

Nos primeiros momentos dessa etapa da pesquisa foram coletadas as informações em forma de descrições de tudo aquilo absorvido do interlocutor, tentando extrair quaisquer tipos de informação construídos aos diálogos a partir da experiência e vivência do sujeito, registrando as lembranças mais íntimas meadas ao mundo dele, buscando traduzir ao mundo exterior os seus sentimentos, quer através da fala e de suas feições. Esse comportamento utilizado exige, porém, sensibilidade em certa medida, justificável, pois a memória se materializa em suas falas, levando em conta as diversas variações das entonações (ora suave, outras vezes nem tanto) como maneira singular e própria do sujeito que “[...] sente, percebe, imagina, lembra, ama e toma posição diante das coisas e dos outros. Tendo uma consciência de si como ponto de identidade e de permanência de um tempo interior que retém o passado na memória” (CHAUI, 2006, p.130).

Através dos diálogos e da capacidade de o sujeito se expressar, em suas diferentes apresentações, observamos sensações reais e genuínas, capazes de chamar à atenção devida as emoções com que cada um descrevia as paisagens, o lugar, as pessoas e as formas da vida diamantinenses. As sensações construídas pelos interlocutores proporcionavam a construção do imaginário, das formas de convívio e das experiências sujeitadas por eles e a eles, na supracitada cidade.

O ensaio etnogeográfico foi construído através do resgate memorial dando valor ao mundo percebido, que, em primeiro lugar, é um espaço de qualidades e também de estranhezas, estruturado a dar forma aos sentimentos percebidos e aos valores forjados pelos sujeitos ao interagir com o mundo (BOSI, 2013). Neste processo a percepção então foi valorizada, pois a história pessoal e os sentimentos que dela emerge é a maneira do sujeito declarar/atestar que esteve no mundo. Mundo que “[...] é percebido afetivamente e valorativamente na memória, na fala e na expressão do homem” (CHAUI, 2006, p.136).

A memória evocada pelos interlocutores é entrelaçada entre a memória-fluxo-de-duração-pessoal proporcionando emergir as lembranças de fatos, pessoas e de espaços em Diamantina, cujo significado é importante a eles, seja do ponto de vista afetivo, seja do ponto de vista de fatos sociopolíticos. A memória social ou histórica, também direcionada a esse recorte territorial, devido aos seus patrimônios, passam a possuir significados para vida íntima e coletiva de seus habitantes (sujeitos desta pesquisa) executando-se, assim, “[...] narrativas do passado de uma comunidade e, portanto, só existem na mente ou na imaginação, existindo a sua memória, dentre e fora de nós, surgindo a partir da fala ou de outras manifestações” (CHAUI, 2006, p.141).

Essas memórias, portanto, não são de meras retenções de um dado, mas de reconhecimentos experimentados ou de recordações daquilo que conseguimos evocar. A função da memória não é reconstruir o tempo; pois conforme Bosi (2013) destaca, ela é uma viagem estando no presente; uma maneira de garantir a nossa identidade com a nossa maneira de entendermos o mundo através daquilo que fizemos e somos, sendo inseparável do sentimento, do tempo, da percepção e da experiência de vida aliada ao passado com a contemporaneidade.

Segundo Tuan (1983, p.09) as memórias “[...] dão colorido a toda experiência humana, incluindo os níveis mais altos do pensamento”. Em campo, a partir dos diálogos, provocamos a invocação da memória, possibilitando a escrita de tudo aquilo que podia, gravando (com o suporte de um plano de análise sendo utilizado como um norteador dos diálogos e dos pontos de observação) e anotando, em um diário de campo de capa verde, as impressões (APÊNDICE A).

O diário de campo constituiu importante instrumento para registro, tendo em vista a natureza deste trabalho. Para Falkembach (1987), ele é o companheiro inseparável da pesquisa, pois serve para anotar todas as observações de fatos, fenômenos sociais, além das reflexões e comentários. Esse instrumento, por conseguinte, colaborou para o hábito da escrita e da observação em campo, quanto aos procedimentos metódicos em buscar e captar os aspectos do local, pessoas, ações e conversas, sendo registradas no momento de suas realizações, e, posteriormente complementadas a outros estudos meticolosos.

Diante aos campos realizados, foram coletadas diversas informações, e, nesse momento foram necessárias perceber as ordem das falas, dos acontecimentos e das impressões mais relevantes. Daí, percebemos não se banal o acúmulo de informação; principalmente se

essas informações são capazes de se transformarem em dados significativos a uma dada pesquisa. Vale ressaltar, neste sentido, que:

[...] a ‘sacada’ na pesquisa ocorre quando - em virtude de algum acontecimento trivial ou não - só se produz porque precedida e preparada por uma presença continuada em campo e uma atitude de atenção viva. Não é a obsessão pelo acúmulo de detalhes que caracteriza a etnogeografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (MAGNANI, 2009, p.136).

O ensaio etnográfico dado a este estudo foi pautado numa perspectiva crítica dos fenômenos sociais, adotando-se a ele uma compreensão holística, isto é, a um método ou conjunto de métodos de descrição cultural capaz de se fazer compreender uma atividade de escrita das culturas, inferindo-se à realidade com as palavras que os sujeitos revelam, articulada entre as relações visível e dizível, se inscrevendo numa rede de intertextualidade (GEERTZ, 1989).

Compreende-se na realização do ensaio etnográfico, que esse estudo não consiste em apenas se enveredar pelo campo e oferecer o exercício da palavra deliberadamente para o Outro; mas, como destaca Uniarte (2013), este é um exercício para se ver o mundo de maneira descentrada, forma essa que se fazer entender seriamente o campo a que se quer pesquisar, quanto ao contexto em que se pretende desvendar, num tempo em que se dialoga com pessoas que conservam em seus poderes histórias devido ao certo tempo de convivência numa dada comunidade. Para isso foi preciso levar em consideração toda e qualquer palavra do interlocutor, encontrando ordens em suas falas e, depois organizá-las para transcrevê-las, fielmente, consoante às normas de uma escrita própria. Este procedimento exige uma abordagem realista e polifônica a fim de se tornar autêntica.

Nesta etapa deu-se importância também ao suporte da iconografia, pois para Barros e Koury, ela dá condição à boa compreensão de representação. Barros (2005, p.115) afirma ser “[...] uma excelente estratégia, pois desperta ao leitor os sentimentos vivos sobre um tempo passado ou ainda presente, trazendo uma rede de significados e interpretações”, bem como apresentando uma manifestação investigativa sensível e fidedigna, constituindo fontes de cunho social. Para o antropólogo brasileiro Koury (2013, p.315) o recurso da iconografia colabora para representar um cenário ou um episódio, ajudando a descrever “[...] histórias ou estórias que contam, e remetem a narrações ou narrativas possíveis e passíveis de serem decodificadas”. Conseguindo promover uma interpretação do interacionismo simbólico, que, neste estudo, assume o pressuposto de que a experiência humana é medida pela interpretação,

a qual não se dá, a propósito, de forma autônoma, mas se constrói a medida que o indivíduo se integra, obtendo-se a partir da interação a sua interpretação pessoal.

Percebe-se que a fusão entre a *etnometodologia*⁷¹, os ensaios etnogeográficos e o uso dos recursos iconográficos valorizam as pessoas e revelam os valores sociais presentes no contexto organizacional da comunidade, onde o objeto da pesquisa passa ser o sujeito (BARROS, 2004; MARCONI & PRESOTTO, 2009).

Trilhando o caminho julgado o mais adequado às abordagens que contemplam a análise cultural; a investigação está primordialmente preocupada com um enfoque qualitativo, levando-se em consideração todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. Neste contexto, Goldenberg (1997, p.53) destaca que:

[...] os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com objetivo de compreender o indivíduo em seus próprios termos. Estes dados obrigam o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, os bons resultados da pesquisa dependem da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador. A análise qualitativa deriva da possibilidade de atingir o máximo da percepção do sujeito.

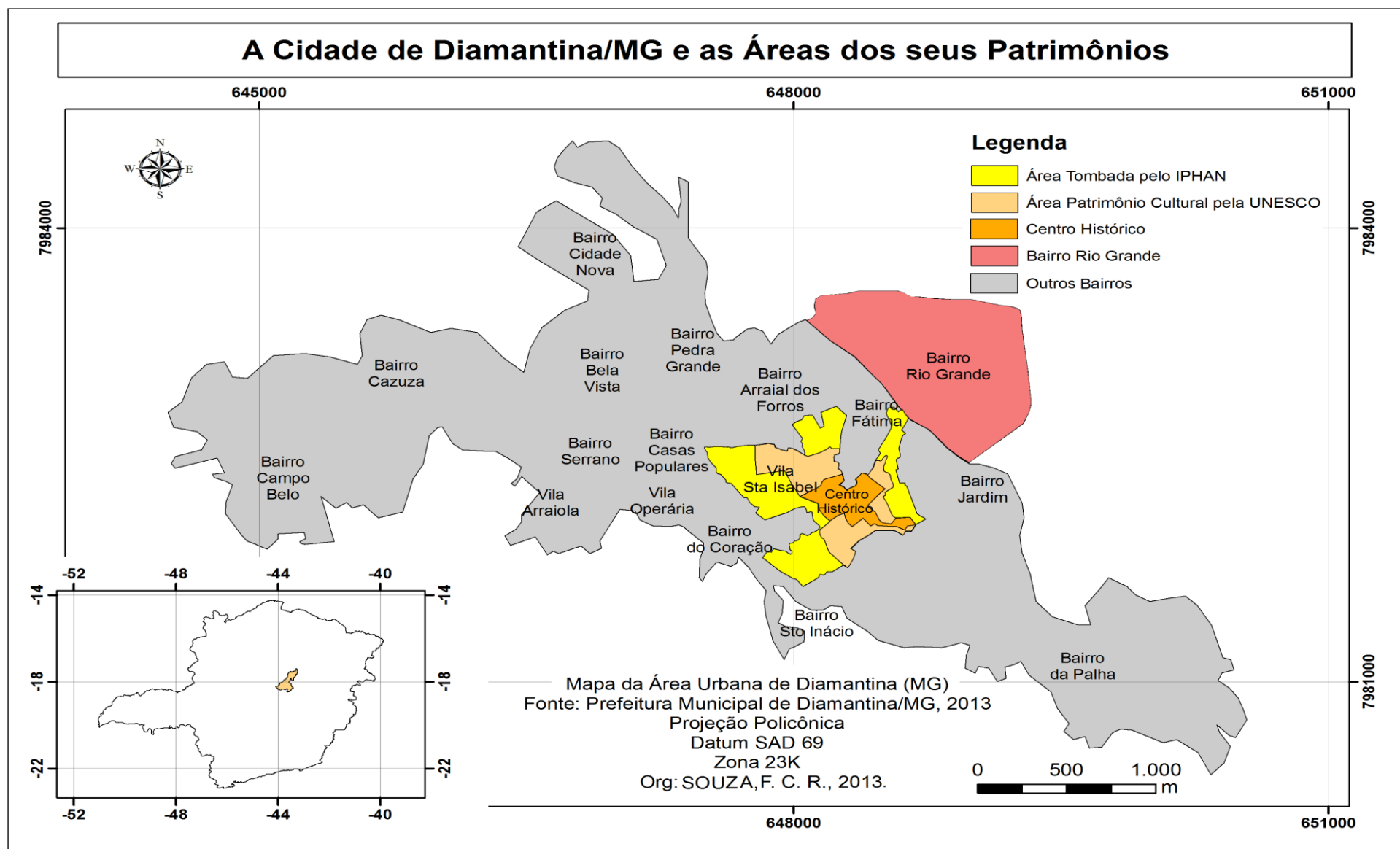
Numa metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que virão compor os diálogos dificilmente poderão ser determinado “*a priori*”, dado que tal escolha depende da qualidade das informações obtidas em cada encontro/contacto, assim como da profundidade e grau de recorrência das informações que vão sendo adquiridas. Pois, enquanto o pesquisador estiver emergindo percepções e dados que possam indicar novas perspectivas à investigação os encontros precisam ser realizados (BOSI, 2013). Em campo, deu-se por finalizado o trabalho quando foi possível identificar a importância da paisagem, no caso dos patrimônios, para os moradores, conseguindo chegar ao que Duarte (2002) descreve como ponto de saturação. E neste caso o número de entrevistados adotado para atingirmos tal estágio foi de três (03) sujeitos.

A seleção dos três (03) sujeitos ou interlocutores, para esta etapa da pesquisa, ocorreu sob base de alguns critérios, tais como: (i) serem naturais de Diamantina/MG; (ii) estarem residindo na cidade há um tempo considerável (acima de 40 anos); (iii) dois (02) sujeitos da pesquisa residirem próximo aos patrimônios históricos tombados em Diamantina, em especial no centro histórico; e (iv) um (01) sujeito da pesquisa residir em bairro contíguo ao centro.

⁷¹ Corrente sociológica que considera que a realidade socialmente construída está presente na vivência cotidiana de cada homem. E que, em todos os momentos, podemos compreender as construções sociais que permeiam a nossa história, principalmente através das conversas, realizando a investigação pela valorização do entender a vivência do Outro com o mundo (MARCONI & PRESOTTO, 2009).

Os critérios *(i)* e *(ii)* são, neste trabalho, importantes, pois, conforme Augé (2007) aponta, nascer em um lugar não é um nascer qualquer, uma trivialidade ou causalidade do destino. O homem que nasce num local, com o tempo, passa a ser designado pela residência; esta por sua vez pode provocar no homem raízes com o seu ambiente, fruto da experiência individual e coletiva que vai sendo construída, formando, assim, o seu lugar. Neste sentido, serem naturais de Diamantina e estarem, significativamente, residindo nesta cidade (destaca-se em terem os sujeitos uma idade média de 80 anos, e que não tiveram nenhuma experiência relevante de evasão temporária da cidade), remete-nos à importância do lugar. Lugar este que vai, aos poucos, sendo o espaço “[...] constitutivo da identidade, e sendo histórico para o homem a partir do momento em que o tempo, os laços e a vida vai sendo construída, ficando marcadas histórias na sua memória. Memória que com o tempo se transforma em seu mais íntimo lar” (AUGÉ, 2007, p.53).

Buscando perceber a relevância do patrimônio da cidade para a construção da identidade dos moradores, buscaram-se no critério *(iii)* dois (02) sujeitos da pesquisa que tivessem residências próximas aos patrimônios tombados e um (01) sujeito que residisse em um bairro próximo ao centro da cidade em questão, critério *(iv)*. Esses dois últimos critérios se formataram sob o atento da investigação, valendo-se da visão das diferentes fontes de percepções dos moradores residentes em regiões distintas da cidade. O fato de os sujeitos serem moradores de distintas regiões não teve o propósito de se fazer distinção entre centro e periferia. Isso foi apenas para analisar a relevância do lugar e do patrimônio para os sujeitos residentes além do centro da cidade. Pelo Mapa 03, elaborado com o propósito de destacar as regiões que abrigam elementos tombados, percebemos a justificativa dos bairros escolhidos, onde contactamos os três distintos interlocutores.



MAPA 03: A cidade de Diamantina/MG e as Áreas dos seus Patrimônios.

Fonte: Prefeitura Municipal de Diamantina/MG (2013). **Organização:** SOUZA, F. C. R. (2013).

Através do Mapa (03), podemos perceber que os elementos tombados pelo IPHAN e UNESCO estão, especialmente, na região do centro histórico da cidade (evidenciado na cor laranja), que corresponde à “*área-core*” dos patrimônios reconhecidos pelas instituições supracitadas, dado que detém, aí, um número significativo de elementos; justificando a escolha de dois (02) sujeitos residentes neste lugar para a pesquisa. E buscando outro bairro que fizesse limite com o centro, escolheu-se um (01) sujeito que reside no bairro Rio Grande (destacado no mapa em cor rosa).

A pesquisa se organiza apresentando os ensaios e os diálogos dos sujeitos que estão inclusos na íntegra (inclusive com os erros linguísticos, em termos de expressão), promovendo um diálogo entre a visão do interlocutor com a análise do pesquisador. Preocupou-se, ainda, com a garantia do anonimato dos entrevistados, onde a citação de trechos dos diálogos fará acompanhada no texto do trabalho pelas três letras iniciais dos seus nomes ou de pseudônimos (como muitos solicitaram), destacados e entre colchetes, posicionada ao final do fragmento transcrito, exemplo: (RCA, 2014); sendo, inclusive, autorizada a publicação dessas falas. Além disso, foi utilizada a interpolação, possibilitando explicações e ou comentários diante das narrativas dos sujeitos, exemplo: [estava com a mão direita no rosto, como se preocupado com algo feito no passado].

No subtópico a seguir, são apresentados os ensaios etnogeográficos realizados com os três (03) moradores diamantinenses, sendo que buscamos desenvolvê-lo numa escrita que destacasse um pouco do processo de pesquisa exercida em campo com esses moradores e as formas dos resgates das memórias que ali foram se materializando; produzindo um texto que pudesse narrar o desenvolvimento dos ensaios.

Vale destacar, neste sentido, que a narrativa imita a vida, e esta não se limita à reconstrução de fatos, ela se apresenta como um evento social, usada para expressar a compreensão de um momento que foi percebido, principalmente buscando interpretar o que o Outro diz, sendo que “[...] o narrador vence distâncias no espaço e volta para contar suas aventuras num cantinho do mundo” (BOSSI, 2013, p.84); representando as dimensões de uma realidade através de uma escrita que revela a interpretação e as lembranças que cada sujeito, ao ser sondado, faz das paisagens, do lugar, dos fatos vivenciados em sociedade, sempre assentados num plano de fundo cultural (GEERTZ, 1989).

5.2 Da memória à vida vivida: ensaios etnogeográficos com alguns diamantinenses.

Em um dos trabalhos de campo realizado em Diamantina, no mês de julho de 2012, pensamos em quem procurar para realizar os ensaios etnogeográficos, mas não queríamos escolher um sujeito que fosse apontado pela comunidade como o “protetor ou guardião da história local”, gostaríamos de ir ao encontro de um diamantinense capaz de nos explicitar a sua história e, que a partir dessa história, tivéssemos a capacidade de extrair alguma evidência da presença e/ou importância dos patrimônios para a sua vida. Sob esse prisma, buscamos realizar o trajeto que várias pessoas executam diariamente nessa cidade, objetivando “encontrar” um sujeito adequado para nos contar um pouco sobre a sua história - vale ressaltar não ser estranho esse trajeto, porque já o tínhamos feito mediante as visitas para um reconhecimento de campo.

O início desse trajeto deu-se ao descermos pela rua da rodoviária e alcançarmos a rua São Francisco - esta se caracterizava a uma ladeira, devido a sua íngremidade. Nesta rua deparamos com o museu de Juscelino Kubitschek, outrora, conhecido como Casa de J. K. e, logo mais à frente, no final desta rua, defrontamos com o prédio do Fórum e a igreja São Francisco. A igreja São Francisco chamou-nos a atenção, sendo ela alicerçada por uma escadaria constituída por pedras e cercas de madeira pintada de marrom.

No final da mesma rua deparamos também com uma pequena praça, qual destaque em sua parte central é a estátua de Juscelino Kubitschek. E para completar a nuance do cenário, estão plantadas, à esquerda e direita, algumas palmeiras e, ao fundo, uma serra onde se avista o cruzeiro (FIGURA 44). Nessa praça percebemos também taxistas aguardando por passageiros; estudantes do campus da UFVJM andando em direção ao ponto de ônibus; e, mais à frente vimos alguns cidadãos locais e moradores dos distritos próximos sentados em pequenos bancos “trocando ideias”, afirmando que estavam aguardando um transporte coletivo.

FIGURA 44: Estátua representando J. K. (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Ao continuar caminhando e observando as pessoas, objetivamos a encontrar alguém para nos relatar um pouco da sua história e nos fazer compreender, através do seu discurso, a relevância dos patrimônios tombados. Esses patrimônios estavam ali, naquela cidade mineira, na borda do Espinhaço, praticamente dividindo as bacias do rio São Francisco e do rio Jequitinhonha, fazendo parte do cotidiano de seus moradores e de “gente inconstante”, a que se atribui à turista. Os turistas a que se faziam presentes nessa cidade, logo eram identificados por nós, pois eles, inerentemente, paravam para olhar as paisagens, tirarem fotos e, alguns deles, denotavam uma feição de cansaço, devido aos trajetos de ir e vir entre as ruas e os becos oblíquos da cidade.

Na parte central da cidade encontramos um chafariz ladeado pelo museu do diamante e, mais à frente, deparamos com a antiga escola normal e a Catedral de Santo Antônio da Sé. Mirando-se à Catedral de Santo Antônio da Sé percebemos, em meio a tantos transeuntes, - especialmente na Rua Direita -, um cicerone acompanhando um grupo de turistas; taxistas em frente à catedral, à espera de clientes, e um rapaz magro a caminhar em companhia de uma senhora (talvez a mãe dele), ambos pareciam sair de uma mercearia próxima dali.

Olhando todo o cenário composto a tantas minuciosas cenas, refletimos a vivacidade dessa cidade, conectada à sua história aos seus patrimônios e, nessa

complexidade de espaço e tempo, inúmeras pessoas utilizando a sua extensão limitada para realizarem suas atividades.

Após percorrermos todo o trajeto, em prol de observarmos atentamente a cidade, desde os seus casarios, os acervos culturais, as paisagens e os eventos, refletimos sobre o conjunto dos bens ou patrimônios culturais existentes nela, especialmente sobre o perfil da união de sua preservação com a dinamicidade das atividades do dia a dia. Encontramos na área de concentração de bens tombados as mais diversas atividades, desde a uma simples compra feita por um cidadão numa mercearia popular metonimicamente denominada de “*Tem tudo*” (frente à catedral), até a uma compra em uma exímia loja que leva o nome “*Grifes diamante*” (próximo ao museu do diamante).

Após observarmos a Rua Direita, seguimos em direção da casa de Chica da Silva e, quase defronte a esse rico patrimônio, deparamos com uma residência que nos chamou a atenção. Percebemos sê-la um objeto de cobiça, pois sempre que passávamos por esse bairro ela causava-nos um impulso curioso. Essa residência era domiciliar, composta de cinco (05) sacadas, todas com pinhas de diferentes cores, possuindo grandes janelas e vidraças (FIGURA 45); com a fachada branca e cimalthas verdes, como destaques; além dos cachorros e das treliças, há um elemento inusitado, qual é uma videira entrelaçada entre as sacadas, como se ela brotasse da estrutura da casa ou dos beirais do telhado, por onde espalha as suas ramificações (FIGURA 46).

FIGURA 45: Sacada da residência do Senhor Zuzu (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

FIGURA 46: Fachada da residência do Senhor Zuzu (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Próximo a casa (denominada por nós, de casa da videira), à sombra de um abacateiro, avistamos um senhor sentado em um banco a resolver, calmamente, um jogo de diagrama de letras, conhecido popularmente como caça-palavras. Esse senhor era um homem de estatura baixa, magro, cabelos curtos (entremeado de fios brancos) e bigode ralo. Ele trajava-se camiseta de manga, bermuda marrom e calçava-se um par de chinelos de couro, amarelo. Não estranhamos ao ver esse homem naquele lugar, uma vez que já tínhamos conversado com ele uma vez, solicitando-lhe informações, ao passarmos naquela rua para visitar a casa de Chica da Silva. Porém, dessa vez, ao abordarmos, próximo à casa da videira, perguntamos a ele “quem era o proprietário daquela casa”; ele, prontamente, nos respondeu: “*Esta casa que tem belas parreiras e essas uvas aí em cima? Essa casa aí é minha meu filho [...]*” (sic) (ZUZU, 2012). Naquele instante havíamos descoberto e encontrado o dono daquela residência e, para a nossa alegria, conhecemos o senhor “Zuzu”, qual nos auxiliou em nossos trajetos pela

cidade e atendeu às nossas solicitações, tornando-se um dos sujeitos importantes aos nossos ensaios.

O senhor “Zuzu”, 84 anos, motorista aposentado, natural de Diamantina, abriu as portas da casa dele para nos proporcionar alguns encontros desencadeados através de diálogos, quais duravam manhãs e tardes. Na tarde em que nós o perguntamos sobre o proprietário da casa de videira e ele nos revelou sê-lo, contamos sobre as nossas curiosidades aguçadas em conhecer a história de Diamantina, através dos moradores. Ele, porém, se declarou espontaneamente em ter o prazer de falar sobre a cidade e, devido à sua qualidade solícita, logo nos convidou a conhecer a casa, frisando, com orgulho, que todas as pessoas ao passarem naquela rua achavam a casa dele a mais bonita do centro. Para ele, a videira (ou a parreira) entrelaçada entre as sacadas, vista como ornamental, chamava a atenção de todos, principalmente dos turistas. Ele nos relatou da seguinte forma:

Todo mundo que passa nesta rua olha para esta casa, não sei mais acho que é porque moro perto da casa da Chica da Silva, perto da casa do arcebispo que mora ali também do lado, e da igreja da Chica. Mas, também por causa da parreira né, olha as folhas delas, estão bonitas demais. Eu acho que é mais por causa da minha casa [risos] que eles olham a rua [turistas e moradores local], isso sim. A parreira parece até de plástico de tão bonita [risos] né, além de ser diferente porque em nenhuma casa daqui você vê essas uvas nas sacadas [...] (sic) (ZUZU, 2012).

O senhor Zuzu, valendo-se de sua natural espontaneidade, começou a mostrar a sua casa e destacou que várias pessoas falam de sua residência quando estão passando naquela rua, mas poucas entram. Então, passamos pela porta de cor verde que dá acesso a sua casa e deparamos com uma sala em que uma de suas paredes destaca-se por pendurar alguns quadros com fotos antigas, além de conter um sofá cinza, duas cadeiras vermelhas e um armário antigo que suportava um televisor e um pequeno rádio de pilhas. Em seguida, este senhor nos mostrou o corredor que dá acesso à cozinha, ao quintal e para as chamativas sacadas. Sendo esses os espaços físicos que tivemos acesso em sua residência durante as nossas conversas.

Ao entrarmos naquela sala, fomos convidados a sentar no sofá e começamos a dialogar sobre a cidade de Diamantina e seus patrimônios. Inicialmente pensamos no que dizer (?), por onde começar (?), o que falar (?), então, quando o interlocutor sentou, perguntamos: “O senhor gosta de Diamantina?”. Seu Zuzu abriu um leve sorriso e nos

respondeu com outra pergunta: “*Mas que pergunta é essa, meu jovem?. Pensa comigo, melhor venha cá*” (sic) (ZUZU, 2012).

Neste momento deslocamos da sala e caminhamos rumo ao corredor até nos depararmos com uma sacada de sua residência. Naquele espaço, entre a sacada e as parreiras, o senhor Zuzu (2012) destacou: “*Gostar daqui eu gosto. E sabe por quê? Hoje eu moro aqui sozinho, nesta casa, mas foi aqui [em Diamantina] que casei com uma mulher muito boa, mas que já foi embora [faleceu]. Ela me deu uma filha que hoje mora em Belo Horizonte. E quando eu venho para cá [sacada] só lembro delas [...]*” (sic).

Da sacada, avistávamos o cemitério que, por sua vez, ficava bem próximo à residência deste senhor. E, ali, entre as parreiras de sua sacada, o senhor Zuzu também sublinhou que não quer ir embora de Diamantina e nem de sua casa:

Para ter ideia, quando minha filha vem pra cá, pois ela mora em B.H. hoje, ela fala: “Pai, pai, vai embora comigo”. Mas, eu não saio daqui não sabe, daqui só se for pra ali meu filho [apontando o dedo indicador como se direcionasse o local que quer ir], lá para aquele cemitério, vou para junto com os meus amigos, daqui não saio. Porque se foi aqui que nasci, que trabalhei, que vivi, que sei das coisas da vida e que aprendi foi aqui, tenho que morrer aqui [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Entre as palavras que o senhor Zuzu lentamente ia pronunciando, este não conseguia desvincular a direção do seu olhar para além da sacada de sua casa, como se as palavras fossem resultado de uma reflexão, de um resgate memorial que emergia atrelado à representação que a paisagem, ali na sua frente, oferecia.

Nesta percepção, indagamos qual o motivo o fazia querer ficar em Diamantina, além das lembranças que tem da filha, da mulher, da família que ele construiu e constituiu ali. Neste momento, este senhor virou o rosto para a nossa direção e disse:

Olha ali [apontando o dedo indicador da mão direita], bem na sua frente, quando eu estou aqui na sacada da minha casa eu fico quieto, fico olhando para a casa da Chica, para o palácio do arcebispo - do arcebispo -, olha que ele morou bem aqui na rua, nesta casa aí. Depois, eu olho para o outro lado vejo a igreja do rosário. Eu tenho a minha casa como o centro da minha vida, porque tudo que eu vivi e sei e que eu já vi nascer foi aqui, e que muitos falam que é história. Eu vi o povo falar, e vi tudo isso daqui, então eu gosto e acho que tenho que ficar aqui [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Ficamos olhando para o senhor Zuzu como se tentássemos imaginar o que se passava na mente daquele senhor para nos dizer o quanto queria ficar em Diamantina. E

na sequência mais um sinal do quão aquele homem se sentia ligado a sua casa e à história que ali construiu, pois este nos convida para irmos ao quintal da residência para mostrar “[...] *mais uma das coisas que é minha e faz parte de mim*” (sic) (ZUZU, 2012).

Andando pelo corredor, quase no final deste, deparamo-nos com uma pequena porta que dá acesso ao quintal da residência. Quintal que é pequeno, mas que contém algumas jabuticabeiras e uma grande parreira de uva que deixa uma sombra de tamanho considerável. Naquele quintal, o senhor Zuzu destaca que nenhuma cidade a qual ele foi é igual a Diamantina. Para ele “[...] *Diamantina não é apenas a cidade que leva muito nome de filmes, livros, poesias, de histórias. Diamantina é isso aqui, é o fundo do quintal da gente. É o lugar que a gente vai a qualquer canto e conhece todo mundo, parece que a cidade é um quintal*” (sic) (2012).

Para o senhor Zuzu, a admiração que todos têm pela beleza e pelos detalhes da sua casa o deixam com muito orgulho, mas as histórias e as lembranças que tem desta reforçam a sua importância e justificam a sua preservação, pois através desta pode “[...] *ter essas lembranças, porque aqui é o melhor lugar. A minha casa é aqui, e aqui que eu lembro de tudo. De pessoas que vinham, de vizinhos e até do J. K.*” (sic) (2012). Para o interlocutor, a sua casa é o seu espaço de aconchego, e esta assemelha-se muito com as impressões que tem da cidade de Diamantina, pois para ele não existe lugar mais calmo para morar.

*Eu acho essa cidade maravilhosa, essa cidade é tranquila. Pode ser que eu queime a minha língua, mas aqui ninguém assalta ninguém, não tem briga, não tem nada de muito perigoso. Minha filha que foi pra BH, nasceu, cresceu e foi criada aqui. Ela vem com os filhos delas e o marido passear e vem nas festas. Ela vai na festa no clube acayaca, perto da catedral e do beco do mota. Aqui todo mundo conhece todo mundo; não tem lugar melhor de viver. Olha esse quintal aqui, aquela rua que a gente tava na porta; olha aqui que paz, que paisagens bonitas dessas sombras [produzida pela imagem da parreira], até as telhas que são antigas, com essas asinhas, ali eu acho bonito, tudo da minha época. Ai eu te pergunto, você que não é daqui: **“tem lugar melhor?”** [risos]. **No meu consciente não viu** [...] (sic) (ZUZU, 2012, grifo nosso).*

Já na sala da casa, o senhor Zuzu, sentado no sofá, perguntou sobre a nossa motivação da pesquisa sobre Diamantina (?), o porquê de falarmos das casas, das ruas, do patrimônio (?). Destacamos a importância que percebíamos da história gravada nas paisagens da cidade que narram acontecimentos do país; cidade esta reconhecida como um Patrimônio Mundial. No meio da resposta, este levemente sorriu e assinalou:

*Eu acho as paisagens daqui bonitas, eu vejo tudo desde a minha época como que era e, olhando para elas [paisagens], eu lembro da minha história, da história da minha mulher, da família mesmo. Mas eu não sei o que é de tão importante esse Patrimônio. Eu não sei porque eu não vi nenhuma diferença das coisas aqui assim, só acho que é mais reconhecida porque a gente que mora daqui conserva, gosta das coisas que a gente construiu, que o avô construiu sabe. Quando eu era rapazinho novo aqui não tinha tanta casa não, só igreja com pátio enorme e jardins; hoje tem é muita casa, hotel, pousada. Diamantina já não é Diamantina do tempo que eu era jovem, mudou foi é muito. Mas, ainda bem que ficou as paisagens que eu lembro, pois muitas quando eu nasci já tinha, e outras eu vi fazendo ou melhorando. Pode ser por isso que a cidade é tão visitada, o povo deve ter curiosidade de ver essas casas, igrejas conservadas, **esses prédio que é nosso** [...] (sic) (ZUZU, 2012, **grifo nosso**).*

O interlocutor discorre que as paisagens, aqui compreendidas como os patrimônios, são da natureza, obras que pertencem ao povo diamantinense, destacando, de certa forma, o sentido de pertença; deixando claro que essas paisagens fazem parte, como testemunhas, de sua história e de amigos. Zuzu afirma, ainda, que todo turista que se aproxima dele, de uma maneira ou de outra, associa a cidade como referência de Patrimônio. E, neste contexto, a indagação que surgiu foi: ‘Mas, o senhor não acha que Diamantina merece ser um Patrimônio da Humanidade?’ Sentado em uma das cadeiras na sala de estar, ele se levanta e vai em direção à cozinha. Minutos depois volta com um copo de café e diz:

*Uai, mas que pergunta, você acha que aqui não merecia ser Patrimônio da Humanidade? Uai, você acha que aqui não merecia? Oh, pelo estilo da cidade [Diamantina] quem é Mariana, Ouro Preto, Vitória, no Espírito Santo, Rio de Janeiro viu. Aqui é uma cidade que mostra a história. Aqui, isso tudo aqui de casa é de estilo próprio desse nosso lugar. Eu preservo tanto fora de casa como dentro, até as telhas. As telhas, as ruas, as paisagens, **a gente daqui faz essa ser patrimônio**. Eu vejo patrimônio como isso. E vejo mais viu, vejo como se fosse algo para a gente conservar, para lembrar do que eu lembro, então não tem como não ser patrimônio não meu jovem [...] (sic) (ZUZU, 2012, **grifo nosso**).*

Pela fala do senhor Zuzu, verificamos que o sentido de Patrimônio que este percebe provoca-lhe um sentimento de orgulho ao destacar que foram as pessoas que ali residiram, e as que residem, que fazem o Patrimônio ser reconhecido, sendo, aliás, importante a preservação de tudo aquilo que para ele possa ter significado e significância, percebendo a importância de diferentes paisagens como elementos que lhe possibilitam relembrar o passado. Ali, na sala, destacamos a relevância dos patrimônios de Diamantina para o história do Brasil, a exemplo dos patrimônios: casa de J. K; de Chica da Silva, as inúmeras igrejas (como retrato da arte barroca), praças, becos, dentre

outros elementos que foram testemunhas de uma etapa importante para a história do país, sendo que Diamantina, outrora Tijuco, era um sítio notabilizado por sua riqueza.

Olhando para nos com uma expressão dúbia, o senhor Zuzu destaca que sempre morou ao lado da casa da Chica da Silva (FIGURAS 47 e 48), mas que para ele a casa, em si, não é nada de diferente da sua, mas mesmo assim é considerada um patrimônio. Porém, na sequência destaca que o que difere um patrimônio oficialmente reconhecido da sua casa é a importância da história e a preservação das paisagens, pois tais dimensões da realidade podem narrar a formação cultural de um povo. E ainda destaca que:

Não gostaria de vê isso [evidenciando a casa da Chica] aqui mudado não. Vou te contar, eu ficaria muito triste se a casa dela, casada com um cara cheio de dinheiro, fosse destruído, porque ela fala da história dela e da cidade. Se a história dela é verdade eu não sei, mas fala e aumenta a fama da cidade; e ela tem é historia daqui né [risos]. Eu estou aqui direto na rua, sentado na porta fazendo minhas palavra e as minhas bobagens, ai chega o sujeito [turista] aqui e me chega e fala assim.: “O senhor é daqui”. Eu falo: “Sou sim”. Ai ele fala: “Essa casa é da Chica”. Ai eu falo: “Sim”. E ele: “Mas, você tá doido é essa daqui, nossa mas é bonita”. E a pessoa chega conversa, conversa e conversa; e eu gosto demais de conversar com eles e fazer brincadeiras. Aproveito para passar o tempo também [...] (sic) (ZUZU, 2012)

FIGURA 47: Pintura que faz alusão a Chica da Silva (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

FIGURA 48: Fachada da residência da ex-escrava (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

O senhor Zuzu, ademais, deixa evidente que gosta dos turistas e da dinâmica que estes proporcionam, pois para o interlocutor o turista não altera a sua rotina e não chega a incomodá-lo, pelo contrário, uma vez que:

[...] eles vêm direto para ir na casa da Chica da Silva. E como aqui [casa] é perto de todo canto que tem patrimônio, eles passam demais aqui, mas sinceramente eles não me incomoda não, eu até gosto, porque eu gosto de conversar, falar das coisas daqui, de como era, então eu faço é conversar com eles. E olha que eu converso viu, a gente fala de tudo, até de coisa que nem é patrimônio [risos] (sic) (ZUZU, 2012).

O senhor Zuzu afirma que aproveita a presença dos turistas na porta da sua casa para destacar um filho ilustre da cidade, sobressaindo a sua admiração ao J. K., pois, “[...] quando um turista se aproxima para perguntar sobre a Casa da ex-escrava”:

[...] eu chego neles e falo assim: “Olha, pera aí, deixa eu te falar aqui, por um acaso o senhor perguntou por uma pessoa que foi muito famosa no Brasil; mas no Brasil” ?. É assim que eu falo com eles. Ai ele fala: “Qual... qual famoso o senhor fala”. Eu falo: “O senhor doutor Juscelino Kubitschek”. Ai eles falam assustados: “Uai, mas, você esta louco, uai você conheceu Juscelino”. Eu falo com eles rasgado: “Eu fui amigo dele, ele era daqui, daqui mesmo moço, ele cansou de querer me levar para Brasília e eu não quis. Ele falavam assim: “Vem comigo, pra cá comigo, você vai conhecer uma cidade que está começando agora, você vai se ambientar lá”. Eu falei com ele: “Não doutor, eu não saio da minha casa, da minha cidade, da casa que tenho aqui, os meus filhos” (sic) (ZUZU, 2012).

O senhor Zuzu se emociona ao falar de J. K., pois para o interlocutor Diamantina consegue representar essa personalidade da política brasileira que, do seu ponto de vista, é um dos mais imponentes. Inclusive nos lembra que o ex-presidente tentou levá-lo “[...] para todo canto que ia; para BH; para Brasília, mas nunca tive coragem de sair daqui não saí viu. Eu fiquei por aqui e ainda falei com ele: “Oh, Diamantina é bonita e não saio daqui não, aqui tem a minha vida seu Juscelino” (sic) (ZUZU, 2012).

O senhor Zuzu, fala do passado e se emociona, pois resgata em sua memória as pessoas que marcaram a sua vida, como Juscelino Kubitschek, conseguindo realizar uma volta a tempos que queria voltar. Através dos nosso diálogos, este destaca que falar deste passado é retratar, de diferentes maneiras, o que ele viveu, pois “[...] quando eu falo dessas coisas para você, eu penso de como eu vivi aqui nestas ruas, nestas praças, nesses becos daqui. Eu lembro de como era a minha vida; e cada vez que vejo essas paisagens eu lembro da minha vida como se fosse hoje. É viver de novo. Eu lembrando gostaria de viver ela de novo” (sic) (ZUZU, 2012).

Percebemos que destacar o passado é para o sujeito uma forma de estar e se fazer no presente, podendo refletir sobre o grau de importância que este percebe na preservação das paisagens da cidade, dado que a presença de turistas, ali, é constante, e um dos atrativos para que ocorra esse fluxo são as paisagens que formam o patrimônio diamantinense.

Zuzu, ali, ainda sentado no sofá, cruza as pernas e coloca a mão no queixo como se fosse pensar em que responder, e na sequência destaca:

É engraçado essa coisa de paisagem que tanta gente fala que daqui é bonita, porque pra quem mora aqui esses casarões, ruas, que é muito igual desde a minha infância, não é tão admirada por nós como é pelos turistas que vêm aqui; esses que vêm aqui na porta e passam toda hora. A gente criou os filhos, a família, fez amizade, para nós aqui, pelo menos para mim né [risos], é lindo, mas os turistas ficam mais assim que a gente. A história daqui todo mundo conhece, ou quer conhecer, eu gosto de vê as coisas e falar assim como com você agora porque vou lembrando das coisas. Pra ter ideia nem foto assim eu tenho de tempos atrás, mas quando eu vou falando eu vou lembrando. Falar do meu passado e das paisagens aqui me deixa feliz porque eu vou contando e eu sinto aquele tempo lá de trás, de tempo de J. K., da juventude no beco do mota, dos tropeiros lá mais embaixo, eu fico emocionado porque eu lembro da paisagem, os patrimônios [...] (sic) (2012).

A casa de J. K., como já sinalizou, é para o senhor Zuzu o maior atrativo da cidade e, em especial, o faz lembrar da residência de sua mãe (FIGURA 49). Ele gosta de visitar esta casa porque recorda de sua mãe ao olhar alguns materiais que a constituem, “[...] quando chego naquela cozinha, a melhor parte da casa da gente é a cozinha né [risos], eu vejo que é igual a lá de casa da minha mãe, é igual da época da minha mãe, até as colher é igual” (sic) (ZUZU, 2012) (FIGURA 50).

FIGURA 49: Quadro na residência de J. K., representando o ex-presidente (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

FIGURA 50: Cozinha da residência de J. K., destacando o fogão de lenha e utensílios (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Neste momento, o senhor Zuzu nos convida para irmos à cozinha da sua casa, então seguimos em direção ao corredor e entramos. Ali este manda que puxemos uma cadeira, neste momento arrastamos e o aguardamos, dado que, vagarosamente, ele acende uma boca do fogão e coloca uma panela de alumínio com água para ferver. Na sequência, abre uma gaveta do seu armário e retira uma colher branca, coloca três medidas de açúcar na panela e três de café no coador de pano; alguns minutos depois estende a sua mão direita e nos entrega uma xícara de café.

Quando começamos a degustar este café, o senhor Zuzu declara:

Eu falei da casa de J. K., mas eu podia falar da casa até da Chica ou do Bispo que é aqui do lado da minha casa oh. Mas, eu falei daquele patrimônio lá porque quando eu entro ali eu olho para o fogão de lenha, para as panelas, os copos de alumínio pintado de branco. Eu vejo aquilo ali e lembro da minha mãe e do meu único irmão. Eu acho que o patrimônio é isso [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Para o senhor Zuzu, visitar a casa de J. K. significa a possibilidade de voltar ao passado, relembrar as pessoas que passaram a maior parte da sua vida ao seu lado; é perceber em pequenos detalhes - como em um copo de alumínio, uma colher de pau ou um fogão de lenha - elementos que tenham significado e que provocam emoções. E, além disso, o patrimônio se apresenta, neste contexto, como elemento que permeia uma história, de fazê-la sempre viva, contada de geração à geração.

Quando eu vou a casa de J. K., muitas vezes com a minha filha e o marido dela, eu consigo lembrar da minha mãe, que deixava ao lado do fogão de lenha uma moringa de barro e canecas de alumínio com água fresca para diminuir o calor, porque naquele tempo não tinha geladeira, então a gente bebia água era na moringa. Lá em J. K. [casa] tem, [moringa] dá até para você vê depois. Eu falo com a minha filha bem assim: “Oh, foi num fogão igual esse aí, com essa panelas, colheres aí, lá tem até uma panela de bronze igual da minha mãe né, que sua avó fazia os potes de doce que eu gostava”. Minha filha fica toda emocionada vendo tudo que eu falo [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Entre as conversas e as lembranças que o senhor Zuzu destaca, fica claro o papel preponderante da paisagem, o significado que desta pode emergir, conseguindo recordar fatos de sua vida. Fatos, aliás, que marcaram a sua vida em família, possibilitando, através da presença do Patrimônio em questão, repassar tais lembranças para sua filha. “*Eu falo com minha filha que nunca lembro do fogão de lenha da minha casa [casa de sua mãe] sem lenha; uai até porque a noite o que iluminava era os lampiões de querosene e as chamas do fogão de lenha né*” (sic) (ZUZU, 2012). Para o senhor Zuzu,

a cozinha da sua casa era o local de encontro da família, experiência sempre relembrada quando vai visitar a casa de J. K.

Menino, aqui as ruas era tudo de iluminação feita por lampiões de querosene. Essa rua [do contrato], a de J. K., da Igreja da Catedral, da Chica, tudo era assim, eu vi, eu lembro toda vez que passo ali, só olhar eu lembro. E como não tinha muita luz em casa né, era na cozinha que todos se reuniam à noite, em volta da mesa de madeira para conversar no cômodo mais iluminado da casa, clareado pelas chamas do fogão de lenha, igual da casa de Juscelino; e as brasas ainda esquentava a casa toda, era bom viu; a gente ficava a noite todo quente, mas com cheiro de fumaça [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Relembrar momentos da vida através das paisagens, é para o senhor Zuzu um exercício que traz alegria, que possibilita rever e contar casos e “causos” de quando era mais jovem e não tinha a dimensão da importância de pequenos detalhes, que para ele eram banais, mas que agora se fazem importantes; pois ajudam a construir a sua história como homem.

Tem gente que fala que aquela época era difícil. Mas era um difícil que eu queria de ter de novo. Eu olho para as fotos na casa de J. K. [museu] e lembro de muita coisa da minha vida que queria ter aproveitado mais. É um abraço da mãe, é uma namorada que tinha, que ela morava atrás da casa da Chica, mas que não deu certo [risos]. E falo mais, me lembro de muita coisa, pela minha idade; olha que eu não sou mais jovem não. Eu me lembro, olhando para o fogão de J. K., do fogão lá de casa que nunca apagava uma única hora! Oia, entre o café da manhã, o almoço, o café da tarde, até a janta, minha mãe sempre fazia alguma comida; ou um pão de queijo, bolo de fubá, broa, torresmo que pai gostava, galinha caipira. Eu lembro que quando eu saía da escola, lá da escola normal, eu passava correndo na rua direita e ia passando em frente a casa da Chica né, via aquela minha paquera, e mãe logo gritava da porta mandava a gente [ele e o irmão] bater carne para fazer paçoca, quando ela não fazia aquela carne de lata [...] (sic) (ZUZU, 2012).

A noite, despedimos do senhor Zuzu, com a promessa de encontrarmos no dia seguinte. Seu Zuzu nos leva até a porta de sua casa e ali nos despedimos. Na manhã seguinte, encontramos o seu Zuzu que desta vez nos recebeu em frente à porta da sua residência e logo nos convidou para tomar café. Este declarou que após irmos embora ficou pensando sobre a nossa conversa, e que ia lembrando-se de cada coisa que pronunciou sobre o seu passado em Diamantina, este conseguia relembrar de mais pessoas e paisagens, construindo em sua mente diversas cenas. Como se estivesse:

[...] brotando entre a terra dos pensamentos e sentimentos, entre sensações e lembranças, restos de mundos que são fragmentos em paisagens. Fragmentos porque a própria experiência de paisagem é integrada por contínuos processos de partir-se, quebrar-se, ligar-se, fundir-se, mediante o mover de nossos olhos, de nossas mãos, de todo o nosso ser - percepções do corpo e do espírito - através e pelas recuperações das memórias, das invocações das memórias (GUIMARÃES, 2002, p.118).

Ele declarou ainda que, quando acordou, a primeira coisa que fez foi ir para a sacada de sua casa, pensando em observar alguma coisa para poder nos relatar, buscando em sua memória algo que fosse, no seu ponto de vista, importante para nos. Ele revelou que já na sacada avistou a casa da Chica e observou as treliças que formavam uma das janelas daquela residência. E, já tomando um “gole” de café, em sua companhia, ele disse: “*Hoje cedo vi a janela da casa da Chica e lembrei de você*” (sic) (ZUZU, 2012). Neste momento, rindo, perguntamos o porquê, e na sequência nos revelou:

Eu falei da casa de J. K. para você ontem e falei tanta coisa da minha vida que sempre guardei na cabeça; e a janela da casa da Chica me lembrou mais coisa. Sabia que aquela rede que tem na janela dela [treliça] é feita de pau e de bambu de taquara?. Eu lembrei de você porque quando me perguntou do patrimônio de Diamantina e das lembranças eu nem sabia te responder direto né, só de J. K., mas sabia que eu lembrei de um patrimônio olhando para aquela janela? É eu lembrei da escola onde eu estudei e você sabe onde que é [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Ao ouvirmos as impressões do Senhor Zuzu, que se recordou de fatos ao olhar para uma janela, especificamente para as treliças que compõem uma das janelas da residência em que outrora viveu a ex-escrava Chica da Silva, ficamos impressionado com a possibilidade que o homem tem de relembrar histórias através dos seus sentidos cognitivos, no caso, a visão (TUAN, 1980; PIAGET, 1996).

Ao falar sobre as treliças, senhor Zuzu se lembra do prédio em que funciona a atual prefeitura de Diamantina, onde, em seu tempo de menino, funcionava a escola normal. Escola esta que o interlocutor consegue relembrar, pela lembrança que tem das treliças que faziam parte de uma das janelas da sala em que um dia estudou. Neste sentido, ele registra que:

Quando eu olhei para a janela da Chica [casa] lembrei das janelas da escola onde eu estudei, e você passou lá com certeza. A escola que eu estudei ficava na prefeitura, era a escola normal, que ficava em frente à igreja antiga. Era a escola normal onde eu formei de grupo, o quarto ano de grupo. Oh meu Deus, eu baguncei demais viu. Mas, qual homenzinho que não bagunça; não é mesmo? Quantas coisas que a gente não fazia com os amigos na escola, depois ia para o correto, ali em frente, ia lá onde tem hoje a estátua de J. K.. Ali não tinha nada, só um espaço vazio onde o povo passava. E sabe do meu tempo de jovem eu não tinha muitos amigos da escola não, mas os que tinha era de verdade, e muitos já morreram. Quando eu passo lá perto eu lembro dos amigos, amigo de verdade, de tempos que foi de criança e adolescência. Lembro da janela que eu via o povo lá fora, que avistava a rua, a igreja, as meninas. Daí que lembrei da janela que era igual à da Chica [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Através da paisagem, o senhor Zuzu consegue relembrar os fatos ocorridos em sua juventude, sendo a janela usada, inconscientemente, como a janela para as suas lembranças. Neste momento, o senhor Zuzu recolheu as xícaras de café e levou até a cozinha, fechou a porta dos fundos que dá acesso ao quintal, e nos convidou para irmos à mercearia, que leva o nome “Tem Tudo”.

Seguimos então para a mercearia, saindo da rua do contratador e observando a sede do Bispado, onde olhando para o chão senhor Zuzu disse: *“Essas ruas aqui todo mundo reclama que é cheia de pedra, mas todo mundo quer vim pisar nela. Eu andei, e ando muito, e aqui sempre foi assim, eu tinha um Chevrolet 1951 que andava para todo canto com ele, quando não ia a pé. Andava neste pé de moleque tudo [...]” (sic) (ZUZU, 2012).*

Senhor Zuzu andava pelas ruas nos falando de cada lembrança que ele tivera evocado pelas paisagens. E seguindo a rua do contratador ele pediu que fôssemos ao Beco do Mota, local que fica bem próximo a sua casa. Olhando para as sacadas das casas neste Beco, ele indagou: *“O que você acha desses prédios? [...]” (sic) (ZUZU, 2012).* Logo respondemos que achávamos peculiar, uma arquitetura diferente, que em nenhuma outra cidade que visitamos encontramos tantos detalhes nas casas, nos estabelecimentos comerciais, nas lojas.

Este deu um sorriso e disse: *“[...] aí onde fica estas casas, neste Beco aí, era o local das festas dos homens. Se as casas falassem, imagina [risos]” (sic) (ZUZU, 2012).* O Senhor Zuzu olha para as paisagens que formam o Beco do Mota e se lembra das serestas que antigamente faziam para as namoradas; e muitas vezes as serestas que este fazia para as mulheres da “vida”. Ele recorda, com saudosismo, da *“[...] boemia que era aqui atrás de onde só tem casa. Hoje só tem casa de família, mas antes só tinha festa pra gente fazer porcaria [risos]” (sic) (ZUZU, 2012).*

No final do Beco do Mota, chegamos à mercearia; estabelecimento comercial que possui alguns degraus feitos de cimento, o que facilita o seu acesso. O senhor Zuzu, cansado, sentou-se ali, no segundo degrau, e falou: “*É aí, a história de Diamantina é aí, essa igreja [Catedral] não era assim; a igreja era de pedras, bem pequenininhas, era assim desse tamanho [juntando os dedos polegar e indicador da mão direita de forma a indicar o seu tamanho], bem pequeno mesmo [...]*” (sic) (ZUZU, 2012).

Olhando para a Catedral Metropolitana de Santo Antônio de Sé, este destaca que ajudou, quando criança, carregar material para construir aquele templo (FIGURA 51). Lembrou que:

[...] a igreja da Catedral, a antiga, tinha a torre na frente, do lado na rua da Direta. Hoje ela está atrás, mas antes era na frente. Eu toquei muito sino nela, rapaz de 11 e 12 anos eu ia lá para tocar o sino nos dias da procissão. A torre era igual daquela ali oh [apontando o dedo indicador da mão direita em direção à igreja do Carmo]. A estrutura da igreja era pequena, ela era muito apertada, teve que fazer mudanças para o povo ir (sic) (ZUZU, 2012).

Olhando para a frente da atual Catedral, ele percebe o movimento de transeuntes e fala com certa entonação: “*Quando era menino, aqui onde tem esses carros [táxis], tinha era um coreto com pirulito de cimento e um jardim bonito, e aí tinha um poste com a luz de hulha-branca*⁷². *Hoje tudo mudou, mas ainda vejo tudo como era antes aqui [...]*” (sic) (ZUZU, 2012) (FIGURA 52). Seu Zuzu olha para aquele templo como sendo uma paisagem que desperta saudade e que simboliza a sua fé, chegando a fazer três (03) vezes o sinal da cruz durante o tempo em que ficamos juntos, ali, sentados. Assim, olhando para esta paisagem, parece que seu Zuzu tem o mesmo sentimento que Andrade (1982, p.23-24) que destaca a “[...] saudade imensa da velha Igreja da Sé, onde ganhei minha crença, onde aprendi a ter fé. E, sob o peso da idade, da vida perdendo o pé, mais viva sinto a saudade da velha Igreja, onde fiz amigos, onde bati o sino, onde me fiz em fé”.

⁷² Referente à “[...] produção de energia elétrica gerada a partir das cachoeiras ou de outras quedas de água com potenciais hidráulicos” (FJP, 2004, p.81).

FIGURA 51: Construção da Catedral (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

FIGURA 52: Antiga praça do Centro (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

Em seguida, ajudamos o senhor Zuzu a se levantar e logo entrou na mercearia onde fez as suas compras; do lado de fora do estabelecimento aguardávamos. Zuzu pouco demorou, e logo fomos em direção a sua residência, desta vez indo pela rua Direita, que fica ao lado do referido estabelecimento. Pegamos as sacolas que ele estava carregando e fomos conversando sobre a mudança da Igreja e sobre como a população local é estreitamente ligada à religião, principalmente ao catolicismo. Zuzu balança a cabeça, como confirmando a nossa impressão, e destacou então:

O pessoal era, e é, muito católico, você tem que vê como que é aqui a procissão na sexta-feira da paixão, na festa do sábado de aleluia, o povo no domingo da ressurreição, na festa do divino; que domingo passado teve. As festas religiosas são lindas, desde a infância de todo mundo daqui a gente vai para a igreja, e eu conheço muita gente daqui porque a igreja era um lugar de encontro, todo mundo ia com os pais na igreja e nas missas, e depois ia nas festas, por isso tanta igreja também aqui. E o povo gosta viu [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Nestes diálogos/interloquções com o senhor Zuzu, fica claro que as paisagens de Diamantina, desde um pequeno detalhe de uma treliça em uma das casas mais visitadas na cidade, até a Catedral de Santo Antônio, trazem lembranças de uma vida que possibilita vivenciar, pela memória e através da percepção, histórias com e de amigos, familiares e as promessas de fé. Para esse senhor, Diamantina, e seus patrimônios, representam a história que é do seu pai, da sua mãe e também sua, lembrando, ainda, da esposa e da filha. Pois, olhando para cada paisagem, *“nesses casarões, e falando com você eu vejo o quanto eu vivi e o quanto foi bom. E fico feliz por ver e sentir isso. Esse patrimônio que você fala, quando eu olho para ele eu sinto o que vivi; para mim fica tão normal o patrimônio porque ele faz parte da minha vida [...]”* (sic) (ZUZU, 2012).

O significado do patrimônio de Diamantina, através das paisagens que seu Zuzu e nos, por vezes encontramos em nossa caminhada, e outras resgatadas e descritas pela memória deste senhor, destaca a importância da paisagem para e na construção da identidade cultural local, especialmente em termos das relações topofílicas geradas e ali construídas. Conforme confirma as palavras do interlocutor: *“[...] paisagens que eu vejo [na rua] e que já construí não percebo tantas coisas ruins, não me vem à cabeça nada além dos tapas que levei de mãe debaixo do abacateiro de casa [risos], pra mim a paisagem me lembra mais coisas boas daqui [Diamantina]”* (sic) (ZUZU, 2012).

Na porta de sua residência, entregamos para o senhor Zuzu suas sacolas com as compras, agradecemos pela atenção e despedimos dizendo: *“Senhor Zuzu, vamos para Montes Claros, lá no norte das Minas?”*. Com o seu jeito carismático, ele olhou e disse:

Oh se falassem assim comigo: “Você quer ir pra tal lugar?” Eu não queria nunca. Eu não quero sair daqui não. Só quero sair daqui se for para o cemitério, só para o cemitério. Você vai aqui onde vai esse carro aí fora [no sentido da casa do Bispo]; você não entra nem pra direita nem para a esquerda, você vai direto e vai vê lá meus pais, meu irmão, todo mundo de Diamantina que mora aqui, que é daqui, vai para esse cemitério. Eu nasci aqui e quero morrer aqui, juntar as histórias com os meus amigos lá [...]” (sic) (ZUZU, 2012).

Para este diamantinense, o seu lugar é ali, naquela cidade, onde se sente seguro por ser o espaço íntimo, onde ali foi capaz de construir amizades, de edificar paisagens e de ser possuidor de uma história que é sua, mas que foi construída pelo contato com o Outro, em especial ao lado de sua família. Viver o resto dos seus dias em Diamantina lhe parece ser uma maneira de reviver as histórias e reencontrar seus amigos, neste

lugar, através das memórias que emergem da representação e dos significados de algumas paisagens aqui expostas.

Logo, a relevância dos patrimônios desta cidade se mostra proeminente, pois proporciona ao sujeito a possibilidade de reviver o sentido de ser em seu lugar, aliás, fazendo o homem se sentir emocionalmente ligado as suas lembranças e à sociedade, formando/consolidando uma identidade com o lugar.

Buscando perceber, ainda, a relevância do patrimônio arquitetônico e urbanístico de Diamantina para a construção da identidade cultural local, tentamos procurar um outro diamantinense que residisse no centro, mas dessa vez que fosse um pouco mais afastado do núcleo de concentração dos elementos tombados. Então no mês de Agosto de 2012, iniciamos um novo trajeto.

A cada ida a campo em Diamantina, saindo de Montes Claros/MG e chegando à cidade, por algumas vezes, de ônibus, percebíamos que próximo à rodoviária tinha uma praça que concentrava um contingente de idosos, principalmente nas manhãs e nos fins das tardes. Reforçamos a ideia de não procurarmos alguém que fosse um personagem popular da cidade, queríamos encontrar um sujeito que caminha naquelas ruas tortuosas, do homem e da mulher que faz as suas compras, ou do idoso que joga a sua damas na praça com os colegas, para verificar o que ele percebe, sente, quando olha o patrimônio.

Sendo assim, deslocamos da Casa da Glória, local de estada no período deste campo, e seguimos um trajeto rumo à rodoviária da cidade, objetivando encontrar um sujeito que pudesse estar na praça ao lado da citada rodoviária. E foi ali, no largo Dom João (FIGURA 53), que realizamos o segundo ensaio etnogeográfico, especificamente em um banco de praça.

Saindo então de um ensaio que se construiu, na maioria dos diálogos, em uma casa, e iniciando agora outro, no espaço da rua, percebemos que os espaços são distintos, mas que, de acordo com Da Matta (1985, p.48), estão também numa sintonia, pois “[...] a rua tem seus espaços de moradia e/ou de ocupação, e a casa também tem seus espaços arruados”. Neste contexto continuamos a pesquisa em dois espaços, em que o supracitado autor denomina como subespaços, onde transitamos entre diálogos narrados no *ambiente*⁷³ das casas para a sala de visitas de uma cidade: a praça.

⁷³ Vale ressaltar que, aqui, os ensaios buscam perceber o que o sujeito lembra, recorda e sente, através da imersão de sua memória, de fatos e experiências que dão sentido a sua vida, buscando através das representações das paisagens de Diamantina histórias e fatos sociais que são desvendados à luz da compreensão dos significados que o próprio sujeito estabelece. Então, realizar o ensaio fora do cotidiano

FIGURA 53: Largo Dom João (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Praça essa que ficou íntima quando, ao subirmos a rua São Francisco e chegando ao largo Dom João, deparamos com alguns senhores sentados em alguns bancos que formam aquela praça que sempre nos chamou atenção. Sentamos em um banco meio afastado de um grupo de senhores e começamos a observá-los. Aparentavam, em sua maioria, serem familiarizados; alguns conversando e outros jogando damas. Ao aproximarmos de um dos bancos, oferecemos para jogar dama, e daí se inicia um novo ensaio.

Ensaio que se fez ao jogarmos damas com um senhor conhecido como Luiz da Sá, dentista aposentado, de 78 anos, natural de Diamantina; homem de cor parda, de baixa estatura, que usava óculos escuros, e conforme o jogo ia se desenvolvendo os diálogos iam sendo travados. Ele confessou que, quase todos os dias, vinha a esta praça, senta no mesmo banco, principalmente na parte da manhã, pois gosta de “[...] *pegar um sol e fugir lá de casa, a mulher começa a arrumar [a casa] e eu fico inquieto*” (sic) (LUIZ, 2012), e aí, aproveita, ainda, para rever amigos e contar histórias, principalmente de fatos que ocorreram naquele local, onde hoje é a praça do largo, mas que, especificamente em 1950, não era assim.

natural do pesquisador poderia criar situações artificiais que falsificassem a realidade e produzissem dados em que pudéssemos fazer interpretações equivocadas (RICHARDSON, 1999).

Para este senhor nesta praça, em 1950 “[...] *tinha era eucalipto, aqui onde o pessoal está sentado, era tudo verde com verde do eucalipto, as ruas eram de chão mesmo, uma lama danada, onde não tinha esse cimento daqui [bate um dos pés no chão como se tivesse indicando o calçamento]. Aqui só ficou mesmo essa central do trem e o seminário*” (sic) (LUIZ, 2012) (FIGURA 54). E ao perguntarmos se percebia alguma mudança nas paisagens, ele afirmou: “*Meu filho, pra ter ideia aqui a luz era de hulha-branca, que captava a energia de Paraúna, de um rio que tem aqui na divisa de Gouveia com Curvelo. Era poste de madeira no meio da rua, hoje não, hoje olha aí [apontando com o dedo indicador da mão direita em direção a um poste] é tudo diferente*” (sic) (LUIZ, 2012).

FIGURA 54: Largo Dom João (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

E destacou ainda que à noite, como ali havia poucos postes, as moças transitavam de um lado para o outro do largo, e “[...] *os rapazes se juntavam para olhar para elas, o famoso flerte, aqui só tem lembrança boas*” (sic) (LUIZ, 2012). Ele assinalou, também, que antes de 1960 havia diferenças sociais claras em Diamantina, sendo “[...] *mais ou menos assim, dois extremos, quem era pobre e quem era rico. E, quem era rico era rico, quem era pobre, era miserável, mais miserável mesmo*” (sic) (LUIZ, 2012).

As diferenças sociais em Diamantina eram, para ele, nítidas, principalmente se comparassem as vestimentas das pessoas. Quando ele vai ao centro, ao olhar para as paisagens do Beco do Mota, ele se lembra de detalhes que diferenciavam, ali, as classes sociais, como:

[...] roupa de pobre era praticamente duas: era uma que estava vestida e a outra na fonte, sendo lavada, essa era a realidade. Vestia rudimentarmente demais, andava era descalço. A parte mais nobre era no centro da cidade, lá onde tem a catedral, andava de terno de casimira, hoje é terno de “oxford”. As mulheres com belos chapéus, bem apresentáveis. No centro quando eu olho lá a rua da Direita, a Baiúca, eu lembro do pessoal que ia na zona boemia, que ficava em frente a catedral hoje. Oh, as moças de lá não ficava de qualquer jeito não, elas saía bem vestidas, bem melhor do que as damas da sociedade daquela época (sic) (LUIZ 2012).

Para o senhor Luiz, jogar damas naquela praça lhe faz lembrar muitos momentos que foram vividos naquela cidade. Destacou, ainda, que ao jogar damas, aí, com os seus amigos, as conversas que são desenvolvidas por eles, na maioria das vezes, abordam sobretudo, de sua época da infância e da juventude. Ele demarcou que relembrar outros tempos é uma forma de dar sentido à sua vida hoje. *“Você pode até achar que sou choroso, meu jovem, mas é que quando a gente vive com história, na idade que eu estou, são elas que a gente busca para seguir. Eu sei que aqui neste banco eu converso e lembro de coisa [...]” (sic) (LUIZ, 2012).* O senhor Luiz se mostra saudoso do tempo da juventude, destacando que encontrar os amigos e relembrar os momentos que viveu, ou perceber as mudanças na paisagem, o deixam feliz. Sentimento este que é justificado no momento em que *“[...] ao lembrar das paisagens eu lembro das minhas namoradas, da minha mulher, dos jogos de golzinho aqui. Eu lembro do que fiz uai” (sic) (LUIZ, 2012).*

Parando o jogo que estávamos tentando desenvolver, nosso interlocutor enfatizou, também, que: *“Meu jovem, você é novo, tá estudando, mas muita coisa que eu vivi e que todos vêm aqui [turistas] é pra vê aquilo que eu vi e vivi pessoalmente. Essas paisagens aí tudo, ou quase, eu sei o que é [...]” (sic) (LUIZ, 2012).* Na sequência, ao deslocar algumas peças do tabuleiro, destacou em que sentido este percebe a paisagem; e por que ele acha que as pessoas querem visitar Diamantina para ver essas paisagens.

Neste momento, os amigos do senhor Luiz, que estavam no banco ao lado, levantaram-se e se despediram; e o interlocutor revela que não sabe ao certo o porquê da visita, mas *“[...] imagino que deva ser por causa das histórias que tem esse*

patrimônio que é daqui. Eu tenho orgulho de dizer que sou daqui por causa dos patrimônios. E quando eu falo que é a paisagem ,é por que é” (sic) (LUIZ, 2012).

O senhor Luiz, após ganhar uma partida de damas, levanta-se do banco, retira óculos escuros e nos convida para almoçar em sua casa (residência que fica em frente à rodoviária, ao lado de dois hotéis). Agradecemos o convite e justificamos dizendo que já tínhamos outro compromisso, mas pedimos lhe que no dia seguinte continuássemos a nossa conversa. Este responde que “[...] *hoje dá para conversar mais, nunca vi velho ter tempo cheio [risos], encontro com você aqui no banco à tardezinha, lá prá 5:00 da tarde viu” (sic) (LUIZ, 2012).* Confirmamos, então, o nosso encontro e o acompanhamos até a porta de sua residência.

Desde às 16 horas aguardávamos, na rodoviária, o senhor Luiz para a nossa conversa; às 16h45min este aparece em frente ao portão da sua casa, indo em direção à praça, sentando-se no mesmo banco que estávamos na parte da manhã. Ao chegarmos próximo ao banco, ele destaca: “*Uai, é mais pontual que eu [...]*” (sic) (LUIZ, 2012), e retornamos a nossa conversa. O senhor Luiz declara que no almoço, junto com a sua mulher, ficou pensando por que as pessoas visitam a sua cidade. Ele destaca que “*Diamantina é conhecida como a cidade que tem muitos patrimônios, talvez por isso o pessoal vem aqui visitá-la [...]*” (sic) (LUIZ, 2012).

Patrimônio que para ele “*são paisagens que eu vivi ao redor, que meu pai contava as histórias que aconteceram [...]*” (sic) (LUIZ, 2012). Ele se levanta do banco, ergue o braço direito e aponta o dedo indicador em direção ao Mercado velho e diz: “*Ali é um patrimônio, ali tinha muito tropeiro, eu vi alguns aqui chegando com as mercadorias, punham os animais amarrados lá nos pirulitos. Eles vendiam os produtos, traziam todo tipo de coisa da redondeza, trazia principalmente de Mendanha [distrito de Diamantina/MG] [...]*” (sic) (LUIZ, 2012). O sentido e significado de patrimônio, que este senhor destaca, ultrapassa, aliás, a ideia de elementos que remetem à narrativa de uma história, pois para ele os patrimônios em Diamantina são aqueles que ele reconhece enquanto bens que fazem parte da história de sua vida. E ainda ressalta que:

Os patrimônios daqui sempre fez parte da vida da gente, porque a gente nasceu e eles já tava aqui, ou nossos pais contava, ou então a gente participava da construção, como a igreja lá de baixo [catedral]. O Patrimônio famoso que o turista vem vê é essa que a gente vive todo dia e que faz parte da vida de todo mundo, pois a gente acorda e vai comprar pão, e do lado da padaria tem as igrejas, os museus, não tem como não sentir elas como parte da história da gente [...]. Patrimônio então pode ser tudo que é da gente, além daqueles que o povo visita porque é chamativo. Eu acho que a gente respeita, eu pelo menos entendo assim, o patrimônio porque faz parte da vida da gente. A casa de J. K., que é perto daqui de casa, e o mercado que eu te falei, é patrimônio. No mercado mesmo eu vi muitos tropeiros trazendo farinha, carne, feijão, rapadura, tudo vindo nas costas da mula Meu pai falava pra mim, eu falei desses para meus filhos, e eles vão falar para os deles, porque isso é daqui [história da cidade], que vai para todo mundo [...] (sic) (LUIZ, 2012, **grifo nosso**).

Fica evidente que as histórias dos patrimônios, como o Mercado Municipal e a Catedral de Santo Antônio de Sé, apontados pelo senhor Luiz, são representações que trazem lembranças do seu pai, da sua infância e que remetem à saudade de um tempo que se foi, mas que, ao se olhar para tais elementos tombados, consegue reviver.

Diamantina é muito visitada por todos, eu penso que se fosse de fora ia gostar daqui, falo isso não porque sou daqui e quero me gabar, mas é porque aqui, longe da cidade grande, parece que a gente sente mais a coisa da família, coisa da história. Eu olho para os patrimônios, as paisagens como você falou, e lembro do meu pai, dele contando e me levando para vê os tropeiros; lembro de eu correndo na igreja nos finais das missas, eu lembro de muitos casos, mais alegres que tristes, da minha história quando eu olho aí [...] (sic) (LUIZ, 2012).

Perguntamos, também ao senhor Luiz quais as lembranças ruins que emergem quando ele olha para algumas das paisagens que ele reconhece como patrimônio em Diamantina. Para o interlocutor, não há paisagens que lhe trazem tristeza, mas existem algumas que lembram fatos tristes, e que são, também, aquelas que os turistas gostam de visitar, como o Mercado. Uma vez que para ele era um lugar sempre “[...] cheio de tropeiro. Tropeiro que às vezes ficava dias sem ver a família. Eu via o olhar de sofrimento, mas não só né, mas ficou gravado, também, na minha memória isso” (sic) (LUIZ, 2012). Outras paisagens, também, ficaram gravadas: “[...] lembro da minha mãe com saudade, dela vindo de lá para vim aqui em casa. Eu olho para a rodoviária e penso nela direto. É uma paisagem que me dá saudade, ela morreu ali próximo, foi doença de coração [doença de chagas]” (sic) (LUIZ, 2012).

Ao anoitecer, o senhor Luiz afirma que tinha um compromisso, e que no dia seguinte estaria em um dos bancos da praça, como era de costume. Nos o acompanhamos até a porta da sua casa, e na sequência agradecemos a companhia,

afirmando que amanhã estaríamos naquele banco da praça para conversarmos mais sobre Diamantina e suas lembranças.

No dia seguinte, às 08h30min já tínhamos acordado, tomado uma xícara de café e estávamos chegando próximo à praça no Largo Dom João. Ali, próximo à rodoviária o senhor Luiz nos avistou e nos chamou, dizendo que queria ir ao Corpo de Bombeiro, que, aliás, se localiza em frente à rodoviária, pois gostaria de nos mostrar alguns detalhes que fazem do seu bairro um patrimônio local.

Na entrada deste, o senhor Luiz tirou seu óculos escuros e destacou: “*A gente falou de paisagem, de patrimônio, eu falei de coisa da minha vida, mas não falei dessa aqui ó [apontando para uma sala que fazia parte do prédio], a Maria fumaça viu, Rahyan ?*” (sic) (LUIZ, 2012). Destacou que na hora em que me despedi, em frente ao portão de sua casa, este abriu a porta e foi para a frente da rodoviária e ficou olhando para o 3º pelotão do corpo de bombeiro, e a cada minuto que ele olhava para a paisagem parecia que mais coisas ele ia se lembrando, como se estivesse dentro da Maria fumaça, em uma das suas viagens para Belo Horizonte/MG.

Ele afirmou que nos convidou a irmos ao prédio, que hoje constitui a base do 3º pelotão do Corpo de Bombeiro, para que ele pudesse nos mostrar o patrimônio que ele leva na memória e que faz parte da sua história; pois, naquele local, outrora funcionava a estação ferroviária.

Aqui onde é o bombeiro era a central do Brasil, a Maria fumaça entendeu, era o trem de ferro meu filho. Saía daqui por volta de 05:30 às 06:00 horas e chegava em Belo Horizonte lá para 12:00 lá vai fora. Eu vinha e ia direto nele, muita gente daqui, eu gosto demais de vim aqui, pois é um lugar que foi ponto de encontro, mas de desencontro também. Local onde vinha minha mãe, minhas tias, minhas namoradas, paqueras. Cada chegada do trem, e o barulho do sinal que ele fazia, era uma emoção diferente [...] (sic) (ZUZU, 2012).

Este prédio faz parte de um dos elementos patrimoniais reconhecidos pelo município, e mesmo com algumas mudanças estruturais feitas para que o prédio pudesse servir de base para o Corpo de Bombeiro, preservou-se a fachada. O senhor Luiz adentrou o prédio e destacou alguns pontos do local, como o símbolo da Central do Brasil e a pequena janela de madeira que constituía a bilheteria da estação (FIGURA 55 e 56). O interlocutor apontou, ainda, que não gostaria de ver aquele prédio modificado, pois seria “[...] a perda de um dos locais que me faz ver o quanto o tempo passou [pelas

mudanças observadas no prédio], *mas o quanto valeu a pena viver o que vivi aqui*” (sic) (LUIZ, 2012).

FIGURA 55: Bilheteria da antiga estação ferroviária (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

FIGURA 56: Lateral da antiga estação ferroviária com o símbolo da Central do Brasil (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

O sentimento demonstrado por este interlocutor reforça a importância da preservação de lugares como este, que foi um ponto de encontro, embarques e desembarques; enquanto na atualidade, o prédio é utilizado para outros fins, neste caso específico para atender a uma corporação, que viabiliza a preservação do prédio ao dotá-lo de funcionalidade nos dias de hoje.

O senhor Luiz coloca os óculos escuros e desce os degraus, indo ao encontro dos amigos para fazer o que é de costume: jogar damas. Na praça, sentado em um banco, perguntamos ao interlocutor: “O que o senhor acha que faz Diamantina ser tão especial?”. Ao lado dos amigos, este destaca: “*Olha ao meu redor, os amigos, a cidade.*”

Diamantina é igreja, é a fé, é a casa de J. K., de Chica, é mercado. Diamantina é Diamantina porque nós a fizemos e somos assim [...]” (sic) (LUIZ, 2012).

Diamantina, com suas paisagens e seus patrimônios, torna-se significativa e tem significado, por que é um lugar em que os moradores, como senhor Luiz, declara ter construído a sua vida, erguendo paisagens; fazendo cotidianamente parte de suas vidas as igrejas, prédios e casas reconhecidas como patrimônio. Para quem visita esta cidade, os Patrimônios são exemplos de paisagens edificadas num período histórico do desbravamento dos Sertões; mas, para este interlocutor, como para o senhor Zuzu, os edifícios preservados narram as suas vidas, e fazem parte da formação cultural local, das crenças, dos costumes, e das memórias. Memórias estas sobre as quais ficamos, a cada diálogo travado, refletindo sobre a paisagem e a construção de histórias que nelas ficaram registradas.

Depois de realizar esses ensaios, decidimos procurar outro interlocutor que pudesse compartilhar conosco mais lembranças sobre Diamantina (objetivando perceber, pelo olhar do Outro, o significado do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico daquela cidade), buscando, contudo, um sujeito que tivesse residido longe do Centro. Nesse sentido, no mês de Setembro de 2012, estivemos em campo e escolhemos o bairro Rio Grande - nome que faz referência a um rio que corta este bairro - para ser o próximo recorte de realização de entrevistas e busca de depoimentos dos habitantes locais. Bairro em que, para Souza (2008), caracteriza a discrepância, na cidade, entre centro e periferia. Esta última estando, em termos de saneamento básico e investimentos em aparelhos urbanísticos muito aquém da região que concentra os patrimônios.

Ao andar pelo bairro Rio Grande deparamos com uma senhora que estava sentada próxima a uma pequena ponte que dava acesso ao bairro. Ponte pequena, pintada de branco, que recebia um fluxo de transeuntes e veículos de considerável volume. Esta senhora, diamantinense, aposentada, com estatura baixa, olhos claros, cabelos pretos, usando um vestido azul, nos perguntou: *“O que você faz aqui (?); é da Prefeitura?”* (sic) (ELZA, 2012). Explicando a dona Elza, como gosta de ser chamada, o que estávamos buscando naquele bairro, ela logo declarou: *“Uai, então sou eu que você vai pesquisar, aqui eu sou uma das mais velhas do bairro, tenho 79 anos, todo mundo me conhece, entra pra casa. É logo ali [aponta o dedo indicador para uma residência que fica quase em frente à entrada da ponte já citada], em frente a esta casa aí da bananeira”* (sic) (ELZA, 2012) (FIGURA 57).

FIGURA 57: Vista do rio Grande (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Naquele momento, no início do dia, inicia-se o terceiro (03) e último ensaio, em forma de entrevista. Entrei na residência da dona Elza, casa pequena, que leva na parede da sala algumas fotos de seus pais, filhos, e um calendário da mercearia do bairro; e sentando num sofá vermelho ela nos serve um copo de água e nos diz: *“Criei meus filhos aqui, casei eles aqui, eu gosto de quando vêm pessoas aqui para eu falar da cidade, porque só quero ir embora daqui dentro de um caixão, tenho 79 anos e só saiu daqui pra ser enterrada perto de casa ainda [risos]”* (sic) (ELZA, 2012).

A seguir perguntamos a dona Elza porquê gostava de falar da cidade. Ela aponta que: *“Dizendo eu me distraio, e eu gosto de lembrar do que eu vivi. Não sei se o que eu vou te falar vai ser o que é certo [risos], mas eu falo o que eu sinto. já vieram alunos aqui da Viçosa e da Federal [UFVJM] me entrevistar, eles gostam de mim [...]”* (sic) (ELZA, 2012). Em seguida, perguntamos qual seria a maior lembrança que ela tinha de Diamantina, objetivando perceber se ela guardava, em sua memória, o(s) registro(s) de algum patrimônio histórico arquitetônico reconhecido (como elemento que representasse algum fato ou que pudesse evidenciar, por ele, algum sentido de pertença ao lugar). Dona Elza levantou-se do sofá e foi em direção à cozinha, mas voltou logo trazendo uma garrafa de café que deixou em cima da mesa central de sua sala; e nos ofereceu uma xícara dizendo:

Na minha idade lembrança eu tenho, porque quem viveu mesmo tem lembrança. O que mais me marca aqui eu vejo que era o bairro como era antes. Eu sempre morei aqui, e olha aqui não tinha nada, era rancho de capim. Na rua onde a gente tava tinha era postes que eram altos e de madeira, a luz era tão fraca que parecia uma vela acesa, a tal de luz de hulha-branca, com as ruas de terras vermelhas, com buraco em todo canto. As casas eram iluminadas com candeeiro de azeite; a casa nossa mesmo era toda escura, e pai colocava a gente para capinar, fazer açúcar de rapadura e levar para o mercado [...] (sic) (ELZA, 2012).

Quando referiu-se ao Mercado, sua filha saiu da cozinha e sentou-se ao seu lado no sofá; dona Elza explicou-nos, então, que sempre quando ela vai ao Mercado, com sua filha, ela fala que “[...] *aquele galpão guarda história do pai, avó, e bisavó dela. Que uma das coisas que eu sempre falo com ela, e para todo mundo [amigos e turistas] é do Mercado*” (sic) (ELZA, 2012). Chamou-nos muito atenção o carinho pelo qual dona Elza tinha pelo Mercado, e lhe perguntávamos o motivo desta admiração por este prédio. Ela olha para a filha e destaca: “*Vou te falar como eu falo pra ela, lá era de tábuas velhas, com um mercado bem antigo, onde os homens usavam blusa de couro, chapéu de boiadeiro, calça com barbatana, isso ficou registrado aqui ó [coloca a mão esquerda na cabeça], e eu não esqueço. Ali é pra mim um lugar que é histórico*” (sic) (ELZA, 2012).

A última frase da interlocutora nos chama atenção ao percebermos que, para ela, o Mercado era um “lugar histórico”. E na sequência destacamos que tínhamos ficado curiosos ao percebermos que, para ela o Mercado era um lugar diferente, que parecia ser um lugar especial, e antes que concluíssemos a frase ela respondeu:

*O mercado é especial e histórico porque tem história, pra mim tem. Eu ia com meu pai, hoje vou com minha filha, e sempre vi história lá; eu guardo isso. Pra ter ideia o povo de lá sempre come o tropeiro, até hoje se você for lá na sexta tem, e **quando eu sinto o cheiro de tropeiro eu lembro de lá. Na hora me lembra o tempo que eu era criança, do que eu vivia; olha a minha memória. Eu entendo que ali é histórico por isso [...] (sic) (ELZA, 2012, grifo nosso).***

Para dona Elza, ir ao Mercado parece ser uma possibilidade de reviver tempos que passou ali, com seu pai, de relembrar o local onde via os tropeiros e, ainda, vendia a rapadura que produzia. Vale ressaltar que é através de sensações olfativas que ela consegue se lembrar daquele tempo, e em especial do seu pai, pois, segundo ela: “*Quando eu sinto o cheiro de um feijão tropeiro eu lembro de meu pai, do mercado, de nós lá [...] (sic) (ELZA, 2012).*

Após destacar sobre o mercado e a importância deste prédio para a sua vida, visto a possibilidade de se lembrar do seu pai, ela fez referência à Casa da Glória, onde seus irmãos (Iolanda e Rubens) estudaram (quando aí funcionava um colégio) e quem os levava até lá era ela. Ela destacou que em seu tempo de criança seu pai lhe dava “[...] *um caderninho, um caderno barato, mas que para comprar era difícil. E se o caderno acabasse antes da hora a gente apanhava. Eu ia todo dia buscar meus irmãos na escola das irmãs [atual Casa da Glória], das mães, subia aquela rua grande [rua da Glória] e era difícil porque só tinha pedra*” (sic) (ELZA, 2012). E comentou, ainda, que ao buscar seus irmãos no colégio ia olhando as igrejas da cidade. Igrejas as quais ela leva a sua filha hoje, principalmente na Catedral: “*Aqui quando eu subia para buscar meus irmãos eu olhava para as igrejas e lembro como se fosse hoje, aqui deve ter umas vinte. Eu sei o nome de quase todas, a [igreja] do Rosário, Amparo, Mercês, Catedral, da Luz, São Francisco, da Consolação, da Nossa Senhora das Graças, da Saúde, do Bom Jesus, e dai a fora*” (sic) (ELZA, 2012).

Na hora do almoço, dona Elza nos oferece uma refeição, sendo que na sala de estar foi servido o almoço, entregou-me um prato contendo arroz, feijão, batata inglesa cozida e bife. Dona Elza permanece em silêncio, e respeito o seu momento. Quando quando terminamos, ela nos convidou para irmos à beira do rio Grande que fica em frente a sua casa; ela se levanta, sua filha entrelaça um dos braços no braço direito da sua mãe e vamos até o destino em questão. Chegando à rua, próxima às margens do rio, ela destacou:

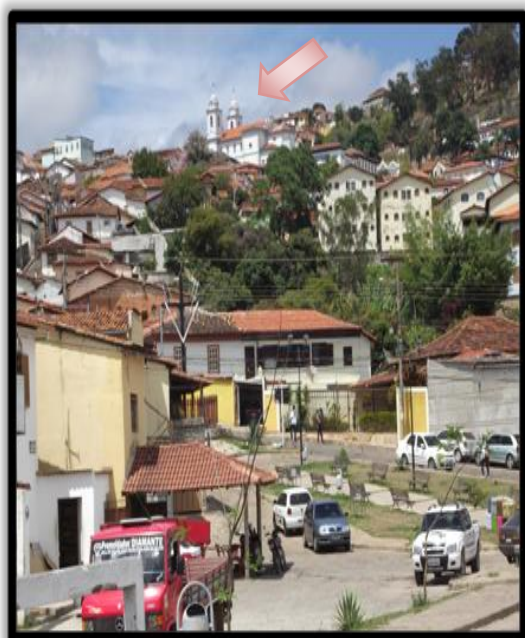
Aqui só tinha buraco, só mato, arvoredo e eucalipto. No rio aqui era só trilho, nem tinha caminho. Era uns buraco, só tinha uma rua com a luz no meio, com a luz acesa. O povo lavava roupa neste rio, a água era limpa, corrente, era no rio que lavávamos roupa e panelas, tinha um pouco d'água com um bicão que caiu, tomávamos banho, pescava até lambari. Mas, eu te chamei aqui para vê ali oh [apontando com a mão esquerda para a região central da cidade – o centro histórico]. A gente passa a vida inteira indo lá no centro e voltando, mas sempre via a catedral. A fé aqui é muito forte porque a gente viveu sempre com as igrejas. E tem como esquece se a gente só passa na rua e vê? tem não, né [...] (sic) (ELZA, 2012).

Para dona Elza, as igrejas fazem parte da história do diamantinense, pois desde criança eles são acostumados pelos pais a irem às missas e festas religiosas, e, além disso, reforça que “[...] *numa cidade cheia de igrejas quem não vai à missa é pecador; aqui a gente é religioso, e eu acho que muita gente vem aqui visitar por isso, pelas igrejas. Essas que eu acordo olhando todo dia [com destaque para a Catedral]*” (sic)

(ELZA, 2012) (FIGURA 58). Naquele cenário, próximo ao rio Grande, parece que aquelas “águas que se esquivam ao correr, guardam histórias do lugar, que fazem surgir lembranças da escola, das missas e dos lambaris de lá [...]” (ANDRADE, 1982, p.21-22), colaborando para o resgate da memória de dona Elza.

Dona Elza pede desculpas por não poder ficar mais, pois tem um compromisso com a sua filha na Santa Casa de Caridade. Acompanhamos até o ponto de ônibus que fica próximo a uma praça logo depois da ponte que corta o rio Grande. Ela e sua filha ficam esperando o ônibus, e lentamente ela retira de um dos bolsos do seu vestido um passe livre para idosos, minutos depois aparece o ônibus naquele ponto. Ela olha para nos e levemente abre os lábios como quem queria sorrir e diz: “*Olha para o ônibus, é isso daí que você fala e que eu lembro. Diamantina é tudo isso, a gente vive o que viveu*” (sic) (ELZA, 2012). Despedimos de dona Elza e sua filha, e a imagem que deparamos é da sua ida a Santa Casa em um ônibus que, em toda a sua lateria, leva a imagem da Catedral de Santo Antônio, destacando aquele patrimônio e a história daquela gente (FIGURA 59).

FIGURA 58: Vista da Catedral Metropolitana Santo Antônio de Sé (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

FIGURA 59: Imagem da Catedral na lateria de um ônibus municipal (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2012).

Ao anoitecer retornamos ao centro de Diamantina e adentramos o restaurante Grupiara, próximo a Baiúca, onde finalizamos nossos trajetos nesta etapa da pesquisa.

Etapa esta que teve o trabalho de campo como fonte de dados primários, onde conseguimos participar da vida de alguns diamantinenses, tentando captar suas lembranças referentes aos Patrimônios aí inscritos. Naquele restaurante, começamos a refletir sobre estes ensaios que ocorreram no espaço urbano, em casa e na rua, mas que de alguma forma conseguiram, “[...] um ponto de amarração das memórias e de histórias de diferentes sujeitos” (BOSSI, 2013, p.46) os quais, cada um em seu espaço, possibilitou, pela memórias, emergirem fatos e reminiscências de suas vidas. Fatos esses que foram narrados através da força do significado das representações que algumas paisagens despertaram nos interlocutores (DAMATTA 1985).

As paisagens mostram-se, assim, para os sujeitos da pesquisa, uma espécie de “baú de memórias” onde são depositadas reminiscências individuais e sociais, como se não fosse possível retomar o passado se não tivessem conservado o ambiente que os circundam (HALBWACHS, 1990). Pelas paisagens, conseguimos perceber o quanto esses sujeitos recordam as suas histórias; o quanto percebem detalhes tão pequenos, com a de um copo de alumínio, o odor de um feijão tropeiro e os feixes de uma treliça que lhes fazem lembrar de algo significativo. Nestes ensaios, ficou evidente que os patrimônios, ali, são vivos porque, principalmente são lembrados e utilizados por aqueles que ali moram.

E relevante assinalar, ademais, que o significado e a representação do patrimônio vão além de um reconhecimento político e histórico, vinculando-se à capacidade de cada sujeito “fazer sua vida” a partir da sua constituição social e afetiva. Assim, os patrimônios de Diamantina revelaram, para além da imponência de suas pedras, da graça da sua arquitetura e da exuberância da sua natureza, ficou destacada que a história ali preservada revela, através dos resgates memoriais, a intensidade e a densidade das experiências de vida que são construídas pelo contato do homem com o Outro, com a própria reflexão do sujeito sobre o mundo e sobre si mesmo, valendo destacar que o patrimônio teve o poder de se mostrar como espaço vivido (lugar) pela sua própria presença física e imagética e; talvez porque ele condense e simbolize, para os sujeitos, o próprio sentimento humano.

Percebemos, pelos ensaios etnogeográficos, a importância do(s) patrimônio(s) para os moradores os quais constituem, aliás, elementos de representação que evidenciam eventos e momentos significativo de suas vidas. Apresentamos, na sequência, outra etapa da pesquisa que busca analisar, pela percepção dos moradores e

do poder público, se o desenvolvimento da atividade do turismo cultural, potencializado pelos patrimônios de Diamantina, gera contradições no tecido social.

5.3 Patrimônio, turismo e sociedade diamantinense: a voz e o olhar do sujeito.

A intenção de se buscar analisar, através da percepção dos moradores e de representantes do poder público local, se a atividade do turismo cultural em Diamantina provoca contradições e tensões no tecido social, imbrica-se com a reflexão sobre a possibilidade desta atividade afetar a vida dos diamantinenses a ponto de provocar, neles, sentimentos topofóbicos gerados pela presença e atuação dos “*outsiders*” no seu cotidiano, ou se esta atividade ocorre de forma relativamente harmônica com a dinâmica local, não vindo a prejudicar o sentido de ser e estar em Diamantina (para o “*insiders*”).

Para tanto, esta etapa da pesquisa também adota uma abordagem qualitativa, buscando analisar o universo dos significados, das aspirações, dos valores, dos sentidos, julgamentos e crenças dos sujeitos. Desta forma, a discussão que se segue envolve uma abordagem da realidade social, postulando, a todo o momento, a propósito, que o homem é um ser ontocriativo (MINAYO, 2010).

O trabalho de campo novamente aparece como a possibilidade da aproximação do pesquisador com a realidade local para estabelecer uma interação com os “atores” que desenham a sociedade diamantinense. E é neste contexto que os sujeitos da investigação foram construídos teoricamente enquanto componentes do objeto de estudo, e embora haja muitas formas e técnicas de se realizar o trabalho de campo, uma em especial se apresenta, para nós, como um instrumento importante: a entrevista, com aplicação de questionários semiestruturados e não diretivos.

A entrevista é entendida, aí, no sentido mais amplo de comunicação verbal, que não estando atrelada à busca de uma coleta de dados de informações sobre determinado tema, mas constituindo sim, uma estratégia adotada no processo de trabalho de campo em que se almejou construir informações a partir do contato, da conversa, da observação do Outro (MINAYO, 2010). Este contato foi desenvolvido/construído no espaço vivido dos entrevistados, seja nas praças da cidade, em estabelecimentos comerciais, outrora nas mesas dos bares, na feira, no mercado municipal, ou mesmo na saída da missa na Catedral Metropolitana.

Buscamos nas aplicações das entrevistas, com moradores e autoridades evitarmos sermos reconhecidos como um “igual”, como um morador local, uma vez que

o próprio entrevistado espera uma diferenciação para que possa se sentir mais à vontade para dizer o que pensa, o que sente, o que realmente percebe. Em síntese o trabalho de campo, com as aplicações dos questionários, constitui um momento relacional e prático (TRIVIÑOS, 1987).

O número de sujeitos pesquisados não aparece como sendo um problema para a reflexão dos dados e a busca de um volume de dados qualitativos que venha comprovar ou refletir uma análise. O interesse pelas entrevistas que foram construídas não está focalizado em “[...] contar o número de entrevistados, e muito menos em quantas vezes em que uma variável aparece, tentando categorizá-la, mas sim que qualidade elas apresentam, como apresentam e em que contexto” (LEOPARDI, 2001, p.47).

Uma pesquisa de caráter qualitativo responde a questões muito particulares, principalmente quando envolve percepções e; por esse motivo “[...] ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado e somente ela tem que ser vista a partir da fala, do que o outro descreve, do que o outro sente” (MINAYO, 2010, p.89), valorizando o processo e, não apenas, o resultado. As entrevistas desenvolvidas buscaram a profundidade, levando em consideração todos os aspectos subjetivos possíveis, pois sabe-se que cada fala é determinada por um contexto histórico, temporal, e principalmente cultural específico, sendo construída através da história de vida de diferentes homens e mulheres, em que a fala dos sujeitos é a representação de um grupo, e a validade da investigação é encarada como a possibilidade de tradução da experiência e percepção destes sobre a sociedade.

Vale ressaltar que o estudo geográfico que envolve as categorias geográficas lugar e paisagem, na Geografia Cultural, deve buscar compreender as experiências, através das narrativas individuais, coletivas e dos discursos públicos, “[...] ultrapassando a categorização do qualitativo como forma de forçar a quantificação da verdade, dando valor ao que dito, ao que é expressado” (TRIVIÑOS, 1987, p.19).

No entender de Geertz (1989), o homem deve se percebido por aquilo que pensa, respeitando-se o que ele fala. Deve se perceber o sujeito em um sistema entrelaçado de signos interpretáveis, num contexto em que valoriza o que o sujeito descreve; o que equivale a descrevê-lo com densidade. Mas, para isso, o pesquisador tem que estar atento para observar as dimensões simbólicas da ação do homem, “[...] não afastando dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não emocionalizadas, o pesquisador precisa mergulhar no meio delas, senti-las, independente dos espaços em que elas surjam” (GEERTZ, 1989, p.40)

Partindo deste pressuposto, entendendo, assim como Triviños (1987) destaca, que o significado ou sentido que os sujeitos dão aos fenômenos vivenciados é foco da pesquisa qualitativa, especialmente quando se trabalha com o enfoque fenomenológico, em que os significados que os sujeitos atribuem aos fenômenos dependem essencialmente dos pressupostos culturais, das relações sociais e políticas do autor/sujeito com o que nutre sua existência.

Desta forma, realizou as entrevistas, buscando, nos princípios hermenêutico-dialéticos, interpretar o contexto, as razões e as lógicas das falas registradas em campo. Vale ressaltar que na trajetória analítico-interpretativa foram percorridos os seguintes passos: *(i)* leitura compreensiva para apreensão particular dos dados; no caso das entrevistas, para se obter uma visão conjunta destas informações; *(ii)* identificação com o recorte temático que emergiu das entrevistas; *(iii)* identificação e problematização das ideias explícitas e implícitas apontadas pelos entrevistados; e *(iv)* busca de sentidos socioculturais subjacentes às falas dos sujeitos.

Em termos de fontes, foi assegurado um diálogo entre as entrevistas dos diferentes sujeitos, apresentados de forma descritiva, sendo que os dados coletados são expostos através da junção entre os dados qualitativos e quantitativos. Esses dados incluem as entrevistas, notas de campo e a recursos iconográficos que auxiliaram, em seu conjunto, a compreensão do contexto de discussão. Corroborando com Lakatos & Marconi (2001), entendemos que o pesquisador qualitativo tem que analisar os dados em toda sua riqueza e abrangência, respeitando, na medida do possível, as formas de registros e suas transcrições; pois nesta abordagem investigativa nada é trivial, e toda manifestação tem potencial para fornecer pistas importantes na construção e compreensão do fenômeno estudado.

A análise dos dados seguiu um processo indutivo, por intermédio do qual, partindo-se de dados particulares, suficientemente constatados, procurou-se inferir “uma verdade”. O objetivo dos dados obtidos através das falas dos sujeitos é apresentar considerações, cujo conteúdo é mais amplo do que as premissas nas quais se basearam (RICHARDSON, 1999). E é através da inter-relação dos dados, quanti-qualitativos, as análises foram refletidas, e se construíram nossas impressões, mas “[...] não se trata de montar um quebra-cabeça cuja forma final conhecemos de antemão. Procurou-se construir um quadro que ia ganhando forma a medida que se recolhiam e examinavam todas as partes” (LAKATOS & MARCONI, 2001, p.55).

Assim, na reflexão sobre os dados obtidos em campo priorizamos a discussão dos dados, extraídos pelos questionários e pelas entrevistas, de maneira que as falas fossem inclusas livremente, buscando deixar os dados da forma mais verossímil possível. Novamente, preocupou-se com a garantia do anonimato dos sujeitos, em que o produto das entrevistas é acompanhado apenas das letras iniciais dos nomes dos entrevistados, destacadas entre colchetes e posicionadas ao final do fragmento transcrito, exemplo: (R. C. A, 2014). Ao ler o trabalho, perceber-se-á que as falas dos sujeitos serviram como base para as retratações do autor, sendo considerada a análise dos dados obtidos nas entrevistas.

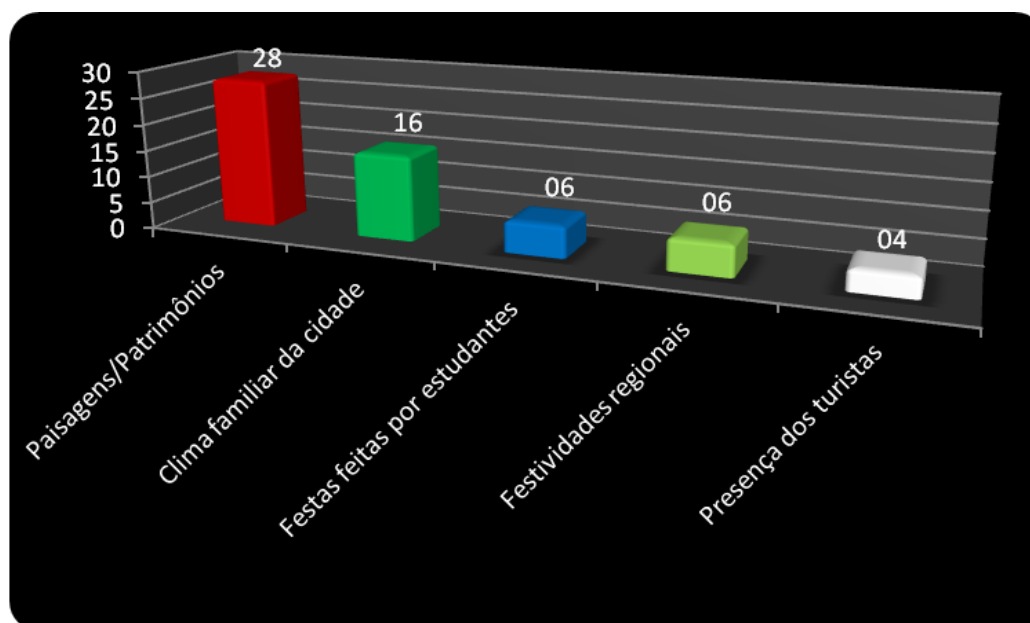
Para tornar mais significativa a análise da percepção dos sujeitos (moradores e “*decision makers*”) sobre a atuação do turismo cultural e suas implicações sociais, por assim dizer, fez-se importante destacar a relevância do patrimônio para os moradores, principalmente em termos do possível significado e significância socioafetiva dos elementos tombados. Desta forma, escolheram-se dois (02) lugares da cidade para a aplicação de questionários semiestruturados de cunho quanti-qualitativo (APÊNDICE B, C e D); a saber: Centro (o que se justifica pela proximidade dos moradores com os elementos tombados, podendo este perímetro central da cidade ser reconhecido como “*área-core*” dos patrimônios); e o bairro Rio Grande (escolhido por ser um bairro marginal), ambos destacados no Mapa 03.

Os questionários foram aplicados no ano de 2013, totalizando 70 interlocuções, todavia, foram eliminados da análise 10 questionários, utilizando-se como critério, para isto, a qualidade das entrevistas. Logo, o trabalho tem um universo de 60 questionários analisados. E vale ressaltar que todos os questionários foram aplicados pelo pesquisador, aproveitando-se, aí, o contato com o Outro para discutir temas relacionados ao trabalho e captar a sua percepção - sendo 30 destes, direcionados aos sujeitos que residem no Centro; e 30 aos que residem no bairro Rio Grande, constituindo todos os sujeitos, naturais e residentes em Diamantina/MG, com uma média de idade de 54 anos, em sua maioria (41), do sexo feminino.

Não buscamos quantificar os dados de forma a separar os dados obtidos em campo, fazendo distinção entre as regiões em que foram aplicadas os questionários, pois nosso objetivo não era de perceber a diferença entre as percepções dos sujeitos que residem próximos ou não da área que concentra os patrimônios. O que pretendemos foi tentar captar a percepção do diamantinense, sendo que não percebemos um sentido de lugar muito diferente entre os moradores residentes do centro e da periferia, categorias

extremamente marcadas por várias camadas de ideologia, mas que, a nossa intenção foi de perceber como um todo; assim, separar a sua análise seria fragmentar a percepção de uma comunidade.

Para avaliar a percepção dos sujeitos sobre a atividade do turismo cultural na cidade (e as possíveis tensões no tecido social que possam derivar desta), antes, fez-se necessário tentar perceber qual a relevância do(s) patrimônio(s) histórico(s) para os sujeitos. Desta forma, perguntou-se, inicialmente, aos entrevistados (60) o que lhes chamaria mais atenção, positivamente, em Diamantina, objetivando-se perceber se o patrimônio faz parte de algum elemento/aspecto que chamaria atenção deles de forma positiva. Vale explicar que nesta indagação o sujeito poderia escolher mais de uma opção. O resultado obtido a partir das respostas a esta questão é explicitado no Histograma 01 a seguir.



Histograma 01: O que te chama mais atenção, positivamente, em Diamantina/MG? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).
Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Pela a leitura do Histograma 01, podemos perceber que a maioria dos sujeitos (28) afirmou que as paisagens de Diamantina, com referência aos patrimônios históricos, são os elementos que mais chamam a sua atenção de forma positiva, seguidos pelo clima familiar da cidade (16), as festas realizadas por estudantes e as festividades regionais (06), e a presença de turistas na cidade que foi o elemento com

menos número de registros (04). Esses dados evidenciam a relação das paisagens, tombadas e reconhecidas pelo IPHAN e UNESCO, como elementos que chamam atenção de forma positiva da população que “[...] *faz parte da minha vida essas paisagens, e creio que para todo diamantinense. O patrimônio é um legado que querendo ou não faz parte da herança familiar de todos aqui, sendo marcas em nossas vidas e que marca a nossa comunidade*” (sic) (A. T. S. L, 2013).

As paisagens aparecem para a maioria dos sujeitos como elementos que lhes proporcionam lembrarem-se de fatos de tempos já vivenciados, “[...] *lembranças que tenho da minha casa, da minha mãe, de muita gente. Olhar para o patrimônio é viver um passado que remete a coisas que já vivemos, faz parte do cenário do lugar mesmo, todo dia a gente passa e vive aqui*” (sic) (M. M. F. Y, 2013). A maioria dos entrevistados (51) afirmaram que ao olhares para os patrimônios culturais da cidade, eles lembram de tempos já vividos, contrapondo-se a minoria (09) que destacou que, ao olhar para as paisagens da cidade não remeteriam a nenhum fato marcante em suas vidas “[...] *eu gosto do patrimônio, sou daqui e não tem como falar que não tenho admiração por ela, mas lembrar de algo que aconteceu comigo quando eu olho ali eu não vejo nada não*” (sic) (W. S. C, 2013).

Almejando avaliar a importância da paisagem para os diamantinenses, perguntado a eles se as lembranças que têm, ao olharem as paisagens locais, são ruins ou boas. As respostas obtidas para esta questão são explicitadas no Diagrama 01.

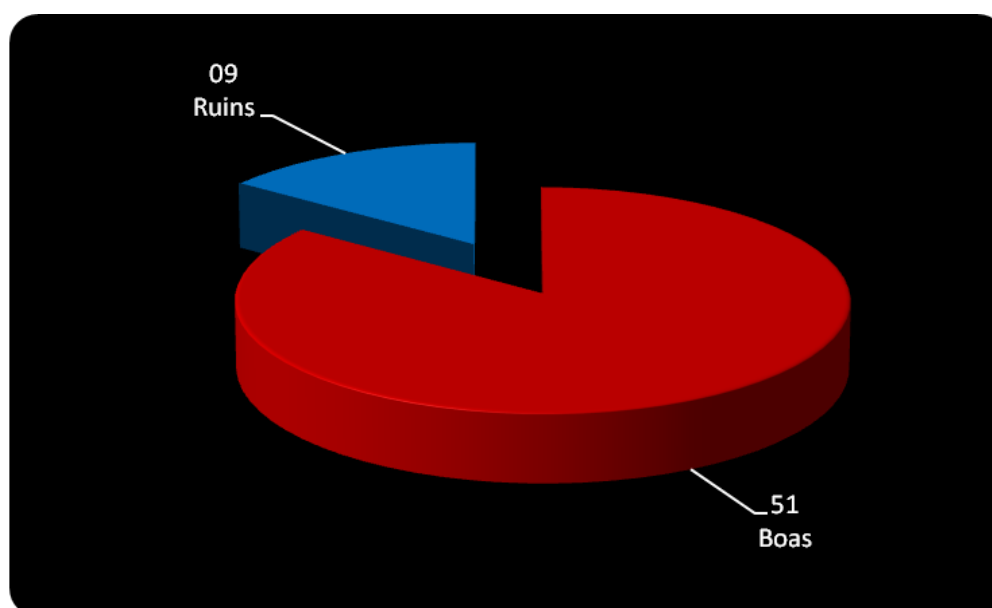


Diagrama 01: Ao olhar para os patrimônios culturais da cidade, estes remetem a suas lembranças? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Pela leitura do Diagrama 01, podemos perceber que a maioria (51) dos sujeitos recordam-se de momentos bons, por eles vivenciados “*in loco*”, aos olharem para os patrimônios culturais da cidade; contrapondo-se a uma minoria (09) que afirmam ao contrário, lembraram-se de momentos negativos nesta mesma situação.

Os momentos bons de que muitos (51) sujeitos destacaram se lembrar ao olharem para as paisagens da cidade vinculam-se a “[...] *momentos que vivi com a minha família aqui, passeando nas praças*” (sic) (E. E. T, 2013), “*de quando a gente ia para missa na catedral, e depois ia namorar perto da pracinha do chafariz [...]*” (sic) (I. M. F, 2013) e “*da minha vida de estudante, quando passava todos os dias em frente do banco, aqui do lado do museu, lembro da minha época da escola, dos amigos [...]*” (sic) (U. T. F, 2013). Ou seja, os sentimentos bons estão relacionados a eventos que marcaram suas vidas em convivência com os amigos, ou momentos compartilhados com a família e a relacionamentos amorosos, dado que as paisagens sempre fizeram parte do cenário onde aconteciam, e acontecem, experiências concretas de suas vidas, sendo, por exemplo, um pano de fundo que “[...] *registra a história da gente quando era garoto*” (sic) (T. O. M, 2013).

Quanto aos sujeitos (09) que destacaram que para eles o patrimônio remete lembranças ruins, observou-se que este sentimento está vinculado, a entes queridos que não estão mais entre eles, ou atrelado, também, momentos de término de relacionamentos amorosos e/ou de agressões verbais ou físicas que aconteceram próximos aos patrimônios; por exemplo, “[...] *aquela paisagem da catedral eu não gosto porque ela lembra do meu pai, pois ele gostava de ir na igreja toda quinta-feira, e quando eu olho para aí me lembro dele, me dá uma sensação de perda*” (sic) (U. R. G, 2013)

Na sequência, buscando perceber se estes sujeitos sentem orgulho por essas paisagens que remetem, em sua maioria, a sentimentos bons; indagou-se a eles se orgulhariam por terem tais paisagens reconhecidas como Patrimônio Cultural. As respostas a tal questão estão destacadas no Diagrama 02.

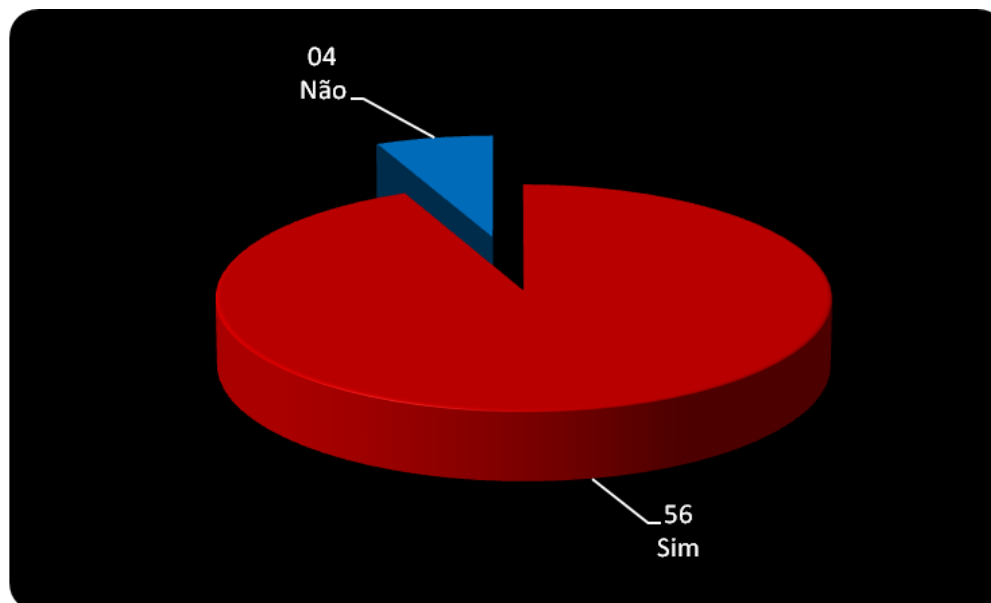


Diagrama 02: Você se orgulha por ter essas paisagens como Patrimônio Cultural? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).
Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Pela leitura do Diagrama 02, para a maioria dos entrevistados (56) as paisagens reconhecidas como patrimônio cultural constituem motivo de orgulho, contrapondo-se a percepção de uma minoria (04) que afirma não sentir orgulho por tal reconhecimento, tais paisagens consideradas como algo que “[...] *faz parte do dia da gente, não vejo nada demais no patrimônio; o povo fala demais e não vejo o que há de tão especial, já acostumei com a paisagem daqui*” (sic) (R. A. A, 2013). De forma geral podemos perceber que a maioria dos sujeitos reconhecem as paisagens tombadas como elementos que chamam a sua atenção de maneira positiva, chegando até a relembrar momentos por eles vividos ao olharem para tais paisagens.

Para a maioria desses sujeitos, tais paisagens representam, como ficou também evidente nos ensaios etnogeográficos, a possibilidade de reviverem o passado no momento em que olham para tais elementos. Recordando, por exemplo: “[...] *as histórias que meus pais destacavam sobre J. K., o mercado municipal*” (sic) (R. F. D, 2013); além de perceberem essas paisagens como elementos que fazem parte do seu dia a dia, sendo, portanto, difícil não se sentirem orgulhosos pelo reconhecimento de componentes da paisagem cultural urbana que contam a história local e que, também, retratam as suas vidas, como testemunhou os seguintes depoimentos:

Aqui é a minha terra natal, tenho orgulho de dizer que essas paisagens é a história daqui, por esse motivo tenho orgulho e falo para todo mundo sobre o patrimônio [...] (sic) (E. L. S, 2013).

A paisagem que é conhecida como patrimônio é bom e sinto bem, com orgulho, porque lembro de J .K., lembro dos tempos dos tropeiros, das pessoas que fizeram parte da história daqui e que de alguma forma é a nossa história [...] (sic) (T. R. C. C, 2013).

Gosto e tenho orgulho porque a cidade é conhecida em todo mundo. E gosto porque minha mãe fala sempre pra gente, minha avó falava também das suas histórias aqui e das paisagens que é patrimônio hoje. Faz parte da vida da gente, do dia a dia [...] (sic) (M. M. A, 2013).

Essas perguntas iniciais mostraram-se apropriadas para compreendermos a relevância das paisagens de Diamantina para a maioria dos moradores locais. A primeira etapa da pesquisa (os ensaios etnogeográficos), já evidenciava que tais paisagens são importantes por conseguirem condensar e representar histórias e momentos vividos, experienciados por muitos moradores, além de corresponderem a elementos que fazem parte do cotidiano dos sujeitos, sendo, aliás, difícil desvincular a história dos moradores de Diamantina com as paisagens que ali se edificaram.

Tal compreensão nos faz perceber a importância da atividade do turismo cultural ser exercida de forma harmônica com a vivência do cotidiano dos moradores local, uma vez que a maioria (58) dos entrevistados sentem-se pertencentes à cidade e à história que são gravadas nos patrimônios, sejam elas de cunho histórico-político, sejam elas de foro íntimo. “*Você nasce num lugar e você pega amor a ela, o patrimônio está no nosso lugar, então faz parte do amor que tenho por Diamantina, ela ajuda a contar a história da gente [...] (sic) (I. F. B, 2013).*

Questionamos, ainda, os moradores se eles se sentiam, eventualmente, incomodados com a presença do turista na cidade, advindo do turismo cultural. As respostas à questão são explicitadas no Diagrama 03, abaixo:

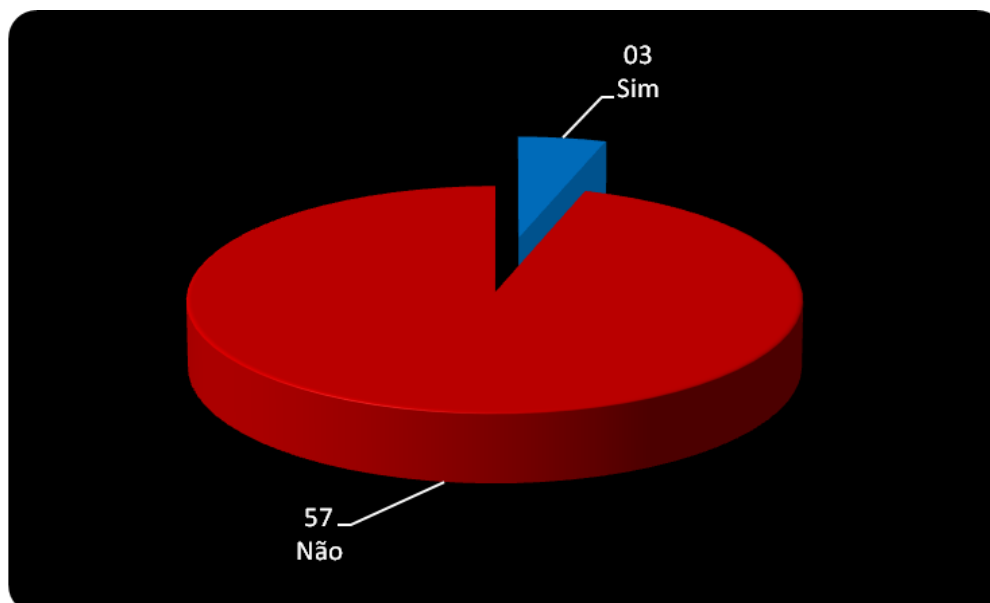


Diagrama 03: Você se sente incomodado com a presença dos turistas, advinda do turismo cultural? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Pela leitura do Diagrama 03, percebe-se que a maioria (57) dos sujeitos que entrevistamos não se sente incomodado com a presença dos turistas na cidade, contrapondo-se a uma minoria (03) que afirma sentir certo desconforto com a presença de tais sujeitos, pontuando que muitos “outsiders” não respeitam a organização e não se incomodam com a limpeza da cidade, produzindo, ainda, ruídos no período da noite, atrapalhando, de certa maneira, o descanso de muitos cidadãos. Já, a maioria dos sujeitos, que afirmou não se sentir incomodado com a presença dos turistas, destacam a importância destes para a vida econômica da cidade, além de apontarem que a maioria dos turistas são educados, não chegando a incomodá-los, aliás, afirmando que se sentem orgulhosos de terem os turistas ali, pois, na sua compreensão o turista desloca objetivando conhecer a beleza e imponência da história diamantinense. Neste sentido, destacamos os seguintes depoimentos:

Para mim ter turistas é bom, promove o nome da cidade, reforça a importância dela para a nossa história. Os turistas são educados, eu nunca tive nenhum problema com eles não, eles chegam e falam com a gente o que gosta daqui [...] (sic) (J. A. A, 2013).

Ter turistas aqui é bom, a única coisa que tem todo dia e que a gente até já acostumou, eu não vejo problema. Eu tenho é orgulho de mostrar onde ficam os lugares, quando eles perguntam pra mim onde é a casa da Chica da Silva ou a Igreja das Mercês [...] (sic) (M. J. A, 2013).

Turistas aqui é sem problema, quem não gostar tá ferrado também, aqui o que tem de bom na cidade é eles. E não é do ponto de vista do dinheiro que eles deixam não, é algo diferente que tem todo dia pra cidade não ficar na mesma. Incomoda, pode até incomodar, mas eu não vejo isso assim tão forte e que traz problema não (sic) (M. D. B., 2013).

O representante máximo do poder executivo local, em entrevista a nós concedida no ano de 2013, em seu gabinete, destacou ser inimaginável pensar em Diamantina, atualmente, desvinculada do turismo cultural, sendo que a atuação das ações da gestão pública municipal são direcionadas para potencializar esta atividade econômica e cultural. Para o prefeito, a cidade acolhe e recebe, de forma harmônica, o turista, não conseguindo perceber um conflito ou até mesmo tensões entre o morador e o turista. O prefeito destaca, aliás, que *“Diamantina hoje não vive sem o turismo, mesmo trabalhando intensamente para agregar mais empresas e indústrias na cidade, o turismo é o nosso principal setor; e o cidadão já percebeu isso, por isso creio que não há fortes tensões, brigas, alguém que não quer ver o outro aqui [...]”* (sic) (P. P. M., 2013).

Para esta liderança política, o turismo se vincula à presença do Patrimônio na cidade, e tal relação não afeta negativamente a vida dos munícipes. Ele afirmou que:

[...] os moradores têm orgulho da cidade e dos seus patrimônios sim. Eu, enquanto representante do povo, não falo isso para esconder ou camuflar uma realidade, é só você perguntar a qualquer um. Eu percebo que a cidade estaria morta sem os turistas, tanto no aspecto comercial, como na questão social, dos contatos né, das experiências que adquirimos com os turistas e estes com nós também” (sic) (P. P. M., 2013).

Para o secretário do escritório técnico do IPHAN em Diamantina, não existem conflito ou tensão entre o diamantinense com o turista. O secretário declarou até que os moradores perceberam a importância de receberem de forma atenciosa os *“outsiders”*, uma vez que desta forma estariam ajudando a perpetuar a história da cidade ao ajudarem com a prestação de informações ou tratando de forma cordial os turistas (colaborando, ainda, para que a atividade do turismo cultural traga rendimentos financeiros para os próprios cidadãos). Para o secretário, o conflito não existe, uma vez que:

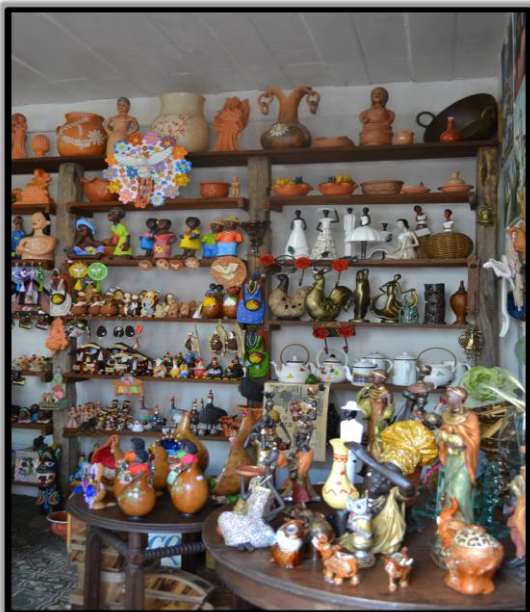
“[...] o fluxo de turistas aqui é diário, mas não é tão cheio, é mais ameno que em outros lugares. Eu acho que o morador é tão receptivo, eu vejo que melhorou muito a ligação do morador com o turista. Agora o morador está mais conscientizado, ou reconheceu a importância de mostrar a história daqui para os outros. Além disso, Diamantina não tem outra fonte de renda a não ser o garimpo e hoje a renda de muitas famílias vem do turismo” (sic) (C. D. A., 2013).

Já a secretária do escritório regional da Estrada Real opina que é no Carnaval, o único momento em que se percebe que o morador se sente um pouco incomodado com a presença do turista, especialmente os diamantinenses que residem na região central da cidade, pois ali é um lugar vivo, espaço social onde as pessoas fazem, por exemplo:

“[...] suas compras, seja para comprar o pão ou algum legume, mas nos dias da festa do carnaval se sentem incomodados porque as ruas ficam cheias e os moradores, muitas vezes, não conseguem entrar nos estabelecimentos aqui do centro histórico e fazer o que quer. Lógico, que a presença do turista modifica o cotidiano do morador, e este sente o espaço que é seu sendo usado pelos outros, mas não chega a construir um conflito ou tensão entre as partes” (sic) (M. L. G. B, 2013).

Para a referida secretária, o espaço socialmente construído pelos diamantinenses é ocupado, diariamente, pelos turistas, mas os munícipes já percebem que a presença destes promove o nome do lugar, possibilita arrecadação financeira e ainda colabora/ajuda, por exemplo, os artesãos a venderem suas peças (FIGURA 60); as doceiras que ficam na rua da Quitanda, os comerciantes e diversos atores locais, tais como os músicos que se apresentam no mercado municipal, (FIGURA 61) assim obtendo renda, neste espaço de encontro entre os turistas e o moradores. A secretária afirma que o Carnaval é a época do ano em que mais se gera renda na cidade, *“[...] e não é só para o grande empresário, vai do vendedor de doce até a população que aluga a casa” (sic) (M. L. G. B, 2013).*

FIGURA 60: Loja de artesanato (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

FIGURA 61: Mercado municipal no sábado de manhã (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

A mesma percepção sobre as potenciais tensões entre moradores e turistas é explicitada pela secretária municipal de turismo, pois para ela o que geralmente acontece não chega a se caracterizar como um conflito ou tensão, mas um incômodo proveniente da forma como os turistas se apropriam e aproveitam a festividade carnavalesca, pois nesta ocorre:

“[...] o aumento da população que altera a vida dos moradores e que muitos turistas não cuidam e degradam o patrimônio. Toda vez que acaba o carnaval o IPHAN e a prefeitura têm que intervir para fazer o processo de restauração de algumas partes de prédios ou nas praças. Isso, sim, chateia a população” (sic) (A. C. B, 2013).

A percepção da “inexistência” de conflito e tensão entre os turistas e o morador local, por um lado, é percebida pelos sujeitos da pesquisa:

“[...] como a maior parte dos moradores sabe e reconhece que o turismo é bom para eles mesmos, o conflito tende a não acontecer. Hoje, por exemplo, o mercado tem três feiras, quinta, sexta e sábado, com moradores locais que vêm e vendem seus produtos, que têm seu retorno, de onde tirar a renda mensal. Um conflito que pode aparecer é, por exemplo, a produção de eventos neste local. Teve o festival de História, mês passado, utilizaram o mercado como local do evento, tiraram os feirantes e acabaram com a feira daquele dia. Neste sentido tem um pouco de conflito, mas não chega a ser algo gritante” (sic) (A. B. D, 2013).

E, além disso, a maioria afirma que *“[...] já acostumamos com os turistas, para mim que moro no Rio Grande, eu gosto porque vejo gente diferente, outras culturas, acontece uma conversa diferente. Os turistas são abertos, eles perguntam, chegam e sabem conversar”* (sic) (O. P. F, 2013). Ou seja, a presença dos turistas é percebida, por uma grande parcela dos entrevistados, como a possibilidade, por um lado, de adquirirem rendimentos financeiros ao venderem seus produtos ou estarem trabalhando em empreendimentos estão direcionados a atender o “outsider”, como hotéis e bares, e por outro lado, como a possibilidade de se obterem contatos/ligações culturais.

Na sequência, perguntou-se aos sujeitos se a forma como o turismo é realizado na cidade respeita a cultura e os moradores locais. Para a maioria (58) dos sujeitos, a forma com que o turismo é realizado respeitaria, sim, a cultura e seus moradores; contrapondo-se a uma pequena parcela (02) que destaca não gostar da interferência do turismo cultural na cidade, principalmente nas épocas em que são realizadas as festividades do Carnaval e da “Vesperata”. Tal dado converge com a percepção da

secretária municipal de Cultural, Turismo e Patrimônio, pois esta destaca que o morador não se sente incomodado com o turista como em outras cidades históricas, dado que:

“[...] aqui podemos falar do carnaval que pode trazer, para algumas pessoas, certo incômodo, pois é um grande evento na cidade que traz muitos turistas e que interfere nas suas atividades, principalmente no centro. Mas, no decorrer do ano, não presenciamos nenhuma situação que podemos falar que o turista incomoda o morador, como acontece, por exemplo, em Paraty (RJ)” (sic) (A. C. B, 2013).

Os sujeitos (58) que afirmaram que a atuação do turismo cultural na cidade respeita a cultura e os moradores locais apontam, ainda, que esta atividade é desenvolvida com pouca interferência no cotidiano local, e que, de certa maneira, os diamantinenses depende dos “outsiders” para a dinamização da vida econômica local. Observe-se, neste sentido, os depoimentos a seguir discriminados:

Não quero que Diamantina seja um cemitério abandonado, o que restou não é isso aí, são os prédios, isso é a nossa história, que foi construído para nós e todo mundo vê, o turista tem que vir. Ele vem e não me incomoda em nada [...] (sic) (J. S. C, 2013).

Eu vendo cachorro quente e bombom no mercado, se não fosse o turismo a vida minha não tinha jeito. Aqui tudo é muito difícil, mas o turismo é feito para ajudar a gente. E têm turistas bons, a gente conhece é muita gente [...] (sic) (A M. B, 2013).

Tem gente que não gosta, mas a forma que é feito o turismo aqui é bom, não vejo nenhum turistas fazendo algo de ruim ou algo que eu não goste. Aqui é muito tranquilo neste sentido (sic) (L. B. C, 2013).

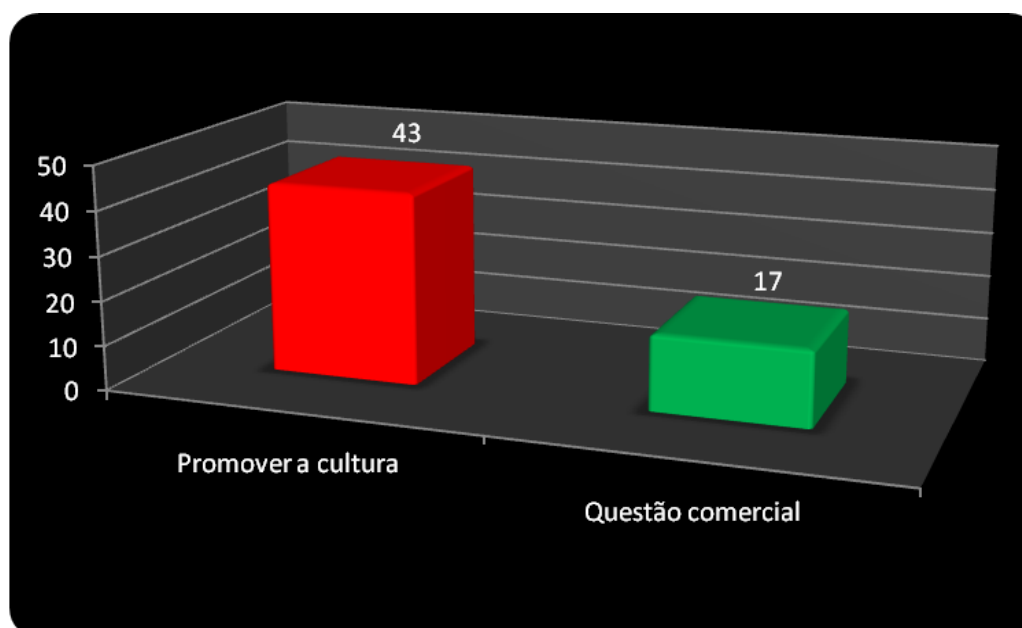
Vale ressaltar que a maioria (58) dos entrevistados destacou que conhece os pontos turísticos mais visitados pelos turistas em Diamantina, contrapondo a um pequeno número (02) que afirma não conhecer tais lugares, destacando, ainda, não terem curiosidade de visitar tais locais, como a Igreja São Francisco, “[...] já passo lá todo dia, não tem por quê” (sic) (A. E. F, 2013). Os sujeitos destacam que em Diamantina “[...] é impossível não conhecer os pontos turísticos mais visitados pelos turistas. Aqui todo mundo nasce ao redor do patrimônio que é tanto visitado por estes, logo não tem como não conhecer. Não teria como eu não conhecer a casa de J. K. e o museu do Diamante” (sic) (E. A. V, 2013).

Eu conheço todos os patrimônios daqui, quando vem um turista me perguntar eu falo com ele certo onde que é. Se eu sou daqui tenho que saber [...] (sic) (M. J. A., 2013).

Conheço todos os pontos turísticos, pois são lugares que fazem parte do dia a dia, não tem como não saber [...] (sic) (P. Q. S., 2013).

Sei e já fui e vou várias vezes, e quando me pergunto dou informação para eles irem no lugar que eles querem ir [...] (sic) (E. A. V., 2013).

Sabendo-se da presença constante do turista em Diamantina e da importância da atividade turística para a vida econômica dos moradores desta cidade, perguntou-se, na sequência, aos entrevistados se eles percebiam a atuação do poder público municipal direcionada a potencializar os patrimônios históricos da cidade, na perspectiva da promoção da cultura ou a questão comercial. As respostas são explicitadas no Histograma 02, apresentado a seguir.



Histograma 02: Você acha que o poder público municipal potencializa os patrimônios históricos de Diamantina/MG para promover a cultura ou para viabilizar a questão comercial? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Pela leitura do Histograma 02, percebemos que a maioria (43) dos entrevistados destacou que o poder público busca, através da exposição dos patrimônios, promover a cultura, contrapondo-se uma parcela (17), que aponta a prioridade dada pelo poder público à questão comercial, pois “*para o prefeito a cidade é só o turismo, não existe*

mais nada além disso É só eventos, vespertatas, carnaval [...]” (sic) (R. A. B, 2013). Porém, percebemos pelas respostas dos entrevistados que a questão cultural não está desvinculada da questão comercial, uma vez que os moradores (43) que afirmaram que a presença do patrimônio histórico tem como propósito, por parte das ações do poder público municipal, destacar a história da cidade e da sua gente, deixam claro, também, que é através desta que é visualizada uma dinamização econômica da cidade pela presença e consumo do turista. Ou seja, na percepção dos moradores, a questão cultural não está dissociada da arrecadação comercial, o que deixa subentendido o patrimônio como fator que possibilita a representação da história da cidade; e o turista, para conhecer tal história, catalisa em paralelo, a dinâmica econômica local. Vale ressaltar que alguns depoimentos colhidos na cidade, nesta perspectiva:

A cultura liga o dinheiro, mas não quer dizer que o dinheiro vai sucumbir à cultura. Aqui é nossa história, é fazer dela o nosso sustento, então acho que é uma questão cultural, mas que não deixa de ser uma questão comercial (Sic) (E. A. P, 2013).

É ao mesmo tempo os dois, porque só tem a cultura mais preservada por causa do turismo, mas só tem turismo aqui por causa da cultura dos casarões, do mercado [...] (sic) (T. R. P, 2013).

Para o secretário do IPHAN, o patrimônio não é percebido acentuadamente como um elemento estreitamente vinculado ao mercado comercial, frisando que ali o turismo só existe porque a história é conservada, e ter-se turistas na cidade colabora para a preservação da cultura, uma vez que o poder público tende a apoiar ações de restauração para perpetuar os bens materiais, mas também para potencializar a vinda dos turistas.

“Essa Casa da Chica, por exemplo, ela tem mais de 100 anos; o interior é todo preservado, tanto por dentro como por fora. Aqui você entende como era a arquitetura, qual a organização da casa. Aqui mesmo tem o quintal, o chafariz, tem a senzala, então se torna um processo de preservação da cultura. A questão comercial é a resposta que se tem para possibilitar a visita de pessoas a ela. Diamantina não tem a questão comercial tão forte como em outras cidades, a exemplo do Rio de Janeiro” (sic) (C. D. A, 2013).

Para a secretária municipal de Cultura, o patrimônio não pode ser visto como unicamente acoplado ou atrelado a uma dimensão comercial, pois não tem como se desvincular a cultura da geração de renda pela atividade do turismo cultural, pois esta atividade é a principal provedora de renda na cidade. Então, a “[...] preservação

promove a geração de renda, mas não se pode destacar que ela é a causadora de males, penso que se não tivesse esse patrimônio Diamantina não seria conhecida por muitas pessoas, seja através da televisão, filmes, livros. E como receber esses turistas sem oferecer serviços?” (sic) (A. C. B, 2013). A secretária afirma que muitas pessoas, inclusive pesquisadores que a procuram para investigar o patrimônio de Diamantina e a dinâmica derivada do Turismo, “[...] *tentam demonizar o turismo e o patrimônio, mas eu acho que eles caminham juntos e são importantes; hoje fundamentais para a cidade, tanto para preservar a cultura, pois ela fica em evidência, como também por ajudar financeiramente o morador*” (sic) (A. C. B, 2013) na venda de seus produtos e nos postos de trabalhos que são gerados.

Na última etapa desta pesquisa, buscamos finalmente identificar, junto aos comerciantes, moradores e representantes do poder público qual a importância por eles atribuído ao patrimônio diamantinense como atrativo turístico para a geração de renda (em seus diferentes segmentos). Procuramos, ainda, avaliar como os turistas percebem a dinâmica da cultura na cidade, e sua interferência na dinâmica sociocultural local.

Nesta perspectiva, entrevistamos alguns comerciantes da cidade, totalizando um universo de 70 sujeitos, embora tenham sido eliminados 10 questionários, utilizando-se como critério para isto a qualidade das entrevistas. Logo, a quantidade de entrevistas analisadas compõem um universo de 60 interlocuções com tais atores, sendo 30 aplicados para comerciantes com estabelecimentos na região Central da cidade; e 30 para comerciantes com estabelecimentos sediados no bairro Rio Grande. Foram entrevistados comerciantes que atuam no ramo da rede gastronômica foram (20), hoteleira (15), lojas de tecido, calçados (13) e de artesanato (12); possuindo idade média de 58 anos, com a predominância das mulheres como proprietárias ou gerentes do negócio (36). Vale ressaltar que os entrevistados são naturais de Diamantina, com a média de 21 anos de tempo atuando no ramo, atendendo diferentes públicos, e distintas faixas etárias.

Inicialmente foi lhes perguntado se achavam que o fato de Diamantina ter sido tombada como patrimônio histórico favorecia o comércio. As respostas à questão são explicitadas no Diagrama 04, apresentado a seguir.

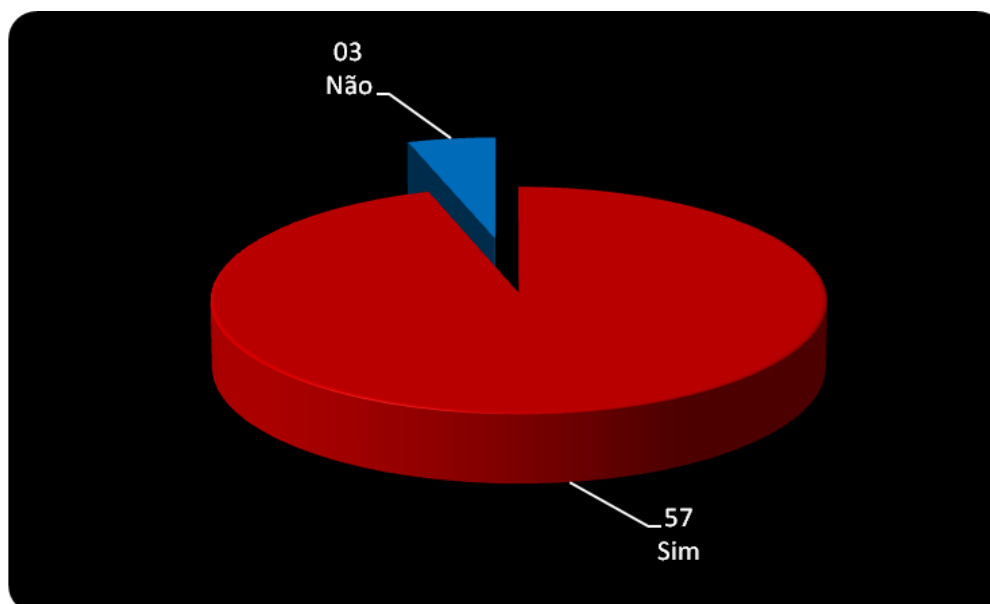


Diagrama 04: Você acha que por ser Diamantina/MG uma cidade tombada como patrimônio histórico, isto favorece o comércio? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Pela leitura do Diagrama 04, percebe-se que a maioria dos sujeitos (57) destacou que o patrimônio é um fator que favorece o comércio local, especialmente através da presença do turista, salientando ainda que suas lojas se mantêm pela presença dos “outsiders”. Frisam que “[...] depois de 2000, a cidade passou a receber maior atenção do poder público para que facilitassem a abertura de estabelecimentos comerciais, para nós isso foi a salvação, pois a cidade não tem outra fonte de renda tão expressiva” (sic) (P. P. H. B, 2013) - vale ressaltar que, em 1999, a cidade de Diamantina recebeu o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Os demais sujeitos (03), que apontaram não perceber a relação do patrimônio como elemento que favorece o comércio local, destacam que seus estabelecimentos têm o público potencialmente direcionado aos moradores locais, como sapatarias e açougue. Todavia, há quem perceba que “[...] nos hotéis, nas lojas de roupa, nos restaurantes aí sim vejo que favorece, porque lá o turista compra” (sic) (E. G. S, 2013).

Na sequência, perguntamos aos sujeitos em questão se existiria um comércio com considerável capital de giro, sem a presença do turismo na cidade. Um número expressivo de sujeitos (57) afirmou que não; indicando que o que promove a renda, de forma direta ou indireta, na cidade é justamente a presença do turista. Destacaram, também, que os eventos, tais como a “Vesperata” e até o Carnaval - mesmo gerando certo desconforto para alguns moradores devido ao barulho e da sujeira produzidos

pelos foliões nesta festividade - são para eles momentos importantes da vida da cidade, pois conseguem obter lucro nessas ocasiões com a venda de diferentes produtos, pois “[...] *são festas que ficam marcados no calendário local e que criam uma grande expectativa para nós empresários, preparamos pacotes para os turistas, preços especiais*” (sic) (T. U. J, 2013).

Todos os comércios da cidade estão atrelados à presença dos turistas, todos, ou quase, dependem destes [...] (sic) (J. P. A, 2013).

Como somos todos daqui o patrimônio é importante, mas não ficamos tão apaixonados quando olhamos para eles. Os turistas ficam nesta área aqui, então se não fossem eles de fato o giro de capital iria ser difícil, pois os lugares são frequentados especialmente por eles [...] (sic) (A. A. G, 2013).

A maioria das vezes, com feriados, eventos como carnaval e vespertina, ou no mercado, através da divulgação dos patrimônios que muitos turistas vêm, e só por isso que é possível ter um acréscimo na renda (sic) (E. A. R, 2013).

Eles preenchem um vazio que percebemos que existe no comércio, devido ao baixo dinamismo econômico, então eles são importantes sim [...] (sic) (M. A. A, 2013).

Como o próprio morador, o turista também quer levar algo consigo, por meio de lembrança como fotos e presentinhos, aí vem na minha loja de artesanato (sic) (A. B. F, 2013).

A atividade turística então possibilita a sobrevivência de muitos estabelecimentos comerciais na cidade e, conforme Simão (2001) destaca, esta atividade em Diamantina é encorajada na medida em que oferece à população local vantagens econômicas e sociais, principalmente sob a forma de geração de empregos e renda.

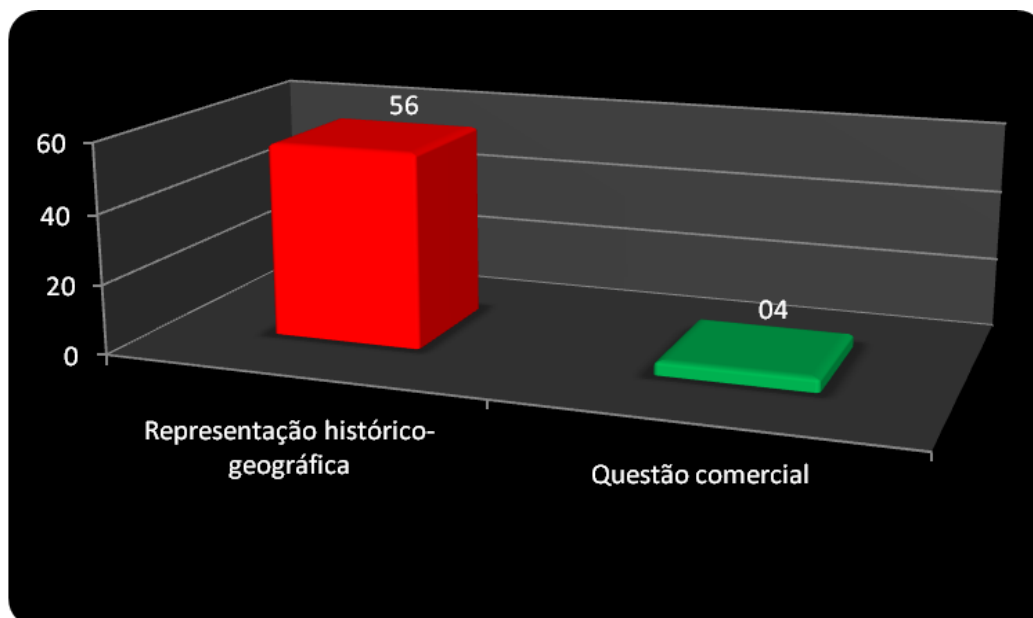
Buscando perceber qual a relevância do patrimônio cultural como elemento que possibilitaria a projeção de novos estabelecimentos comerciais na cidade (derivada da presença constante dos turistas), perguntou-se aos sujeitos se achariam que o conjunto patrimonial arquitetônico e urbanístico de Diamantina seria um atrativo para o fomento de novos empreendimentos. A maioria (47) dos entrevistados afirmou que não, pois os estabelecimentos comerciais, independentemente do ramo de atuação, estão consolidados em termos de clientela; e, além disso se destacou que o turismo na cidade embora seja uma atividade já bem estabelecida, todavia não a ponto de conseguir projetar novos empreendimentos, não existindo um contingente de turistas a cidade que garantisse isso. Pois, “[...] *a gente luta para que os nossos pontos fiquem de pé; o*

turista é um dos principais clientes, mas a atividade do turismo não é tão forte assim como todo mundo pensa; no máximo conseguimos nos manter” (sic) (R. A. A, 2013).

Chegar a abrir novos não, mas acho que dá para manter com o turismo. Não tenho que reclamar de nada, até porque se não fosse o turismo o que seria da cidade. Me parece, dá a impressão, que a maioria das coisas aqui vive em volta disso (sic) (P. E. L. 2013).

Os demais sujeitos (03) os quais destacaram perceber que o conjunto patrimonial arquitetônico e urbanístico de Diamantina seria, um atrativo para o fomento de novos empreendimentos, afirmam que isto poderia ocorrer, mas para isso o poder público necessitaria ser mais atuante, pois “[...] *tudo depende do poder público, se ele quiser sim, vai ter, mas para que isso ocorra o volume, a entrada, de turistas tem que ser maior. Aí cabe a atuação do poder público para atrair mais gente para que o empresário abra seu negócio” (sic) (Y. T. P, 2013).*

Para perceber qual o sentimento que prevalece no comerciante em relação ao patrimônio, por sua vez perguntou-se se estaria patrimônio está diretamente vinculado à perpetuação da cultura através de sua representação histórico-geográfica ou se ele estaria preferencialmente relacionado à questão comercial. As respostas a esta questão são explicitadas no Histograma 03.



Histograma 03: Em sua opinião, enquanto comerciante, qual sentimento prevalece sobre o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG? Este está preferencialmente vinculado à cultura ou à questão comercial? (Centro e Rio Grande - Diamantina/MG).

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A leitura do Histograma 03, permite afirmar que a maioria dos sujeitos (56) entendem que o sentimento que prevalece a respeito do patrimônio é o de “representação” histórico-geográfica, sendo ele destacado, aliás, como uma representação muito importante para a cidade “[...] *não há como não entender a importância do patrimônio, nós que somos comerciantes temos que entender isso, porque se não fosse a história desses prédios, a história deste povo, nós né, não estaríamos morando aqui e não teríamos clientela*” (sic) (E. C. B, 2013).

Contraopondo-se a isso, uma minoria de sujeitos (04) destacaram que o sentimento que prevalece sobre o patrimônio é o comercial, dado que “[...] *pra mim o que tem que ver é o sustento das famílias aqui da cidade, eu penso que é pelo patrimônio que temos esse sustento. Então se não fosse ele não tinha nem a minha loja, então é pra mim uma questão comercial*” (sic) (B. S. A, 2013).

De maneira geral, nesta questão os entrevistados percebem o patrimônio como elemento que possibilita a permanência econômica de seus estabelecimentos através da presença do turista, mas antes percebem a importância da história deste patrimônio. Como demonstrou os depoimentos a seguir:

Para muita gente aqui tem história, os nome dos prédios, as lembranças do passado. Me sinto muito ligado a toda a região que eu moro, e as paisagens representam o momento que a gente vive. Enquanto comerciante tento perceber isso e mostrar para o meu cliente, até porque se eu tenho a minha loja é por causa do patrimônio (sic) (H. I. M, 2013).

Patrimônio é história, mas também é dinheiro. Eles não conseguem se manter só com uma coisa. O comércio aqui é uma história que é construída pela história do patrimônio, então temos que saber da história, que me deixa orgulhoso, para ser também o nosso sustento (sic) (P. F. O, 2013).

Em seguida, foi perguntado aos sujeitos qual a importância que achavam da presença e do uso do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina e se isso seria, de alguma forma, um problema. Para a maioria dos sujeitos (38) a importância da presença do patrimônio é a possibilidade de recordar o passado; e 27 destacaram também a possibilidade de arrecadação financeira advinda da atuação do turismo, uma vez que “*aqui só existe o turismo porque tem o patrimônio, imagina se não tivesse, a cidade não teria nada, sou muito grato pelo que tenho através disso [...]*” (sic) (A. P. M, 2013). E sobre o problema que estes percebiam a respeito da presença e o uso do patrimônio, a maioria (49) pontuou a impossibilidade de o poder público viabilizar o aumento das vias de acesso e o alargamento de calçadas próximas aos seus

estabelecimentos, o que, se concretizado, possibilitaria o trânsito, com maior conforto, de clientes até as suas lojas. Os demais sujeitos (11) afirmaram que o poder público fica restrito apenas à atividade do turismo, “[...] *falta aqui mais dinâmica econômica, a prefeitura não pode ficar apenas com o turismo, ela tem que atuar mais, fazer mais pelo seu povo. Isso faz com que a cidade fique restrita e dependente do turista. Uma hora isso pode ser ruim*” (sic) (S. A. F, 2013).

Por fim, perguntou-se aos comerciantes: se isto dependesse de sua escolha, eles gostariam que Diamantina fosse uma cidade reconhecida mundialmente por seus patrimônios ou não. A maioria dos sujeitos (54) afirmaram que:

“[...] mesmo com alguns problemas que a gente vê da prefeitura e do povo que muitas vezes não respeita a cidade, aqui é o mundo para nós e penso que o povo que vem aqui acha isso. Pelo que representa pra mim ela pode ser considerada como parte da nossa vida aqui, e ganhou tanta dimensão importante depois que foi para ser Mundial, eu prefiro ser reconhecida porque querendo, ou não, falam de nós” (sic) (M. J. A. B, 2013).

Contraopondo-se, a isto, uma minoria (06) destacou que não gostaria que a cidade fosse reconhecida como patrimônio mundial, dado que “[...] *a gente não pode mudar muita coisa, fachada, rua, nem nada, perdeu um pouco da liberdade para isso, porque o IPHAN não deixa; e quando deixa é uma burocracia que a gente acaba desistindo*” (sic) (S. P. D, 2013). Para a maioria dos sujeitos, mesmo com as adversidades - em termos de adaptação constante à presença do turista - demonstrou ter satisfação em ser morador e comerciante em uma cidade reconhecida como Patrimônio Mundial, e muito deles declaram sentir orgulho de residir na cidade de J. K., das Igrejas coloniais, dentre outros. É o que emerge dos depoimentos a seguir explicitados:

O modo com que a cidade foi construída, o sofrimento para que fosse erguida, hoje deve ser reconhecida. E ainda mais para guardar as nossas lembranças do passado e do presente para os nossos filhos. Assim acho um privilégio morar numa cidade que é reconhecida por seus patrimônios, patrimônios como a casa de J. K. (sic) (P. V. F. A, 2013)

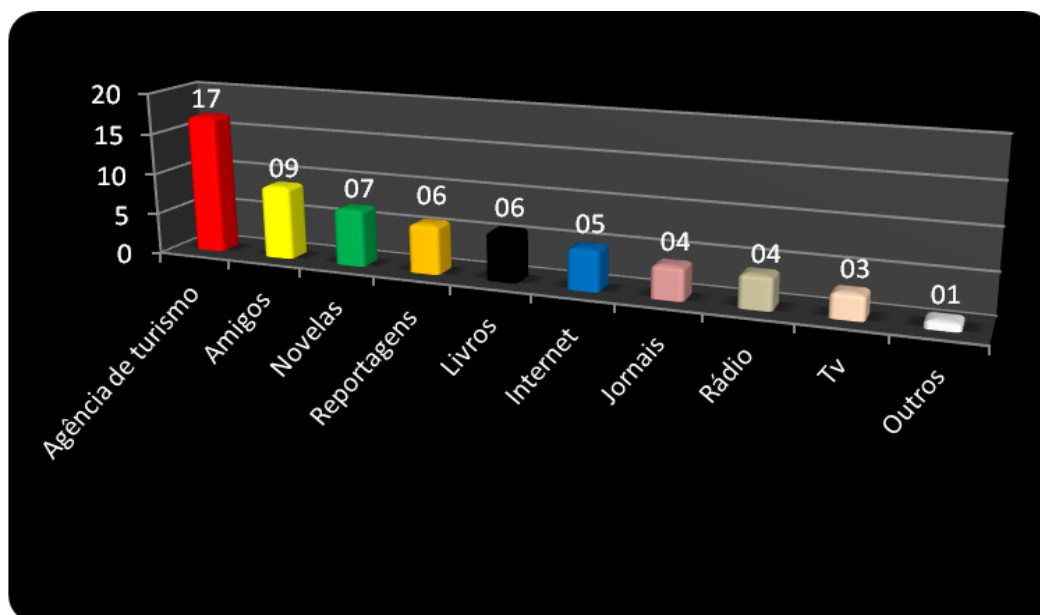
A história da cidade é muito bonita e são os patrimônios que lembram, tanto aos moradores, como aos turistas, o que a cidade viveu e o que está vivenciando, o que representa para todos [...] (sic) (V. A. C, 2013).

Abre portas para os diamantinenses, muitos, se não todos, têm a oportunidade de mostrar seus trabalhos, como o artesanato. Alguns vendem os trabalhos e têm uma renda-extra. Quando vou vender minhas coisas em frente à porta da Igreja das Mercês eu fico só observado os turistas entrarem e ficarem admirados, eu tenho um orgulho de vê isso e ainda vender as minhas artes para eles. Ser Patrimônio é motivo de orgulho por isso (sic) (G. J. C, 2013).

Tentando avaliar como os turistas percebem a atividade do turismo cultural na cidade, e sua interferência na dinâmica social em Diamantina, também se fez necessária a aplicação de questionários para tais sujeitos. Desta maneira, em 2013, foram aplicados 35 questionários para turistas, mas foram eliminados 05, utilizando-se como critério, para isto, a qualidade das entrevistas. Todos os sujeitos (30) entrevistados encontravam-se na região central da cidade.

Vale ressaltar que para a aplicação de tais questionários foi necessário, por vezes, participarmos do roteiro de suas visitas, como idas à Casa da Glória, Mercado Municipal, Museu do Diamante, dentre outros locais. Os sujeitos pesquisados têm a idade média de 38 anos; a maioria é do sexo feminino (22), são todos naturais de cidades mineiras. Destaca-se que a maioria (27) desses sujeitos já estiveram em Diamantina mais de duas vezes, e apenas uma pequena parcela (03) estava aí pela primeira vez.

Buscando perceber como estes sujeitos ficaram sabendo ou por qual meio conseguiram, conhecer Diamantina, perguntamos como ficaram conhecendo a cidade (vale ressaltar que os turistas poderiam destacar mais de uma opção). As respostas obtidas estão representadas no Histograma 04, apresentado a seguir.



Histograma 04: Como ficou conhecendo Diamantina? (Centro - Diamantina/MG).
Fonte: Pesquisa direta, 2013.

O Histograma 04 mostra que a maioria dos sujeitos tiveram informações e conheceram previamente a cidade de Diamantina através de Agências de turismo (17);

seguido por indicações de amigos (09) que já haviam visitado a cidade; enquanto que outros sujeitos (07) destacaram a influência das novelas e minisséries que foram gravadas em Diamantina e que aguçaram a curiosidade das pessoas em conhecer a cidade; seguidos de (06) reportagens e livros que abordam a história do lugar; além de informações sobre Diamantina obtidas através da “internet” (05); de informações obtidas em jornais e rádios (04); programas de televisão (03) e outros (01) - através de letra de uma música.

Para a maioria dos turistas, Diamantina já não era um lugar desconhecido, uma vez que tinha um conhecimento prévio dos pontos históricos e de seus elementos tombados, divulgados por empresas de turismo e através de informações de amigos motivando a viagem como forma de fugir do estresse do dia a dia e para obter conhecimentos. Como ilustram os depoimentos registrados a seguir:

Sou de São Francisco/MG quando fui na agência Bahiatour o primeiro folder que eu vi foi o de Diamantina, sai muito excursão de lá. Como já tinha visto as paisagens pela televisão, eu me interessei em ir [...] (sic) (R. E. L, 2013).

Meus amigos vêm aqui direto e me falaram sobre a cidade, os moradores, o clima romântico da cidade. Daí aproveitei que não é muito distante de Curvelo e vim passear com a minha família este fim de semana (sic) (I. P. S, 2013).

Sempre ouvir falar da cidade em programas regionais como o “Terra de Minas” e meus amigos passeiam muito por aqui, principalmente pela tranquilidade da cidade, as belezas dos monumentos, dá para fugir do dia a dia (sic) (E. S. T. G, 2013).

Vale frisar que os turistas destacaram a grande visibilidade que Diamantina tem adquirido entre os veículos de comunicação, em especial programas televisivos. No ano de 2012, foram realizadas na cidade, por exemplo, as gravações da minissérie Rei Davi (Rede Record), o quadro “Dança da Galera” do programa “Domingão do Faustão” (Rede Globo), e o episódio da série “As Brasileiras”: Clara - A vidente de Diamantina (Rede Globo), o que contribuiu para a exposição dos bens materiais e naturais da cidade, visualizando a projeção de Diamantina como um centro turístico.

Dentre os sujeitos pesquisados, a maioria (21) ficaram hospedada em hotéis ou similares, seguido por casa de familiares (08) e outros (01). A escolha da maioria em ficar em hotéis e similares reside no fato de estes estarem em grupos agenciados por empresas de turismo, uma vez que “[...] já faz parte do pacote ficar no hotel, por isso

estamos na pousada capistrana; além de ser mais cômodo pagar para ter tudo já organizado. Só chegar e pronto” (sic) (J. A. M. N, 2013).

Na sequência, foi lhes perguntado sobre o que lhes motivaram a escolher Diamantina como destino turístico; a maioria (24) afirmou ter isto ocorrido pela possibilidade de conseguirem, em visitas a cidade, obterem um conhecimento que ali é retratado pelos patrimônios, pois para estes turistas a paisagem e o clima da cidade motivam mais que uma simples contemplação, a exemplo do seguinte depoimento: “[...] *vejo as casas, prédios e fico impressionado com a habilidade do homem ao construir o que deseja. E fico percebendo como até hoje esses prédios são admirados. Eu gosto de vim pra cá para verificar isso, além de ser muito calma a cidade*” (sic) (L. F. V, 2013). Os demais (06) entrevistados afirmaram que Diamantina é um lugar de passeio/lazer, e que inicialmente não tinham a intenção de agregar conhecimento através dos patrimônios históricos ou por intermédio da população local; como é demonstrado pelo seguinte depoimento: “[...] *apenas vim aqui para conhecer a cidade, não sabia nada muito em especial, só conhecia as paisagens que já tinha ouvido falar; como a casa de J. K.*” (sic) (L. P. R, 2013). Outros depoimentos referendam percepções sobre este questionamento ao registrarem que:

A cidade de Diamantina é uma cidade histórica, com ricos pontos turísticos e suas histórias estão conectadas com a história do Brasil, como a casa de J. K., as diversas Igrejas, o caminho dos escravos [...] (sic) (M. A. C, 2013).

Pelo passado histórico, sua riqueza cultural e patrimonial, gastronomia deliciosa e o povo alegre que sempre nos trata bem [...] (sic) (L. A. M, 2013).

Claro que sim. Com a visita aos patrimônios históricos eu conheci uma realidade totalmente diferente da que estou habituada, já que venho de uma região industrial (sic) (E. T. F, 2013).

Venho em busca de conhecimento, de verificar as paisagens, além de comer um tropeiro. Venho para sentir tranquilidade que a cidade possui [...] (sic) (M. L. P, 2013).

Não é a primeira vez que eu venho aqui, eu gosto de estar aqui por causa do clima, das paisagens e da cultural local. Além de me sentir a vontade na cidade, os moradores são bem agradáveis, não me sinto sufocado ou com medo de andar na rua. Aqui é uma cidade que você vem e sente bem, você pode relaxar (sic) (J. A. A, 2013).

Na sequência, foi perguntado aos turistas se eles achavam que o “clima” da cidade, em termos das paisagens culturais presentes aí, tinham os influenciados a visitar

Diamantina. De maneira unânime estes afirmaram (30) que sim; destacando que já tinham visto algumas paisagens, como a casa de J. K., da Chica da Silva, as igrejas da Mercês e São Francisco, em programas televisivos e em jornais. Além de amigos e conhecidos que já haviam ido a Diamantina e que destacaram “[...] *sobre as casas, as ruas, as igrejas, e os barzinhos daqui; me falaram tão bem, que gostaram até do friozinho, aí resolvi vim*” (sic) (Y. M. V, 2013).

Além das paisagens, a musicalidade e a religiosidade (FIGURA 62 e 63) presentes em Diamantina são admiradas pelos turistas, sendo atrativos que os levaram as pessoas a se deslocarem para esta cidade, pois muitos turistas afirmaram que são católicos. Por exemplo: “*Sou católica e fiel de Santo Antônio, vim aqui para Diamantina e o primeiro lugar que entrei foi na Catedral, acho que esta paisagem me faz vir aqui. Eu vi na agência os lugares que a gente ia e logo vi a catedral [...]*” (sic) (U. D. B, 2013). A musicalidade é percebida pelos turistas como uma atração, como mostra seguinte depoimento:

“[...] eu fico horas no mercado municipal vendo o pessoal tocar, aí subo a rua Direita para ir à pousada e vejo uma “vesperata”. “Tem como um homem como eu não gostar disso aí?” “Eu venho com minha esposa e a gente namora demais escutando e vendo os músicos, a paisagem daqui é bonita, mas as músicas daqui é boa demais, lembra da nossa época de namorado” (sic) (G. M. C, 2013).

FIGURA 62: Representação da musicalidade e catolicismo em uma loja de artesanato na Baiúca (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

FIGURA 63: Fiéis (moradores locais e turistas) em procissão na Semana Santa (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

Podemos perceber que a relação estabelecida pelo turista com a paisagem é um contato parcial; a paisagem pode até mesmo ser recomposta posteriormente através de instantâneos mentais ou materiais por meio de fotos, “*slides*”, relatos de viagem, porém o que parece ser especial para os turistas em Diamantina não é a paisagem materialmente corestituída; mas o contato com o novo ambiente e as sensações que eles vão ali adquirindo. Sensações que são vivenciadas através do contato com o artesão, na rua da Quitanda; através das conversas com os seus, ou com o Outro, nos bares da Baiúca ou no mercado municipal. Vejamos o depoimento a seguir: “*Eu gosto de vir aqui para verificar a paisagem, olhar mesmo sabe, mas o clima daqui é que faz a diferença. Quando falo clima é o tapete que a mulher da loja vende e coloca na janela; é a música nos becos; o tropeiro lá embaixo; é a tranquilidade mesmo, é tudo isso junto. Eu e minha família gostamos é disso quando a gente tá aqui; um lugar que é diferente, mas que eu me sinto em casa*” (C. H. D, 2013). Trata-se, então, como Augé (2007) destaca, de uma experiência de viagem em que a recompensa do deslocar-se se dá no próprio movimento, no conhecer e deixar- se conhecer.

Na sequência, foi indagado aos turistas se percebiam, de alguma maneira, que a presença deles, ali, incomodava o morador local. As respostas, se explicita, a seguir, no Diagrama 05.

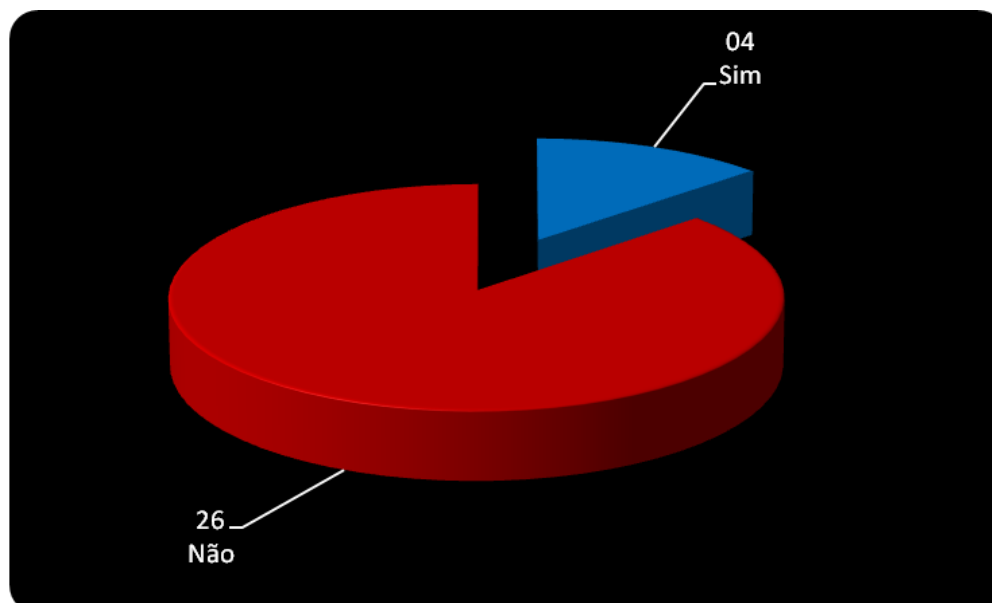


Diagrama 05: Você sente que a sua presença, como turista, incomoda o morador local? (Centro - Diamantina/MG).

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

No Diagrama 05, analisa-se que a maioria (26) dos turistas não percebem a sua presença, em Diamantina como incomoda para o morador local, embora uma pequena (04) parte deles avalie que:

“[...] algumas coisas que a gente faz incomoda, não adianta falar que não. Quando a gente vai no mercado, ou até mesmo na baiuca, a gente deve incomodar em alguma coisa. Até mesmo porque algumas pessoas não respeitam a cidade que não é sua. Não é o meu caso, mas eu acho que de alguma forma, até mesmo o mundo de carro que tem na rua, ou o povo andando pra lá e pra cá, deve incomodar” (sic) (R. L. L., 2013).

A maioria (26) dos turistas entrevistados afirmaram que não percebem, com clareza, alguma reação por parte dos moradores locais que evidenciasse um incômodo por estarem em sua cidade. Ao contrário, eles até destacam que *“[...] sempre fui bem recebido por eles. Não falo os comerciantes, mas os moradores, seja na porta da padaria ou do museu, nunca fui ofendido ou vi cara feia pra mim. Eles são educados. Nunca percebi que eles não gostassem da gente”* (sic) (J. P. O., 2013). Pontuam, também, que recorrentemente, ao pedirem informações sobre algum local que queriam visitar, não foram, de nenhuma forma, mal recepcionados, por exemplo:

“[...] sempre que peço informações eles atendem e falam com carinho. Penso que eles já acostumaram com a presença de turistas também. Aqui não é conflitante o contato do turista não. Eu penso que aqui é muito diferente que em outras cidades, como em Natal que não fui bem recebido; com o povo grosso que parece que tudo que a gente faz não é legal para eles” (sic) (J. D. M., 2013).

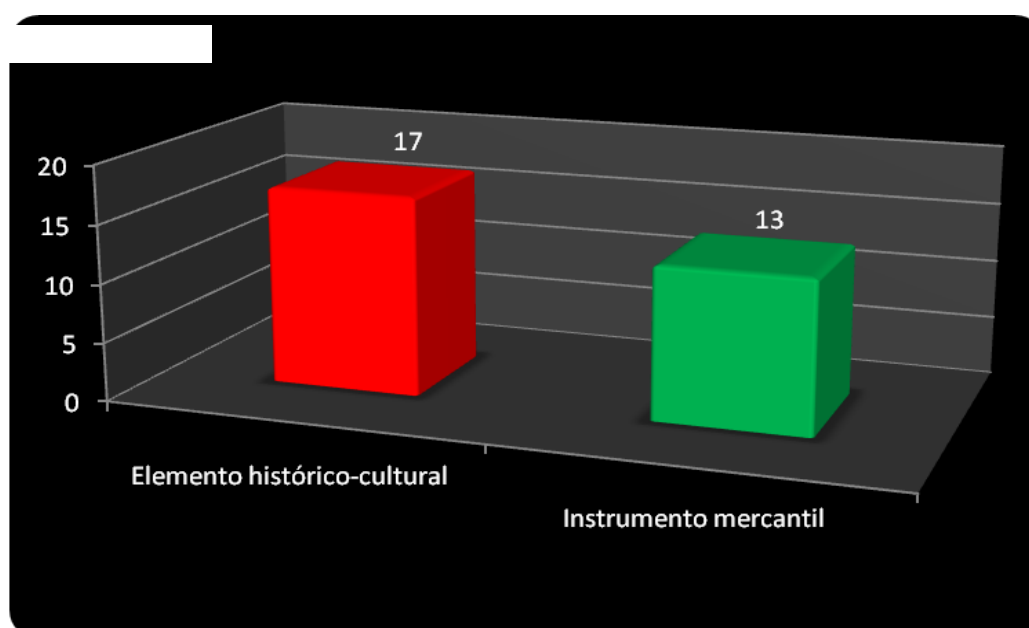
Estes turistas que afirmam avaliar que a sua presença não incomoda o *“insider”*, demarcaram ainda que:

“[...] por ser uma cidade do interior as pessoas são mais atenciosas, dão atenção no que a gente fala. Aqui nunca senti que estivesse incomodando eles, pois sempre me atenderam de forma aberta e eu sempre os trato com respeito. Pra ter uma ideia eu estava na Catedral ontem e o carro não pegava de jeito nenhum. O senhor que mora do lado do Banco do Brasil veio, sem eu chamar, e me ajudou. Eu acho que existe é uma boa relação, pois eu nunca tinha visto esse moço antes” (sic) (J. R. A., 2013).

De maneira geral, os turistas destacam que nunca presenciaram nenhuma reação dos cidadãos locais que pudessem evidenciar um desconforto com a sua presença; e os turistas que destacaram perceber tal incômodo não souberam discriminar qual reação ou situação em que foi evidenciaria tal incômodo, e opinaram apenas que julgavam a

dinâmica que o turismo cultural imprime, aí, deve, hipoteticamente, afetar a vida dos moradores, pois “[...] toda imersão de um homem ou mulher num espaço que não é o seu afeta o sentido do homem, seja este sentido qual for” (TUAN, 2011 p.17).

Perguntou-se, ainda, aos turistas se estes percebem a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina como elemento prioritariamente histórico-cultural ou como um instrumento fundamentalmente mercantil que ativa a cadeia comercial na cidade. As respostas a esta questão são apresentadas no Histograma 05.



Histograma 05: Na sua opinião, enquanto turista, percebe a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG como elemento histórico-cultural ou como um instrumento mercantil que ativa a cadeia comercial? (Centro - Diamantina/MG).

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

O Histograma 05 destaca que a maioria (17) dos sujeitos basicamente percebem a preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico de Diamantina como um elemento histórico-cultural. Um segmento minoritário dos entrevistados (13) o percebe, contudo, como um instrumento de caráter mercantil. Para os turistas que destacam o patrimônio como um elemento histórico-cultural, afirmam que a ida para esta cidade estaria ligada ao desejo de descanso e do lazer, mas também está vinculada à busca de conhecimento, pois:

“Mesmo que eu venha a Diamantina sem o intuito de perceber a história é impossível não ter curiosidade, ou de sair daqui sem nenhuma instrução dos guias ou das pessoas que aqui moram sobre fatos que ocorreram aqui ou sobre os prédios. A cidade é, em todo canto, história [...]” (sic) (J. A. R, 2013).

Esta parcela (17) dos turistas percebem o patrimônio como algo que deve ser valorizado pela população, não só diamantinense, mas pela sociedade como um todo, na tentativa de:

“[...] se criar uma lembrança nas pessoas que aqui vêm visitar. Não tem jeito você passar aqui e não perceber os monumentos, as praças, o Juscelino como estátua na praça. Quando a gente olha, parece que fica encravada a história. História, não destas histórias somente de livros ou de gente culta, mas da história que a gente vive aqui nos dias que está aqui [...]” (sic) (R. A. A, 2013).

A representação do patrimônio, enquanto elemento histórico-cultural, ultrapassa a possibilidade de o turista agregar conhecimento sobre os bens, enquanto características do período artístico e político, materiais que o constituíram, dentre outros. A importância do patrimônio, nessa perspectiva seria para o turista, portanto, sua potencialidade em proporcionar contatos, trocas e experiências de estar num outro lugar, vivenciando-se uma realidade que é diferente a do seu cotidiano; fazendo da estadia das pessoas, aí, uma possibilidade de experenciação.

Os turistas (13) que destacaram o patrimônio como um instrumento mercantil ressaltam que *“se você quer ser bem recebido ou atendido é só “fantasiar de turista”, já que o pessoal supervaloriza quem deixa dinheiro na cidade [...]”* (sic) (T. R. L, 2013); afirmando que os comerciantes, em geral, atendem com muita atenção os turistas, *“fazendo de tudo para que possamos consumir algo, mesmo a gente não querendo levar alguma coisa, ficamos até sem graça de dizer não”* [...] (sic) (C. F. S, 2013) (FIGURAS 64 e 65). Estes atores assinalaram que os produtos que são vendidos em lojas de artesanato em Diamantina recorrentemente fazem referência a algum patrimônio, desde:

“[...] uma lata de cerveja que é trabalhada com tinta guache levando a imagem da casa da Glória, até uma vassoura de imã para geladeira que tem a imagem de J. K., tudo aqui gira em torno do patrimônio. Se não tiver dinheiro, o pessoal fala que não tem problema, tem cartão, é só você vê em todo canto tem o símbolo de cartão, de bandeira da Visa e de outros cartões. É uma cadeia, eles querem é simplesmente vender [...]” (sic) (T. G. R, 2013)

FIGURA 64: Placa na porta da residência da Chica da Silva (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

FIGURA 65: Turistas na Baiúca (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

Vale ressaltar que mesmo os turistas que visualizaram o patrimônio como atrelado a uma questão mercantil, observam que:

“o estilo das casas, das ruas, faz lembrar o passado, fazendo parte de um significado da história, então por isso que venho para ver o patrimônio, mesmo que venha dizer que é percebido como algo de mercado, a história eu vejo em todo canto. Eu vejo que a história está ligada, pra mim, à questão do comércio pelo fato de como iria vim aqui se eu não fosse ficar no hotel, ou comer algo aqui no bar? Eu penso que o comércio não esta só no patrimônio, tá é em tudo que a gente faz [...]” (sic) (I. F. B. C, 2013).

Os sujeitos aqui entendem a questão do patrimônio vinculada a dimensão mercantil, dentre os motivos, pela presença da rede hoteleira, devido aos eventos que ocorrem na cidade, tais como a “*Vesperata*” e as serestas que atraem muitos turistas, além de toda a rede comercial, independentemente do porte do empreendimento e do

estabelecimento, que ali existem por causa do patrimônio. E a exemplo disso um dos turistas, aliás, registra que: “[...] *como você não vai no mercado e não come um doce de batata ou um tropeiro? pensando nisso aí tudo é um comércio que se tem pelo patrimônio, né não, pois se aqui você vem para comer, escutar música, distrair; mas por causa do patrimônio*” (sic) (Y. T. A, 2013).

Por fim, perguntou-se aos turistas se eles pensam em voltar mais vezes a Diamantina. Uma minoria (02) dentre os turistas destacou que não quer voltar a cidade, devido à dificuldade de deslocamento que tiveram na cidade, pois, segundo um deles: *“aqui não tem lugar para colocar carro, a gente tem que ir a todo canto a pé. E quando dá para ir de carro, nem toda rua passa; a gente mais cansa do que aproveita [...]”* (sic) (J. A. A, 2013); além de ressaltar que *“[...] não voltarei aqui mais porque já cansei de vim aqui, agora quero ir para o litoral. Aqui não é a primeira vez, gosto, mas não pretende voltar porque quero conhecer novos lugares”* (sic) (T. R. E, 2013). Foi destacado, desta forma, a falta de mobilidade urbana em Diamantina, além do desejo de conhecer lugares diferentes, como fatores que justificam a opção de certos turistas em não visitarem mais Diamantina.

A maioria (28) dos sujeitos destacaram, contudo, que tem a pretensão de retornar à cidade, afirmando, um deles, que: *“[...] por ter sido recebido de forma agradável e respeitosa pelos moradores, onde tenho a impressão que aqui é bem melhor que Ouro Preto para receber as pessoas, voltarei com prazer, além de gostar demais do pessoal do mercado, lá a gente sente bem”* (sic) (I. R. W, 2013). Em geral, percebemos pelas entrevistas que os sujeitos sentem-se acolhidos na cidade, visualizando os moradores locais como atores que fazem parte do patrimônio; e tendo um deles que destaca:

“[...] eu gosto daqui, não é a primeira vez que eu venho, e quero voltar mais. Fiz amigos daqui, a “bel” do tropeiro, Joana que vende o doce de batata, todas ali do mercado eu gosto. Diamantina recebe muito turista porque o povo daqui faz a cidade também ser boa. Claro que o patrimônio chama, mas se não fosse o povo daqui ninguém queria mais voltar” (sic) (G. L. A, 2013).

Para grande parcela dos turistas pesquisados (28), a disposição de retornar a Diamantina estaria vinculado além da atratividade representada pelo(s) patrimônio(s), com à possibilidade de vivenciar o que a cidade proporciona em termos de musicalidade, de culinária, do clima familiar e hospitaleiro da gente diamantinense, podendo sintetizar essa reflexão sobre a percepção de um turista, que afirma: “[...] o

povo daqui que faz o patrimônio ser o que é. É eles que são os patrimônios, é o conjunto disso tudo aqui, imagina se a cidade fosse vazia, sem os moradores, acho muito difícil ser tão chamativa como é” (sic) (R. A. P. M, 2013).

Esta última fala evidencia que Diamantina não seria a mesma sem os seus patrimônios, materiais e imateriais, pois dificilmente a cidade atrairia visitantes e turistas sem a presença dos elementos tombados. E se, por um lado, os “*insiders*”, de certa forma, percebem os turistas como sujeitos que proporcionam, direta e indiretamente, a dinamização financeira na cidade, por outro lado, a população local cativa os turistas pelo acolhimento e delicadeza ao fornecerem solicitadas pelos “forasteiros”; além das amizades que é possível se construir através desta dinâmica do turismo.

Podemos destacar que o patrimônio de Diamantina é o conjunto, então, dos elementos tombados atrelados à presença e aos significados do lugar atribuídos pelos moradores. Tal realidade, construída a partir da reflexão feitas através das falas dos turistas, foi por nos percebida, pois no mês de outubro de 2013, em atividade de campo, deparamos, no espaço da Baiúca, com um grupo de fotógrafos e historiadores que desenvolvia, naquele beco, o projeto: “Moradores - A Humanidade do Patrimônio Histórico”, sendo um projeto que tem apoio de empresas privadas, com parceria do poder público local; realizando uma atividade que busca deixar em evidência a valorização da identidade cultural e da memória como patrimônio coletivo e individual dos moradores locais.

Projeto este que entrar em contato com as percepções que foram adquiridas ao longo dos campos, pois busca valorizar a identidade cultural, através da história do homem e da mulher que reside e vive em cidades com a presença de elementos tombados pelo IPHAN e a UNESCO. Vale destacar que, numa tarde de sábado ensolarado, andando próximo à Baiuca, percebemos uma tenda de cor branca montada naquele local. Tenda que tinha uma faixa com a seguinte frase: “Eu sou o patrimônio que eu vivo”, um tapete cinza e uma câmera com um tripé esperando alguém para ser fotografado. Naquele momento, percebemos que o intuito era perceber se o morador local se reconhecia como o patrimônio cultural de sua cidade.

Passado alguns minutos, avistamos que uma senhora, aparentando ter uma idade avançada, usando uma roupa e chapéu branco, entra na barraca e deixa ser fotografada. Neste momento conhecemos a dona Maria, diamantinense que é conhecida por vender seus quitutes na Baiúca e no Mercado dos tropeiros, e que, em conversa nos forneceu o

seguinte depoimento: “[...] *eu me considero uma pessoa que amo a minha cidade, sempre estou aqui e tenho amigos aqui, eu posso ser um patrimônio, como essas casas todas ao redor, pois sou moradora daqui, aí tiraram minha foto por isso, porque quero me ver no patrimônio, como sendo o patrimônio*” (sic) (M. D. C, 2013) (FIGURA 66).

FIGURA 66: Dona Maria do Pastel (Diamantina/MG).



Fonte: Arquivo fotográfico de Zé de Sé (2013).

FIGURA 67: Patrimônios (Diamantina/MG).



Fonte: ALVES, R. C. (2013).

Além dessa moradora, tivemos o prazer de conhecer a Dona Geralda, outra feirante que atua no Mercado Velho e que é conhecida por vender “[...] *o melhor doce de leite na palha de bananeira aqui de Diamantina. Todo mundo fala e gosta*”. E, ao dialogarmos com ela, Dona Geralda deu o seguinte testemunho: “*Quem faz a história de um lugar é o povo daqui, o patrimônio somos nós. Eu tirei foto porque quero me ver em todo canto aqui. Quero a minha foto nas paredes do patrimônio, a gente já se*

orgulha de ter essas paisagens, pelo menos eu né, ainda mais agora, eu vou ficar é mais orgulhosa” (sic) (G. M. S. F, 2013).

Este projeto nos ajudou a capturar as singularidades do lugar expressas no verdadeiro patrimônio da cidade: seus moradores; pois pensar no arquitetônico e nos elementos imateriais (costumes, festas, ritos) locais, significa nos remetermos à formatação da vida tal como é construída pelos “*insiders*”. Percebemos que os moradores têm o patrimônio como um bem de maior valor do que um elemento que apenas viabilize as atividades comerciais. Pois, no dia posterior, as sacadas dos estabelecimentos comerciais e residenciais na região da Baiúca estavam repletas de fotos de moradores que os próprios diamantinenses julgavam serem os verdadeiros patrimônios da cidade. E ali, deparamos com vários diamantinenses, junto com turistas, assistindo a um pequeno vídeo, projetado em uma grande tela, que mostrava todas as fotos tiradas naquela tenda, evidenciando os moradores locais, como ilustrado na Figura 67. No final da apresentação, os moradores e turistas receberam pequenos ímãs de geladeiras com a imagem dos moradores, findando aquela noite, conforme a Figura 68 destaca.

FIGURA 68: Convites, e ímãs de geladeiras, com as imagens dos moradores local (Diamantina/MG).




Fonte: ALVES, R. C. (2013).

A Baiúca, espaço de encontro de vários turistas, palco da “*Vesperata*”, um dos pontos de acesso à “*shows*” na época da festividade carnavalesca e local de apresentações de serestas; estava sendo utilizada para demonstrar o que percebemos na maioria das falas e percepções dos sujeitos pesquisados: Diamantina é patrimônio da Humanidade, pela preservação da cultura expressa em paisagens que se faz viva porque tem um povo que ali perpetua a história; e que tem nesta um motivo para se orgulhar.

Considerações Finais

Casa da Glória (Diamantina/MG).
Fonte: Arquivo Zé da Sé (2013).

 produção científica em curso com as abordagens geográficas sobre as temáticas da Cidade e da Cultura; seja a partir da patrimonialização dos feitos humanos, da valorização da imagem na produção do espaço urbano ou das reflexões sobre o uso e a mercantilização da paisagem, abrem-se como um promissor caminho para a reflexão sobre os territórios urbanos contemporâneos e a valorização do ser humano que deles se apropria. A natureza deste trabalho de dissertação, cujos resultados preliminares foram apresentados no Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, no ano de 2013, se propôs a desenvolver uma investigação capaz de perceber a realidade de forma mais humana e geograficamente sensível.

Desenvolver uma dissertação privilegiando a análise e (re)interpretação das categorias geográficas lugar e paisagem, vinculadas ao tema patrimônio cultural e à atividade do turismo, é um desafio, pois tais categorias de análises foram consideradas, há muito tempo, as mais polêmicas da Geografia. Elas porém, têm se destacado como sendo chaves para a compreensão das relações sociais do mundo contemporâneo, capazes de ampliar as possibilidades de entendimento de uma sociedade em que, a todo o momento, as relações sociais se fragmentam e se unificam (FERREIRA, 2000; LEITE, 2007).

Compreender o lugar do Outro e a relevância das paisagens associadas a este lugar, através da representação do patrimônio é, em certa medida, compreender uma relação social que envolve as questões culturais, políticas e econômicas amalgamando-se em uma teia de significações e vivências expressas localmente, embora não se deva perder de vista suas relações estruturais ou as novas relações espaciais determinadas por encontros, como aquelas apropriadas pela atividade do turismo cultural. E é exatamente esta essência, constantemente em movimento - do encontro entre o Eu e o Outro -, esta capacidade de responder aos estímulos internos e externos com diferentes velocidades, esta qualidade de permanência (material, afetiva e simbólica) associada à permeabilidade dos processos externos que faz com que o lugar e a paisagem sejam permanentemente desafios à nossa compreensão (FERREIRA, 2000; KOHLER, 2005).

Na pesquisa fica evidente a relevância do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico da cidade para a construção da identidade cultural local em termos de relações tofólicas. Pode-se aferir que o patrimônio revela-se, nesse contexto, como importante elemento que acentua as marcas de momentos que os diamantinenses viveram; e ele também possibilita que estas experiências possam estar presentes, em

suas memórias, evidenciando que a paisagem fez parte dos feitos dessa gente. Percebemos que desde um pequeno detalhe de uma janela, em um das casas de Diamantina, até o detalhe de uma pintura na estação ferroviária faz emergir no sujeito o reconhecimento do seu lugar; o que remete à importância da paisagem ao possibilitar a representação de etapas socialmente vividas.

Vale ressaltar que para os moradores o patrimônio remete ao lugar e desperta mais relações topofilicas do que topofóbicas, fazendo com que, através da sua representação, possam emergir, em sua memória, lembranças de entes queridos, fatos que, por vezes, remetem à sua infância ou até mesmo reforçando os aspectos atrelados a relacionamentos amorosos, à religiosidade, dentre outros.

Pela percepção dos sujeitos pesquisados, o patrimônio (paisagem) remete a uma construção simbólica de uma vida sob uma perceptiva experiencial e sensível que consegue remeter ao seu ambiente; representando, assim, a via de acesso às dimensões mais transcendentais e reais de suas vidas. Foi possível perceber que estar em um lugar, através da representação da paisagem vivida simbolicamente, é uma questão de olhar e sentir o espaço, não sob ângulos unilaterais, unidimensionais e reducionistas, mas sim estabelecer e criar relações em que cada elemento paisagístico assume significados próprios, às vezes distintos e, muitas vezes, complexos, revestidos de valores, de identidade e constituídos por imbricadas percepções, interpretações e experiências. Isso porque são fragmentos de uma paisagem que fazem a representação do sentido de vida, de expressões sociais e garantem a existência e permanência, nos lugares, de sensibilidades sociais (TUAN, 1980; GUIMARÃES, 2002).

Pôde-se analisar, também, pela percepção dos moradores e do poder público, que o desenvolvimento da atividade do turismo cultural em Diamantina não provoca contradições, estranhamentos e tensões significativas no tecido social. A interação entre patrimônio, comunidade e turismo é dinâmica e gera texturas no tecido social pelas oportunidades de contato com o Outro.

Vale ressaltar que o desenvolvimento do turismo cultural em Diamantina contribui, de certa forma, para a sustentabilidade do patrimônio, dos moradores e das referências culturais da população. A atividade é visualizada pelos diamantinenses e pelo poder público local como uma alternativa econômica de baixo impacto no patrimônio e nos modos de vida da comunidade. Em contrapartida, podemos dizer que é o patrimônio cultural, material e imaterial, local que “sustenta” e dá razão de ser à atividade turística. Canclini (1994) nos lembra, aliás, que a mercantilização, a indústria

cultural e o turismo não são inimigos do patrimônio. São, isto sim, as marcas do nosso tempo que, de um modo ou de outro, contextualizam e colocam no centro do debate a natureza da atual valorização do patrimônio cultural (ÁLVARES, 2003; CRUZ, 2003).

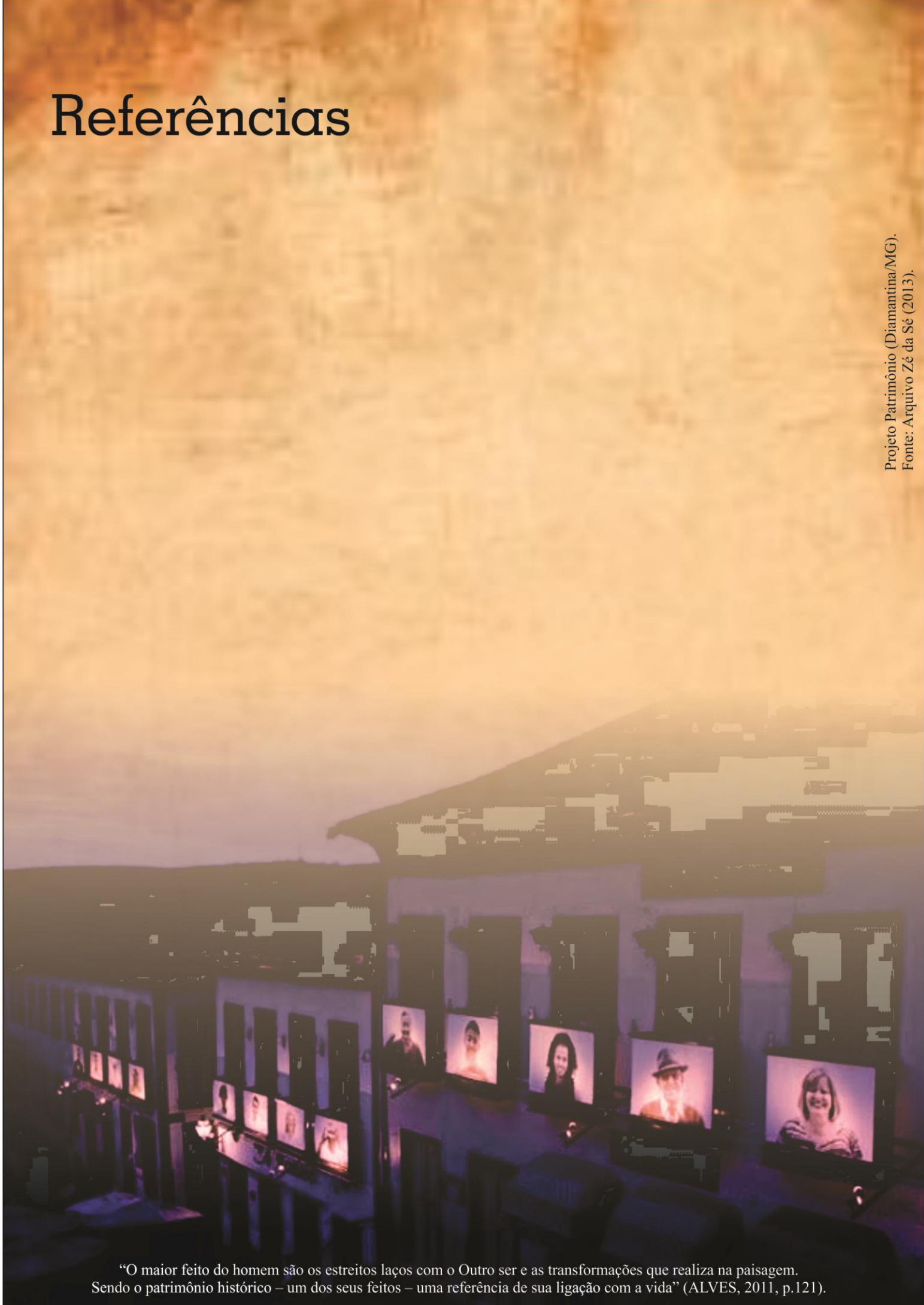
Nos trabalhos de campo que realizamos pudemos identificar, junto aos comerciantes, moradores e poder público, que a importância do patrimônio diamantinense é relevante enquanto atrativo turístico que gera renda (em seus diferentes segmentos e vertentes). Quanto aos turistas estes não percebem que a dinâmica da atividade do turismo cultural na cidade venha a interferir, significativamente, no cotidiano e na maneira de ser local. Fica nítido, por outro lado, que o lugar, para os moradores, ainda é princípio de sentido e significado, embora não seja de todo inteligível para aquele “Outro” que o observa; ocorrendo uma relação social harmônica entre os “*outsiders*” e os “*insiders*”.

Desta forma, percebemos que em Diamantina o patrimônio não é construído pelo olhar e interesse, exclusivamente, da cultura como e enquanto mercadoria, onde o diamantinense compreende que existem os impactos positivos e negativos da atividade do turismo cultural. Ele fundamentalmente reconhece o significado e a importância sociocultural dos bens, conseguindo driblar as interferências e eventuais “conflitos” com os “*outsiders*”, e ainda percebe, à sua maneira, o patrimônio como um legado que reforça o seu laço de afetividade e pertencimento ao lugar, ou seja, são essencialmente topofílicas seus elos com este lugar.

Neste contexto, percebe-se que esta cidade mineira - emblemática e singular - localizada numa mesorregião com uma identidade histórico-cultural claramente demarcada no Vale do Jequitinhonha, insere-se hoje numa trajetória de construção e consolidação de um processo de sustentabilidade urbana ancorada na autenticidade e sensibilidade dos seus atentos moradores; os quais tivemos a oportunidade de registrar à luz das categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação da Geografia Cultural/Etnogeografia e Percepção Ambiental/Geografia das Representações, que revelaram-se como instrumentos pertinentes e adequados para tal investigação científica, com caráter essencialmente qualitativo e humanístico.

Referências

Projeto Patrimônio (Diamantina/MG).
Fonte: Arquivo Zé da Sé (2013).



“O maior feito do homem são os estreitos laços com o Outro ser e as transformações que realiza na paisagem. Sendo o patrimônio histórico – um dos seus feitos – uma referência de sua ligação com a vida” (ALVES, 2011, p.121).

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de & SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo (SP): Contexto, 2011. pp.19-39.

AGÊNCIA MINAS. **Estudo aponta Diamantina como destaque cultural do Brasil**. Disponível em: <<http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/estudo-aponta-diamantina-como-destaque-cultural-do-brasil>>. Acessado em 30 de Setembro de 2013.

ALMEIDA, Daniella de Souza. **A importância da Geografia**. 2004. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/trabalhodecamponoestudodageografia.html>>. Acessado em 14 de Setembro de 2009.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia cultural e geógrafos culturalistas: uma leitura francesa. **GEOSUL**, n.15, ano VIII, pp.40-51. 1993.

_____. Cultura - Invenção e construção do objeto turístico. In.: **Espaço aberto**. Fortaleza, AGB - Seção Fortaleza (CE), 1998. pp.17-33.

_____. Territorialidades, representações do mundo vivido e modos de significar o mundo: uma leitura etnogeográfica do Brasil sertanejo. In.: SERPA, Angelo (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador (BA): EdUFBA, 2008. pp.313-336.

_____. Patrimônio e meandros políticos para pensar sua gestão. **OLAM - Ciência & Tecnologia**. Rio Claro (SP), n.1-2, ano XII, pp.148-166, jan./dez. 2012.

ALVES, Renato. Os 10 hábitos da memorização: desenvolva uma memória de elefante. In.: _____. **Porque esquecemos as coisas?** As pessoas usam a memória artificial de maneira errada. São Paulo (SP): Gente, 2009. pp.11-19.

ÁLVARES, Karlla Valladares. O eixo turístico Mariana - Santa Bárbara: paisagens e lugares turísticos. 209f. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2003.

ALVES, Rahyan de Carvalho. Cidade e paisagem: a decodificação do visível por cidadãos do município de Pirapora, norte das Minas Gerais. In.: I Colóquio cidade e região. Dinâmicas do espaço urbano e rural. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros (MG) [**Anais...**], 2010. pp.01-17.

_____. “Samba, confetes e serpentinas” O carnaval de Pirapora - Norte de Minas Gerais: o retrato da (des)construção da cultura e da desigualdade social. 139f. **Trabalho de conclusão de curso**. Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros (MG), 2011.

ALVES, Rahyan de Carvalho & FONSECA, Gildete Souza da. A Paisagem cultural como elemento comercial: uma análise do patrimônio histórico de Diamantina/MG. In.: VIII Encontro de estudantes de história e I Encontro de pós-graduandos em história.

Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros (MG) [**Anais...**], 2011. pp.01-17.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, topofobia, topocídio em Minas Gerais. In.: DEL'RIO, Vicente & OLIVEIRA, Livia (Orgs.). **Percepção ambiental. A experiência brasileira.** São Carlos (SP): EdUFSCAR, 1999. pp.139-152.

_____. A pluralidade da Geografia e a necessidade das abordagens culturais. In.: KOZEL, Salete; SILVA, Josué de Costa & FILHO, Sylvio Fausto. **Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia humanística.** São Paulo (SP): Terceira Margem/NEER, 2007. pp.15-35

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões.** 8ª Edição. São Paulo (SP): Ática, 2004. 215p.

ANDRADE, Paulo René de. **Diamantina 1900... quadras sobre “quadras” que não voltam mais.** Belo Horizonte (MG): Imprensa Oficial, 1982. 201p.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO. **Zé de Sé.** Disponível em: <<http://nelioblog.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 20 de Setembro de 2013.

AUGRAS, Marya. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental.** Rio de Janeiro (RJ): Agir, 1989. 42p.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade.** Campinas (SP): Papyrus, 2007. 112p.

BARROS, Armando Martins de. O tempo da fotografia no espaço da História: poesia, monumento ou documento? In.: NUNES, Clarice. (Org.). **O passado sempre presente.** São Paulo (SP): Cortez, 1992. pp.69-85.

_____. Os álbuns fotográficos com motivos escolares. In.: JÚNIOR, Décio Gatti & FILHO, Geraldo Inácio. (Orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações.** Uberlândia (MG): EdUFU, 2005. pp.111-132.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2008. 230p.

BERTAUX, Daley. **Approche biographie: Sa Validité Méthodologique, les Potentialités.** Cahiers Internationaux de Sociologie, LXIX, Paris, 1980. 49p.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In.: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Geografia cultural: um século (III).** Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2002. pp.83-131.

BOSCHI, Caio César. Introdução. In.:_____. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais.** São Paulo (SP): Ática, 1986. pp.01-18.

BOSSÉ, Mathias. As questões de identidade em Geografia cultural - algumas concepções contemporâneas. In.: CORRÊA, Roberto Lobato & ZENY, Rosendahl (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2004. pp.157-180.

BOSI, Ecléa. Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. **Dispositiva** PUC Minas, Belo Horizonte (MG), v.1 n.2, pp.196-207, 2013.

BRAGHIROLI, Eliane Maria. **Psicologia geral**. 10ª Edição. Porto Alegre (RS): Vozes, 2011. 184p.

BRASIL. **Patrimônio, desenvolvimento e cidadania**. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas. Brasil, 2009. 33p.

_____. **Turismo cultural**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. 3ª Edição. Brasília (DF): Ministério do Turismo, 2010. 99p.

_____. **Turismo**: estudo da competitividade da atividade no país. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação-Geral de Segmentação. Brasília (DF): Ministério do Turismo, 2012. 16p.

_____. **Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF), 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>>. Acessado em 11 de Janeiro de 2013.

BRENELLI, Rosely. Piaget e a afetividade. In.: SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos & FINI, Lucila Dihel Toaline (Orgs.). **Leituras de psicologia para formação de professores**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. pp.105-116.

BRUNETTA, Nádía & RIBEIRO, Regiane. **Relações interpessoais**: recursos humanos. São Paulo (SP): Pearson Education do Brasil, 2009. 125p.

BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo-vivido. In.: CHRISTOFOLETTI, Antônio Carlos (Org.). **Perspectivas da geografia**. São Paulo (SP): Difel, 1985. pp.165-193.

_____. Atribuição do Prêmio internacional de geografia *Vautrin-lud* 2012 ao professor Yi-fu Tuan. **Finisterra**, Lisboa, v.XLVI, n.92, pp.133-147. 2012.

BURNETT, Kathryn. Patrimônio, autenticidade e história. In.: DRUMMOND, Siobhan & YEOMAN, Ian (Orgs.). **Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio**. Tradução de Helio Hintze & Ana Cristina Freitas. São Paulo (SP): Roca, 2004. pp.38-52.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular; história e imagem**. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru (SP): Edusc, 2004. 204p.

CALDEIRA, Altino Barbosa. As cidades e o patrimônio cultural. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**. Belo Horizonte (MG): EdPUC. v.16, n.18+19, pp.31-45. Semestral, 2009.

CALDEIRA, Altino Barbosa & ABREU, João Francisco de. Cultura e desenvolvimento na estrada real. In.: I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde. II Congresso Lusófono de Ciência Regional. Cidade da Praia (Cabo Verde) [Anais...] 2009. pp.01-12.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In.: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, pp.95-111, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não-lugar. In.: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996. pp.25-37.

_____. **A cidade**. 2ª Edição. São Paulo (SP): Contexto, 2001. 98p.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo (SP): EdUSP, FFLCH, 2007. 78p.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo (SP): EdUSP, 2008. 272p.

_____. Da organização “à produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de & SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo (SP): Contexto, 2011. pp.53-74.

CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. Patrimônio cultural e artístico nas cidades paulistas: a construção do lugar. In.: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996. pp.100-113.

CARVALHO, Luiz, Eugênio Pereira. Trabalho de campo em Geografia e a percepção ambiental. In.: CARDOSO, Antônio & SOUZA, Mário Ângelo de Meneses (Orgs.). **Indicações geográficas e temas em foco**. Teresina (PI): EdUFPI, 2011. pp.101-113.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Turismo e ordenação no espaço urbano. In.: _____ (Org.). **Turismo urbano**. São Paulo (SP): Contexto, 2001. pp.23-32.

CASTRO, Henrique Moreira de & DEUS, José Antônio Souza de. Uma abordagem geohistórica e etnogeográfica do barroco mineiro aplicada aos estudos da paisagem nas regiões de antiga mineração do Brasil. In.: **Ateliê Geográfico**, v.5, n.03, pp.57-80, 2011.

CERQUEIRA, Letícia Mourão. Patrimônio cultural, políticas urbanas e de preservação: os casos de Diamantina/MG e Tiradentes/MG. 378f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-graduação da Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2006.

CIFELLI, Gabrielle. Turismo, patrimônio e novas territorialidades Ouro Preto/MG. 245f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo (SP), 2005.

CHAUÍ, Marilena. O conhecimento: Percepção, memória e imaginação. In.: _____. **Convite à filosofia**. 13ª Edição. São Paulo (SP): Ática, 2006. pp.121-176.

CHEUNEMANN, Arno Vorpagel. Correntes filosóficas: fenomenologia. In.: _____. **Filosofia social**. Canoas (SC): EdULBRA, 2008, pp.197-205.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4ª Edição. São Paulo (SP): Estação Liberdade; UNESP, 2006. 282p.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. Significância da teoria de sistemas em geografia física. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro, v.16-17, n.31-34, pp.119-128, 1987.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. Tradução de Luiz Pimenta & Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis (SC): EdUFSC, 1999. 253p.

_____. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Matrizes da Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.35-86.

_____. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In.: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette (Orgs.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba (PR): EdUFPR, 2002. pp.14-28.

_____. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In.: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2007. pp.147-166.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; FYALL, Alan; GILBERT, David & WANHILL, Stephen. O impacto social do Turismo. In.: _____. (Orgs.). **Turismo: princípios e prática**. 3ª Edição. São Paulo (SP): Artmed, 2005. pp.236-260.

CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: introdução à temática, os textos e uma agenda. In.: _____. (Orgs.). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2007. pp.09-18.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Geografia cultural e o urbano. In.: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2007. pp.167-186.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo (SP): Ática, 1998. 89p.

COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: The University of Wisconsin Press. London, England. 1995. 193p.

_____. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In.: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 1998. pp.92-103.

COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**. São Paulo (SP): Humanitas: FAPESP, 2009. 308p.

COSTA, Everaldo Batista da. Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonização global. 444f. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia Humana - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2011.

CUGINI, Paolo. Identidade, afetividade e mudanças relacionais na modernidade líquida na teoria de Zygmunt Bauman. **Diálogos possíveis**, Salvador (BA). Artigo 1º. jan/jun. pp.159-178. 2008.

CURY, Isabelle. A construção do conceito de Paisagem Histórica Urbana. In.: 2º Colóquio Ibero-Americano: Paisagem cultural, patrimônio e projetos, Belo Horizonte (MG) [**Anais...**], 2012. pp.01-15.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do turismo**. 2ª Edição. São Paulo (SP): Roca, 2003. 125p.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1985. 140p.

DARDEL, Éric. L. **L'Homme et la terre – nature de la réalité géographique**. Paris: CTHS, 1990. 199p. (1ª Edição, francesa: Paris, PUF, 1952).

DEUS, José Antônio Souza. Linhas interpretativas e debates atuais no âmbito da geografia cultural, universal e brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte (MG), v.15, n.25, pp.45-59, 2005.

_____. **Geografia cultural no Brasil: Etnogeografia**. Belo Horizonte (MG): EdUFMG-EAD, 2010. 134p.

DEUS, José Antônio Souza de; BARBOSA, Liliâne de Deus & TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Realidades culturais na organização do espaço: lutas pela terra e emergência de identidades coletivas no contexto da Amazônia Sulamericana e brasileira. **Geografia**, Rio Claro (SP), v.36, Número especial, pp.157-167. 2011.

DINIZ, Clélio Campolina. **Globalização, escalas territoriais e política tecnologia regionalizada no Brasil**. CEPAL/IPEA (Projeto: Brasil - O Estado de uma nação), 2006. 50p.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. Topofobias e condutas defensivas: uma análise do sentimento de insegurança e medo de vitimização em Belo Horizonte In.: KOZEL, Salette; SILVA, Josué da Costa & GIL FILHO, Sylvio Fausto (Orgs.). **Da percepção e cognição a representação: representações teóricas da geografia cultural e humanista**. São Paulo (SP): Terceira Margem, 2007. pp.179-193.

DIAMANTINA. Prefeitura Municipal. **Plano diretor participativo do município de Diamantina/MG**. Mônica Von Glehn Herkenhoff (Org.). Diamantina (MG): prefeitura municipal, 2009. 134p.

DOLFUSS, Olivier. **A análise geográfica**. São Paulo (SP): Difusão Europeia do Livro, 1973. 130p.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, n.115, pp.139-154, março, 2002.

EZPELETA, Justa & ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa participante**. São Paulo (SP): Cortez, 1986. 102p.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e educação**. Ijuí (RS) v.02, n.7, pp.19-24, 1987.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Muito antes do SPHAN: A política do patrimônio histórico no Brasil**. Disponível em: <http://culturadig/politicaculturalcasaderuibaret>>. Acessado em 12 de Dezembro de 2012.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**. Rio de Janeiro (RJ), ano V, n.9, pp.65-83, jul/dez. 2000.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **MG Projetos de interesse turístico**. Secretária do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Belo Horizonte (MG) 1976. 28p.

_____. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fórum, Diamantina Minas Gerais**. Secretária do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Belo Horizonte (MG) 2001. 62p.

_____. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável do pólo turístico do Vale do Jequitinhonha**. Secretária do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. Belo Horizonte (MG), 2004. 109p.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Geografia em poesias: tempos, espaços, pensamentos...** Francisco Beltrão (PR): Grafisul, 2008. 94.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8ª Edição. Belo Horizonte (MG): EdUFMG, 2009.

FREITAS, Jeanne Marie Ferreira. Paisagem urbana: uma abordagem geográfica contemporânea. 370f. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Geografia - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2007.

FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 2006. 72 p.

GADE, Christiane. **Psicologia do consumidor**. São Paulo (SP): Pedagógica e Universitária, 1980. 121p.

GASTAL, Suzana. O produto cidade: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In.: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). **Turismo urbano**. São Paulo (SP): Contexto, 2001. pp.33-42.

_____. **Alegorias urbanas: o passado como subterfúgio**. Campinas (SP): Papirus, 2006. 220p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro (RJ): LTC, 1989. 323p.

GEOMINAS. **Banco de dados geográficos**. 1996. Disponível em: <<http://www.geominas.mg.gov.br>>. Acessado em 11 de Julho de 2011.

GHIRARDELLO, Nilson & SPISSO, Beatriz. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo. Bauru (SP): Canal 6, 2008. 36p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa e ciências sociais**. 8ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): Record, 1997.107p.

GOLDMAN, Márcio. Os tambores do antropólogo: Antropologia pós-social e etnografia. **Ponto Urbe USP**, São Paulo (SP), n.08, pp.07-22, 2008.

GOMES, Elias. Paisagem e registros de conceitos a partir a Geografia Alemã. In.: VASCONCELOS, Silva (Org.). **Novos estudos de Geografia urbana brasileira**. Salvador (BA): EdUFBA, 1999. pp.44-62.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Natureza e cultura – representações na paisagem. In.: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.118-132.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getulio Vargas, 2002. pp.108-123.

_____. José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: As culturas como patrimônio. **Revista horizontes antropológicos**. Porto Alegre v.11, n.23, pp.15-36, jan./jun. 2005.

GONÇALVES, Cristiane Souza. Experimentações em Diamantina: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938-1967. 224f. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2010.

GUIMARÃES, Solange Terezinha de Lima. Reflexões a respeito da paisagem vivida, topofilia e topofobia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, pp.117-141, jan./jun. 2002.

GUIMARÃES, Elaine Porto. Estudo dos impactos causados pelo turismo de eventos culturais em localidades turísticas: o caso da *Vesperata* em Diamantina/MG. 99f. **Dissertação (Mestrado)**. Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte (MG), 2006.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 1999. pp.169-190.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In.: SANTOS, Milton & BECKER, Martha (Orgs.). **Territórios, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2007. pp.43-68.

HALL, Edward. **A dimensão oculta**. 2ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): Francisco Alves, 1981. 180p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5ª Edição. Tradução de Tadeu da Silva & Guaciara Louro. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 2001. 167p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo (SP): Vértice, 1990. 189p.

HISSA, Cássio Eduardo Viana & MELO, Adriana Ferreira. O lugar e a cidade: conceitos do mundo contemporâneo. In.: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte (MG): EdUFMG, 2008. pp.293-308.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In.:_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1995. pp.93-139.

HOLZER, Werther. Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. 231f. **Tese (Doutorado)** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 1998.

_____. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo. In.: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 1999. pp.149-159.

_____. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In.: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.103-122.

ICOMOS. **Carta internacional sobre a conservação e o restauro dos monumentos e dos sítios**. 2007. Tradução de António de Borja Araújo. Disponível em: <<<http://www.international.icomos.org/icoventacart>>>. Acessado em 11 de Dezembro de 2012.

IBGE. **Indicadores socioeconômicos da cidade de Diamantina/MG**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312160&search=minas-geraisdiamantina>>. Acessado em 01 de Outubro de 2013.

IPHAN. **A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina**. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Brasília (DF), 2009. 335p.

_____. **Comitê técnico da candidatura do Rio à Patrimônio Mundial**. Ministério das Relações Exteriores. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Brasília (DF), 2012. 11p.

_____. **Cartas patrimoniais consultados no IPHAN E UNESCO**. 2012. Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/montaPaginaSecao.do;jsessionid=paginaLegislacao1>>>. Acessado em 13 de Dezembro de 2012.

_____. **Diamantina - Minas Gerais: imagens**. In.: QUEIROZ, Maria da Graça Soto (Org.). Ministério da Cultura. Programa Monumenta. Brasília (DF), 2012. 72p.

_____. **Diamantina**. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Brasília (DF), 2012. 18p.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro (RJ), v.22, n.43, pp.141-161, jan./jun. 2009.

KEESING, Felix Maxweel. **Antropologia cultural: a ciência dos costumes**. Rio de Janeiro (RJ): Fundo de Cultura, 1961. 344p.

KÖHLER, André Fontan. Antes que Caia! Patrimônio histórico e turismo em Igarassu, Pernambuco. 397f. **Dissertação** (Mestrado). Fundação Getulio Vargas - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo (SP), 2005.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. No se ver uma imagem não se vê nada: reflexão sobre discursos e narrativas da e sobre a imagem. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.12, n.34, pp.303-319, 2013.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4ª Edição. São Paulo (SP): Atlas, 2001. 288p.

LAWS, Eric. Visitação: análise da qualidade para locais de visitação a patrimônio. In.: DRUMMOND, Siobhan & YEOMAN, Ian (Orgs.). **Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio**. Tradução de Helio Hintze & Ana Cristina Freitas. São Paulo (SP): Roca, 2004. pp.28-57.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. 2ª Edição. Campinas (SP): EdUNICAMP & EdUFS, 2007. 326p.

LIMA, Fernanda Pedrosa. Diagnóstico sobre a institucionalização e do grau de efetividade do planejamento em municípios históricos: “Diamantina e Tiradentes”.

299f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-graduação da Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2008.

LONDRES, Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In.: CORSINO, Célia Maria & NETO, Antônio Augusto Arantes (Orgs.). **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília (DF): Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. pp.11-21.

LOBÃO, Edson. Diamantina tem grande peso no turismo cultural do Brasil. **Pequi Magazine**, n.03, pp.18-23, nov., 2009.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In.: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, imagem e espaço**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.09-28.

_____. Centros históricos - mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. In.: Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP) [**Anais...**], 2005, pp.8175-8190.

_____. A reinvenção do Patrimônio Arquitetônico no consumo das cidades. In.: **Espaço e Tempo**, São Paulo (SP), n. 17, pp.95-195, 2005.

MACHADO, Lucy Marion Calderin Philadelpho. Paisagem cultural. In.: KOZEL, Salette; SILVA, Josué da Costa & GIL FILHO, Sylvio Fausto (Orgs.). **Da percepção e cognição a representação**: representações teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo (SP): Terceira Margem, 2007. pp.139-157.

MACIEL, Caio Augusto Amorim. A retórica da paisagem: um instrumento de interpretação geográfica. **Espaço e cultura**, UERJ, Rio de Janeiro (RJ), n.26, pp.32-48, jul/dez. 2009.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. **Arraial do Tijuco**: cidade Diamantina. São Paulo (SP): Martins, 1957. 306p.

MAIA, Doralice Sátyro. A leitura da paisagem no ensino da cidade. **Geografia e ensino**, Belo Horizonte (MG), v.8, n.01, pp.57-62, jan./dez. 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A etnografia como prática e experiência. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre (RS), v.15, n.32, PP.129-156, 2009.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte (MG), v.15, n.24, pp.49-67, 1º sem. 2005.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo & HOGAN, Daniel Joseph. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. In.: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, São Paulo (SP) [**Anais...**] 2008. pp.01-21.

MARCONI, Marina de Andrade & PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. São Paulo (SP): Atlas, 2009. 297p.

MASSEY, Dorren. Um sentido global do lugar. In.: ARANTES, Augusto Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas (SP): Papirus, 2000. pp.176-185.

MAXIMIANO, Liz Abad. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'E GA**, Curitiba (PR), EdUFPR, n.8, pp.83-91, 2004.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília: SPHAN/FNPM, 1980. pp.01-26.

MEDAGLIA, Juliana & SILVEIRA, Carlos Eduardo (Orgs.). **Conhecer para respeitar: patrimônio e cidadania em Diamantina**. Diamantina (MG): EdUFVJM, 2012. 106p.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In.: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, imagem e espaço**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. pp.29-48.

MELO, Laura Ludovico de. Ouro Fino: Um arraial... uma Igreja... um Largo... e uma vaga lembrança na paisagem. 221f. **Dissertação** (Mestrado) Instituto Goiano de Pré História e Antropologia - Universidade Católica de Goiás, 2009.

MENDONÇA, Francisco de Assis & VENTURI, Luís Antônio Bittar. Geografia e metodologia científica. Simpósio de geomorfologia. **Geosul**, Florianópolis (SC), n. especial, pp.63-70, 1998.

MENDONÇA, Marcelo Pereira de; BERNARDES, Patrícia & COSTA, Nina Gabriela Borges. Evolução do mercado de trabalho no turismo em Diamantina: uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local. In.: XII Seminário Sobre a Economia Mineira. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), [Anais...], 2006. pp.01-20.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996. pp.88-99.

_____. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In.: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Arquivos, patrimônios e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo (SP): EdUNESP, 1999. pp.11-29.

MENESES, José Newton Coelho. O uso cultural da cultura. In.: _____. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2004. pp.17-30.

_____. Vivência e monumentalização. Cultura, vida material, história e turismo cultural. In.: _____. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2004. pp.63-76.

_____. Memória ou relíquia? Interpretação histórica, poder público e sustentabilidade do turismo cultural. In.: _____. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2004. pp.81-114.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O espaço. In.: _____. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro (RJ): Livraria Freitas Bastos, 1971. pp.249-303.

MESSENTIER, Leonardo Marques de. Intervenções em áreas patrimoniais: Dilemas atuais. In.: LIMA, Evelyn Furquim Werneck & MALEQUE, Mirian (Orgs). **Cultura, patrimônio e habitação: Possibilidades e modelos**. Rio de Janeiro (RJ): CHL/7 Letras/BENNET, 2004. pp.69-84.

McDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In.: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron & SMITH, Graham (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar, 1996. pp.159-187.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ª Edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010. 208p.

MOSER, Gabriel. A psicologia ambiental: competência e contornos de uma disciplina. **Revista Psicologia USP**, São Paulo (SP), v.16, n.1/2, pp.279-294, 2005.

NASCIMENTO, Ricardo Pereira do. **Revoluções e pensamentos em guerra: Algumas leituras**. Campinas (SP): Papirus, 2011. 178p.

NERY, Maria Clara Ramos. A história da civilização ocidental em três tempos. In.: BONI, Nelson (Org.). **Sociedade e contemporaneidade**. São Paulo (SP): Know-how, 2009. pp.83-175.

NETO, Antônio Augusto Arantes. Introdução a bens. In.: CORSINO, Célia Maria & NETO, Antônio Augusto Arantes (Orgs.). **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília (DF): Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. pp.23-25.

NEVES, Rodrigo & CARNEIRO, Eder Jurandir. Imagens do patrimônio e turismo: metarmofoses e “mercadorização” do território central de Tiradentes, Minas Gerais. **Espaço & Geografia**, Brasília (DF), v.15, n.2, pp.407-441, 2012.

NUÑES, Déborah Coimbra. Educação patrimonial nos bastidores do processo. A formação dos agentes multiplicadores e as metodologias de ensino aplicadas na apreensão de bens culturais: o caso de São João Del-Rei/Minas Gerais. 95f. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas (RS), 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In.: _____. **O trabalho do antropólogo**, Brasília (DF): Paralelo 15, 1998. pp.17-72.

OLIVEIRA, Roberto de. Em MG, circuito dos diamantes une história, fé, causos e pão de queijo. **Folha de São Paulo**, São Paulo (SP), pp.13, 20 de Outubro. 2009.

OLIVEIRA, Jairo da Luz & SANGHI, Simone da Fonseca. **Fundamentos da vida social**. Canoas (SC): EdULBRA, 2010. 151p.

OMT. **Organização Mundial de Turismo**. Turismo: conceitos e definições. Disponível em: << [PEREIRA, Júlio César. O conceito de cultura na Constituição Federal de 1988. In.: V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador \(BA\) \[Anais...\] 2008. pp.01-14.](https://nav.tur.br/...download?...>>. Acessado em 26 de Fevereiro de 2013.</p>
</div>
<div data-bbox=)

PESTANA, Til. Diamantina. In.: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português. I Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa (Portugal) [Anais...] 2001. pp.579-592.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Saberes em festa**: Gesto de ensinar e aprender na cultura popular. Goiânia (GO): Kelps, 2005. 94p.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1975 (Livro em resumo sebo: projeto psicologia acessível). 98p.

_____. **Biologia e Conhecimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996 (Livro em resumo sebo: projeto psicologia acessível). 103p.

QUINTANA, Mario. Notas da cidade. In.: QUINTANA, Mario. **Mario Quintana**. Organizado por Tânia Franco Carvalhal. Rio de Janeiro (RJ): Nova Aguilar, 2005. pp.331-398.

RELPH, Edward Charles. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro (SP), v.4. n.7, pp.01-25. 1979.

RICHARDSON, Roberto Jerry (Org.). **Pesquisa social**. São Paulo (SP): Atlas, 3ª Edição, 1999. 147p.

RIBEIRO, Claudia Regina Vial. Espaço-vivo investigadas na cidade de Diamantina, do ponto de vista dos músicos. 289f. **Tese** (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia – Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), 2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. In.: I Congresso brasileiro de organização do espaço, Rio Claro (SP) [Anais...] 2010. pp.4108-4119.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In.: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. São Paulo (SP): Hucitec, 1996. pp. 55-62.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In.: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY, Jaime. **Turismo e patrimônio cultural**. 2ª Edição. São Paulo (SP): Contexto, 2002. pp.15-24.

ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 2001. 144p.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1974. 233p.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1983. 115p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo (SP): Hucitec, 1988. 124p.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo (SP): Hucitec, 1997a. 232p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8ª Edição. Porto: Afrontamento, 1997. 59p.

SANTOS, Flávia Ribeiro dos Santos. Indústria criativa e desenvolvimento local: um estudo da Vesperata de Diamantina/MG. 111f. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-graduação Profissional em Administração de Empresas - Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo (MG), 2007

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. Tradução de Rubia Prates & Sérgio Molina. São Paulo (SP): EdUSP, 1997. 287p.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In.: CORRÊA; Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro (RJ): EdUERJ, 1998. pp.12-74.

SCHIER, Raul Afredo. As concepções da paisagem no código florestal. 117f. **Dissertação** (Mestrado). Setor de Ciências da Terra - Universidade Federal do Paraná. Curitiba (PR), 2003.

_____. Afredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RA'EGA**. Curitiba (PR), n.7, pp.79-85, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. História das paisagens. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro (RJ): Campus, 1997. pp.203-209.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo (SP): EdUSP, 2003. 204p.

SILVEIRA, Sandra da Silva. Influências da fenomenologia. In.: _____. **Questão social**. Canoas (SC): EdULBRA, 2010. pp.43-52.

SILVEIRA, Carlos Eduardo & MEDAGLIA, Juliana (Orgs.). **Pesquisa de demanda real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas**. Diamantina (MG): EdUFVJM, 2012. 101p.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2001. 102p.

SIMMEL, Georg. Especial - individualidade, interação e tipo social. In.: FILHO, Evaristo de Moraes & FERNANDES, Florestan (Orgs.). **Simmel: sociologia**. São Paulo (SP): Ática, 1983. pp.90-188.

_____. O conflito como sociação. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v.10, n.30, pp.568-575. 2011.

SIQUEIRA JUNIOR, Carlos Leoni Rodrigues. Fotografia. In._____. **Leoni ao Vivo**. São Paulo: Som livre, 2005 (01 disco sonoro. Faixa 06: 4min, 10s).

SISTO, Fermino Fernandes. O raciocínio do adolescente – As operações formais ou aquisição do raciocínio experimental. In.: SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos & FINI, Lucila Dihel Toaline (Orgs.). **Leituras de psicologia para formação de professores**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000. pp.71-104.

SOUZA, Eliane Bevilacqua Lordello dos Santos. Sobre uma viagem a Diamantina. **Vitruvius**, Porto Alegre (RS), n.09, pp.01-10, jun., 2008.

_____. Eliane Bevilacqua Lordello dos Santos. Sete cidades: um estudo das representações sociais das cidades brasileiras patrimônio mundial na Web. **Revista Risco**, São Paulo (SP), v.5, n.12, pp.16-32. 2010.

SUBIRATS, Eduardo. **Paisagens da solidão: ensaios sobre filosofia e cultura**. Tradução de Denise Guimarães Bottmann. São Paulo (SP): Duas Cidades, 1986. 179p.

TAMBIAH, Stanley Jeyaraja. Uma abordagem performativa do ritual em ação pensamento, cultura e Social. **Uma perspectiva antropológica**. Cambridge MA, Harvard University Press 1985. pp.123-166.

_____. Stanley Jeyaraja. **Cultura e ação social: perspectiva antropológica**. Cambridge: Harvard University Press. 1985. 87p.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **FÊNIX – Revista eletrônica de História e Estudos Culturais**, v.7, n.2, ano VII, pp.01-12, Mai/Jun/Jul. 2010.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro (RJ): Difel, 1980. 288p.

_____. A Geografia humanística. In.: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo (SP): Difel, 1982. pp.143-164.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro (RJ): Difel, 1983. 250p.

_____. Medo da Cidade. In.: _____ **Paisagens do medo**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo (SP): EdUNESP, 2005. pp. 231-275.

_____. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. Tradução de Werther Holzer. **Geograficidade** v.01, n.01, inverno, 2011. pp.08-19.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo (SP): Atlas, 1987. 175p

UNESCO. **Patrimônio mundial no Brasil**. 3º Edição. Ministério da Cultura. Caixa Econômica Federal. Brasília (DF), 2004. 107p.

_____. **Textos fundamentais da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972**. 2005. Disponível em: <<<http://whc.unesco.org/en/guidelines>>>. Acessado em 01 de Novembro de 2012.

_____. Bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial. Disponível em: <<<http://www.unesco.org/pt/brasil/culture/world-heritage/listiof-worlderitegbrazil>>>. Acessado em 12 de Novembro de 2012.

_____. **Unesco 60 Anos**. Paris: [s.n.], 2007. Disponível em: <<<http://whc.unesco.org/en/guidelines>>>. Acessado em 08 de Fevereiro de 2013.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe USP**, São Paulo (SP), n.12, pp.27-40, 2013.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Formação urbana do Arraial do Tejuco. In.: SILVA TELLES, Augusto Carlos da (Org.). **Arquitetura civil II**. São Paulo: FAUUSP, MEC-IPHAN, 1975, pp.99-114.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e imaginário: contribuições teóricas para uma história cultural do olhar. **Fênix de história e estudos culturais**. São Paulo (SP), v.3, n.3, pp.01-14, jul/set. 2006.

WADSWORTH, Barry. **Inteligência e afetividade da criança**. 4ª Edição. São Paulo (SP): Enio Matheus Guazzelli, 1997. 197p.

WAGNER, Philip & MIKESELL, Marvin. Os temas da Geografia cultural. In.: CÔRREA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução á geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2007. pp.27-62.

YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In.: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri & CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo (SP): Hucitec, 1996. pp.133-155.

APÊNDICES



APÊNDICE (A) Pontos de observação: ensaios etnogeográficos, entrevistas não diretivas e diário de campo



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA de
PÓS-GRADUAÇÃO
em **GEOGRAFIA**
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Diamantina/MG – 2012/2013.

PONTOS DE OBSERVAÇÃO: ENSAIOS ETNOGEORÁFICOS, ENTREVISTAS NÃO DIRETIVAS E DIÁRIO DE CAMPO

Prezado(a) entrevistado(a),

O presente roteiro de observação faz parte da construção de uma dissertação desenvolvida, pelo discente **Rahyan de Carvalho Alves**, no curso de pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - IGC/UFMG - , sob a orientação do professor Dr. **José Antônio Souza de Deus**.

PONTOS DE OBSERVAÇÃO

- Memória e a vida experienciada em Diamantina/MG.
- A importância da paisagem na construção da vida diamantinense.
- O lugar e a paisagem como experiência de vida contínua.
- A relevância da paisagem na construção da cultura expressa em manifestações, na culinária, nos artefatos, nos léxicos toponímicos, na construção social local.
- O turismo cultural como mecanismo de projeção sociocultural em Diamantina/MG e seus impactos sociais.
- Novas funcionalidades dos espaços e das paisagens de Diamantina/MG através de contratos sociais entre o turista, os agentes capitalistas e o morador local.
- Resgate iconográfico como aporte de discursos.
- Base no relato em ensaios etnogeográficos.

“A Cultura é a forma mais simples e ao mesmo tempo mais sofisticada de retratar as ações do ser humano, herdada e transformada pela sua capacidade de amar o outro e a natureza”
 (ALVES, 2011, p.133).

APÊNDICE (B) Questionários aplicados aos moradores de Diamantina/MG



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA de
PÓS-GRADUAÇÃO
em **GEOGRAFIA**
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Diamantina /MG, 23 a 27 de Julho de 2013.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MORADORES DE DIAMANTINA/MG

Prezado(a) entrevistado(a),

O presente questionário faz parte da construção de uma dissertação desenvolvida pelo discente **Rahyan de Carvalho Alves**, no curso de pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - IGC/UFMG -, sob a orientação do professor Dr. **José Antônio Souza de Deus**.

A sua colaboração respondendo a todas as questões e a veracidade na emissão das respostas são imprescindíveis para um eficiente resultado. Não é preciso a identificação.

Desde já agradecemos a atenção depositada.

QUESTÕES

01 - Entrevistado nº: () **02** - Nome: _____

03 - Bairro: _____

04 - Idade: _____ **05** - Sexo: M () F () **06** - Naturalidade UF ()

07 - O que te chama mais atenção, positivamente, em Diamantina/MG:

As paisagens tombadas como patrimônio () As festividades regionais ()

As festas realizadas pelos estudantes () A presença do turistas ()

O clima familiar da cidade ()

Outros: _____

08 - Você se sente pertencido a Diamantina/MG? Sim () - Não ()

Justifique: _____

09 - Ao olhar para os patrimônios culturais da cidade, como as paisagens, os casarões, praças, dentre outros, estes te remete lembranças?

Sim () Não () - Boas () Ruins ()

10 - Você se orgulha por ter essas paisagens como patrimônio cultural?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

11 - Você acha que o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG é sentido pela população como algo positivo? Que recorda o passado, a lembrança?

Sim () - Não ()

12 - Você se incomoda com a presença do turista na cidade, advindo do turismo cultural?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

13 - Você acha que a forma que o turismo é realizado na cidade de Diamantina/MG respeita a cultura e os moradores locais? Sim () - Não ()

Justifique: _____

14 - Você conhece os pontos turísticos mais visitados pelos turistas em Diamantina/MG?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

15 - Você participa das festas populares da cidade como os turistas? Por exemplo, o carnaval, a *vesperata*, o festival de inverno, encontro no mercado nas sextas-feiras?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

16 - Você já visitou os casarões, igrejas e museus tombados como patrimônio da Humanidade em Diamantina/MG? Sim () - Não ()

Justifique: _____

17 - Você acha que o poder público municipal potencializa os patrimônio históricos de Diamantina/MG para promover, com maior força, a cultural regional ou viabilizando a questão comercial (como hotéis, bares, eventos, dentre outros)?

Promover a cultura () - Para potencializar questões comerciais ()

Justifique: _____

18 – Na sua opinião, descreva: Uma importância e um problema que você sente sobre a presença e o uso do patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG.
 Importância:

Problema:

19 - Você sente que o governo local trata de forma diferente o turista e o morador local?
 Quem tem maior atenção por parte do governo?

Sim () - Não () - Morador local () - Turista ()

De que forma?

20 - Se tivesse que escolher, gostaria que Diamantina/MG fosse essa cidade reconhecida mundialmente por seus patrimônios ou não?

Reconhecida pelo patrimônio () - Não gostaria ()

Justifique:

Obrigado!

“A Cultura é a forma mais simples e ao mesmo tempo mais sofisticada de retratar as ações do ser humano, herdada e transformada pela sua capacidade de amar o outro e a natureza”

(ALVES, 2011, p.133).

APÊNDICE (C) Questionários aplicados aos comerciantes de Diamantina/MG



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA de
PÓS-GRADUAÇÃO
em **GEOGRAFIA**
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Diamantina /MG, 20 a 23 de Maio de 2013.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COMERCIANTES DE DIAMANTINA/MG

Prezado(a) entrevistado(a),

O presente questionário faz parte da construção de uma dissertação desenvolvida pelo discente **Rahyan de Carvalho Alves**, no curso de pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - IGC/UFMG -, sob a orientação do professor Dr. **José Antônio Souza de Deus**.

A sua colaboração respondendo a todas as questões e a veracidade na emissão das respostas são imprescindíveis para um eficiente resultado. Não é preciso a identificação.

Desde já agradecemos a atenção depositada.

QUESTÕES

01 - Entrevistado nº: () **02** - Nome: _____

03 - Idade: _____ **04** - Sexo: M () F () **05** – Naturalidade: UF ()

06 - Qual o ramo que o(a) senhor(a) trabalha no comércio?

Gastronômico () Hoteleiro () Loja de Roupas e calçados () Loja de artesanato ()
 Outro(s): _____

07 - Há quantos anos trabalha neste ramo em Diamantina/MG? _____

08 - Qual o público alvo que vocês atendem? _____

09 - Você acha que Diamantina/MG, sendo uma cidade tombada como patrimônio histórico, favorece o comércio local?

Sim () - Não ()

Justifique:

10 - Existiria um comércio de considerável capital de giro sem a presença do turista na cidade?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

11 - Em sua opinião o que você acha que o turista busca em Diamantina/MG? Porque ele sai da sua cidade e vem visitá-la?

12 - Você percebe que o poder público municipal visualiza o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG como um objeto para conquistar um giro de capital na cidade?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

13 - Você acha que o conjunto patrimonial histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG é um elemento atrativo para o turismo cultural que possibilita a criação de estabelecimentos comerciais (como hotéis, bares, dentre outros)?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

14 - Em sua opinião, enquanto comerciante, qual sentimento prevalece sobre o patrimônio histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG. Este está preferencialmente vinculada à perpetuação da cultura através de sua representação histórico-geográfica ou está relacionada a questão comercial?

Cultural () - Comercial ()

Justifique: _____

15 - Ao olhar para as paisagens tombadas como patrimônio cultural de Diamantina/MG estas te remetem ao passado? Traz um laço de pertencimento, de afetividade, de lembranças?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

Obrigado!

“A Cultura é a forma mais simples e ao mesmo tempo mais sofisticada de retratar as ações do ser humano, herdada e transformada pela sua capacidade de amar o outro e a natureza”
(ALVES, 2011, p.133).

APÊNDICE (D) Questionários aplicados aos turistas em Diamantina/MG



INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA de
PÓS-GRADUAÇÃO
em **GEOGRAFIA**
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Diamantina /MG, 07 a 10 de Março de 2013.

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TURISTAS EM DIAMANTINA/MG

Prezado(a) entrevistado(a),

O presente questionário faz parte da construção de uma dissertação desenvolvida pelo discente **Rahyan de Carvalho Alves**, no curso de pós-graduação em Geografia no Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - IGC/UFMG -, sob a orientação do professor Dr. **José Antônio Souza de Deus**.

A sua colaboração respondendo a todas as questões e a veracidade na emissão das respostas são imprescindíveis para um eficiente resultado. Não é preciso a identificação.

Desde já agradecemos a atenção depositada.

QUESTÕES

01 - Entrevistado n°: () **02** - Nome: _____

03 - Idade: _____ **04** - Sexo: M () F () **05** - Naturalidade UF ()

06 - É a primeira vez que vem á Diamantina/MG? Sim () Não ()
 Se não, quantas vezes já visitou a referida cidade? 02 () 03 () 04 ()

07 - Por qual meio de comunicação conheceu a cidade?

TV () Rádio () Jornais () *Folders* de Turismo ()

Amigos () Internet () Livros () Novelas ()

Reportagens ()

Outros: _____

08 - Onde está hospedado?

Hotel ou similares () Repúblicas estudantis () Casa de familiares ()

Outros: _____

09 - Por qual motivo escolheu visitar Diamantina/MG?

Passeio/lazer () - Conhecimento ()

Justifique:

10 - Você acha que o “clima” da cidade, por suas paisagens, casarões, dentre outros (com todas essas imagens), te influenciou a visitá-la?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

11 – Você sente que a sua presença, a presença do turista, incomoda o morador local?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

12 – Em sua opinião, enquanto turista, percebe a preservação do conjunto histórico arquitetônico e urbanístico de Diamantina/MG como elemento histórico-cultural ou como um instrumento mercantil que ativa a cadeia comercial (rede hoteleira, gastronômica, dentre outros).

Cultural () - Comercial ()

Justifique: _____

13- Você pensa em voltar mais vezes a esta cidade?

Sim () - Não ()

Justifique: _____

Obrigado!

“A Cultura é a forma mais simples e ao mesmo tempo mais sofisticada de retratar as ações do ser humano, herdada e transformada pela sua capacidade de amar o outro e a natureza”
(ALVES, 2011, p.133).